

PODER, DISCURSO E MÍDIA

Subjetivação e enunciabilidade
no acontecimento político-discursivo
norte-americano

Antonio Genário Pinheiro dos Santos



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

DISCURSO, PODER E MÍDIA

Subjetivação e enunciabilidade no acontecimento
político-discursivo norte-americano



Paraíba, 2017

DISCURSO, PODER E MÍDIA

Subjetivação e enunciabilidade no acontecimento
político-discursivo norte-americano

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

2017 - Série Socialidades, 5



MARCA DE FANTASIA

Rua Maria Elizabeth, 87/407
João Pessoa, PB. 58045-180
marcadedefantasia@gmail.com
www.marcadedefantasia.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia
- CNPJ 19391836/0001-92 e um projeto de extensão do Programa
de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB

Diretor/editor: Henrique Magalhães

Conselho Editorial:

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB; Alberto Pessoa - UFPB;

Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP; Gazy Andraus, UNIMESP;

JJ Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN; Marcos Nicolau - UFPB;

Nilton Milanez - UESB; Paulo Ramos - UNIFESP; Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP;

Waldomiro Vergueiro, USP; Wellington Pereira, UFPB

Publicação de análise sem fins lucrativos que visa contribuir para a discussão acadêmica.
Usa-se as imagens apenas com o objetivo de estudo, de acordo com o artigo 46 da lei
9610. Os direitos dos textos e imagens pertencem a seus autores ou detentores.

SA237d

Santos, Antonio Genário Pinheiro dos

Discurso, poder e mídia: subjetivação e enunciabilidade no
acontecimento político-discursivo norte-americano. / Antonio
Genário Pinheiro dos Santos. - Paraíba: Marca de Fantasia, 2017.

328p.: il. (Série Socialidades, 5)

ISBN 978-85-67732-72-5

1. Linguística. 2. Análise do Discurso. 3. Mídia.

I. Título

CDU: 801

Dedico este trabalho aos doutores
de maior referência na minha vida:
Noeme e Cearenço

Everyone can count the seeds in an apple but only God can count the apples in a seed.

Robert H. Schuller

Aos professores Ivone Tavares e Angélica de Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba.

Aos professores Sandra McGury, Micheal DiBiase do *Athens Technical College*, do *Athens Latino Center for Education and Services* e da *Beech Haven Baptist Church*.

Aos professores Richard A. Gordon, Virginia L. Phares e toda a equipe do *Latin American and Caribbean Studies Institute – LACSI* na *University of Georgia*.

À Capes, que viabilizou a realização da pesquisa, objeto da presente obra, contribuindo não só durante o período de doutorado sanduíche, mas também no início do curso, no período do cumprimento dos créditos presenciais.

Ao professor Iveraldo Oliveira dos Santos Filho cuja contribuição foi exponencial para a concretização dessa publicação.

A Eliza Freitas pela contínua parceria nas discussões teórico-acadêmicas e na vida.

SUMÁRIO

Prefácio	8
Introdução	11
A tirania do dizível no espaço das grandes lutas	24
Os gestos de uma interpretação ordenada: sobre a AD	
Análise do Discurso: a novidade de um projeto de leitura	
A inscrição das categorias na dispersão discursiva	
Sujeito e poder: a subjetividade no espaço das resistências	
Midiatização e enunciabilidade: o funcionamento discursivo na era da informação de massa	88
<i>Warfare</i> midiático: sobre a irrupção do acontecimento discursivo	
O discurso na mídia: virtualidade da história e do espetáculo	
Imagem: a supremacia do visível na ordem do controle	
Política: a ação da <i>virtù</i> no governo da vida pública	117
Sobre a história de práticas de gestão no mundo das coisas mistas	
Do poder supremo do príncipe no governmentamento da vida pública	

Biopolítica e governamentalidade: estratégias políticas e regulação da vida	153
Pastoral das almas x governo dos homens: o prelúdio do governo	
Governamentalidade: a promoção da vida como problema político	
<i>A América sou eu:</i> o deslize de sentidos e a mobilidade de imagens na política norte-americana	202
<i>Change we can believe in</i> : efeitos de verdade na positivização de imagem política	
O profeta dos novos tempos: memórias em jogo	
<i>Obama for america:</i> visibilidade e descompassos imagéticos	244
Imagens fabricadas na ordem do adestramento do olhar: o político em cena	
Muito Oba-Oba: o barulho de imagens trincadas	
Para efeitos de fim: algumas considerações	302
Referências	312

PREFÁCIO

Com grande alegria aceitei escrever o prefácio do novo livro do Dr. Antonio Genário Pinheiro dos Santos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Trata-se de um livro que, ao mesmo tempo, é fruto de sua tese doutoral, realizada com louvor na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e dá continuidade às discussões realizadas em *O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana na ordem nas lentes da mídia*, publicado pela Editora Kiron em 2012.

No presente livro o autor defende a tese de que, nas campanhas eleitorais dos Estados Unidos, nos anos de 2008 e 2012, o presidente americano, Barack Obama, foi subjetivado pela mídia de forma a ter sua imagem pública política construída discursivamente, na ordem de determinados regimes de verdade. Nessa operação discursiva, a mídia mobilizou trajetos de sentido e efeitos de saber/poder, produzindo o deslocamento da imagem do sujeito-presidente, fazendo-o oscilar do messias divino ao mártir do mundo, da esperança global ao vendedor de sonhos.

Esta tese é alicerçada pela Análise do Discurso Francesa (ADF) e fundamentada pelas ideias do pensador contemporâneo Michel Foucault. Tanto as teorias formuladas pela ADF como as pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault, entre as décadas de 1950 e

1980, visam investigar e compreender como, em plena modernidade, são construídos e reelaborados os mecanismos de poder e de sujeição. Mecanismos que, na sociedade contemporânea, não tem por missão construir ou apresentar a verdade, mas em criar uma *ilusão da verdade*, os chamados *regimes de verdade*.

Para Michel Foucault os *regimes de verdade* – e não a verdade em si mesma – estão relacionados às diversas formas de construção do enunciado. Logo o enunciado que está ligado à memória e, por isto, é relacionado com a repetição e se liga ao passado e ao futuro.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos consegue utilizar, numa perspectiva foucaultiana, a relação entre os regimes de verdade, o enunciado e a memória para investigar as campanhas presidenciais americanas de 2008 e de 2012, as quais conduziram Barack Obama à presidência da república. Por meio desta tríplice relação conclui-se que os regimes de verdade e as estratégias discursivas mobilizadas para subjetivar Obama, inscreveram, por meio da memória, a questão da necessidade coletiva pela intervenção de um líder “virtuoso”, posições-sujeito ligadas à historicidade da condução da vida pública, as quais foram trabalhadas no seio de uma oscilação entre efeitos de positivização e negatividade. Tudo isso no escopo de uma religiosidade, que polarizou ordem e caos, e com o propósito de uma justificativa social para se promover o bem e dar sustentabilidade à vida.

O livro de Antonio Genário Pinheiro dos Santos é uma ótima

leitura, para estudantes e pesquisadores na área de Letras e das demais áreas das ciências humanas, de um lado, para ter uma visão das preocupações teóricas contemporâneas da Análise do Discurso Francesa e, de outro lado, como essas preocupações podem ser utilizadas, de forma concreta, para investigar problemas e fenômenos sociais, como as eleições presidenciais americanas, que afligem o ser humano.

Ivanaldo Santos

INTRODUÇÃO

[...] no decurso de sua história, os homens jamais deixaram de construir a si mesmos, isto é, de deslocar sua subjetividade, de construir para si uma série infinita e múltipla de subjetividades diferentes e que jamais terão fim e jamais nos colocarão diante de algo que seria o homem.

Michel Foucault
Ditos e Escritos IV (2006c, p. 75)

Nos estudos acerca da linguagem, a produção de sentido e o trânsito de verdades têm alicerçado práticas de saber e de poder que constroem um efeito de real, delimitando sua historicidade e oferecendo-o como material primeiro das relações sociais. Os sujeitos são, a partir disso, imbricados em relações de construção de identidades, de espetacularização da cultura, no espaço de acontecimentos que, em tempos de mídia, enchem os olhos pelo fetiche de uma midiatização efêmera e de grandes conquências para a história.

Nesse sentido, a atenção à discursividade das práticas dos dias atuais incide sobre a questão dos efeitos de sentido, sobretudo, no que tange à sua produção, movências, deslocamentos e rupturas. Enquanto efeito de linguagem, o discurso se constitui

como o espaço fortuito de produção de saber, de funcionamento de poder, de evidência de imagens e, dessa forma, de fabricação de verdades. É no bojo do discurso que a contemporaneidade assiste à história do tempo presente sendo contada pela ação dos meios de comunicação de massa e, nesse entremeio, o jornalismo mediado é preponderante.

É a partir desse norte discursivo que esta obra¹ se apresenta, oportunizando um olhar para a rede de discursividade e para o regime de enunciabilidade imbricados no acontecimento da eleição presidencial americana. Inscrito num cenário de investigação acadêmico-científica, a proposta é a de atentar para a produção de imagem política na operação da mídia com mecanismos de controle e rarefação do discurso. Ao problematizar as contribuições e os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de tradição francesa, o percurso incita um trajeto de leitura que procura identificar as marcas e os efeitos do sentido que desliza sobre o que é enunciado.

Nessa perspectiva, volta-se para o exame das estratégias discursivas e atividades de agenciamento de sentidos sobre o prisma do discurso como dispersão, cuja superfície irregular exige a presença do sujeito perseguido pela sombra do outro. Assim, mais do que tentar trazer a totalidade de uma leitura de um real pelo viés do discurso, pretende-se contribuir com a discussão so-

1. Essa publicação resulta do trabalho de doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, com período sanduíche na University of Georgia/USA e desenvolvido com apoio da CAPES.

bre as práticas discursivas na interface da mídia e da política e, ainda, com foco na irrupção de acontecimentos que inscrevem a subjetividade em trajetos de representação política, positividade de imagens públicas, visibilidade e silenciamentos.

O trabalho com o conceito de prática discursiva está ligado à proposta foucaultiana de considerá-lo como “um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2005a, p. 133). Trata-se, portanto, de “não confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem” ou ainda com a atividade racional, ativada em um sistema de inferência.

Ainda na ordem de sua relevância, o trajeto aqui empreendido oportuniza uma discussão acerca da produção e movência do sentido ao considerar o trabalho da mídia com estratégias e mecanismos de controle do discurso. Trabalho esse que se efetiva a partir da produção incessante de dizibilidades capazes de edificar imagens políticas e mobilizar práticas de subjetivação na ordem do visível e do enunciável.

Nesse sentido, o percurso de investigação está diretamente atrelado à tese de que, nos momentos de campanha política de sucessão presidencial nos Estados Unidos, o presidente americano, Barack Obama, foi subjetivado pela mídia de forma a ter sua imagem pública política construída discursivamente, na ordem

de determinados regimes de verdade. Nessa operação discursiva, a mídia mobilizou trajetos de sentido e efeitos de saber/poder, produzindo o deslocamento da imagem do sujeito-presidente, fazendo-o oscilar do messias divino ao martírio do mundo, da esperança global ao vendedor de sonhos.

Nessas condições, o convite para a leitura exige do leitor considerar a ação de uma polícia discursiva de miras que convoca o sujeito a assumir posições no e pelo discurso, reservando-lhe determinados lugares na cena de visibilidade pública. Como polícia discursiva, entende-se o funcionamento de procedimentos de controle – a interdição, a vontade de verdade, a segregação da palavra – e sistemas de rarefação do discurso – aqueles da ordem do comentário e da autoria – imbricados num trabalho de tensão que filia o discurso, de um lado, ao desejo e ao poder, e de outro, ao acontecimento e ao acaso (FOUCAULT, 2006a).

A partir disso, considera-se que no cerne de suas práticas discursivas e ao mobilizar tais procedimentos, a mídia trabalha as redes de filiações do dizer, oportunizando jogos de memória e construindo relações de poder-saber as quais, na ilusão de controle do discurso, produzem verdades e tecem efeitos de real ali mesmo na transitoriedade do tempo e da história.

O problema que desenha e atravessa a proposta dessa obra diz respeito, portanto, à discursividade midiática e ao respectivo trabalho de fabricação da história pelas vontades de verdade e pelos efeitos de imparcialidade e revelação de um real que ela mobiliza: durante o mandato democrata iniciado em janeiro de 2009, a mí-

dia empreende uma ação discursivizadora, e seletiva, que trabalha a imagem de Obama a partir de um novo feixe de dizibilidades e enunciados, diferentemente daqueles que receberam um forte e decisivo efeito de evidência durante o período de campanha eleitoral desse candidato. Nessa operação de deslocamento, e ao discursivizar o acontecimento da eleição presidencial na América, a mídia produz efeitos de uma imagem política trincada.

Para efeito de justificativa, a proposta de investigação acerca da construção de imagem na política, com especial foco na fabricação de subjetividades via funcionamento do poder, trata de um atravessamento teórico que incide sobre a produção e a circulação dos discursos. Disso, tem-se a possibilidade de, no campo do discurso e do sentido, entender as manobras, táticas e movimentos de um poder que está sempre em fuga, que desliza e transita nos sujeitos não sendo deles um bem pessoal, mas o seu objeto de desejo (FOUCAULT, 2006a).

Assim, a leitura posiciona seu sujeito para a compreensão desse poder – de suas movências, de suas aparições, de seus jogos, de seu alcance – na relação dele com os acontecimentos discursivos e no bojo de relações que incidem sobre os modos de subjetivação, a fabricação dos sujeitos e a produção de uma imagem pública e política.

É preciso considerar, então, que tais movências se efetivam em um espaço, ao mesmo tempo, de evidências e silenciamentos a partir do qual esse poder viola e desbanca a paz aparente das coisas, se constituindo como a força imbricada nas relações, já

que, segundo Foucault (2005c, p. 29), o poder não cessa “de nos questionar; ele não pára de inquirir, registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. [...]”. Desse modo, e ainda segundo o autor, somos, por outro lado, “igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder”.

A escolha do tema está atrelada ao fato de a eleição presidencial nos Estados Unidos em 2008 ter vindo à tona como um momento decisório dos rumos da história e da política contemporâneos. Naquele momento, conforme defende Santos (2012), o planeta aguardava, no espaço daquela que foi considerada uma das maiores crises da história, a escolha do novo presidente americano como a salvaguarda do mundo, o responsável que reorganizaria a ordem econômico-financeira e reestabeleceria a continuidade de tempos de paz, prosperidade e desenvolvimento.

Considera-se que, além de corroborar e justificar o possível assujeitamento dos cidadãos comuns aos resultados desta eleição, a prática jornalística dilatou esse acontecimento discutindo-o, transformando-o, retomando-o, classificando-o e selecionando-o, assegurada pelo funcionamento de estratégias discursivas ligadas à memória, à fabricação de sujeitos e à virtualização do espetáculo político.

Assim, o evento histórico desse pleito político-eleitoral foi transformado em acontecimento discursivo e, nesse espaço, as posições discursivas reservadas ao sujeito-candidato Barack

Obama foram mobilizadas, na cena de visibilidade pública, segundo efeitos de sentido que o inscreveram numa ordem cosmo-teológica de governo.

Para efeito de esclarecimento é importante trazer que, no decorrer da obra, todas as referências ao presidente Barack Obama consideram sua constituição como sujeito discursivo, levando em conta o trabalho de discursivização midiática em torno do acontecimento da sucessão presidencial nos Estados Unidos da América. Assim, as denominações que lhe são atribuídas – presidente Obama, o democrata, o sujeito-presidente, o sujeito-candidato, o candidato democrata, o presidente americano – não tratam de uma inscrição empírica ou de uma cisão psicológica, mas assinalam, no espaço discursivo, a fabricação de imagem política e a ocupação de posições-sujeito pela operação que sua subjetividade recebe no seio do acontecimento e da espetacularização.

Vale ressaltar ainda que tal momento de campanha política foi marcado pela ação do discurso publicitário de caráter político-eleitoral, voltado quase que exclusivamente para a positivização da imagem pública do candidato democrata Barack Obama, a qual passou a ser discursivizada, assistida, pela grande massa, segundo um forte efeito de evidência e espetacularização. Isso se deu em função dos conceitos de prosperidade, unidade, transformação e, sobretudo, de mudança, estrategicamente associados, no seio da disputa eleitoral, à imagem do então candidato democrata.

Por outro lado, durante o mandato e em função de suas escolhas quanto ao projeto de governo, deliberações econômicas, ati-

tudes diplomáticas – e a partir do reconhecimento internacional da não correspondência política de Obama – esse sujeito permanece, já na campanha de 2012, ocupando lugar de destaque no espaço de visibilidade pública, porém sob novos olhares e a partir de uma nova política da verdade. Essa última, enfatizada por um renovado regime de discursividade midiática que lhe reserva não mais uma posição de representante divino ou de messias, mas, de produto da democracia americana, isto é, de político desse mundo, de homem comum.

Desse modo, a discussão aqui oportunizada trata do deslocamento da imagem de Obama que se efetiva a partir dos efeitos de positividade e negatização, atrelados à discursividade operada pela mídia quando da irrupção do acontecimento. No percurso de 2008 a 2012, a mídia mobilizou visibilidade e evidência à subjetividade de Obama, mas na esteira de vontades de verdade – isto é, no seio das relações de poder e de saber – e num espaço de memória discursiva que, por sua vez, oportunizaram associações, rupturas, aproximações e distanciamentos.

Necessário esclarecer que, como momentos cruciais que oportunizam esse deslocamento imagético, são aqui considerados: (a) o período de campanha eleitoral em 2008 – no momento em que se deflagra a crise econômico-financeira mundial, passando pela posse de Obama e o estabelecimento de seu programa de governo – que marca a forma como o mundo vai olhar para o processo de sucessão presidencial americano nesse espaço de grande alerta para as economias; (b) a amenização do período de crise,

a premiação de Obama como Nobel da paz em 2009 e as eleições legislativas em 2010 – que vão assinalar a intervenção de um governo na ordem econômico mundial, evidenciando a postura do novo líder, pastor, da aldeia global e sua capacidade de gerir as adversidades políticas e administrar no caos – e (c) Obama e a crise dos regimes ditatoriais no Oriente Médio com o término do mandato político e o acontecimento da campanha presidencial de 2012, momento em que o candidato se propõe à reeleição.

No convite para a leitura, logra-se a exigência de se considerar o imbricamento da política e da mídia na conjuntura da materialidade linguística, pois é, a partir dessa relação, que se se debruça, na leitura de um real fabricado, de uma história produzida e inscrita em práticas de saber e de poder. Tais práticas atravessam o espaço de constituição de coletividades e oferecem o dado a ver no bojo de um espetáculo de múltiplas faces, mas submetido a condições históricas determinadas que, por sua vez, ditam a lei do que pode ser enunciado e trazido à tona na cena de visibilidade pública.

É possível, ainda, se problematizar, a questão de que a espetacularização não garante a formação/adesão de uma opinião pública por uma política de opinião de miras. Importa, aqui, considerar a lacuna entre o domínio de intensificação do visível (imagem política) e o silenciamento do legível (fala política); e, por fim, as novas ilusões do discurso político: a quebra, as rupturas na supremacia da mídia face às exigências sociais no que tange à política e ao que é político, com especial destaque para o trabalho da Análise do Discurso na contemporaneidade.

Longe de uma fragmentação de partes, a obra se apresenta organizada em diferentes momentos, cada um deles assinalando uma discussão verticalizada que garante a problematização acerca do discurso, da mídia e da política. No primeiro deles *A tirania do dizível no espaço das grandes lutas* volta-se para a fundamentação, surgimento e contribuições da Análise do Discurso de tradição francesa (AD doravante), atentando para sua inscrição no plano dos estudos da linguagem e suas contribuições para a investigação acerca das práticas discursivas e do trabalho com o sentido. Essa discussão tange, ainda, para o diálogo que a AD estabelece com outros campos do saber como a Linguística e a Semiologia Histórica.

O segundo *Midiatização e enunciabilidade: o funcionamento discursivo na era da informação de massa* versa sobre a enunciabilidade midiática no que diz respeito à discursivização da história e a irrupção de acontecimentos discursivos e, ainda, na esteira da espetacularização de imagens. Trata-se de discutir sobre a supremacia do visível na ordem do controle do discurso, segundo estratégias de visibilidade e silenciamentos. E isso considerando a midiatização da atividade política por uma mídia politizada.

No terceiro *Política: a ação da virtù no governo da vida pública* discute-se acerca da constituição da comunidade política no sentido de se promover a problematização das questões em torno dos projetos da gestão que, por sua vez, justificaram a centralidade das decisões coletivas nas mãos de um só. Aqui, a incursão na história das práticas de gestão está voltada para a

necessidade de se mobilizarem, pelo resgate de uma memória e pela regularidade dos regimes de verdade e das políticas do saber, as marcas e os índices de valor que legitimaram a construção de imagens públicas no cenário da política. Elementos esses que perpassam o modo de subjetivação do sujeito Barack Obama no bojo do acontecimento das eleições presidenciais.

Além disso, traz-se uma discussão acerca da biopolítica e da governamentalidade, atentando para as estratégias de governo na regulação da vida comum e, portanto, para as relações de poder-saber que, no plano do discurso, atravessam e permitem o deslocamento da imagem do presidente americano.

No quarto momento *A América sou eu: o deslize do sentido e a mobilidade de imagens na política norte-americana* é apresentada a análise do corpus a partir de dois recortes complementares, conforme já comentados anteriormente. O primeiro deles tem sua construção atrelada à visibilidade do sujeito Obama segundo o regime de verdade e as estratégias que asseguraram sua discursivização e, conseqüentemente, sua subjetivação, num jogo de positivities, de dizibilidades positivas de si. Nesse sentido, traz-se à tona o sujeito Obama discursivizado pela mídia como herói, isto é, o portador de poderes incomuns à comunidade global cuja subjetivação incide sobre a ocupação da posição de “homem da providência” esperado pelo mundo em 2008.

O segundo recorte de análise, por sua vez, diz respeito ao processo de fabricação da imagem do então presidente americano a partir de um novo feixe de dizibilidades e enunciados, diferen-

temente daqueles que receberam um forte e decisivo efeito de evidência durante o período de campanha e dos primeiros anos de mandato do democrata. O funcionamento incessante de estratégias renovadas do dizível e do visível permite enxergar o trabalho com a repetibilidade enunciativa acerca do movimento da imagem pública política de Obama, mas no cerne da ocupação de diferentes posições-sujeito e no espaço da governamentalidade.

Assim, nesse segundo momento de análise, tem-se a discussão acerca das estratégias discursivas e dos regimes de verdade que, no pleito eleitoral de 2012, oportunizam o deslocamento da imagem pública do então presidente americano. Agora, a análise tange para a subjetivação de Obama imersa num discurso de desconfiança e questionamentos, os quais põem à prova sua capacidade política de gerir não só a vida dos americanos, mas os rumos da comunidade internacional.

Aberta a caixa de ferramentas, especificado o trabalho com cada uma de suas unidades e apresentado o projeto de trabalho, deve-se partir para a inserção desses elementos no plano da justificação teórica, no espaço da organização do dizer legítimo. Mais do que buscar um saber autorizado, o que se pretende é acirrar as discussões e as problematizações acerca do objeto para tentar, sobretudo, contribuir diretamente para o fazer científico. Tudo isso na perspectiva do trabalho com a prática discursiva, isto é, no imbricamento do poder e do saber, e ainda, sob o regime da discursivização nas tramas do espetáculo de imagens.

Nesse percurso o olho torna-se mais crível que o ouvido. O enunciável e o visível se envolvem e se entregam, portanto, numa relação de saber/poder de nunca acabar. Assim, é na sinuosidade dessa relação de interesse entre o poder, o discurso e a mídia que se lança o convite para se ler o trabalho de espetacularização de imagens no acontecimento da política americana no espaço de fabricação de subjetividades. É esse o empreendimento de agora.

A TIRANIA DO DIZÍVEL NO ESPAÇO DAS GRANDES LUTAS

A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém.

Michel Foucault

Em defesa da sociedade (2005c, p. 59)

Os gestos de uma interpretação ordenada: sobre a AD

A reflexão sobre a constituição de saber e as movências que esse faz operar passa pelo crivo da cientificidade e da aplicabilidade de opções metodológicas, trajetos de leitura e filiações teóricas que inscrevem, no cenário das ciências, um tratamento rigoroso dos objetos. Nesse entremeio, as condições históricas se edificam como monumentos e as verdades se proliferam em função da intervenção violenta de novos saberes, das implicações ligadas ao incessante acontecimento da volta do novo.

A mobilidade de saber está atrelada à constituição do homem e às relações que ele estabelece no espaço múltiplo e disperso de suas relações. Nisso, a produção de saber preenche um espaço decisório, pois imputa ao sujeito social a ocupação de posições de poder e lugares provisórios de arranjos identitários, de representações políticas forçadas, de movimentos que imperam pelo trabalho de si.

Assim, nos segmentos das ciências, o homem se encontra imbricado não só por sua condição de objeto, mas pela materialidade de uma relação íntima com o saber e com o poder que se constrói e se justifica pela efetividade da linguagem. Esta, por sua vez, permite ao homem, olhar para o passado, relacioná-lo com o presente e entendê-lo como condição para o futuro. Nas palavras foucaultianas:

[...] as ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem, na medida em que ele vive, em que fala, em que produz. [...] Ele organiza toda uma rede de circulação ao longo da qual perpassa o que ele pode consumir e em que ele próprio se acha definido como elemento de troca, aparece ele em sua existência imediatamente imbricado com os outros; **enfim, porque tem uma linguagem, pode constituir em si um universo simbólico**, em cujo interior se relaciona com seu passado, com coisas, com outrem [...]. (FOUCAULT, 2007a, p. 477, negrito nosso).

Material primeiro das relações sociais, a linguagem tem ocupado uma posição central na história do saber, pois sua sistematização no cerne da investigação científica tem alicerçado a

preocupação do homem ao longo do tempo. Assim, no decorrer dos séculos, ao distanciar-se de um tratamento clássico que a assegurava uma dimensão retórica, a língua penetrou no bojo das ciências humanas encontrando na figura de Saussure a atribuição de uma positividade necessária à sua própria inscrição no escopo científico. Saussure confere à linguagem um estatuto de objeto científico cuja questão central – além do abandono da religiosidade que a acompanhava – é a sistematização de um método investigativo ligado, essencialmente, à sua estrutura.

Surge então o estruturalismo saussuriano que põe em cena a língua e a fala, atentando para a primeira como elemento de estudo. O estudo da língua alcançou, no século XX, um estado produtivo. “Seu espaço foi se constituindo como lugar de ciência, tendo instaurado pelo trabalho pioneiro de Saussure elementos para a constituição da Linguística e de bases para os estudos das Ciências Humanas, em geral” (MIOTELLO, 2008, p. 85).

Nesse deslocamento que vai da Torre de Babel a Saussure, passando por Chomsky até chegar ao aparecimento dos estudos pós-estruturalistas, o estudo da linguagem é atravessado por questões ligadas à produção do sentido e, principalmente, ao processo de constituição de sujeitos. De um lado, essas movências têm revelado, cada vez mais, os vértices da produção e da efetividade dos significados ao tocarem, objetivamente, na dimensão social, cultural e política que adquire a língua enquanto manifestação humana. Por outro, acarretam o abandono de proposições que a ligavam a estruturas determinadas de pensamento determinadas, à con-

sideração da linguagem enquanto gramática universal ou, ainda, à existência de um universo de discurso organizado segundo um conjunto de gestos significantes (SILVA, 2007).

A cientificidade da proposta de Saussure inscreve a língua como foco de pesquisa e assegura para a Linguística a positividade de uma ciência. Em seu Curso de Linguística Geral, publicado em 1916, esse autor problematiza a dimensão estrutural da língua, olhando-a sob o viés de um sistema integral e dissociando-a da variável da fala. O sentido recebe, nesse contexto, um tratamento inócuo e desvinculado da possibilidade equívoca de sua ocorrência, uma vez que a língua como objeto da Linguística constituía-se como um sistema homogêneo de signos, isto é, “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2003, p. 17).

Ao propor o estudo sincrônico da *langue* em detrimento da dimensão diacrônica da *parole*, Saussure estabelece que a língua é um sistema de signos homogêneo e isso vai trazer implicações, por um lado, para a produção do sentido, agora concebido como construto ligado unicamente à estrutura de relações possíveis no âmbito da língua. E, por outro, vai nortear o fazer científico numa relação de transposição de rigor, método e programa de investigação. Nas palavras de Gregolin (2007, p. 21-22):

O Curso de Linguística Geral foi interpretado como um momento de um *corte* entre uma Linguística pré-científica e uma Linguística fundada em hipóteses e métodos

rigorosos, como o momento de instauração da “ciência do signo”: a abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em definir as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos; a ideia fundamental da arbitrariedade do signo. [...] Ao fundar a Linguística como disciplina autônoma, ela vai, por seu rigor e seu grau de formalização, oferecer às outras ciências humanas o seu método e o seu programa.

Em contrapartida, já nos anos 60, começam a se erguer as primeiras reações à abordagem saussuriana. Tais reações ultrapassaram, menos na linearidade e mais na tensão, a novidade do gerativismo e do pragmatismo, adentrou o campo da enunciação e encontrou a fertilidade necessária nos bastidores do cenário francês, especialmente, no acontecimento de maio de 68. “O movimento de maio de 68² e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter o paradigma então reinante” (FERREIRA, 2007b, p. 14).

Esse acontecimento em solo francês fez surgirem novas vertentes teóricas e discussões interdisciplinares que concatenaram estudiosos de muitas diferentes áreas. A Linguística, por exemplo, encontrava-se, nesse contexto, com a Psicanálise de Lacan

2. Também conhecido como a revolução francesa de 1968, este importante movimento aconteceu no ponto culminante do auge econômico capitalista no cenário pós-guerra e teve a França como ponto de partida. Maio de 1968 é considerado um momento de redefinição de valores e de crise no cenário internacional, sendo enxertado com as discussões acerca do papel do intelectual e das ciências humanas, da liberdade e da liberação sexual, a Guerra do Vietnã etc.

e o Materialismo Histórico de Marx. É importante ressaltar que esse fervor de questionamentos estava ligado, ainda, à posição que as ciências humanas haviam ocupado até então diante das demais ciências. Portanto, era preciso restituir a cientificidade dos estudos da área ao mesmo tempo em que se tornara iminente a quebra de paradigmas reinantes e trazer à tona conceitos e abordagens metodológicas capazes de revestir, com todo rigor científico, a investigação dos objetos.

A novidade se fundamentou na constituição de um espaço pós-estruturalista que, por sua vez, acenava para a consideração das condições de produção da língua. No âmbito da linguagem, a construção desse cenário pós-estruturalista inaugura uma preocupação com e sobre o sujeito, com ênfase nas condições sociais e históricas, destacando especial lugar à política e aos seus agentes. Assim, esse momento oportunizou um acirramento de posições teóricas que, por sua vez, contribuíram para a disseminação de múltiplas abordagens investigativas as quais tiveram como ponto comum a questão do sujeito e os efeitos de sua inscrição em condições históricas determinadas.

São quatro os filósofos que, segundo Eizirik (2002), têm influência determinante a partir de 1965 para a instauração deste cenário: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard. A autora defende que eles “contribuem para a ultrapassagem do estruturalismo, através de uma crítica que, em sua forma radical, chega ao que hoje chamamos de pós-modernismo” (EIZIRIK, 2002, p. 26).

A partir disso, estaria inaugurado, segundo Santos (2012), um novo modo de se olhar a língua, agora considerando sua estreita relação com o social, com o que lhe é ao mesmo tempo constitutivo e exterior. Um cenário de tensão que convocava e tomava outros campos do saber, principalmente a política, criando um efeito de subversão e de intervenção ideológica, e, sobretudo, redefinindo a condição de sujeito como posição a ser ocupada. Segundo Gregolin (2007b, p. 31):

Quando as três teorias se encontram (psicanalítica, marxista, linguística) criou-se um efeito subversivo, que trazia a promessa de uma revolução cultural. No contexto político dos anos 60, o efeito subversivo estruturalista ultrapassou o quadro universitário e a teoria e a literatura tornaram-se lugares de intervenção ideológica, afetando o conjunto do campo sócio-político. Instaurou-se, dentro da análise do discurso, *um trabalho do significante no registro político*, visando a uma nova maneira de ouvir a política.

No bojo desses acontecimentos estavam as ciências humanas que pairavam à procura de uma estabilidade e de uma positividade capazes de assegurá-las no rol de investigações verticais e cujos objetos, uma vez definidos, pudessem ser sistematizados e trabalhados com a dose de rigor necessário ao campo da ciência. Mas aí estava também a proposta de investigação linguística com fissuras que denotam cada vez mais a abertura para a questão da inscrição social da língua e para a consideração de um exterior – ideológico, político e cultural.

É importante ressaltar a atuação de grupos de intelectuais em solo francês, que reunidos concatenaram discussões interdisciplinares. Tratava-se de grupos de pensadores que refletiam sobre a questão das condições sociais de produção e a inscrição do sujeito no campo da política, atentando para a representatividade social e para a reprodução das relações de classe que passavam pelo crivo da ideologia política e da dominação econômica no espaço social da época. A preocupação central estava atrelada a um espaço de tensão epistemológica, onde as mudanças delinearam intensos debates teóricos e políticos que, por sua vez, surgiram de crises que atingiram “a reflexão sobre como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a História” (GREGOLIN, 2007b, p. 67).

Nisso, os trabalhos de Michel Pêcheux nortearam, de forma pioneira, o nascimento de um novo projeto de leitura da história a partir dos trabalhos de Louis Althusser, especialmente no que tange à questão dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado (Doravante AIE e ARE). Era preciso então restituir à língua a sua filiação histórica e sua inserção social, numa relação permanente com um domínio exterior de condições políticas e históricas determinadas.

A novidade do projeto pecheutiano estava ligada à consideração da inscrição do sujeito num espaço de tensão e de lutas atravessadas pelo enfrentamento ideológico e político. No *Estranho Espelho da Análise do Discurso* a intervenção de Pêcheux se dirige a uma “inclinação irresistível” à política por um projeto de leitura atrelado ao “trabalho de análise para a explicação das de-

terminações a longo prazo e das causalidades de longa duração” (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Edificava-se, então, o discurso como possibilidade de se considerar, no plano do que é dito, a questão dos silêncios, dos esquecimentos, da repetição, da regularidade e, principalmente, a questão do sentido, não mais como dependente de uma ordem de relações sintagmáticas, mas como um efeito, como uma possibilidade. O campo político fornecia capital material suficiente para um projeto de leitura e análise que olhava para a exterioridade ao mesmo tempo em que considerava a regularidade e a repetibilidade do dizer no plano das representações e dos acordos públicos em torno da fala.

Assim, no encontro da ideologia com a história e com a política, a empreitada pecheutiana atinge a linguagem pela teoria discursiva, propondo-a como condição central para a problematização das questões ligadas à forma como o sujeito ocupa suas posições e como age no plano das relações com o seu outro e com as condições exteriores que fomentam a sua própria existência. Nessa incursão, Pêcheux enxergava as características que, no seio dessas relações, mostravam o efeito de eficiência da ideologia como forma de dominação, incluindo aí a ilusão de liberdade e de autonomia e isso foi crucial para o levantamento de sua noção de sujeito (PÊCHEUX, 1997a).

São essas as boas vindas à noção de discurso e ao projeto de leitura que passa a questionar a historicidade das coisas, a verticalização dos sentidos, a constituição de subjetividades e a produção de verdades no plano do dizer. Iniciado numa aventura

de múltiplas vozes, esse projeto inaugura a Análise do Discurso de tradição francesa, tendo a Escola Normal Superior de Paris como o lugar privilegiado para o fervor das discussões teóricas. Conforme Malidier (2003, p. 17), “a ENS da rua d’Ulm não é apenas, nesses anos de 60, uma escola prestigiosa, é um lugar de ardor teórico em que o pensamento busca um novo fôlego nos encontros interdisciplinares inéditos”.

A proposta de Pêcheux não se levanta apenas como uma reação ao tratamento estrutural da língua e de suas manifestações no plano do sentido, mas se constitui como um lugar de questionamentos e inquietações que se levantam na proximidade tensa com o Marxismo, a Psicanálise e a Linguística. A geração intelectual de Pêcheux entrou na política, é importante ressaltar, pela via de uma esquerda militante e abertamente declarada. Assim, “muitos deles estavam em maio de 68 entre os apoiadores dos que incendiavam carros, atiravam pedras na polícia e se rebelavam com a tradição curricular vigente na Sorbonne” (FERREIRA, 2008, p. 42).

O projeto da Análise do Discurso nasce, portanto, numa conjuntura interdisciplinar que marca o discurso como uma produção na qual se cruzam questões da linguagem a partir de sua articulação com o sujeito e com a historicidade em determinadas condições de produção (NASCIMENTO, 2013). Portanto, a novidade do tratamento discursivo pelo surgimento da Análise do Discurso entra em cena mobilizando a História e o sujeito pela inquietude de um gesto interdisciplinar, ao mesmo tempo em que restitui a

língua à sua natureza social e propõe o sentido como efeito do dizer e não como um dado *a priori*, reclamando, ainda, a dispersão identitária de um que se apresenta como posição.

Análise do Discurso: a novidade de um projeto de leitura

O surgimento do projeto da Análise do Discurso é marcado pela publicação da *Análise Automática do Discurso* em 1969. A obra pecheutiana que assinala o acontecimento em torno do discurso como ferramenta de análise e, sobretudo, como prática política atrelada ao fazer histórico e às condições de produção que marcam a inscrição do sujeito e suas relações no terreno da ideologia. Essa guinada nos estudos linguísticos é alicerçada pelas estreitas relações que o grupo de intelectuais ligados a Pêcheux mantinha com o Partido Comunista Francês e, certamente, com as reivindicações que preenchiam o cenário de revolta francês na época.

Agora como objeto central, o discurso consistia na possibilidade de se considerar, sem abandonar o rigor de um programa e a cientificidade de um método, as condições históricas de produção e de reprodução de relações entre sujeitos no escopo da política e pela inscrição da ideologia. Entretanto, não se assegurou, nesse percurso, a constituição da Análise do Discurso como um espaço teórico pronto e acabado. Não se tratou de fornecer uma ferramenta didatizadora de leitura de determinadas condições históricas pelo viés de uma pedagogia moral, mas de propor um projeto que considerasse a dimensão social e o imbricamento

histórico no qual as relações sociais se efetivam e a partir do qual verdades são construídas numa trama de interpelação ideológica e de ocupação de posições de poder.

Numa época de aventura teórica, assim como assinalara o próprio Pêcheux em sua *Análise Automática do Discurso* – AAD, passa a operar a noção de uma maquinaria do discurso inclinada à questão da interpelação ideológica. O sujeito, por sua vez, era concebido como marcado por sua própria inscrição numa conjuntura social dada, de onde emana uma produção discursiva atrelada a condições estáveis e homogêneas.

A partir disso, a novidade do projeto da Análise do Discurso percorre diferentes momentos e épocas (AD-1, AD-2, AD-3) que convocam à ampliação de seus limites e à quebra epistemológica no que diz respeito, sobretudo, às suas filiações e aos seus diálogos com um exterior que lhe é ao mesmo tempo constitutivo. Nesse percurso, o discurso alcança cada vez mais uma dimensão que o distancia do texto – enquanto veículo linear de ideias – e do construto empírico sustentado por um sujeito psicológico.

O discurso é revestido de sua historicidade e passa a reclamar, cada vez mais, um tratamento de objeto ligado à história, à política e à subjetividade, mas no cerne de uma inscrição ideológica que traz à tona as implicações de uma exterioridade. Assim, segundo Malidier (2003, p. 23), “a referência às condições de produção designava a concepção central do discurso determinado por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o

que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui”.

Ainda influenciado pelos estudos de Zellig Harris que propunha uma análise distribucional dos enunciados, Pêcheux propõe, no momento inicial de efervescência teórica, o conceito de máquina discursiva, mas é na aproximação com as teses de Michel Foucault que o autor enxerga a necessidade de considerar a estreita relação das práticas discursivas. É nesse contexto que, segundo Santos (2012, p. 34), Pêcheux nota, então, que há “numa formação discursiva ecos de outras formações discursivas, o que o afasta do trabalho com uma concepção de espaço estruturalmente fechado e deixa em crise, as técnicas de domesticação do olhar”.

A aproximação com as teses foucaultianas, especialmente, pelo conceito de formação discursiva (FD Doravante), é crucial para a proposta de Pêcheux. Isso porque, ao considerar o atravessamento de outros discursos, de outras formações discursivas, a proposta pecheutiana se abre à dinamicidade e ao funcionamento do objeto, passando a considerar a produção discursiva não mais segundo a regularidade de um espaço fechado e homogêneo, mas segundo a instabilidade de um cenário de rupturas, onde as fissuras são preenchidas nas tramas de uma subjetividade, nos deslocamentos de uma Nova História.

Esse momento de abertura e de diálogo com Foucault se dá “dentro de uma crise irreversível das esquerdas francesas” onde Pêcheux se afasta de posições dogmáticas antes sustentadas na e pela “sua vinculação com o grupo althusseriano e com o Parti-

do Comunista”. Esse é, portanto, o momento do encontro com a Nova História, “da aproximação com as teses foucaultianas, em que Pêcheux critica duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abre várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento” (GREGOLIN, 2007a, p.70).

Já em *Semântica e Discurso*, depois de uma série de artigos publicados na revista *Langages*, Pêcheux (1997b) acirra as discussões acerca do discurso articulando a questão do sujeito e do sentido. O autor problematiza o papel das condições – históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais – para a efetividade da prática discursiva, tratando de considerar, na esteira da produção do sentido e de sua mobilidade, a questão da enunciação (PÊCHEUX, 1997b).

É importante considerar que a noção de condição de produção, assim como inicialmente proposta por Pêcheux, articulava-se com a mobilidade de uma formação imaginária, isto é, aquilo que determina o que deve e pode ser dito numa conjuntura determinada. Nesse contexto, há, assim, uma colocação da história numa posição de margem, de borda, pois se valoriza a relação entre a formação ideológica – os lugares determinadamente possíveis – e as representações subjetivas que lhe são inerentes no momento mesmo da enunciação.

Ao refletir sobre as relações entre a *Análise do Discurso e a história na (des)ordem do discurso*, Sargentini (2010) traz à tona essa importante discussão acerca do que se nomeia como exterior

linguístico, elemento tão caro à AD. Segundo a autora, a noção de condição de produção, conforme apresentada por Pêcheux,

[...] articula-se com o conceito de formações imaginárias, porque valoriza a relação entre os lugares determinadamente definidos numa formação ideológica dada e a representação que subjetivamente se constrói desses lugares em circunstância de enunciação. A história, nesse quadro teórico, mantém-se à margem, situa-se nas bordas, uma vez que a noção de condições de produção apresenta-se como simples circunstância na qual os sujeitos do discurso interagem ao ocuparem seus lugares discursivos (SARGENTINI, 2010, p. 96).

É importante mencionar que, inicialmente, a proposta de Pêcheux com a relatividade de um exterior no tratamento de uma leitura discursiva volta-se exponencialmente para o discurso político como objeto central. O que importava era a elucidação do sentido no espaço da discursividade política. Mas a consideração das contribuições de Michel Foucault, sobretudo no que ele propunha acerca dos começos relativos, da inscrição institucional e do cerceamento do discurso, oportuniza uma nova forma de olhar a prática discursiva e o papel dos sujeitos no espaço das lutas cotidianas.

Em seus estudos, Foucault pensou a articulação entre discurso e a história e, dessa forma, elaborou conceitos indicando direções para a edificação de uma teoria voltada para a análise do discurso, mesmo não sendo esse seu objetivo. Em suas

pesquisas, o autor problematiza a relação poder-saber, o trabalho com a verdade e a constituição da história do ocidente, atentando para as práticas discursivas e suas filiações que se voltavam para a produção de subjetividades em obediência a determinadas ordens de poder. O pensamento foucaultiano³ era oportuno ao projeto da Análise do Discurso especialmente porque, mesmo na profundidade e amplitude de suas incursões teóricas, o filósofo oportunizava valiosas discussões em torno do discurso, do sujeito e do sentido.

Segundo Paul Veyne, em *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*, a contribuição central do filósofo se sedia na atenção à cotidianidade do espaço onde os sujeitos se constituem e agenciam uma identidade. É nesse espaço de efetividade de relações – de saber-poder – entre sujeitos que a manifestação de práticas discursivas vai requerer uma atenção mais cavada em torno da multiplicidade do dizer e do sentido, uma vez que:

Explicitar um discurso, uma prática discursiva, consistirá em interpretar o que as pessoas faziam ou diziam, em compreender o que supõem seus gestos, suas palavras, suas instituições, coisa que fazíamos a cada minuto: nós nos compreendemos entre nós. O instrumento de Foucault será, portanto, uma prática cotidiana, a hermenêu-

3. Foucault é trazido para a Análise do Discurso pelos estudos de Jean-Jacques Courtine quando este autor se aproxima do conceito de formação discursiva e de memória ao refletir sobre a constituição e as formas de ler o corpus, na oportunidade do texto publicado na revista *Langages*, 62, em 1981. Cf. Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. (COURTINE, 2009).

tica, a elucidação do sentido; essa prática cotidiana escapa ao ceticismo, em cuja alçada acabam caindo as ideias gerais (VEYNE, 2011, p. 26).

É importante considerar ainda que, sendo a relação do discurso com suas condições de possibilidade o foco da teorização de Foucault, o atravessamento de práticas de saber/poder e o processo de fabricação da história se tornam questões exponenciais que se voltam para o projeto da AD. Isso se efetiva no e pelo encontro de fendas e lugares vazios que só podiam ser ocupados nessa relação de diálogo, e de tensão, com as incursões a cerca da história da sociedade ocidental. Com suas pesquisas acerca do saber e do poder, Foucault contribuiu, de forma decisiva, para a construção de um projeto de leitura que considera os silêncios, os espaços não preenchidos, o trânsito de subjetividades e os efeitos do *fazer* e do *dizer* no espaço da cotidianidade das relações sociais (FOUCAULT, 2006a).

Desse modo, o pensamento de Foucault representou para a Análise do Discurso, ainda no viés da proposta pecheutiana, uma abertura e uma convocação, oferecendo, de um lado, “elementos de um coerente e poderoso recurso alternativo de compreensão”, e de outro, representando “o mais importante esforço contemporâneo não só de desenvolver um método para estudo dos seres humanos, mas de diagnosticar a situação atual de nossa sociedade” (DREYFUS & RABINOW, 2010, p. 25).

A abertura se dá pela atenção ao homem como próprio objeto de investigação encerrado nas práticas das ciências humanas, o que exige um olhar fino sobre suas relações, suas lutas, suas posições e seus agenciamentos, segundo um regime descontínuo de discursividade. A convocação, por pressupor que as coisas não preexistem aos discursos, mas são esses que constituem e determinam os objetos, e permitem, ao mesmo tempo, enxergar as regularidades que regem a dispersão a que estão sujeitos.

Portanto, a novidade do projeto de leitura da Análise do Discurso instaura um cenário de diálogo entre Pêcheux e Foucault, trazendo à tona novas categorias e novos arranjos de saber pela manifestação de conceitos exponenciais que fundamentam a inscrição do sujeito no espaço mesmo de interpretação de suas práticas. Essa proximidade teórica vem tocar a questão da memória já que esta é a possibilidade de se considerar a circulação dos sentidos e as relações que mobilizam com enunciados de diferentes momentos históricos.

Essas movências ocasionaram um deslocamento da ideia de máquina discursiva inicialmente proposta por Pêcheux, quando dado os primeiros passos de sua aventura teórica, até as considerações em torno do conceito de enunciado assim como proposto por Foucault (2005a) em sua *Arqueologia do Saber*. Nesse percurso, Pêcheux traz à tona o acontecimento discursivo e norteia a questão das práticas discursivas não mais pela esteira das rupturas de saber, mas, e principalmente, pela irrupção de enunciados. O ponto central dessa discussão é a publicação, em 1983, de

Discurso: estrutura ou acontecimento? No qual Pêcheux, ao se voltar para o evento da eleição presidencial na França em 1981 analisa o deslocamento do enunciado *On gagne* do campo esportivo para o terreno da política.

Entendendo o discurso como acontecimento, Pêcheux inova com o afastamento dos textos doutrinários, consagrados e isso implicou a mobilidade de um projeto de leitura que ultrapassa a prioridade da relação de causalidade entre as palavras e as coisas e instaura um cenário de interpretação ligado a uma história viva que, por sua vez, instiga o olhar para o presente. Com efeito, é importante trazer que a relação entre linguístico/discursivo e histórico tão cara ao projeto da Análise do Discurso passa a ser ainda mais incisiva a partir dos estudos de Jean-Jacques Courtine.

Enxergando as implicações dos meios de comunicação de massa para as falas públicas, os estudos de Courtine voltam-se, já a partir da década de 1980, para relação entre imagem e palavra, provocando o papel dessas instâncias no jogo do discurso e do sentido e, mais do que isso, propõem o alargamento do escopo teórico da AD pela proposta de diálogo com uma *Semiologia Histórica*. Era o espaço, então, do imbricamento entre dizibilidade e visibilidade, da chegada das línguas de vento em detrimento das línguas de madeira. Nessa perspectiva, o trabalho de leitura do discurso político potencializou a necessidade de se considerar a relação entre uma ordem do discurso e uma ordem do olhar.

Dessa forma, propondo que “os discursos estão imbricados em práticas não verbais” e que “o projeto de uma análise dos dis-

cursos que devolve à discursividade sua espessura histórica” não pode se eximir “de empreender análises das representações feitas de discursos, imagens e práticas”, Courtine (2011, p. 148-149) apresenta sua indagação sobre:

[...] como o campo da fala pública, que excede, aliás, o do discurso político, havia se tornado penetrado por estratégias discursivas da sociedade de consumo e devorado pelo irresistível apetite do crescimento do mercado. Lá onde as “formações discursivas” empilhavam ontem seus enunciados na memória compacta das línguas de madeira ou dos “discursos sólidos”, conforme se prefira, constatamos efetivamente hoje a volatilidade das fórmulas, o desgaste precoce das palavras, a aceleração de sua reciclagem e a transformação dos dejetos verbais dos programas políticos de ontem, logo o caráter “líquido” dos discursos.

A mediação da fala pública e um tratamento discursivo das materialidades não verbais importavam à AD e, sobretudo às pesquisas de Courtine, não só porque aí se constituía uma oportunidade de se restituir aos estudos do discurso a inscrição da história, mas também por permitir ao analista desenvolver uma análise discursiva considerando a “densidade histórica” de textos sincréticos, isto é, “apreendendo a relação construída entre as diversas modalidades de textos em diferentes temporalidades” (SARGENTINI, 2001, p. 108).

Ao tratar da questão do detalhe no trabalho de leitura das materialidades discursivas, a proposta de Courtine mobilizou o

nome de Carlos Ginzburg ao evidenciar suas contribuições na problematização dos métodos de investigação de Morelli, Holmes e Freud. Segundo Ginzburg (2007), o trabalho com o sentido deve considerar os pormenores mais negligenciáveis e não se basear apenas nas características mais vistosas que, numa determinada materialidade, pretendem adestrar o olhar, produzindo efeitos de uma totalidade. Perseguir esse propósito é mobilizar uma leitura de pistas, sinais e marcas, já que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 2007, p. 177).

Desse modo, a proposta de uma semiologia histórica vem considerar as materialidades discursivas como uma produção – ligada a determinadas condições sociais, políticas, culturais – cujos detalhes exigem um olhar atento às redes de sentido que mobilizam. Por um lado, a leitura de tais detalhes possibilita enxergar o trabalho com o sentido a partir de seus efeitos de evidência e silenciamento, de transparência e opacidade e, por outro, permite se considerar o espaço de discursividade em que são retomadas redes de memória. Nisso, o conceito de memória se torna exponencial visto que vem permitir ao projeto de leitura discursiva, e no seio da nascente de um mundo da imagem, fazer-se pela veia de um sincretismo que incide sobre a singularidade histórica do acontecimento.

No trabalho teórico de Pêcheux, o papel da memória é vislumbrado como uma força de regularização que no jogo do já dito negocia a integração do acontecimento, mas também como uma

desregulação que afeta a rede dos implícitos perturbando sentidos outros e instaurando novas séries e trajetos de leitura. Desse modo, na relação imagem/memória a linearidade da transparência é atravessada por uma opacidade que provoca interrupção; e nesse choque a irrupção do acontecimento inscreve uma ordem do olhar não mais sob os indícios de uma imagem ligada ao icônico, mas principalmente por oferecer condições de se “interrogar os efeitos materiais de montagem de sequências, sem buscar a princípio e antes de tudo sua significação ou suas condições implícitas de interpretação” (PÊCHEUX, 2007, p. 53).

Com isso a contribuição pecheutiana se sustentou na proposta de se trabalhar a imagem como um operador de memória visto que o trabalho com as discursividades exigia considerar, ali mesmo no espaço de constituição do acontecimento como uma singularidade histórica, as marcas, os traços e os indícios de outros discursos, de outras temporalidades que não só importavam à análise, mas denunciavam as condições – históricas, políticas, culturais, linguísticas – do sentido.

É desse modo que no terreno da linguagem, da história e da política, a Análise do Discurso emerge como proposta alicerçada na interpretação e descrição. A partir do solo francês, ela se dissemina e conhece outras realidades, dentre elas, o Brasil. Aqui, a teoria encontra um contexto fecundo que lhe permite conhecer uma inscrição teórico-metodológica oportuna e bem peculiar. Por outro lado, em solo nacional, os estudos discursivos vão contornando uma multiplicidade de objetos que acenam, certamen-

te, para uma Análise do Discurso brasileira. Isso se dá pelo tratamento que os estudos pecheutianos e foucaultianos adquirem nesses mais de 30 anos de pesquisa na interface da linguagem com as muitas áreas em diálogo.

No cenário nacional é importante considerar as publicações da revista *Tempo Brasileiro* que conforme aponta Gregolin (2007b) ao tratar dos *Percursos da Análise do Discurso nos devãos da história do Brasil* teve participação pioneira ao acompanhar em solo nacional – e quase que simultaneamente – o fervor que os estudos de Althusser, Pêcheux e Foucault criavam na França na mesma época. A autora evidencia a figura de Carlos Henrique Escobar que promovera a discussão de tais estudos em suas várias publicações que vão desde 1962 a 1974 na respectiva revista⁴.

No entanto, no que tange a sistematicidade da teoria e à institucionalização de estudos e pesquisas pode-se dizer que a história da Análise do Discurso em solo brasileiro começa, segundo Ferreira, (2007a, p. 11) em Campinas já no final da década de 70 e, especialmente, em torno da figura de Eni Orlandi, e “vai depois ganhando corpo e se institucionalizando através dos docentes e pesquisadores que, formados, retornam a suas origens e iniciam a organizar seus próprios grupos de pesquisa”. Em sua grande maioria, tais grupos discutem a constituição epistemológica e te-

4. A revista *Tempo Brasileiro* propunha uma atitude militante em meio aos discursos ideológicos que inundavam o país na época da ditadura militar. Nascida no momento de fervor político que antecedeu o golpe militar de 1964, a revista veiculou inúmeras traduções de textos de intelectuais franceses como Althusser e Foucault. (GREGOLIN, 2007b).

órico-metodológica da AD, atentando para as contribuições de autores como Michel Foucault, Michel Pêcheux, Mikhail Bakhtin e Jean-Jacques Courtine na interface de estudos, dentre outros, de Le Goff, Michel De Certeau, Bauman, Debord e Dubois.

Portanto, promovendo rupturas no fazer científico especialmente por inscrever o homem e suas práticas num cenário moedico de saber e de poder, o projeto da AD atravessa a espessura histórica e encontra, nas resistências que mobiliza, um espaço de problematização e de imbricamento disciplinar. E nesse contexto, estão situados, em posições negritadas, o sujeito e o sentido que, no encontro da dispersão e da equivocidade, além da pulverização de posições e relações subjetivas, mexem com a constituição do social, com as representações humanas e com a edificação de nossas identidades.

Além disso, a proposta da AD se fundamenta pela possibilidade da sistematização de categorias de análise que, sustentadas na acuidade científica de um terreno teórico fecundo, se distancia do recital impotente de conceitos em face de um objeto que não é estanque. É no imbricamento de tais categorias que a Análise do Discurso se lança para a zona de tensão do saber e do dizer, convocando a história pela inserção em tramas subjetivas e sinuosas, o sujeito pela ocupação de lugares e posições nas fendas do enunciado e, por fim, o poder com seus dispositivos de segurança, de segregação e de silenciamento. É para as categorias que se parte agora.

A inscrição das categorias na dispersão discursiva

Considerando os nortes da proposta de investigação que marcam os contornos dessa obra, e mantendo-se no espaço de diálogo com os pressupostos discursivos, torna-se importante discutir acerca das ferramentas que oportunizam a empreitada no campo do sentido, do discurso e do sujeito. Inicialmente, o discurso é concebido como um espaço de dispersão, mas onde funciona um ostensivo policiamento em torno do dizer e dos seus efeitos. E nesse ínterim, o aparato teórico-metodológico dos estudos discursivos de tradição francesa, longe de uma lembrança passional de conceitos inertes, é exponencialmente oportuno, pois fundamenta o trabalho com uma leitura íngreme e agressiva quando da problematização de categorias em face da dinamicidade do objeto em questão.

O discurso é o que demanda ocupação de posições-sujeito e a produção de múltiplos efeitos de sentido. Nesse cenário, sua estrutura e seu acontecimento incidem sobre a ação de sujeitos marcados social, política e historicamente, mas agenciados em tramas de batalhas sem fim. Em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux (2008) propõe que não se encontra o real, mas se se depara com ele e é nesse encontro que operações táticas de saber e de poder são materializadas. Assim, é preciso considerar que no tratamento das relações sociais, há sempre batalhas em torno do saber e do poder e isso determina, sobremaneira, o processo de construção e constituição de uma história do presente.

O discurso funciona, portanto, numa zona de tensão e segundo rigorosas regras de aparição que assinalam, objetivamente, sua possibilidade de produção e de circulação (FERNANDES, 2005). Seu caráter de repetível e de irrupção convoca os sujeitos a assumirem posições determinadas, a defender uma subjetividade marcada, a se projetarem para o outro por se ligarem a uma identidade ao mesmo tempo singular e regular. Nesse sentido,

Considerar o discurso como acontecimento significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas [...] considerar o discurso como acontecimento é aceitar que é ele que funda a interpretação, constrói uma verdade, dá rosto às coisas. Por isso o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce (NAVARRO, 2004, p. 108).

Essa peculiar dimensão de acontecimento não lhe inibe a relação com a linguagem, mas a evidencia num jogo de relações com o que é efetivamente dito, isto é, com aquilo que opera pela retomada de uma memória, pela intervenção de uma subjetividade. É importante considerar, portanto, as pontes e os espaços entre os conceitos de discursivizar e “acontecimentalizar” por serem estes os pilares de uma história sempre em construção.

Em seu texto de 1972, *Retornar à História*, Foucault acrescenta que é preciso separar a verticalização ideológica da História, no sentido de se enxergar a imersão subjetiva a que ela está

sujeita. A tarefa deve, segundo o autor, consistir em restituir sua posição de acontecimento e sua filiação à abordagem discursivizadora dos fatos e eventos documentáveis na e pela repetibilidade dos dizeres oficiais. Isso porque,

À história se atribuía a tarefa de tornar viva a totalidade do passado nacional. Essa vocação e esse papel da história deveriam ser agora revisados se quisermos separar a história do sistema ideológico em que ela nasceu e se desenvolveu. Ela deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações fundamentais da história, tal como ela é praticada atualmente, não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Nesse sentido, vale ressaltar que o *documento* é transformado em *monumento* – para usar os termos do próprio Le Goff (2003) – pela discursivização do evento histórico e isso pressupõe a ação discursiva de sujeitos que ocupam posições institucionais legitimadas e autorizadas que influenciam, diretamente, a edificação do acontecimento. É ainda a partir dessa concepção de história – agora ocupando o lugar de uma Nova História – que se fundamenta a operacionalização de enunciados pela retomada de uma memória. O discurso é então o lugar onde é possível encontrar outros discursos e não apenas ecos que reverberam dizeres do passado; e a maior consequência é a visibilidade do trabalho do historiador que está preferindo um fato ou um determinado evento a outros tantos sedimentados no imaginário coletivo.

Segundo Le Goff (2003, p. 537), essa operação do historiador – daquele sujeito que mexe com o tecido do dizer na aventura de um tempo cronológico – é também um trabalho de interpretação e de valoração subjetiva, visto que ele escolhe o documento, “extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental”. Isso demanda um trabalho tático de montagem, de seleção, de edição e, portanto, de construção da história, da época e, certamente, da sociedade que o produziu, mas também a consideração de que “todo discurso possui uma materialidade: uma data, um lugar, uma época, uma instituição” (PINHO, 1998, p. 183). O documento, portanto, não é um objeto inócuo, mas se constitui como monumento, mesmo que trabalhado no silêncio ou no esquecimento.

Importante notar que a recorrência ao edifício epistemológico da história e ao papel do historiador é trazida pela necessidade de, no tratamento e consideração das condições de produção do acontecimento discursivo, enxergar a incursão subjetiva e a operação de cerceamento, interdição, segregação e seleção a que aqueles estão submetidos. Trata-se, ainda, de perseguir os trajetos das vontades de verdade que atravessam a constituição do que se propõe, até hoje, como o material da história. A discussão segue os estudos de Le Goff – em *História e Memória* – além das afirmações de Foucault em seus textos de 1969 e 1972.

A pertinência de tais considerações reside na proposta de entender que a produção e a prática discursiva não são neutras e nem órfãs. Elas se fazem e se erguem em estreito diálogo com um passado e com um presente. Não há dizer neutro, único. Sua singularidade está ali mesmo onde se justifica sua regularidade, sua filiação a outros dizeres, sua constituição na malha espessa de uma história construída pela presença incessante de um discurso outro e uma alteridade.

A história está para o acontecimento assim como o sujeito está para a instituição, por isso, é necessário “tratar os discursos como monumentos, ou seja, tomando-os a partir de uma dimensão na qual o tema da profundidade não serve como princípio interpretativo” (PINHO, 1998, p. 181). Assim sendo, na esteira da “acontecimentalização”, o olhar para as discursividades – especialmente num espaço de mediação e virtualidade – deve considerar, conforme defende Le Goff (2003, p. 472), que o *documento é monumento*, já que resulta do esforço das sociedades históricas para tentar construir imagens de si próprias.

Portanto, não existe um documento-verdade porque “um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. Desse modo, a transformação de um evento em acontecimento discursivo deve considerar o fervor das práticas discursivas de insti-

tuições legitimadoras que mobilizam determinadas vontades de verdade, cerceadas e inscritas em circuitos de poder.

É preciso, então, ir mais longe visto que ele – o documento-monumento – “é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o” (LE GOFF, 2003, p. 472). Nesse cenário, as redes de memória e os trajetos sociais do sentido são trazidos à tona na oportunidade de enunciados que se retomam e se atravessam na edificação de um acontecimento discursivo. Os enunciados são mobilizados e ecoam a partir de um determinado momento da história visto que ela não “se restringe apenas ao que é passado, mas se perpetua e se renova através do tempo”, pois, “ao lado de uma história escrita” há sempre “uma história viva” (HALBWACHS, 2006, p. 86).

Ainda no olhar para a discursivização e acontecimentalização da história e de seus momentos, é preciso considerar os regimes de dizibilidades que, além de decisivos para a problematização do discurso e dos efeitos de sentido que mobilizam, permitem enxergar a questão da descontinuidade histórica, isto é, evidenciam a necessidade de se “substituir a velha noção de tempo pela noção de duração múltipla” no trabalho de se relativizarem os dizeres do presente e do passado (FOUCAULT, 2005b, p. 291). Assim, a relação entre discurso e enunciado é crucial para a edificação do acontecimento discursivo.

Em sua *Arqueologia do saber*, Foucault (2005a, p. 234), ao tratar da posição da história diante da novidade do discurso como prática e dispersão, defende que é preciso atentar para as

relações que lhe servem de suporte e de revelar a densidade e complexidade que há nessa conjuntura discursiva. Essa seria, segundo o autor, a oportunidade de “mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer algo complicado e custoso que implica condições e que comporta regras”.

Disso, tem-se que a leitura dos discursos não pode se restringir à sua colocação ou relação a um contexto, uma situação ou um motivo, mas de considerá-los no que eles têm de articulação, de transformação e de tática. Ao contrário, trata-se de envolver as regras que permitem sua irrupção e mobilidade, regras essas que transgridem e ultrapassam um universo lógico ou linguístico de construção. E nesse cenário o enunciado ocupa lugar singular.

Para Foucault (2005a), considerar o enunciado e suas relações com a exterioridade é entender que o discurso não é, por sua vez, fruto de uma manifestação majestosa de um sujeito que pensa, conhece e é senhor de seu dizer, mas um lugar onde podem ser determinadas tanto a dispersão do sujeito como a sua descontinuidade em relação a si mesmo, num processo de articulação e discursividade.

Constituindo-se como unidade discursiva, o enunciado não se propõe como frase, como ato de fala ou proposição, mas é determinante de todos eles. Sua materialidade, embora não se demarque pela constituição sêmica de um construto lógico, gramatical ou locutório, não é nem inteiramente linguística e nem exclusivamente material. Ele só pode ser compreendido como função

no discurso oportunizando ao sujeito operar numa “intenção de significação” (FOUCAULT, 2005a, p. 104).

O enunciado traz, ainda, a possibilidade do acontecimento discursivo, pois instaura ordens e regimes de dizeres numa articulação com a história. Isso marca, sobretudo, aquilo que pode ser dito, discursivizado, trazido à tona – e não outra coisa em seu lugar – num determinado momento histórico e segundo um jogo de relações e associações que ultrapassam o terreno do previsível e se vinculam à possibilidade. É nesse ínterim que Foucault propõe o enunciado como unidade do discurso, acentuando a dimensão de sua raridade e singularidade.

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja [...]. O enunciado, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes [...], é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam (FOUCAULT, 2005a, p. 112).

Desse modo, olhar para o enunciado considerando as condições de sua emergência e observando a sua locação provisória em campos e domínios associados, exige se trabalhar com a fecundidade e multiplicidade dos materiais empíricos, no que eles

têm de meticuloso, de riqueza, de minucioso (FISHER, 2004). Esse olhar parte para o enunciado reservando-o a posição de função, uma função enunciativa que joga com o dizer no campo do deslize do sentido, do equívoco e da repetibilidade. A operação de uma função enunciativa atualiza dizeres e faz com que outros enunciados estejam sempre próximos de um dizer do presente, o que significa pontuar que “não há enunciados que não suponham outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papéis” (FOUCAULT, 2005a, p. 112).

No bojo dessas relações, e considerando a questão da mediação e o regime no qual se inscrevem as discursividades contemporâneas, é importante trazer as condições de mobilidade, de filiações, de associações que o enunciado oportuniza quando da sua inscrição no espaço da produção de imagens. Trata-se de se considerar o imbricamento entre uma ordem do legível e uma ordem do olhar a partir da inscrição discursiva dessa relação, atentando para os efeitos de acúmulo, raridade, singularidade e regularidade atrelados às materialidades discursivas de agora.

É a partir disso que se traz, na incursão dessa pesquisa, a problematização de uma imagem que é enunciado – uma imagem-enunciado – que se insere num jogo de relações discursivas possíveis, reatualizando outras, construindo trajetos de regularidade e singularidade na esteira de acontecimentos discursivos e, ainda, oportunizando articulações de memória e exigindo certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-la e considerá-la

em si mesma (FOUCAULT, 2005a). A proposta traz a possibilidade de se problematizar a produção de sujeitos e a mobilidade de efeitos de sentido que evidenciam os jogos discursivos em torno da imagem, neste caso, na interface da mídia e da política.

Nesse sentido, é oportuno se questionar: que estratégias discursivas – e sob quais princípios de legitimidade – podem ser trabalhadas por uma instância de poder para discursivizar o acontecimento acenando para a produção/fabricação de sujeitos e para a visibilidade destes num contexto de batalhas legítimas (como a política, por exemplo)? A resposta, em um de seus vértices, incide sobre a produção multiforme de dizibilidades acerca de eventos históricos que, pela ação discursivizadora de mecanismos e instâncias autorizadas, mobilizam o discurso e o inscrevem na ordem da possibilidade.

Os efeitos de sentido e a ocupação de lugares por sujeitos-posições mantêm-se arrolados na efetividade dessa relação. Segundo as considerações foucaultianas, o sujeito do enunciado não é o produto de uma série de operações que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso e nem a intenção significativa que invade silenciosamente o espaço das palavras, reordenando-as como o corpo de uma intuição, mas sim um lugar determinado, que também é vazio, podendo ser ocupado por diferentes indivíduos.

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados” não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em al-

gum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse [...], mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 2005a, p. 108).

Essa incursão que promete olhar para história ignorando uma inércia do texto, exige que a análise da produção enunciativa não parta para a objetividade particular de um discurso que repousa no tempo, mas considere sua reativação, sua filiação com o presente segundo um trabalho que “reencontre sua vivacidade perdida”, assim como propõe Foucault (2005a, p. 139-140):

Ora, a particularidade da análise enunciativa não é despertar textos de seu sono atual para reencontrar, encantando as marcas ainda legíveis em sua superfície, o clarão de seu nascimento; trata-se, ao contrário, de segui-los ao longo de seu sono, ou antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, na espessura do tempo em que subsistem, em que se conservam, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente destruídos.

Ainda no cerne de uma resposta possível – é importante considerar que o discurso é ao mesmo tempo objeto de luta e pelo

que se luta; ele é aquilo que traduz as lutas, mas é também o espaço onde se dá esse confronto. Disso tem-se o jogo de vontades de verdade que inscrevem o discurso no cenário do controle pela ação ostensiva de uma polícia discursiva ligada à subjetividade, à instauração de verdades e à edificação de acontecimentos.

No texto de 1970, pronunciado na oportunidade de sua aula inaugural no *Collège de France*, Foucault trata do ritual da palavra ao comentar sobre a ironia dos começos solenes e ao se voltar para o cerceamento do discurso. Segundo o autor, o dizer está sempre carregado de poderes e perigos e “sua pesada e temível materialidade” está atrelada a práticas coercitivas, de interdição e de segregação (FOUCAULT, 2006a, p. 9).

Nesse sentido, a polícia discursiva se constitui e funciona pela operacionalização dos procedimentos e mecanismos de controle do discurso, assegurando que nem tudo pode ser dito em qualquer circunstância. Surge aqui a pergunta foucaultiana fundamental: por que este enunciado e não outro em seu lugar? É a partir disso – e ainda na perspectiva dos trabalhos de Foucault com a inquietação sobre a ordem do discurso – que se considera a operação dos regimes de discursividade oportunizados na materialidade do dizer, neste caso, na edificação do acontecimento discursivo da eleição presidencial americana.

Os efeitos de controle do discurso se efetivam tanto a partir da fecundidade de seu exterior – com a interdição, segregação da palavra e a vontade de verdade – como na dinamicidade interna de sua ocorrência – o comentário, a função autor e a disciplina.

O primeiro grupo de procedimentos encontra o discurso no que ele tem de jogo entre o desejo e o poder e mobiliza sua filiação institucional, sua exterioridade constitutiva e sua historicidade, enquanto que o segundo acena para “princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2006a, p. 21).

A ordem do discurso, portanto, permite que o dizer seja interdito visto que não se pode falar de tudo, nem dizer tudo, em qualquer momento ou lugar. O discurso está sempre reclamando sua própria inscrição num espaço e tempo histórico determinado. A produção do discurso está alicerçada em práticas de saber, por isso a palavra precisa manter uma vinculação com uma legitimidade, num laço que a ela assegure autoridade e sentido.

Foucault ilustra essa relação com a oposição entre razão e loucura, atentando para os efeitos de separação e rejeição que o discurso do louco sofria desde a alta Idade Média. Segundo o autor, todo “esse imenso discurso do louco retornava ao ruído; a palavra só lhe era dada simbolicamente, no teatro onde ele se apresentava” (FOUCAULT, 2006a, p. 12). O louco era, então, aquele que não possuía autoridade e ou legitimidade do dizer visto que seu discurso não era livre para circular como os outros.

Nesse cerceamento discursivo, a presença de uma vontade de verdade aponta para o efeito de verdade que mascara a filiação do discurso ao desejo e ao poder, já que em todo dizer há um trabalho de mira com a verdade. Os efeitos de legitimidade e de auto-

ridade são convocados no discurso pelo efeito de verdade que ele reclama no ato mesmo de sua produção. Assim, os sistemas de exclusão e os procedimentos de controle discursivos interditam o dizer atravessando-o ali mesmo onde se constitui sua tessitura e sua materialidade. Nas palavras de Tenreiro (2007, p. 277):

É por essa relação sempre tensa que os enredamentos nos quais vai se constituindo tecido sintático do discurso se nos apresenta na alteridade. Uma alteridade que se lança para seus outros, que torna o solo do discurso o lugar onde a regra se defronta com suas irregularidades, onde o possível se encontra com seu impossível, onde os efeitos do imaginário entram em funcionamento no ‘real da língua’.

O espaço do dizível é sempre preenchido pela presença agressiva de regras que inscrevem os sujeitos – e a produção discursiva – num cenário de exclusão, de controle e de direcionamentos sob a ilusão de uma paternidade ilusória, sob o signo de uma gestação que se quer fazer consciente e autônoma. O discurso, nessas condições, oferece a oportunidade de se trabalhar a verdade como uma produção e não mais como a representação de uma riqueza do pensamento ou a via de acesso ao universal. O discurso está atrelado ao funcionamento de uma verdade que se manifesta como uma maquinaria prodigiosa que não cessa de excluir (PINHO, 1998), já que o sentido do que se diz não é mais um dado *a priori*, mas um efeito, uma possibilidade.

Esse efeito de verdade interessa ao método arqueogenealógico pela emanção perene de efeitos de poder e saber, e por evidenciar a subjetividade que atravessa a produção discursiva atribuindo critérios de valoração entre as noções de verdadeiro e falso, legítimo e ilegítimo, autoridade e derrogação, legitimidade e desprestígio. Assim, ao enunciar, os sujeitos tendem a aportar-se nesses lugares na tentativa de conferir uma verdade, uma autenticidade legítima e autorizada a seus discursos.

Em sua *Microfísica do Poder*, Foucault (2007b) apresenta que a verdade, sendo desse mundo, não existe fora e nem além do poder. Assim, segundo o autor:

O importante [...] é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o emprego de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007b, p. 12).

É, portanto, diante dessa verdade – que se mostra e se evidencia no discurso com uma presença insidiosa e marcante – que se pensa o trabalho do analista do discurso. No tratamento com as

condições de existência, suas condições de produção e seus atravessamentos e filiações, o analista do discurso precisa proceder com uma leitura das práticas discursivas numa perspectiva que ultrapasse a dimensão sintomática do texto. Nessa incursão em torno do legível, daquilo mesmo que constitui a materialidade discursiva, é preciso considerar a irrupção de acontecimentos e o funcionamento de um sistema de regras que mobilizam os diálogos e os duelos que os discursos, os enunciados estabelecem com outros discursos, outras vozes, outros dizeres (GREGOLIN, 2007a).

Nesse entremeio, o que deve importar é a ação violenta do poder e o distanciamento da filosofia política tradicional, assim como o propõe Foucault. A questão central deve ser: “de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade dotados de efeitos poderosos tanto no nível do discurso, do saber, como no nível das práticas institucionalizadas?” (PORTOCARRERO, 1998, p. 215). Essa questão toca no pilar da Análise do Discurso de tradição francesa, pois reclama a descrição das práticas, dos enunciados, do dizer pela via da interpretação.

O jogo da verdade convoca a leitura do discurso a participar de seu próprio acontecimento na medida em que põe em cena os riscos da alocação a uma subjetividade, do preenchimento de posições no momento mesmo de sua intervenção pela leitura da materialidade. Por isso, torna-se necessária a quebra dos óculos vermelhos que determinaram e instauraram, outrora, o projeto de uma leitura sintomática do discurso. A interpretação discursiva deve considerar o espaço de dispersão dos enunciados e aten-

tar para a produção de efeitos de sentido que acenam para as relações de saber/poder e para a produção de efeitos de verdade. Sobre isso Foucault (2007b, p. 26) argumenta:

Se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, [...] como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos.

No bojo dessas relações é necessário, ainda, considerar a constituição do sujeito e suas movências, visto que ele se filia a procedimentos, se liga a mecanismos, materializa estratégias e táticas, reclama uma individualidade e se inscreve num arranjo identitário. A investigação acerca do poder instiga a condição de liberdade do sujeito uma vez que a resistência é a própria condição das lutas e batalhas em torno do poder. “Dizer que não existe sociedade sem relação de poder não quer dizer que [...] nem de qualquer modo, ‘o poder’ constitua, no centro das sociedades, uma fatalidade incontornável”; mas que a análise, assim como a elaboração e a evidenciação de tais relações é uma tarefa produtiva e incessante, e que se torna preponderante e inerente à existência social (FOUCAULT, 2010c, p. 291).

Nessas condições, o acontecimento oferece, com sua instabilidade, a fecundidade para lutas e correlações de força visto que não há objetividade de um poder sem a inversão eventual de uma resistência. Nas operações de memória discursiva que mobiliza, na incursão de um enunciado, o acontecimento evidencia a tônica de um olhar genealógico, pois está atrelado a operações táticas de poder.

Considerar o acontecimento discursivo a partir de uma inscrição genealógica é partir para a demarcação dos acidentes, os ínfimos desvios, os erros, as falas, as quebras, as rupturas. É considerar o lugar onde o “Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência” e “fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos” (FOUCAULT, 2007b, p. 20).

O poder confere ao discurso uma convicção de potência: assinala sua instabilidade, prova o barulho de sua determinação histórica, discrimina o disfarce do desejo em sua aparição, preserva a discórdia das coisas. É o que se pode notar a partir das seguintes materialidades:

Figura 1: Revista *Época*
19/01/2009



Fonte: <http://editoraglobo.com>

Figura 2: Revista *Newsweek*
Ed. Esp. 2009



Fonte: <http://mag.newsweek.com>

Em ambas as produções há a inscrição do evento da eleição presidencial americana na ordem do acontecimento, pelo trabalho de discursivização em torno desse momento histórico. O trabalho midiático opera na ordem do discurso produzindo efeitos de positividade, de evidência do então presidente eleito Barack Obama que é trazido à cena de visibilidade como super-herói.

Na *Figura 1*, a operação de memória aproxima o que é da ordem do mítico ao que se apresenta como realidade e esse deslocamento se torna possível pela estratégia de representar o sujeito Obama nas vestimentas de um personagem já discursivizado no imaginário social como super-homem. Isto é, o herói que detém poderes únicos e não comuns ao grupo ou a espécie. Na *Figura 2*,

a imagem do presidente também está atrelada a uma positividade que lhe permite questionar “como consertar o mundo?”⁵ como se o planeta pudesse ser, ao seu desejo, facilmente manipulado e/ou organizado.

Nessas materialidades pode-se observar o trabalho astuto com o dizer na tentativa de se produzir um efeito de verdade que preva-
leça, que se justifique. Isso porque nas capas, Obama é apresenta-
do como aquele que pode resolver os problemas globais; é dito que
ele representa o mito – pelo efeito de singularidade que marcou
sua candidatura – e sua eleição – à presidência da maior potência
do planeta – e a realidade – ele é deste mundo, é paradoxalmente
o super-homem com poderes sobrenaturais e o homem comum
que, por ser humano, conhece os problemas da população e pode
agir em prol de todos. Considerando as condições de produção e
a mobilidade do dizer pode-se mencionar que, nesse momento, a
fabricação da imagem do sujeito Obama é estratégica visto que “as
imagens significam em relação à memória e as memórias são sem-
pre outras” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 176).

Assim, não é qualquer dizer que corrobora a imagem positiva
do democrata, mas aquele que o apresenta como a esperança glo-
bal. Não é em qualquer lugar que o discurso acerca da capacidade
dele circula, mas num veículo que dissemina saber no espaço
midiático e que se volta para a grande massa. Ao sujeito Obama
é assegurada uma subjetividade que se institui nos efeitos de po-

5. Todos os excertos e passagens de materialidades em língua inglesa são apre-
sentados no corpo do texto em português como resultado de tradução livre.

sitividade, de capacidade e de esperança, pois ele é convocado a assumir uma posição no discurso, fazendo-se, ao mesmo tempo, operar uma objetividade peculiar.

A discursivização desse evento – a sua retomada em muitas materialidades diferentes, a sua relação com outros momentos da história, a produção de dizibilidades em função de sua ocorrência – o transforma em acontecimento e é na repetibilidade dos enunciados, dos discursos, que os sujeitos são convocados a ocupar determinados lugares e posições subjetivas, uma vez que no âmbito de práticas cujas filiações são espessas e múltiplas, o discurso sempre faz convergir para um centro, uma unidade (NAVARRO, 2011, p. 276).

O sistema de regras a que se submete e a partir do qual o dizer é trabalho nas respectivas capas de revista corrobora a presença incessante de uma vontade de verdade que se pretende universal. Essa vontade de verdade produz seus efeitos porque se alicerça em práticas de saber: as capas se constituem como espaços de poder-saber que concatenam vozes institucionais, afirmações legitimadas de especialistas que adquirem certa autoridade ao enunciarem: “Um novo grande negócio – Fareed Zakaria; Aca-bando com o vício do petróleo da América – T. Boone Pickens e Salvando a economia – Joseph E. Stiglitz”.

As capas são objeto de um trabalho tático de interpretação, seleção, edição e montagem. Além disso, há a materialidade verbal que confere a legitimidade necessária às afirmações, pois retoma o dizer a partir de sua inscrição institucional, assim como

se observa a partir dos efeitos pedagógicos do manual em “Um guia para o próximo presidente”, bem como na *Figura 1* quando se apresenta, mesmo sem a definição de quem está ocupando a posição autor, a verdade, isto é, o efeito de verdade de que “A partir desta semana, Barack Obama vai ter de mostrar que está à altura das expectativas que o mundo inteiro” – importante frisar que se trata de expectativas que o mundo, e não apenas a América, “depositou nele”.

É nessa perspectiva que se propõe percorrer o espaço de mobilidade dos sujeitos, de fabricação de verdades e de seus efeitos e a edificação dos acontecimentos. Nesse trajeto, interessa enxergar a operação de uma polícia discursiva que inscreve as dizibilidades na ordem do controle e da rarefação e obriga o sujeito a ocupar posições no discurso, mas atrelado a práticas de saber e de poder.

Sujeito e poder: a subjetividade no espaço das resistências

A mobilidade do sujeito é possível pela presença indiscreta do poder. Essa é uma das afirmações que ratificam o lugar exponencial que as relações subjetivas ocupam na preocupação de Foucault. A partir de sua incursão acerca de uma genealogia ligada à produção de saber e atrelada ao trânsito de verdades, o filósofo propõe uma guinada à noção do que se constitui como poder ao tratá-lo não sob o olhar singular do Estado ou de suas instituições legítimas, mas considerando-o na dinamicidade de operações astutas e de táticas movediças. São essas táticas que,

segundo a proposta foucaultiana, atravessam o corpo social preenchendo os espaços mais íntimos da vida cotidiana.

A proposta genealógica de Foucault torna-se indispensável porque incide sobre a história, sobre a produção e a ação de sujeitos em espaços diferentes – e múltiplos – e oferece uma nova forma de olhar o passado: não mais a partir de sua integridade reveladora das origens, ou de uma positividade belicosa, mas, na sua condição de acontecimento e na sua inscrição no terreno da subjetividade. O poder revela – e confere – a possibilidade de se entender “o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição e o funcionamento dos enunciados” que delimitam a emergência da verdade.

Nesse sentido, “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” na condição de um regime (FOUCAULT, 2009, p. 14). Portanto, na interface do poder e dos regimes de verdade estão os acontecimentos que se irrompem e as tramas de saber que assinalam a subjetividade e as resistências.

No contexto da incisão política, a proposta não é a de revelar ou de dissociar a verdade do sistema de poder: ela não é ré-fém, mas a força, o tecido mesmo que constitui o próprio poder. Trata-se de se projetar na contramão de uma idealidade com a proposta de se “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia [...] no interior das quais ela funciona” (FOUCAULT, 2009, p. 14). Em sua *Microfísica do Poder*, Foucault problematiza a natureza das relações de poder-saber inscrevendo-as no

plano de operações táticas, estratégias e dispositivos que evidenciam a ação de micropoderes, aqueles poderes periféricos e moleculares que se disseminam por toda a estrutura social.

Já em *História da sexualidade 1: a vontade de saber*, o filósofo traz que o poder está em toda parte; seu caráter de onipresente institui que toda relação social é essencialmente uma relação de poder. Não é que se possa assegurar-lhe uma unidade universal característica, mas de concebê-lo como o que subsidia, fundamenta e condiciona as correlações de força que se travam na cotidianidade das relações subjetivas. Assim, o poder é fecundo por sua própria natureza de deslize, de possibilidade cuja ocorrência é, sobretudo, um efeito, uma vez que:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2010b, p. 103).

Nesse sentido, é importante ressaltar que é no seio da relação do sujeito com o seu outro que as relações de poder se evidenciam. Elas se mantêm atentas às manobras de controle que tra-

zem à tona uma subjetividade assentada e aliada ao princípio de dominação. Mas o poder não é encontrado na simetria da relação dominantes x dominados; ele não é algo que se adquire, entrega, compartilhe, invoque, que se detenha sob o crivo de uma autoridade forjada mas é exercido lá mesmo onde encontra resistência.

No espaço de uma exterioridade, na densidade do tempo e do espaço as resistências funcionam como formas de poder que são sempre “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” e que por definição, “não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (FOUCAULT, 2010b, p. 106).

Tais considerações, mais do que evidenciar o caráter de malfezimento do poder, assinalam a peculiaridade e a riqueza de uma oposição crível: sua positividade, assim como ressalta Foucault na obra *Em defesa da sociedade*. O poder possui uma eficácia produtiva corroborada pelo regime de saber que faz produzir sujeitos. É preciso então não enxertar a análise genealógica com uma aridez exagerada que enxerga apenas a negatividade do poder, isto é, sua força coercitiva, seus efeitos de interdição, repressão; entendendo-o apenas como força inibidora que segrega, mascara, engole, dissipa. O poder reclama uma positividade que se filia ao trabalho com a verdade, mas que tem como alvo o sujeito: ele é produtor de individualidades, pois constitui o sujeito, no jogo incessante de saber, como um de seus efeitos.

O vértice da questão do poder é então a produção de subjetividade. Ao funcionar em cadeias e segundo tramas de saber, o poder institui o sujeito como seu intermediário: o poder circula, se exerce, transita e nessas movências impõe ao sujeito deslocamentos, movências, que o asseguram a ocupação de lugares, a briga por uma identidade e a evidência na condução de mecanismos finos de saber. Nesse jogo, há a presença marcante de correlações de força, vivas formas de resistências, uma vez que lá onde há poder há também, e sempre, resistência.

Em sua aula de 14 de janeiro de 1976, Foucault ratifica essa dimensão positiva do poder, defendendo que:

O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles [...]. Na realidade o que faz com que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o *vis-à-vis* do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 2005c, p. 35).

É importante destacar aqui que sendo constituído e atravessado pelo poder, o sujeito é um efeito dele, e sua inscrição no

bojo da ocupação de lugares sociais está atrelada às tramas e movências de um saber que se propõe legítimo. Nesse contexto, pode-se questionar: O que é o poder? Como tratá-lo em face das formas e lugares de governo considerando que a análise de seu funcionamento não pode se prestar ao estudo das instituições ou às regionalizações setoriais e/ou globais de aparelhos de Estado?

A resposta incide sobre a consideração dos graus de racionalização que as relações de poder reclamam quando de sua efetividade no espaço cotidiano das lutas subjetivas. Com isso, a política não pode ser lida como um princípio primeiro ou ainda um espaço fundamental de instauração da ordem do poder, mesmo que seja o campo onde a tensão de um desejo de poder oportunize batalhas acirradas.

Dessa forma, não se pode negar, ignorar “a importância das instituições na organização das relações de poder, mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso” (FOUCAULT, 2010c, p. 291). A política se apresenta como campo de batalha, como espaço de luta, como campo de ação de uns sobre outros e tudo isso pressupõe exercício de poder e mobilidade de resistências. Considerar a dinamicidade do poder no escopo da representação política ou no espaço de constituição da idealidade de um “bem coletivo” é permitir uma análise que ultrapassa o império da lei e da coerção e que se coloca, ao contrário, no espaço de regras, de modos de ação sobre ações, onde ele – o poder – é exercido a partir de miras determinadas.

Assim, a ação política – e as práticas de poder que mobiliza – só pode ser considerada a partir de sua inscrição no terreno instável de relações sociais, as quais oportunizam e condicionam a instauração de um espaço social legítimo. Isso porque “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo a que seja possível para alguns agir sobre a ação de outros” (FOUCAULT, 2010c, p. 291) o que justifica não haver sociedade sem relações de poder. As estratégias de luta marcam que a relação de poder constitui um alvo, uma vez que não há poder que se exerça sem uma série de miras, de objetivos, inscritos em práticas de saber e materializados por dispositivos determinados.

Aqui é importante considerar os efeitos que uma possível governamentalização das relações de poder pode ter alcançado em função de sua ligação a aparelhos e instituições do Estado. Isso porque, nas palavras foucaultianas:

As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos em uma sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se, em outros. É certo que o Estado, nas sociedades contemporâneas, não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive (FOUCAULT, 2010c, p. 293).

Em adição, considerando a liquidez da sociedade contemporânea e a materialidade que as formas do dizer adquirem, é im-

portante frisar a dimensão pulverizada do poder. Não se trata, portanto, de uma violência, mas de uma relação que perpassa as instituições e os discursos, por isso os enunciados são, ao mesmo tempo, veículo e efeito do poder. A produção de dizibilidades instituída e reclamada como essência das relações sociais, logo, de poder, mantém com este uma aliança inevitável visto que, ao funcionarem na e pela linguagem – e segundo um criterioso sistema de regras – os sujeitos edificam representações, cavam verdades e operam com os sentidos.

É nesse sentido que se propõe enxergar como as práticas discursivas produzem verdade pela mobilidade do dizer uma vez que elas se exercem a partir de lugares de saber determinados. É importante considerar que há sempre “um resto a ser contado”, rastros de outras discursividades que produzem “efeitos de trama” e convocam a história a posicionar-se ali mesmo na condição de espectador de sua própria construção (SILVA, 2007, p. 203).

Desse modo, “as características ligadas ao saber e à sua produção são provindas dos choques proporcionados pelas forças em sua relação com os âmbitos do visível e do enunciável” num movimento perigoso de silenciamentos e evidências que instaura um trânsito incessante de verdades. “Disso decorre não uma consequência, mas um jogo de mobilidade em que toda produção de saber é ao mesmo tempo o que remaneja, redistribui e atualiza as relações de poder”, conforme discute Marcello (2009, p. 233) no texto *Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura*.

Com base nisso, pode-se fazer menção aos lugares de poder e às formas de institucionalização de saber que justificaram e garantiram a instauração de regimes de governo e sistemas de soberania no decorrer dos séculos. Conforme se discutirá em *Política: a ação da virtù no governo da vida pública*⁶, a sociedade esteve marcada, ao longo de sua história, por vontades de verdade ligadas à dominação e à doutrinação religiosa de reis e senhores, o que atribuiu uma grande visibilidade à dimensão coercitiva e de interdição do poder pela ação da palavra. O que se traz aqui é a questão de que “a racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana”, assim como aponta Foucault em seu texto de 1979 (FOUCAULT, 2006b, p. 319), ao se debruçar sobre a razão de Estado.

Por isso, da doutrinação religiosa que assegurou a posição sublime de um rei supremo na antiguidade clássica ao favorecimento de uma razão que instaurou o regime de controle e de disciplina por um soberano na Idade Média, o exercício do poder esteve alicerçado em práticas de saber que tinham como alvo a produção de um sujeito, não menos resistente, mas agenciado num sistema de positividade e torturado pela ilusão de uma liberdade condicional. A partir do século XIX, a razão política se distancia ainda mais de uma referência à natureza e se liga à questão da existência.

6. Terceira parte dessa obra, quando se menciona a idealidade de um projeto subjetivo que convoca o sujeito – até o final da Idade Média – a assumir uma positividade e uma racionalidade atípica.

O que importa agora é o problema das relações do indivíduo com a sociedade num movimento que põe em relação de tensão um sujeito disperso. Esse, por sua vez, só pode ser compreendido a partir da ocupação de lugares sociais, de posições identitárias móveis e não mais na inércia de uma subjetividade que se presta unicamente à uma vigilância perene por instituições determinadas. É oportuno trazer à tona a pergunta “O homem está morto?” que dá título à entrevista de Foucault com C. Bonnefoy em 1966. A questão da existência acena com as condições favoráveis para a problematização do poder como riqueza fortuita que toca a todos e a todos põe em relação.

É nesse cenário que a atenção da leitura deve incidir sobre o “problema das relações do indivíduo à sociedade, da consciência à história, da práxis à vida, do sentido ao sem sentido, do vivo ao inerte.” (FOUCAULT, 1966, p. 3). Tudo isso tange para a produção de individualidade, para a fabricação de sujeito, “um supersujeito” que pode ocupar diversas e múltiplas posições não sendo, paradoxalmente, senhor de nenhuma delas.

Nesta perspectiva, tudo acontece na ordem do dizer, do enunciável e do visível onde movimentos de poder e de contrapoderes se entrecruzam numa tensa relação de nunca acabar (INDURSKY & FERREIRA, 2007). O grau de visibilidade que um sujeito adquire perante o acontecimento é um efeito, uma marca de práticas discursivas imbuídas na operacionalização de táticas de poder e de estratégias de saber. Desse modo, a insistência indiscreta do poder obriga o sujeito a desapropriar-se de si, mas cons-

tituindo para si mesmo uma subjetividade e uma objetividade pois “uma coisa é resistir ao poder; outra é dele escapar”.

A resistência, como condição de existência do próprio poder “é o que dá à fuga condição de possibilidade. A luta agonística é necessária aos movimentos não apenas de resistência, como de fuga, justamente porque é a partir dela que são promovidas novas formas de objetivação” (MARCELLO, 2009, p. 234). Disso tem-se que o poder funciona e está ancorado em tecnologias que o põem em operação.

Ao longo do tempo a política – no acontecimento de sua ocorrência e a partir de seus diversos mecanismos de sujeição, de dominação e exploração – tem convocado o sujeito à evidência e ao silêncio, mas submetido à ação de tecnologias que o inscrevem num determinado grupo, que assinalam a sua condição de unidade e ao mesmo justificam seu papel de representação de um corpo. Isso denota a presença atualizada de uma antiga e poderosa tecnologia de poder: o poder pastoral.

O poder pastoral é o que oportuniza os processos de individualização e totalização. De acordo com Foucault, a política trabalha conduzindo o sujeito no entremeio dessas técnicas, visto que o Estado é uma forma de ação tanto individualizante quanto totalizadora. Segundo o autor, “nunca, na história das sociedades humanas, houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa de duas técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 2010b, p. 279).

A partir disso é que o sujeito da ação política que, na tentativa de justificação de um projeto de condução coletiva – como no evento de uma eleição presidencial, por exemplo – se constitui e se mostra, na cena de visibilidade pública, como aquele encarregado de conduzir a si e aos outros, mas enxergando a cada um na coletividade, ao mesmo tempo como o outro de uma conversa particular e o todo de um grupo. É o que se pode observar, ilustrativamente, a partir da leitura discursiva do *e-mail* de agradecimento de Obama ao vencer o pleito eleitoral em 2012:

Figura 3: *e-mail* de agradecimento de votos de Obama

Amigo,

Estou às vésperas de falar com a multidão aqui em Chicago, mas eu quis agradecer a você primeiro.

Eu quero que você saiba que isso não foi destino, que não foi por acaso. Você o fez acontecer.

Vocês se organizaram de quarteirão em quarteirão. Vocês assumiram a responsabilidade dessa campanha em cinco e dez dólares num momento. E quando as coisas não estavam fáceis, você deu continuidade.

Eu passarei o resto de meu mandato honrando seu apoio e fazendo o que eu puder para terminar o que comecei.

Mas eu quero que você se orgulhe, assim como eu, de como colocamos a oportunidade em primeiro lugar.

Hoje é a prova cabal de que, ainda que contra as probabilidades, os americanos comuns puderam vencer interesses poderosos.

Ainda há muito trabalho a fazer.

Mas por enquanto: Obrigado.

Barack

Fonte: www.barackobama.com

Inicialmente pode-se apontar que as próprias condições de possibilidade desse discurso já reservam sua inscrição num contexto da intimidade de uma conversa particular. Por se tratar de um *e-mail*, a materialidade discursiva evidencia efeitos de particularidade entre um determinado sujeito que enuncia e outro que ocupa a posição de destinatário. Além disso, pode-se ressaltar o trabalho estratégico com o poder a partir de sua pulverização no discurso e da diluição dos enunciados.

Isso é percebido na força de uma vontade de verdade que procura incessantemente produzir um efeito de igualdade entre os sujeitos – o então presidente reeleito e os demais eleitores que o apoiaram. Para tanto, a Obama é reservada a posição de sujeito-autor como se fosse ele mesmo o responsável pela escritura do *e-mail*, e como se este resultasse de uma preocupação e um envolvimento pessoal daquele personagem político para com o cidadão comum.

Considerando a constituição da materialidade linguística e o trabalho subjetivo aí exercido, tais posições podem ser corroboradas pela produção do discurso em primeira pessoa, e pela objetividade do dizer através do direcionamento “Amigo” e ainda pela repetição minuciosa do pronome “Você” no corpo do *e-mail*, e isso marca o poder, destacando sua natureza de intencional e não subjetivo. Isso porque, segundo Foucault, se as relações de poder são, de fato, inteligíveis, “não é porque sejam efeito, em termos de causalidade, de uma outra instância que as explique, mas porque atravessadas de fora por um cálculo: não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (FOUCAULT, 2010b, p. 105).

A intencionalidade do poder não está ligada à sua possível detenção por um sujeito consciente, mas a práticas efetivas que produzem efeitos de racionalização. O poder funciona ignorando a inércia de uma subjetividade. Atrelado à dispersão do discurso, ele transita pelo indivíduo, funcionando em tramas complexas e minuciosas que põem em jogo uma espessa rede de sentidos, constituídos em efeitos do dizer. É partir disso que se observa o imbricamento de relações de poder quando da produção do respectivo *e-mail*, sobretudo, pela retomada das precauções de método foucaultianas assim como apresentadas na aula do dia 14 de janeiro de 1976, *Em defesa da sociedade*.

Entretanto, é importante observar ainda que ao se inscrever na cena enunciativa, o sujeito Obama deixa de ocupar a posição de representante legítimo de um poder que se propõe supremo. Deslocando-se do lugar do soberano, o sujeito – num movimento tático que pressupõe um conjunto de miras, procura incluir-se na ordem do discurso. *Ele* reclama uma subjetividade marcada, isto é, subjetiva-se não mais como o “super-homem” ou “supersujeito” que põe em choque o mito e a realidade, mas como cidadão comum, tendo como alvo os efeitos de harmonia, fraternidade e gratidão que o asseguram a posição de sujeito desse mundo – com sentimentos comuns ao grupo, à coletividade que o apoia.

É por isso que, segundo Foucault, é preciso considerar o poder a partir de sua presença no interior de práticas reais e efetivas. Deve-se, portanto:

Estudar o poder, de certo modo, do lado de sua face externa, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode denominar, muito provisoriamente, seu objeto, seu alvo, seu campo de aplicação, no ponto, em palavras, em que ele se implanta e produz seus efeitos reais. Portanto, não: por que certas pessoas querem dominar? O que eles procuram? Qual é a sua estratégia de conjunto? E sim: como as coisas acontecem no momento mesmo, no nível, na altura do procedimento de sujeição, ou nesses processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos (FOUCAULT, 2005c, p. 33).

Pelo preenchimento da função autor na indicação de seu prenome – Barack – já que Ele poderia ter se implantado, se marcado no fio do discurso ocupando a posição de “Presidente dos Estados Unidos da América” – pode-se retomar a questão de que o poder está disseminado e atravessa um espaço disperso onde micropoderes se efetivam e funcionam. Ainda no bojo de seu funcionamento e da produção da subjetividade, há a questão da individualização e totalização, conforme apontado mais anteriormente.

Por meio da circulação do enunciado “agradecer a você”, mesmo que esse “você” seja direcionado ao eleitor, a produção discursiva alcança um efeito de que pode se estar se referindo a todos e a cada um em especial. Pode-se estar se referindo ao eleitor americano ou a qualquer outro sujeito que, na particularidade de sua existência, manifestou apoio ao pleito e isso revela a minúcia do detalhe de uma vida particular. Entretanto, a partir

do momento em que esse discurso passa a circular socialmente, sobretudo quando disseminado na amplitude da esfera midiática, ele se dispersa, circula e atinge outros sujeitos e até mesmo aqueles que podem ter, ao contrário, manifestado passividade ou rejeição ao projeto de governo do candidato.

A questão da individualização – sob o crivo da produção de subjetividade – e da totalização do poder, pode ainda ser buscada na especificidade do discurso pela materialidade do gênero *e-mail*. Por sua constituição material, o *e-mail* mobiliza um efeito de particularização da correspondência, inscrevendo o dizer na ordem da intimidade pessoal, ao mesmo tempo em que se expande e rompe barreiras porque se constitui ali mesmo em acontecimento. Sua produção pressupõe um trabalho subjetivo estratégico de uma polícia discursiva ostensiva que opera pela montagem, edição, escolha, interdição, enfim, pela ilusão de controle do dizível – e de seus respectivos efeitos.

Mas entender o poder na fortitude de sua ação é, assim como aponta Foucault em sua *Microfísica do Poder*, considerar que seu exercício pode suscitar aceitação, acúmulo, mas não na forma de uma violência consentida, visto que ele:

É um conjunto de ações possíveis: ele opera sobre o campo das possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o

quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2007b, p. 288).

Essa dimensão pulverizada do poder, que também acena para uma tecnologia ligada à unidade e à totalidade, inscreve a dimensão do governo sob o signo de uma atualidade. O exercício de poder, nessa perspectiva, reclama uma ação de condução de si e do outro; uma ação de conduzir condutas, fazendo-se como parte delas, como representação de sua singularidade e de sua totalização. É nessa veia que os sujeitos inscritos nas práticas políticas se deparam com um novo efeito de governo. Uma noção de governo que extrapola os limites de uma instituição, que se desvincula da violência contratual ou da guerra jurídica e que reclama, como efeito primeiro, a liberdade.

Importa, nesse cenário, a meticulosidade do detalhe – na dimensão mesma que representa o olhar e a atenção à minúcia de cada movência do sujeito – visto que, conforme aponta Foucault em *Vigiar e Punir*, “todo detalhe é importante, pois aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares” (FOUCAULT, 2010a, p. 135). O detalhe que constitui a dispersão de uma subjetividade é o que permite o sujeito ser apinhado em tramas de saber e sempre ser alimentado pelo desejo de conduzir o outro na defesa de ser ele mesmo o supersujeito – aquele instituído do poder de decidir, propor e executar os projetos garantidores da ordem social e do bem-estar coletivo.

Esta é a condição de possibilidade do poder que deve ser concebido não no limite de suas formas terminais, mas “na recalitrância do querer e na intransitividade da liberdade” sendo ela mesma o que justifica na impossibilidade de alocação do poder, seu deslize e sua escapatória. Assim, “não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, em uma relação de exclusão, mas um jogo muito mais complexo: nesse jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (FOUCAULT, 2010c, p. 289).

Portanto, é na potencialidade da incisão política que se propõe enxergar o imbricamento e a tensão de relações de poder, considerando a efetividade de práticas que fazem acontecimentalizar a história. A preocupação incide sobre o espaço onde o dizível, o enunciável e o visível se materializam na e pela produção de vontades de verdade, na incisão da fabricação do presente e, sobretudo, na ordem dos efeitos de ineditismo e de efemeridade do espetáculo. Nesse cenário, a midiaticização do discurso político e a virtualidade das relações sociais na sociedade atual colocam a mídia no espaço de evidência.

Assim, o funcionamento discursivo nessa que se constitui como a era da informação de massa é atravessado pela lógica do mercado de consumo e da publicidade, e nesse entremeio o trabalho com o sentido deve considerar, conforme aponta Zoppi-Fontana (2011, p. 167), “os três momentos que o produzem: a constituição, a formulação e a circulação”. Trata-se, então, de se atentar para os efeitos de sentido nas práticas discursivas midiaticizadas, sobretudo, no que tange à produção de imagens que

oportunizam a fabricação do espetáculo político e que inscrevem os sujeitos na ordem da subjetivação.

Assim, é preciso quebrar o efeito de completude, essa ilusão de uma cobertura simbólica, sem furos, do real, lendo a relação entre midiaticização e enunciabilidade pela óptica da materialidade do poder. Considerando que as estratégias do *warfare* midiático incidem sobre a irrupção do acontecimento discursivo, volta-se agora para a discussão sobre a mídia e seu trabalho de produção de sentido. Interessa enxergar a incisão que a mídia produz na subjetividade e na história, atentando para a discursivização e o trânsito de imagens num espaço de visibilidade espetacularizada.

MIDIATIZAÇÃO E ENUNCIABILIDADE

○ funcionamento discursivo na era da informação de massa

Esse tempo linear, irreversível, mensurável e previsível está sendo fragmentado na sociedade em rede, em um movimento de extraordinária importância histórica. No entanto, não estamos apenas testemunhando uma relativização do tempo de acordo com os contextos sociais ou, de forma alternativa, o retorno à reversibilidade temporal. A transformação é mais profunda: é a mistura de tempos para criar um universo eterno que não se expande sozinho, mas que se mantém por si só, não cíclico, mas aleatório, não recursivo, mas incursor: tempo intemporal, utilizando a tecnologia para fugir dos contextos de sua existência e para apropriar, de maneira seletiva, qualquer valor que cada contexto pode oferecer ao presente eterno.

Manuel Castells

A sociedade em rede (2011, p. 526)

Warfare midiático:

sobre a irrupção do acontecimento discursivo

A discursivização do fato histórico é o prelúdio do acontecimento e a mídia está envolta num aparato de mediação e virtualidade que assinala a inscrição do tempo presente num espaço de

supremacia do visível e do dizível. A sociedade contemporânea é o terreno, assim como aponta Santos (2012), onde a celeridade de meios técnicos é cada vez mais imperativa e dinâmica. Tudo isso assegura não apenas as redes de interatividade e virtualização garantidas pela onipresença da internet, da TV, rádio, livros, jornais e revistas, mas, principalmente, acarreta uma nova forma de se conceberem as relações sociais, as trocas simbólicas, a confecção do capital cultural, as identidades, a subjetividade e a cotidianidade da vida social.

Agravadas por essa nova ordem entre *as palavras e as coisas*⁷, as relações sociais, isto é, a organização e materialização das relações entre os sujeitos se mantêm atreladas a uma mescla de subjetividade e poder que, por sua vez, acena incessantemente para o composto de uma memória discursiva com olhos para um processo de espetacularização da cultura. Assim, a mídia exerce uma influência marcante sobre tudo e todos. Sua operacionalização manifesta efeitos de real, pois oferece não a realidade, mas parte dela e, nesse escopo, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa teve papel decisivo. Nas palavras de Thompson (2009, p. 19):

O desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e in-

7. Foucault (2000).

tercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

É a partir dessa nova ordem das coisas que se observa a dinâmica do *warfare*⁸ midiático. Com efeito, a experiência identitária, as regionalizações de grupo e o pertencimento cultural encontram-se perpassados, atravessados e atraídos pela multiplicidade de recursos e mecanismos que edificam o império de um sistema de midiaticização das coisas. Como afirma Saisi (2006, p. 174): “se, antes, a hegemonia de culturas regionais e nacionais era protegida pela distância e por barreiras geográficas, agora as identidades culturais podem ser moldadas pelas transmissões via satélite”.

No estudo *A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática*, Moraes (2006, p. 33) assinala a profundidade desse mergulho cibernético da informação, afirmando que navegamos insaciavelmente por labirintos de circuitos inofeletrônicos e ambientes virtuais e que, dessa forma, somos cobertos e privilegiados por transmissões marcadamente convulsivas, “mas não conseguimos reter tantos estímulos e ofertas. Na essência, flagramos um amálgama entre a vertigem tecnológica e a mercantilização, numa simbiose de preferências fluidas e apelos consumistas”.

Disso, a relação sujeito x realidade fica ancorada no processo de discursivização da história, isto é, a leitura de um real possível mantém-se atrelada àquilo que se diz e à materialidade do visí-

8. Termo que se refere à combates e armas que são utilizadas silenciosa e estrategicamente para controlar o inimigo e tomar seu território.

vel. Como a mídia opera pela visibilidade e pela elaboração detalhada e estratégica do dizer, as verdades são construídas e disseminadas pelos seus múltiplos e diferentes meios. É a questão do trabalho com a produção do sentido e seus efeitos na ordem do discurso, o funcionamento de um criterioso e agudo conjunto de estratégias, o saber na ordem do poder. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 209):

Precisamos considerar, porém que as características dessa tecnologia, que se pauta pelo presenteísmo, imediatismo, efemeridade, fragmentação, diversidade, ambiguidade e virtualidade, proporcionam também o espaço para a atuação de um sujeito-autor que, se quiser representar-se como um outro que não ele mesmo, poderá fazê-lo, sem que ninguém possa descobrir realmente se o 'eu' que fala é o 'eu' da vida real. A única certeza é que ali reside um 'eu' virtual e potencializado, uma possibilidade de vir a ser o 'eu' real. Temos a simulação de realidades, de situações, de atuações, de *online selves* (eus digitais) diversos que perpassam a rede em busca de integração, de interação, de descoberta de si e do outro, e assim se constroem identidades múltiplas, diversas e virtualizadas.

É nesse atravessamento de práticas de afirmação de uma novidade aparente – novidade essa que põe em relação de tensão a subjetividade, a operacionalização de meios técnicos, dispositivos midiáticos cuja mira é o dizer e os seus efeitos, e a condução da história por sujeitos imersos numa cultura de virtualidade e interatividade midiaticizada – que se olha para a questão da edi-

ficação do acontecimento e para a inscrição do sujeito político. Esse olhar exige ainda se pensar a relação sujeito x mídia atentando para a atividade – e não para a inércia – de subjetividades e para os mecanismos de controle e os direitos coletivos que se ligam não apenas à circulação, mas à produção de informações, de toda ordem, que são difundidas na mídia.

Isso impõe considerar as palavras foucaultianas em torno da verdade. Segundo Foucault, a verdade, sendo desse mundo, é produzida nele mesmo, e graças a:

[...] múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos (FOUCAULT, 2007b, p.12).

O acontecimento é então objeto de um trabalho de montagem, de seleção, de interdição e de interesses guiados pelo critério da importância – assim como aconteceu no episódio da eleição de um candidato negro nos Estados Unidos da América. Nesse trabalho, o processo de discursivização é a chave para acontecimentalizar a história.

Aquilo que é retomado, dito, redito, trazido à visibilidade, inscrito na ordem do novo, que circula em diferentes meios técnicos e dispositivos midiáticos, que produz efeitos de verdade, de crível e necessário à vida de todos: a notícia que se transveste em *spots*

e vinhetas de última hora, manchetes breves, artigos reveladores, matérias jornalísticas que incidem sobre a veracidade e obrigação da leitura, enfim, mercadorias que se transformam em vedetes do espetáculo, assim como assinala Castro (2006).

O acontecimento é fruto dessa batalha em torno do dizer. Ele é construído num jogo íngreme de poder e de controle que, na agressividade de sua irrupção, convoca os sujeitos sociais a se posicionar, a discutir, a propagar, enfim, a ler a realidade que se manifesta. A irrupção do acontecimento sinaliza para o espetáculo, mas não confirma a passividade do “eu” que se mantém como espectador. Indagando as afirmações de Moraes (2006, p. 45): “Seria miopia enxergar apenas manipulações no que a mídia difunde, ou supor que as audiências submergem na passividade crônica?”.

Mais do que um arcabouço de posições teóricas com efeito de respostas possíveis, essa questão exige considerar o imbricamento de práticas de saber, de estratégias de poder que trabalham o real, produzindo dizibilidades e descontinuidades históricas. É o vis-à-vis de uma relação atrevida entre saber e poder. Entender a operacionalização da mídia na sua materialidade mais consistente – o acontecimento – atentando para a inscrição do sujeito político no espaço da representatividade é olhar para a construção de uma sociedade que se efetiva pelo ideal de interatividade, virtualização e imagem.

Nesse sentido, tal olhar deve considerar o espaço de fluxo ou a mundanidade mediada, assim como explorado por Castells (2011) em *A sociedade em rede*, considerando que o que está em

pauta é uma nova ordem temporal, uma nova temporalidade. Ainda segundo Castells, o presente não é apenas a testemunha de uma relativização da história ou do tempo. No espaço onde a mídia discursiviza o fato histórico, transformando-o em acontecimento o sujeito é ligado à visibilidade.

Assim, considerando o imbricamento de práticas, de campos de saber e domínios da experiência humana – como a política, por exemplo – no bojo da operação midiática e no trabalho que ela mobiliza para produzir dizibilidade e efeitos de sentido – o sujeito político é convocado a se inscrever nesse novo cenário.

Em tempos de mídia, a política torna-se um produto do *show-business* onde a estratégia do *marketing* publicitário e a discursivização dos personagens – candidatos – culminam com a oferta de nova moeda de troca: a imagem na ordem do espetáculo. Em tempos de mídia e no escopo da atividade política os discursos estão arrolados em práticas não verbais, “o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, a expressão pela linguagem conjuga-se com aquela do rosto, de modo que não podemos mais separar linguagem e imagem” (COURTINE, 2011, p. 150).

O funcionamento da mídia – assim como apontara Pêcheux já na década de 1970 quando tratou da midiaticização da política pela operacionalização de uma conjuntura midiática – impôs uma reviravolta discursiva pondo em tensão a relação documento histórico x arquivo. Nesse espaço, as línguas de madeira, constitutivamente duras e herméticas, haviam se transformado em línguas de vento, marcadamente flexíveis e cotidianas. Entretanto, essas

mesmas línguas de vento que assinalavam a transformação das discursividades naquela época dão lugar, no contexto atual, a fluidez das “línguas de veludo”.

As práticas midiáticas se voltam, portanto, para um feixe imensurável de técnicas e de estratégias que se renovam a todo instante. Estratégias inscritas no bojo do trabalho com o dizer e com a produção de efeitos de sentido na dispersão discursiva. Ao mesmo tempo em que há uma dispersão, os sentidos podem ser captados graças à regularidade das práticas discursivas. Assim, a evidência de um acontecimento que se irrompe faz par com a invisibilidade de outros tantos que são silenciados, contornados, realocados numa completa ilusão de controle.

A mídia opera a questão do controle segundo o efeito de imparcialidade, de distanciamento e, dessa forma, “coloca-se na posição de observadora, utilizando-se de estratégias de manipulação do real e do sensacionalismo [...] por isso, a mídia é para as massas o instrumento mais moderno de viver a história no calor de seu acontecimento” (SILVA, 2008, p. 46).

Assim, o acontecimento está ligado à ação da mídia, à discursivização de acontecimentos outros que são trazidos à visibilidade na esteira do discursivo, mas ele “não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com a notícia; ele se dá nesse entrecruzamento” (GREGOLIN, 2006, p. 41). As miras dos dispositivos midiáticos incidem sobre o dado a ver, mas não qualquer um, aquele que oferece material necessário para uma discursivização, para instaurar um espaço

de discussão, de retomadas, de apreciação e que, ao mesmo tempo, mobiliza uma memória espessa de outros acontecimentos que podem ser associados e/ou trazidos à tona no escopo de uma oportunidade midiática.

Portanto, trata-se da disposição e do alcance de um *warfare* midiático que se constitui e se renova a todo instante. Há sempre novos dispositivos e meios técnicos por onde os discursos podem se propagar. Há sempre novos espaços de palavra nos quais as dizibilidades podem transitar num jogo de associações, retomadas, diálogos, ligações como se num emaranhado complexo de saber, de poder e de verdades. A mídia não trabalha com resíduos, ela aproveita tudo. Ela espetaculariza e mostra também as resistências. Assim sendo, a operação discursiva da mídia tem objetivos determinados: ela inscreve o real na ordem espetacular dos grandes feitos e mexe com a história na liquidez de sua própria materialidade.

○ discurso na mídia:

virtualidade da história e do espetáculo

“O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”. Essa é uma das afirmações centrais que abrem A sociedade do espetáculo de Guy Debord (2002, p. 10). Nesse espaço, o domínio da virtualidade e da visibilidade se torna cada vez mais incessante, já que tudo passa pelo crivo de uma montagem ordenada das coisas.

São os pilares de um mundo reinvertido, no qual o verdadeiro nada mais é do que um espaço do falso.

A produção do espetáculo é assegurada pela ação onipresente de um *warfare* midiático que põe em choque o presente e o passado na construção daquilo que pode se constituir como futuro. Em outros termos, a ordem do espetacular é a ordem do que preenche o espaço de visibilidade pública, isto é, a materialidade do acontecimento que é discursivizado no bojo de relações de poder-saber e segundo estratégias de sensacionalismo, identificação, silenciamento, evidência, interdição, segregação e justificação social.

O espetáculo está atrelado a práticas que retomam e resgatam memórias, que dizem, redizem, selecionam, reformulam, classificam, controlam, reelaboram e inscrevem o dado a ver numa conjuntura de recortes e ângulos específicos na ilusão de trabalhar o sentido, produzindo determinados efeitos e não outros em seu lugar. Na sombra do que se constitui como o tecido do imaginário social, a mídia opera pela produção de material simbólico, na busca pelo inesperado ao mesmo tempo em que mobiliza, na efemeridade de suas formas e dos acontecimentos que discursiviza, o equívoco, a falha, a ruptura.

A mídia explora os efeitos de representatividade, de simulação e de artificialidade e, dessa forma, instaura o espetáculo. Segundo Gomes (2004, p. 395):

Uma sociedade do espetáculo é uma sociedade onde a extrema visualidade faria par com a mais completa invisibilidade e o domínio da artificialidade programada desarma a realidade das coisas. O avanço da sociedade do espetáculo faria perder de vista, inclusive, a mesma possibilidade de acesso à autenticidade. Teríamos uma sociedade de coisas sem substância, sem verdade, mas que, por outro lado, constitui em seu lugar o seu duplo espetacular, as simulações e os simulacros.

A ordem do espetacular inaugura a liquidez da história, pois o espaço de sua produção é enxertado – conforme defende Gomes (2004) – com os efeitos de simulação e os simulacros e, mais do que isso, exige a ocupação de posições-sujeito transitórias, considerando a efemeridade daquilo que propõe a preencher o espaço do visível no momento mesmo em que se dá a irrupção de um determinado acontecimento. São essas as condições de possibilidade do discurso, aquelas que garantem que determinados feixes de dizibilidades sejam possíveis e não outros em seu lugar, que tais discursos sejam ditos e se materializem de determinadas formas e não de outras.

A liquidez do discurso midiático é o que assinala sua própria constituição em espaço de dispersão, onde o funcionamento de uma memória garante que novas temporalidades sejam instauradas. Desse modo, para a mídia, a operação de uma memória é uma necessidade majoritária visto que o discurso – assim como defende Gregolin (2011) em seu estudo acerca do diálogo entre a Análise do Discurso e a Semiologia e o tratamento das discursivi-

dade contemporâneas – tem uma estruturação singular. Segundo a autora, é preciso admitir que:

A memória tem uma estruturação complexa, discursiva, verbal, não-verbal, de muitas materialidades, mas ela tem um mecanismo de repetição e de regularização [...]. É essa regularização, é o fato de voltar e por voltar e constituir uma memória a partir de reduções, retomadas, efeitos de paráfrases que vão formar a lei da série do legível. A ordem do olhar, assim como a ordem que afeta as materialidades linguísticas, também é uma ordem do repetível, da regularidade, da regularização (GREGOLIN, 2011, p. 96).

Assim é que a essência do acontecimento estará atrelada à possibilidade de rememoração, já que “tanto há uma memória para o passado como há uma memória para o futuro, pois um acontecimento discursivo abre sempre a possibilidade do seu retorno” (GREGOLIN, 2011, p. 91). A história torna-se líquida porque as fronteiras do documento são diluídas no conjunto de uma Nova História⁹, uma fabricação, por se constituir no e pelo trabalho de sujeitos em determinadas condições de produção.

O documento transforma-se em monumento numa relação tensa de micropoderes que se estendem por toda parte e transita entre todos. Tais “micropoderes agem tanto na vida cotidiana como nas grandes dimensões da política, da religião, entre outros, e estão presentes em todos os lugares, de modo que todas as

9. A concepção de Nova História considera que a realidade é social e culturalmente constituída. Cf. BURKE (1992) A escrita da história: novas perspectivas.

relações de uma sociedade ocorrem na base desses micropoderes” (LONARDONI, 2006, p. 111).

Nesse cenário, o sujeito é inscrito num lugar onde a generalização do fetichismo da mercadoria gera os efeitos de felicidade e de sonho e, por isso, a lógica do capitalismo neoliberal é tão saudável à espetacularização da cultura, especialmente em tempos de informação de massa. Isso se dá como se já não mais houvesse “espaço para vivermos nossas próprias experiências”, já que “são os modelos que vivem em nosso lugar” (EZEQUIEL, 2006, p. 140). Desse modo, a incursão espetacular do visível está imbricada na cada vez mais tênue relação entre publicidade e comunicação, mas o espetáculo não pode ser restrito apenas à mediatização exacerbada de valores, condutas, imagens e crenças, num espaço de virtualização mediatizada.

A sociedade do espetáculo encontra na virtualização do real uma proposta de ficcionalização da vida cotidiana porque sua própria origem está no acúmulo de imagens, mas não representa a contemplação passiva de imagens elaboradas. Em sua gênese, o espetacular produz efeitos de confronto entre poder e resistência porque é, ali mesmo na proposição de um mundo de aparências, que a ordem da visibilidade expõe as marcas de um criterioso trabalho de ordenamento, de montagem, de fabricação, de elaboração e, sobretudo, de escolhas de sujeitos situados social e institucionalmente. Assim, não é qualquer coisa que importa e que pode ocupar a ordem do olhar, mas o material que põe em

choque o sonho, as expectativas, os efeitos de identificação – e de recusa – de uma determinada coletividade.

Contudo, longe de oferecer uma passividade espectadora de sujeitos-zumbis, a sociedade do espetáculo encontra, no espaço de efervescência midiática, a fina combinação entre poder e resistência que permite o trânsito desenfreado de imagens que se retomam, se completam, se reconfiguram, se apagam, se repetem, mas não permanecem sob o crivo de uma aceitação coletiva ou de uma passividade negociada.

O espetáculo não toca a todos da mesma forma e nem refrata a integridade de um projeto comum. O império de sua produção está atrelado à multiplicidade de sujeitos situados em determinadas condições de produção, cada uma delas com seus vieses culturais, sociais, políticos, econômicos, religiosos específicos, sendo estas efetivadas em práticas discursivas porque ali mesmo se constituem como efeito de linguagem. Isso ratifica que “o real será sempre um produto da dialética, do jogo existente entre a materialidade do mundo e o sistema de significação utilizado para organizá-lo” (DUARTE JÚNIOR, 1995, p. 27).

Embora inscreva o sujeito numa nova ordem entre as palavras e as coisas, o regime de dizibilidade que oportuniza a produção de imagens no espetáculo está ligado às malhas de um poder dinâmico, fluido e disperso que propõe a ocupação violenta do mesmo pelo novo.

O que o espetáculo apresenta como perpétuo é fundado sobre a mudança, e deve mudar com a sua base. O espetáculo é absolutamente dogmático e, ao mesmo tempo, não pode levar a nenhum dogma sólido. Para ele nada para; é o estado que lhe é natural e, todavia, o mais contrário a sua inclinação (DEBORD, 2002, p. 52).

Nesse sentido, é válido considerar ainda que é a partir das movências de imagem que os sujeitos sociais encontram-se disseminados e multiplicados nas malhas da mídia. Os novos rumos das identidades, os valores que as suportam e os trajetos que as engendram criam uma realidade fabricada onde o “eu” torna-se crível na relação virtual que mantém com o outro. A modernidade líquida, assim como define Bauman (2011), é o terreno onde os sujeitos se encontram em posição constante de confronto e de redefinição em relação a si mesmo, num câmbio em que a experiência humana é mobilizada por práticas cada vez mais dinâmicas, fluidas, líquidas. Pode-se afirmar então que:

O advento das mídias, multiplicadoras da mobilidade, nas formas de viagens vicárias que propiciam, distancia os indivíduos dos locais imediatos de sua vida cotidiana. Assim, o ser humano é continuamente confrontado com novas possibilidades pelas mudanças constantes de horizontes e pontos de referência. Ao mesmo tempo em que enriquece o campo de organização do eu, essa condição traz consequências negativas para isso, tais como a sobrecarga simbólica, o duplo vínculo da dependência mídia-

tizada e a absorção do eu em quase-interações mediadas (SANTALLA, 2007, p. 94).

A virtualidade do espetáculo alcança, portanto, no trabalho discursivo da mídia o espaço propício para ser edificado na efemeridade de uma aparição assombrada, mas com a solidez necessária para produzir verdades instantâneas sob o crivo da necessidade e da importância. Nesse jogo latente entre virtualidade e mediação, o sujeito social vê seu cotidiano atravessado por práticas sedutoras que incidem sobre novas maneiras de ler a realidade e sobre novas formas de conceber a si mesmo diante do outro. Nesse cenário, a discursivização do presente instiga o passado a vir à tona não mais sob o signo da lembrança, mas como material constitutivamente atrelado à construção de futuro de agora.

Os efeitos do espetáculo penetram na cotidianidade da vida social permitindo que o sujeito hodierno presencie o imbricamento entre a agressividade dos muitos dispositivos da mídia, a virilidade de um saber institucional e a estetização de um poder que produz verdade, interdita o dizer e adentra o olhar da grande massa. No âmbito de relações de oferta e de procura, no seio de condições mercadológicas, o espetáculo seduz pelos jogos de imagem que mobiliza no espaço do discurso e dos efeitos de sentido.

Imagem: a supremacia do visível na ordem do controle

A produção de imagens na mídia revela as miras de um trabalho insistente de fazer ver na esteira do espaço virtual. A imagem é assim proposta como um operador de memória, mas que também se inscreve como efeito de enunciado. A imagem-enunciado num regime de verdade que diz, que dialoga, que resgata e, sobretudo, que evidencia. Na ordem do espetacular e na tarefa de acontecimentalizar, a imagem funciona como uma vontade de verdade (MILANEZ & SOUZA, 2012) já que oferece uma regularidade que deve ser considerada na leitura do dado a ver.

Como lugar de discurso, a imagem mobiliza trajetórias de leitura, pois traz à cena a regularidade sequencial de imagens outras, de discursos outros que são reatualizados e mobilizados graças ao funcionamento de uma memória crível. Na contemporaneidade, o tratamento da imagem é cada vez mais exponencial, visto que o papel das novas mídias e tecnologias audiovisuais diante da produção e circulação de textos sincréticos, aguça, decisivamente, a necessidade de se entender o funcionamento e a forma como significam as imagens e quais efeitos operacionalizam nos dias de hoje (BRAGA, 2012).

Nesse contexto, o trabalho com a produção de imagem em tempos de mídia deve considerar um feixe de estratégias agudas que buscam operar pela hipervisibilidade das coisas, pela repetibilidade do já dito em diálogo com o que se diz e se mostra, e, por

fim, pela substituíbilidade já que as imagens sempre dão lugar a outras, isto é, sempre retomam trajetos imagéticos outros.

Jean Davallon (2007), ao problematizar a imagem como uma arte de memória, em *Papel da memória*, apresenta que a produção imagética constitutivamente comporta programas de leitura. A importância dessa afirmação está na proposta de que as imagens oferecidas pelos dispositivos midiáticos não estão acabadas e não representam, portanto, o produto definitivo de um trabalho cultural. Isso porque “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação” sendo que “esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta” (DAVALLON, 2007, p. 28).

Desse modo, a inscrição da imagem no cenário do acontecimento – e do espetáculo – exige a ocupação de posições sujeitos que, por sua vez, e a partir dos trajetos de sentido que mobilizam quando da leitura das materialidades, passam a participar de um *acordo de olhares*. “Tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista” (DAVALLON, 2007, 31). Sua filiação com a história é também um efeito de linguagem que se materializa pelo viés discursivo visto que impõe uma regularidade de efeitos de sentido, possíveis pela própria enunciabilidade que oportuniza.

No entanto, olhar para as imagens numa perspectiva discursiva representa abandonar o conforto de uma transparência plana. A imagem como operador de memória oferece o material primeiro

para se investigar numa perspectiva arqueogenealógica – assim como propõe Foucault (2007) – os trajetos de sentido e o equívoco que acompanha sua produção, aceitando, principalmente, a pirotecnicidade que as línguas de vento impõem à dizibilidade midiática.

Considerando a arena de produção do sentido, o funcionamento de uma mídia de miras, a liquidez do dizer e o percurso de espetacularização da cultura no espaço de hipervisibilidade e de fabricação de imagens, é importante trazer essa problematização no escopo da atividade política e, sobretudo, a partir da tarefa do analista em mexer com a materialidade de efeitos segundo múltiplos feixes de dizibilidades. É preciso, portanto, observar, a partir dos trajetos que o poder delinea, a constituição e a inscrição de uma imagem-enunciado que não isenta o passado, mas que o inscreve na ordem da possibilidade de um retorno, de um acontecimento.

Portanto, como operação de memória que sinaliza para a artificialidade de um projeto de fazer ver, a imagem é atravessada pelos traços da história e isso oportuniza que seus indícios assinalem o caminho que percorrem, os deslocamentos que mobilizam e os deslizes que operam nas malhas da mídia. Nessa perspectiva, “analisar imagens consiste em identificar seus indícios, porque as representações perdem seu sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem” (COURTINE, 2011, p. 161).

A imagem é, nesse espaço, capital. Sendo aqui considerada como um operador de memória, ela denuncia a mobilidade e a credibilidade do processo de mutação que a instância midiática impõe ao político na contemporaneidade. Isso porque, como

se sabe, “não se trata de uma produção fortuita, ocasional – no discurso político há uma produção milimétrica da imagem pública” e isso se dá “pelas condições de possibilidade dos discursos” (SARGENTINI, 2011, p. 115-118). É a questão da irrupção do acontecimento e das imagens que ratificam sua emergência histórica, o que interessa agora.

A imagem aqui não é considerada necessariamente como a moeda para a prostituição do reconhecimento ou para a exposição constitutiva de um mercado de fama, mas, essencialmente como uma “imagem de vento” onde o olho se torna mais crível que o ouvido (ZOPPI-FONTANA, 2011). Esse projeto de olhar marca, nesse contexto, a constituição da imagem como dispositivo de memória e desse ponto a inscreve num movimento que acena, ao mesmo tempo, para a teatralidade de um corpo, para o alcance de uma voz e para a visibilidade de um verbo. E isso a partir de uma rede de princípios de conduta que em nossa sociedade são trabalhados no cerne da ética e da moral, constituindo uma certa moralidade dos comportamentos que incide, acima de tudo, sobre o trabalho com a subjetividade (FOUCAULT, 2010c).

Nessa proposta, imagem, memória discursiva, poder e saber se encontram, embora numa relação conflituosa, no espaço do discursivo, na esteira do discurso que se mostra como espaço das batalhas em torno do sentido. A cultura da evidência de imagens é então constitutiva da materialidade de um poder que subjetiva e objetiva ao mesmo tempo, numa relação muito mais delicada do que essa dualidade. Assim,

Há uma habilidade e uma sinergia imensa entre os usuários dos meios de comunicação de massa. Usam a mídia de forma criativa a ponto de aumentar ou diminuir a capacidade que têm de gerenciar suas próprias vidas cotidianas. [...] A maioria das pessoas acredita ser tão equilibrada em suas relações com a mídia como é em relação às suas próprias vidas (SILVERSTONE, 2009, p. 1).

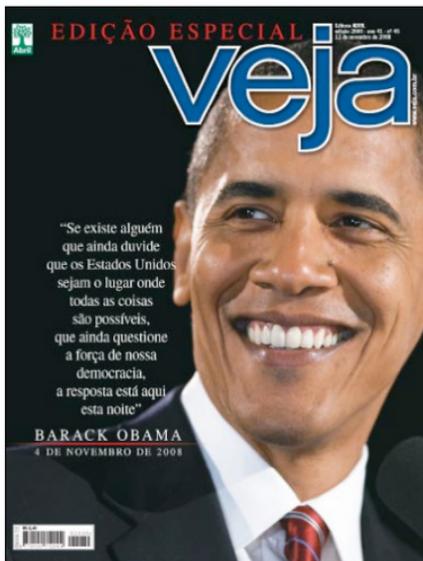
Dessa forma, os indícios imagéticos constroem os trajetos de sentido, marcam e constituem o arquivo que interessa ao analista do discurso e, sobretudo, incidem sobre a fabricação de um real suspenso ao mobilizar vontades de verdade, vontades de saber, vontades de poder que se pretendem as únicas na cobertura do acontecimento e na difusão do espetáculo. É essa operação que pode ser trazida à tona, face ao objeto em questão nessa obra, e a partir das seguintes materialidades:

Figura 4: Revista Época - 3/11/2008



Fonte: <http://editoraglobo.com>

Figura 5: Revista Veja - 12/11/2008



Fonte: veja.abril.com.br/acervodigital

Figura 6: Manchetes do Jornal *The New York Times*

ÍNDICE DE APOIO BRANCO A OBAMA É UMA SURPRESA
4 ANOS DEPOIS ASSUSTADO MAS AINDA CONFIANTE
SURPRESA DO NOBEL A OBAMA PÕE EM CHOQUE ORGULHO E DÚVIDAS
O DILEMA DO DÉFICIT DE OBAMA
OBAMA TEM UMA VITÓRIA NÍTIDA MAS O EQUILÍBRIO DE PODER EM
WASHINGTON É IMUTÁVEL
O QUE ACONTECEU COM OBAMA?

Fonte: www.nytimes.com

Nas respectivas capas de revista, o personagem político Barack Obama que ocupa a posição de sujeito discursivo é trazido à cena de visibilidade segundo um forte e decisivo efeito de evidência, possível graças ao regime de positividade que foi estrategicamente trabalhado quando da fabricação de sua imagem de candidato a presidente dos Estados Unidos da América, em 2008. Sua imagem está, nessas materialidades e nesse domínio midiático, inscrita num espaço de afirmação, de positividade no momento em que o acontecimento discursivo da eleição presidencial se irrompe como o dado a ver que passa a inscrever violentamente o espaço de discussão no escopo dos dispositivos midiáticos, especialmente no jornalismo mediado.

A regularidade da fotogenia eleitoral com Obama de face séria olhando ao longe numa imagem de fundo azul exhibe – na primeira capa – um sujeito que parece estar deixando algo para trás como se iniciando um percurso, um trajeto. O contorno da cabeça de Obama aparece intercalado entre a palavra *Época* – título da revista – em vermelho mais ao fundo e a materialidade linguística que diz “Por que o mundo quer Obama”. Esse dizer produz um efeito que instiga a justificação retórica como se a escolha por Obama, no pleito da sucessão presidencial, já estivesse consumada. Em letras menores a complementação estratégica com “O que o primeiro negro a um passo da Casa Branca representa para a economia global, para o futuro do planeta – e para a sua vida”.

Além da afirmação de um passado ainda não vivido – haja vista a eleição ainda não ter acontecido – a materialidade dessa

imagem comunga com o dizer que a corrobora, instigando efeitos de sentido que retomam o enunciado *Change: we can believe in* da campanha democrata e permite pensar na “Época” de Obama e, sobretudo, “Por que o mundo quer [...]”.

Essa imagem-enunciado é constitutiva de um forte regime de discursividade que põe esse sujeito em cena, operando com a sua hipervisibilidade e com a positividade de suas propostas. Ela é o que mobiliza o silenciamento, a interdição e a vontade de poder que busca controlar o dito na irrupção do próprio acontecimento. O espetáculo é assim trabalhado a partir da midiatização desses efeitos, do fluxo de imagens, nesse caso positivas em torno do sujeito Obama. Ele passa a ser subjetivado numa malha fina de saberes e de poder que para acirrar e assegurar a consumação do voto – ainda que só pelos americanos – o apresentam como a escolha do mundo cujas consequências serão sentidas ali mesmo no espaço da vida cotidiana dos brasileiros, por exemplo.

Desse modo, não é qualquer um, mas “o primeiro negro a um passo da casa branca”, o que marcou a discursivização do pleito como sendo comum a todos, como se a todos importasse: “a economia global, o futuro do planeta e a sua vida”. A partir do mesmo regime do dizer, o sujeito Obama é apresentado na segunda capa. Agora sorridente como se numa demonstração da emoção da vitória, o sujeito tem sua imagem apresentada num espaço de fundo preto – como se num efeito de vazio ou de incerteza – onde o nome da revista não está antecedendo, em segundo plano, o espaço de sua cabeça, mas de azul em realce frontal.

O sujeito é apresentado como o líder carismático que sorri, produzindo um espaço de identificação pelo viés da felicidade numa superfície onde a aparência constitui a essência do sentido. Essa questão se torna, aqui, exponencial: a questão da superfície da mídia é crucial e é de extrema importância, pois é na superfície que há profundidade. Na mídia, a aparência é a essência da identificação.

Junto ao título “Veja”, Obama está sorridente como se olhando para o lado num efeito de partilha de uma alegria com aqueles que, possivelmente, lhe estiveram próximos durante o período de campanha e, bem na altura de seu ouvido o material verbal expressa uma fala pessoal com efeito de desabafo: “Se existe alguém que ainda duvide que os Estados Unidos sejam o lugar onde todas as coisas são possíveis, que ainda questione a força de nossa democracia, a resposta está aqui esta noite”. A respectiva passagem é seguida de uma outra informação logo abaixo, numa posição de rubrica, de assinatura que possa legitimar e construir efeito de autoridade no que representa: a inscrição “Barack Obama” em letras maiúsculas e seguidas de um traço que introduz a data histórica “4 de novembro de 2008”.

Ambas as capas mobilizam um feixe de dizibilidades que encontra resistência nas manchetes de artigos do jornal *The New York Times*, assim como disposto na Figura 6. Nessa materialidade, a imagem do grande homem, daquele que a partir de então constituiu a esperança do mundo – com capacidade e autoridade para intervir diretamente no “futuro do planeta, na economia

global” e na “sua vida” – é agora uma imagem trincada uma vez que sua evidência se filia não mais à positividade de novo herói, mas o roteiro de dúvidas e incertezas no projeto de condução da vida comum.

Manchetes como “Surpresa do Nobel a Obama põe em choque orgulho e dúvidas”, “O dilema do déficit de Obama”, “Obama tem uma vitória nítida, mas o equilíbrio de poder em Washington é imutável” e, por fim, “O que aconteceu com Obama?” apontam para um novo regime de discursividade ainda que garantindo a evidência do mesmo sujeito no espaço de visibilidade midiática e no escopo do espetáculo político.

Se, por um lado, a partir das capas é possível notar que a repetibilidade do dizer traz à cena o efeito da necessidade e da esperança global, situando o enunciado da mudança no escopo da subjetivação das posições-sujeito ocupadas por Obama, por outro, quando observadas as manchetes, tem-se que o regime de discursividade da mídia tange para a oscilação da positividade pela exploração dos efeitos de dúvida, de não correspondência do governo democrata.

Assim, a indagação sobre o que teria acontecido com Obama, a confecção da materialidade verbal pelas escolhas sintáticas – dúvidas, surpresa, equilíbrio, assustado, choque, dilema, déficit, nas afirmações de que houve dúvida quando da sua premiação com o Nobel e quando se evidenciam efeitos de falha na administração do programa de governo – ao mesmo tempo em que mobilizam efeitos de resistência, põem em cena uma vontade de

verdade ligada ao descrédito, à desconfiança na continuidade do democrata à frente na Casa da Branca.

Essa operação ressalta as razões pelas quais o enunciado da mudança, mobilizado pela afirmação *Change: we can believe in* em 2008, não poderia ser outro, assim como o de 2012 com *Forward* ou *Obama for America*. Isso porque, naquele momento, as condições de emergência oportunizaram a irrupção do acontecimento eleitoral como uma singularidade histórica marcada, por sua vez, pela incidência de uma vontade de verdade que dizia respeito à transformação de um quadro socioeconômico internacional de caos e de necessidade coletiva por um líder “unificador”. Trata-se, nesse jogo discursivo, de se observar que na sua irrupção, o enunciado desbanca outros, com eles estabelece correlações, fixa seus limites, ocupando, “no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2005a, p. 33).

A discursivização midiática abre as portas para um presente perpétuo e, nessa operação, o acontecimento estende-se por espaços e dispositivos outros que garantem seu efeito de singular e inédito. Desse modo, como “o espetáculo não precisa ser fiel à realidade, a verdade se apresenta partindo do ponto de vista de quem a produz” (ANJOS, 2006, p. 201) por isso os recursos de comunicação mediada exploram os efeitos de imediatez e onipresença fabricando as imagens do acontecimento de determinados ângulos – em 2008, de caos e crise e, em 2012, de otimismo e esperança na continuidade de um programa de governo – mas nunca de qualquer um.

É nessa conjuntura de poder, de agenciamento de sentido e de estratégias discursivas que a mídia opera a produção do espetáculo, neste caso, o político. A discursivização de verdades e a produção de subjetividades no seio do acontecimento possibilita o trânsito de imagens a partir de trajetos de leitura determinados. Torna-se necessário, então, “articular essas imagens umas as outras, reconstituir esses laços que dão sentido aos ícones de uma cultura”. Esse trabalho deve ser feito pela “identificação, pela detecção dos indícios no material significante da imagem, dos traços que foram deixados por outras imagens, e pela reconstrução a partir desses traços da genealogia das imagens de nossa cultura” (COURTINE, 2011, p.160).

Trata-se de se considerar, na leitura das imagens, o detalhe, as marcas e os rastros que permitem a retomada de outros discursos, outros dizeres, não tomando o lugar daqueles que ali já se mostram evidentes, mas com eles estabelecendo uma rede de filiações, negociações, conflitos e oportunizando efeitos de descontinuidade, de vizinhança. Espaço de uma Semiologia Histórica que se mostra pertinente à investigação do sentido na diversidade de materialidades discursivas, e que é operacionalizada, segundo Courtine (2001, p. 152), “a cada vez que nos interrogamos sobre o que produz signo e sentido no campo do olhar, para os indivíduos, num momento histórico determinado, a cada vez que tentamos reconstruir o que eles interpretam daquilo que percebem, mas ainda o que lhes permanece invisível”.

Portanto, no percurso de leitura do *corpus* é importante con-

siderar o detalhe, as pistas, os sinais não como elementos que denunciam um sentido oculto ou uma “verdade” invisível, mas como imbricados num todo, dele fazendo parte e com ele estabelecendo relações de produção de sentido. Esse viés investigativo deve atentar, no que tange à discursividade midiática e a partir do acontecimento discursivo no cenário da política, para o trabalho de produção de subjetividades. Trabalho esse que se dá na efetividade de relações de poder e, portanto, a partir do funcionamento de mecanismos que interditam, segregam, classificam e legitimam o dizer.

Determinado discursivamente, o sujeito é assim convocado a ocupar diferentes posições, mas sua subjetivação segue atrelada em práticas de poder-saber que dialogam com outros regimes de verdade materializados em diferentes e determinadas condições históricas. É importante enxergar na historicidade dessa relação de poder-saber a inscrição, os deslocamentos e as rupturas dos regimes de saber e das vontades de verdade que justificavam, na óptica do trabalho com a positividade da imagem do líder, a atividade do governo ao longo da história. São essas questões que marcam a constituição do capítulo a seguir.

POLÍTICA

A AÇÃO DA VIRTÙ NO GOVERNO DA VIDA PÚBLICA

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. [...] não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente.

Michel Foucault

História da sexualidade I: a vontade de saber
(2010b, p.155)

Sobre a história de práticas de gestão no mundo das coisas mistas

O feixe de verdades e de saber que conflui da história das práticas de governo, traz à tona uma multiplicidade de abordagens e de considerações que ensejam a prática política e o trabalho de gestão da vida pública. Ao resgatar os saberes que justificaram o estabelecimento e a ação de regimes de governo, bem como as resistências que ocasionaram a derrocada daqueles ou as suas

atualizações ao longo do tempo, é possível enxergar a espessa malha de fios, ligamentos, quebras, descontinuidades e duelos oportunistas por um poder vivo e de múltiplas miras.

Nas veias da história, a atividade de gestão e a condução da lei em função da legitimidade de um projeto de governo puseram em evidência a justificação de um “dever ser” em função de um “como ser”. É nesse sentido que, ao tentar definir as condições centrais para a criação de uma nova tradição do pensamento político, Nicolau Maquiavel pregou o abandono das formas imaginadas de governo, isto é, dos regimes idealizados, e defendeu que o estudo da política exige que seja deixada de lado a tentativa de explicar como as coisas deveriam ser para se evidenciar como “verdadeiramente” são. E isso constituiria a verdade efetiva de todas as coisas (MAQUIAVEL, 1996).

Ao propor uma nova forma de se pensar a política e as práticas de gestão, o autor acaba por estabelecer uma ligação, embora conflituosa, com as teses platônicas, sobretudo ao trazer à cena principal da atividade política a questão da virtude do governante, agora não mais numa relação cosmo-teológica, mas acompanhada do conceito de fortuna. A constituição da comunidade política e o seu governo estariam, portanto, asseguradas ou postas em relevo em função das qualidades morais de um líder. E esses são resquícios que entranharam nas práticas de gestão e nas formas de governo ao longo do tempo, produzindo efeitos de centralidade, de representação divina, de merecimento e até de naturalidade na outorga de um poder de governar.

Nesse contexto, a história das práticas de gestão, obedecendo a seus próprios vieses constitutivos e suas condições de possibilidade, encontra um ponto de diálogo na questão de que:

Um regime é normal, correto ou bom e justo quando o governo é exercido para o bem de todos; é anormal, incorreto, mau e injusto quando é exercido em proveito próprio. Com isso temos o *princípio* da constituição política, isto é, aquilo que determina por que há regimes em que um só governa e outros em que alguns ou todos governam. Esse princípio é a *virtude política*, isto é, a capacidade e disposição para comandar para o bem de todos, ou seja, para assegurar o cumprimento da finalidade da Cidade, a autarquia coletiva ou felicidade do bem-viver comum (CHAUÍ, 2002, p. 469, itálico do autor).

O que se deve ressaltar aqui é o duelo entre uma concepção de sociedade e, logo, de comunidade política, enquanto pressuposto – e assim baseado num ideal lógico – e uma concepção enquanto produto – e, portanto, demandando um conjunto de técnicas capazes de serem pensadas e sistematizadas no plano da vida social com vistas à ação prática. Essa dualidade convoca a relação entre virtude moral dos governantes e qualidade do regime político, a partir do ideal de bom governo, a mover-se numa conjuntura que exige manifestação de poder e materialização de vontades de verdade, ao mesmo tempo em que a insere na discussão sobre o que há de arte, o que há de técnica e o que há de ciência na política.

A partir disso, percebe-se a particular dimensão da política que se mostra na fuga da tentativa de regionalização, pois suas formas de materialização requerem uma concepção de sociedade que dialogue com os princípios de partilha, liderança, supremacia e gestão do viver bem. Pode-se questionar, então: o que teria norteado e mobilizado as diferentes formas de materialização da política ao longo da história? Se a política se constitui pela técnica – do fazer e do gerir – o que assegurou a permanência dos ideais de coletividade, e de vontade geral em regimes antagonicamente autoritários e democráticos?

Tais questionamentos mais do que exigir respostas prontas e definidas incidem sobre a natureza mesma da política, sobretudo, no que tange à essência de sua constituição como prática que envolve o exercício de um poder sobre a vida. Prática essa que, por um lado, procura justificação ao longo da história como força constitutiva e necessária à manutenção de uma ordem geral cuja vaidade seria garantidora da comunhão de valores, direitos e deveres comuns de uma determinada comunidade. E, por outro, se insere no terreno da gestão do corpo social acentuando seu viés de gerenciamento de condutas e controle viril da vida social.

A prática política sempre esteve atrelada a uma vontade de comandar cuja própria gênese pode não ter sido objeto elaborado e/ou imposto por uma divindade, mas pela necessidade política imanente de um povo. Senellart (2006), ao tratar da significação política do Deuteronômio e ao problematizar as raízes do conceito de Rei em suas *Artes de Governar*, mostra o trânsito de autoridade

de e a revelia de comando em que se encontrava “o povo de Deus”, retirado do Egito sob a promessa da terra prometida. Segundo o autor, o povo de Israel, após o cativeiro no Egito e sob a condução de Josué, fora dirigido por juízes – designados por Deus. Naquele período violento, a anarquia religiosa e a dispersão das tribos fortaleceram o desejo coletivo do povo por um líder – *Rei* – que “o regesse como as outras nações” (SEHELLART, 2006, p. 112).

A passagem do livro Deuteronômio 17. 16-20 é apresentada como o nascimento da justificação de um rei justo em oposição a um tirano oriental, uma vez que é o próprio povo, e para a efetividade da vida dessa coletividade, que exige a figura de um líder *Rei* capaz de agregar a Israel a imagem de um povo legítimo “como os outros”. Dessa forma, a passagem do texto bíblico introduzido pelo título *Rei: os limites da autoridade política*¹⁰ esclarece os preceitos divinos à ordem legítima do reinado, e numa perspectiva pedagógica, instrui que:

¹⁶O rei não deverá multiplicar cavalos para si, nem fazer que o povo volte ao Egito, para aumentar sua cavalaria [...]

¹⁷Ele também não deverá multiplicar o número de suas mulheres, para que sua mente não se desvie. E também não cumulará prata e ouro. ¹⁸Quando subir ao trono, ele mandará escrever num livro, para seu próprio uso, uma cópia desta lei, ditados pelos sacerdotes levitas [...] ²⁰Desse modo ele não se levantará orgulhosamente sobre seus irmãos, nem se desviará desses mandamentos [...] Assim ele pro-

10. As passagens bíblicas citadas nessa obra foram retiradas da versão pastoral da Bíblia Sagrada, publicada em 1990 pela editora Paulus (ISBN 85-349-0278-3).

longará os dias do seu reinado, junto com seus filhos, no meio de Israel (DEUTERONÔMIO 17, 16 – 20).

Mais do que as raízes da legitimidade do poder do rei e das práticas de gestão, essa passagem sinaliza para os efeitos de necessidade da concentração de massas e da representatividade política de um líder capaz de unificar a vontade coletiva num projeto de administração comum – assim como se discute acerca das posições-sujeito ocupadas por Obama. Há ainda aí o atravessamento da lei, uma lei que deve ser a guia da história do reinado. Devendo ser exterior às paixões pessoais, essa lei não só se dirige ao controle e manutenção da ordem comum – “ele prolongará os dias de seu reinado” – mas ao trabalho de retraimento de si – “ele não se levantará orgulhosamente sobre seus irmãos, nem se desviará desses mandamentos”.

A operacionalização dessa lei toca, de modo geral, em duas questões centrais na história das artes de governar: de um lado, denuncia um dos princípios fundamentais do poder pastoral – ali mesmo onde ele se levanta como o prelúdio de um governo sobre a vida – e de outro, evidencia uma relação entre Deus e o homem, relação de trânsito de poder, de transferência temporária de uma posição de poder. A relação com a pastoral das almas se evidencia pela inscrição política que põe o pastor numa posição de líder, que sob a justificativa da salvação, e ainda pela relação com a verdade, deve estender-se ao rebanho tanto como matriz de representação quanto como parte constitutiva dele.

Quanto à relação entre homem e divindade, a associação é possível pela ocupação, parcial e temporária, de uma posição de poder pelo primeiro graças a um movimento de transferência representativa concebida e “autorizada” pelo segundo. É como se o poder de um fosse passado ao outro num câmbio de confiança e de obediência que atravessa a dualidade senhor x servo.

É importante ressaltar que, nesse contexto, essa proposta de trabalho de si, calcada no ideal de justiça de governo e do viver feliz, mas do que voltar-se para a vida ativa, procura muito mais definir, segundo Foucault, “o princípio de uma relação consigo que permitirá fixar as formas e as condições nas quais uma ação política, uma participação nos encargos do poder, o exercício de uma função, serão possíveis ou impossíveis, aceitáveis ou necessários” (FOUCAULT, 2009, p. 93).

A partir disso – e parafraseando o filósofo – pode-se afirmar que o limiar destas condutas de retraimento ocasionado pelas transformações que ocorreram no mundo romano e helenístico proporcionaram, mais do que qualquer outra coisa, uma problematização da atividade política, evidenciando a questão das responsabilidades cívicas e morais do líder, já que “a retenção, a contingência e o governo de si transcendem uma dimensão meramente psicossociológica e atingem um nível propriamente político, na medida em que a ordem nas condutas incide sobre o governo dos outros” (PIOVEZANI, 2009, p. 69).

Porém, e em oposição ao efeito de naturalidade do governo justo, é em Samuel que se evidencia a vontade do povo de ter um

líder, um *rei* que assegure ao próprio povo uma identidade política, mesmo que tal identidade se fundamente num esquecimento, num apagamento da imagem e história de si. Assim, no sétimo capítulo da Avaliação da Autoridade Política – segunda parte do livro Samuel intitulado *A função da Autoridade* – é a autoridade do povo, inscrita num ideal de desejo coletivo, que prevalece:

⁷E Javé disse a Samuel: “Atenda à voz do povo em tudo o que eles pedirem, pois não é a você que eles estão rejeitando, mas a mim; não querem mais que eu reine sobre eles. ⁸Assim como eles têm feito desde o dia em que os tirei do Egito até hoje, abandonando-me e servindo outros deuses, a mesma coisa eles fizeram com você. Atenda o pedido deles. Contudo, mostre com clareza e explique para eles o direito do rei que reinará sobre eles”. (SAMUEL 8, 7 – 9).

E na insistência da obtenção de um líder e na minimização das implicações da concentração de poder por ele – conforme tentara explicar Samuel seguindo “a ordem de Deus” – o povo, a vontade coletiva, mobiliza o desejo de unidade e impera sobre a presença de um mestre capaz de trazer a ordem e garantir a continuidade representativa de um grupo em relação aos demais. Assim como se pode ver mais adiante em Samuel (8, 19 – 21): “¹⁹No entanto, o povo não quis ouvir as explicações de Samuel, e disse: ‘Não tem importância. Teremos um rei, ²⁰e seremos também como as outras nações: nosso rei nos governará, irá a nossa frente para comandar nossas guerras’”.

É nesse momento que, segundo Senellart, é instaurada uma ordem de condução do poder e da vida que passa pelo crivo da dominação e da instauração da legitimidade das artes de governar. Esse seria o princípio da relação entre *regimen* e *dominatio* e que irá prevalecer, com poucas alterações, até a Idade Média. Segundo o autor, é importante que se percebam as articulações que esse evento imprime para o governo e para a história das práticas de gestão, sobretudo porque:

- 1) É o povo que exige um rei, e não Deus que lhe propõe.
- 2) O desejo de ter um rei procede da vontade de Israel de ser um povo como os outros, e portanto, do esquecimento de sua identidade.
- 3) Esse desejo se inscreve, o texto bíblico é muito claro sobre esse ponto, na continuidade de uma revolta contra Deus. É por um mesmo movimento que o povo de Israel se volta para o culto de Baal e reclama um rei. A idéia de rei, portanto, não é de essência judaica, mas tomada das monarquias orientais.
- 4) Deus todavia consente nela [...] sobre o direito do rei (*jus regis*) que vai reinar sobre ele (SENELLART, 2006, p. 112).

Com um efeito de negligência religiosa, esse movimento que diz respeito ao desejo do povo de Israel na época traz à tona os indícios do processo de mutabilidade que as formas de gestão e as práticas de governo sofrem até os séculos XV e XVI. Assim, dos primeiros tempos da antiguidade clássica à notícia da chegada da alta Idade Média (séculos VI ao IX) permanece, não sem tensão, um modelo cosmo-teológico de governo que mexe

não só com os conceitos de representação divina, de justificação teológica de comando, mas também toca a questão do poder, atizando sua múltipla ocorrência no corpo social sob o efeito da necessidade de unidade.

A herança dessa negligência religiosa também será sentida mais adiante já em Claude Lefort, quando este, ao discorrer sobre a realidade política e o efeito de centralidade de poder na figura mítica do príncipe, dirá que “a constituição de uma vontade coletiva” na Idade Média “tomará outras formas, mas seguirá o mesmo percurso”. Segundo o autor, as massas, numa espécie de continuidade aparente, “deverão dar-se chefes capazes de visar a objetivos determinados, de analisar as relações de força e de prever os acontecimentos; deverão sustentar com energia a ação deles” (LEFORT, 2003, p. 15). Dessa forma, o povo deverá consentir certos sacrifícios e um deles consiste em aceitar a intervenção mediadora de um príncipe para alcançar sua própria unidade.

Está nascendo aqui – ou talvez aconteça apenas um processo de posicionamento, redefinição ou até mesmo de fortalecimento – uma certa razão de Estado que incita o empreendimento de poder pelo funcionamento de dispositivos de segurança e mecanismos de disciplina ligados ao controle, ao panoptismo, à regulamentação, à norma. Em outras palavras, o nascimento desse Estado racionalizado estava pautado na tentativa de se introduzir a economia no cerne da gestão de governo.

A economia, que até o século XV, XVI se inscrevia como uma forma de governo, marcaria, sobremaneira, a forma como se efe-

tivava a relação entre quem governa e quem é governado pois, ao mesmo tempo em que deslocava a questão da gestão da família ao nível do Estado, denunciava a necessidade da vigilância, do controle, do olhar atento do pai de família na gestão dos indivíduos (PRADO FILHO, 2006). Essa introdução da economia representa uma ruptura na forma de pensar o governo, sobretudo, quando se aproxima das questões que circunscreviam e nortearam a prática política no período clássico.

A tradição platônica de predominância da política como arte baseada numa técnica encontra, a partir de então, um longo caminho no decorrer do qual é preenchida pela dimensão de política libertadora fundamentada na natureza social que constitui o homem e no princípio de moderação na qual deveria estar fundamentada, já segundo Aristóteles, a condução da comunidade política. Tal moderação não representa “abstrações de gabinete desvinculadas do cotidiano”, mas diz respeito ao conjunto de saberes ligados a “guias de conduta a serem utilizados na efervescência da vida ‘civil’” (PIOVEZANI, 2009, p. 69).

Em contrapartida, essa liberdade que se atrela à atividade política é o que marca a circulação, o deslocamento de pessoas e faz entrar em cena, a questão dos dispositivos de segurança e das tecnologias de poder – conforme se apresenta mais adiante quando se discute acerca da governamentalidade. Ela é, em suma, a força maior que desloca as artes de governar e as desbloqueiam ao mesmo tempo em que traz à tona a preocupação com a vida, recolocando-a no cerne de um projeto de gestão da vida

vinculado à questão da liberdade de cada um. É possível afirmar então que as práticas de governo não resistem ao surgimento de uma nova finalidade:

Não se trata mais da correta disposição das coisas tendo em vista o bem comum, tal como constava nos textos dos juristas, mas de conduzi-las a fins convenientes, que na verdade se multiplicam numa diversidade de fins específicos em torno dos quais as coisas deviam ser dispostas (PRADO FILHO, 2006, p. 53).

Desse modo, “o mundo das coisas mistas” não pode ser visto apenas como o mero palco da periodização de acontecimentos de natureza política, mas o espaço violento no qual está arraigado o desejo imanente do corpo social – “haja vista que a assimetria dos desejos faz com que a descrição das lutas mude completamente. Se nem todos visam à pose do mesmo objeto, o fato de alguém chegar ao poder, mesmo de forma legítima, não é suficiente para contentar os desejos de boa parte da população” (MAQUIAVEL, 2007, p. 35). Além disso, há a sinuosidade de práticas de gestão canalizadas numa lei de dominação necessária à ordem e justa ao servir coletivo, sendo esta mobilizada, sobretudo, pelo conjunto de instituições legitimadoras da organização da comunidade política assim como a obediência e o respeito ao ideal de soberania da nação.

Nesse entremeio, devem-se considerar a tensão, o choque, o batimento de forças capitais que vão marcar profundamente as artes de governar e a fundamentação de uma proposta de go-

verno político dos homens: trata-se da relação conflituosa entre os ditames de uma teoria jurídico-filosófica e uma analítica do poder. Enquanto a primeira, segundo Foucault (2008a), tornou o poder paradoxalmente inoperante, impotente, frio, a segunda pretende sublinhar o poder como potência relacional, capaz de suscitar, induzir, mover e produzir objetos e verdades. A unidade normalmente atribuída ao poder, seja a partir do sujeito que o detém, seja pelas estruturas que ele constitui, tal como o Estado, a Política, a Paz, a Guerra, a Segurança, a Soberania, são somente nomes dados à confluência de uma multiplicidade de forças que assim o representa.

É preciso enxergar aqui que a proposta de poder do Príncipe de Maquiavel está alicerçada num ideal de exterioridade do líder para com o povo, a massa súdita. E isso vai marcar, sobremaneira, a história das práticas de gestão, na amplitude mesma da unidade de um governo ou do desenho dele. A literatura antimachiaveliana denuncia essa relação de transcendência entre príncipe e principado e revela que não há, portanto, uma relação de pertencimento entre tais instâncias e seria essa a principal fenda, a maior lacuna que a teoria jurídico-filosófica do poder mobilizou. Isso porque tal teoria entende o poder apenas como proibição e como limite e, sendo assim imaginado, ele é reduzido à negatividade, como posse e conquista de uns em troca da cessão ou da carência de outros. Trata-se, segundo Foucault, da imanência de um princípio geral, já que:

O príncipe de Maquiavel recebe seu principado seja por herança, seja por aquisição, seja por conquista; como quer que seja, ele não faz parte do principado, é exterior a ele. O vínculo que o liga ao seu principado é um vínculo ou de violência, ou de tradição, ou ainda um vínculo que foi estabelecido pelo acomodamento de tratados e pela cumplicidade ou concordância dos outros príncipes, pouco importa. Em todo caso, é um vínculo puramente sintético: não há pertencimento fundamental, essencial, natural e jurídico entre o príncipe e seu principado. Exterioridade, transcendência do príncipe, eis o princípio (FOUCAULT, 2008a, p. 122).

A partir de então, a história das práticas de gestão entra numa trama renovada de saberes que a impõe à desobediência ao cárcere dos projetos da antiguidade. É chegada a alta Idade Média e com ela o princípio pedagógico do poder do príncipe virtuoso. Nesse momento, ocorre a irrupção de saberes outros para contínua justificação da concentração política do poder e dos dispositivos de controle das massas.

“A Idade Média viu, portanto, formar-se uma teoria coerente e sólida da soberania real” numa relação de quase apagamento das práticas de governo em função, nesse contexto, do descarte do fenômeno estatal (SENELLART, 2006, p. 30). O acento da política, das práticas de gestão e do gerenciamento da vida pública agora pousa na exemplaridade do rei ou do príncipe que, “a exemplo do sacerdote, deve “formar os outros para a virtude””.

É nesse momento que a relação entre governo e dominação se torna mais tensa, sobretudo, em função da nova postura do cole-

tivo, do povo – “não mais concebido como uma família a dirigir ou um rebanho a apascentar, mas como uma ameaça permanente” – e das práticas de gestão – “foi através dessa figura nova, desde o fim da Idade Média, do povo perigoso que se efetuou a conversão do governo em dominação” (SEHELLART, 2006, p. 20). As construções “bem-comum” e “interesse público” passam a se inserir em uma nova ordem do saber político e, em contrapartida, exigem um novo olhar sobre o controle das massas e a administração da unidade coletiva.

Seria o que Foucault chamou de “paciência do soberano”, o aparecimento da população como o objeto do poder soberano. Segundo o autor, “a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida”. Assim sendo, a constituição de um saber de governo seria indissociável da elaboração de um saber das manifestações e os processos que dizem respeito especificamente à população (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

Nessa perspectiva, o respeito a nosso objeto de pesquisa e ainda, o atendimento a nossa proposta de investigação, nos tangem à consideração de que ao passar dos séculos o ideal de divindade na condução da coisa pública baseado na forma como a natureza governa, segundo princípios de leis imanentes e observáveis no meio comum, é preenchido por uma racionalidade que procura aproximação com o ideal de homem social e virtuoso.

Esse, por sua vez, não só pode interferir na ordem dos acontecimentos – políticos, históricos, sociais, culturais, mas dela fazer

parte e nela agir segundo novos preceitos de gerenciamento de si e do outro, reatualizando e inserindo os conceitos de coletividade, liderança e governo numa incessante trama de poder. É o que se observa, por exemplo, a partir da inscrição do sujeito Obama no acontecimento das eleições presidenciais americanas em 2008 e 2012, o qual foi subjetivado em trajetos discursivos de evidência e positividade, trazido à visibilidade pública a partir de determinada ordem de saber/poder.

Do poder supremo do príncipe no governo da vida pública

“O rei deve aparecer erguendo o bastão, não apoiado nele”¹¹ é assim que Burke (2009) justifica a pertinência oportuna de seu objeto de estudo na *Apresentação a Luís XIV* de sua *A fabricação do Rei*. Mais do que evidenciar marcas históricas de um trabalho de fabricação de imagem política, esse enunciado mexe com a memória das práticas de governo, denunciando o empreendimento de poder na construção da história, sob a égide da política.

A obra de Burke, ao aproximar as tendas da arte e do poder, põe em cena o feixe de verdades e de saberes voltados à justificação do poder de um só, responsável pelo comando de um corpo vivo – porém súdito – que possui memória, mas permanece sob a

11. Conforme tradução *il faut que le Roi ait la canne haute, au lieu de s'appuyer dessus* citada pelo próprio autor. (Cf. BURKE, 2009).

glória de “um monarca estabelecido na plenitude de seu direito” de reinar (SENELLART, 2006, p. 35).

A obra, embora tardia se considerado o contexto de seu levantar – século XVII – toca com maestria na questão da fabricação da imagem do Rei Sol, tecendo os fios da pedagogia do poder do príncipe e fazendo emergir o empreendimento de saber da sociedade medieval – que não só justificou, mas canalizou a efetividade das práticas de gestão e o exercício da força política por um líder virtuoso. Nesse contexto, a *Éclat*¹² do *Rei* reluzia a doutrinação das artes de governar num movimento que vai desde a bajulação dos cínicos e oportunistas até a resistência vigiada dos moralistas, satiristas e observadores (BURKE, 2009).

No entanto, é importante considerar que é a partir do século VI que se observa a formação de uma teoria da soberania real de maior coerência e solidez que não só mexe com questões relacionadas à origem, à natureza e ao exercício da força, do poder, mas toca na gênese do ato de reger, dominar e comandar, denunciando as intrigas entre os conceitos de Governo e Estado. O gerenciamento da vida pública pela ação política conhece, nesse contexto, novos caminhos que oscilam desde a arte de bem governar a da forma ótima de governo num movimento sem volta e ligado ao trabalho com a obediência das massas e a gestão da vida do outro.

12. Segundo os estudos de Burke, essa era uma das palavras chaves para a materialização da magnificência do Rei. Seu significado, referindo-se sempre a algo impressionante e de efeito inesperado, podia variar de lampejo de luz a estrondo de um trovão. Cf. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV* (BURKE, 2009).

O surgimento do príncipe – e com ele o saber trabalhado para a justificação das práticas de gestão a partir do início da Idade Média – impõe à ação de governar a supremacia absoluta do critério da eficácia em detrimento do de justiça. A identidade, virtuosa, do governante é atravessada nesse momento pelo crivo da necessidade coletiva, numa relação que mexe com a atividade política do ator moral num jogo de espelhos que asseguram a clareza da virtude do homem político.

Desse modo, segundo Foucault (2009, p. 95) “esse homem possui um *daimon* que não é simplesmente bom para ele mesmo, mas o é também para os outros”. A repetibilidade desse discurso da necessidade coletiva e a vontade de verdade aí mobilizada importam, nesse trabalho, porque oferecem condições para se problematizar a questão da positividade que fundamentou a imagem de Barack Obama na eleição presidencial americana de 2008 como o único capaz de refazer a ordem socioeconômica para o mundo frente à crise financeira deflagrada na época.

Nesse jogo, entra em cena a atividade política do ator moral e a realidade fabulosa de sua imitação e, nesse contexto, a incursão maquiaveliana vem assegurar o empreendimento de saber, com vista ao funcionamento da maquinaria do governo do homem bom e virtuoso, que sustenta a pedagogia do poder do príncipe na condução da vida pública. Agora o príncipe persegue a razão pessoal principalmente porque “na difícil arte de governar, no meio de tantas ciladas” é a partir desse cuidado de si, isto é, “é

sabendo se conduzir bem que ele saberá conduzir, como convém, aos outros” (FOUCAULT, 2009, p. 95).

A prática de gestão pela instituição do governo justo requer do líder exercícios de temperança e prática atenta das virtudes pessoais no sentido de constituir-se, ele mesmo, o espelho da *virtù* e da fortuna que espera moldar no corpo social. Esse trabalho de moderação das paixões traz à tona, nessa discussão, a rede de ligamentos que penetram o fazer político – para usar uma expressão de Charaudeau (2008) – numa espécie de comunhão combinada entre a conduta de si, a administração doméstica e a direção do Estado. Dessa forma:

O príncipe governa seu reino da mesma maneira que seus próprios desejos, sua mulher, seus filhos, seus domésticos: trata-se, em cada nível, de conduzir uma multidão para o fim virtuoso que lhe corresponde. [...] por causa dessa relação transitiva entre o governo de si, de sua casa e do reino, a ação pública é reduzida, na maioria das vezes, às regras éticas do comportamento privado (SE-NELLART, 2006, p. 31).

Desse modo, deve-se ressaltar que o empreendimento de poder dirigido ao governo de um só, se dá a partir de uma pedagogia do fazer político e, sobretudo, do agir em público numa perspectiva de trabalho com a subjetividade. É o movimento de gerenciamento das paixões coletivas numa trama de máscaras que se põem e se justapõem sustentadas na vaguidão de um sen-

tir com os outros e espelhadas numa “aparência que deveríamos ter por verdadeira” (CHARAUDEAU, 2008, p. 7).

Essa pedagogia do poder do príncipe denuncia o prelúdio dos jogos de imagem – não só de sua fabricação, mas também o trabalho de sua elaboração e evidenciação na cena de visibilidade pública – que se arrolam no brilho e clareza de um *speculum* sob a doutrinação de uma parenética¹³ régia. Mas uma questão aqui parece oportuna: Por que as artes de governar, até o século XVI, tiveram a forma do espelho? (SENELLART, 2006).

A partir dessas condições de produção, observa-se a repetibilidade dessa doutrinação do dizer, do agir, e do sentir com os outros que permeia a atividade política e permite, nesse entremeio, evidenciar a relação saber/poder e produção de imagem pública de personagens políticos a partir dos conceitos de virtualidade, razão e justiça.

Os vértices da questão ou a plausibilidade de uma resposta residem no fato de que “o príncipe-espelho pressupõe o espelho do príncipe” (SENELLART, 2006, p. 50) e essa trama, longe de uma simplicidade dissimulada, aloca o *speculum* do príncipe em dois momentos igualmente decisivos para a compreensão do fe-

13. Em referência ao estudo de Senellart (2006) que, ao tratar da questão das artes de governar e do tema da virtude do príncipe, resgata de Sêneca (Cartas a Lucílio, XV, 95, 1) o conceito de parenética. Segundo o autor, parenética ou parênese (do grego parainesis que significa exortação, encorajamento), designa um gênero do discurso que exorta às ações virtuosas. Ainda conforme Senellart, o conceito é apresentado por Sêneca como “ensinamento de preceitos”. (Cf. SENELLART, 2006, p. 47).

nômeno do governo: de um lado, o exame de si pela claridade que erradia a própria virtude e a própria necessidade de mais se assemelhar e, de outro, a inscrição do líder-sujeito num espaço de irrupção territorial. Esses, por sua vez, não só evidenciam o trabalho de produção de saber para justificação da força política na ordem da condução do “bem comum”, mas resgatam, na pedagogia do poder soberano, as operações de um trabalho com a subjetividade do homem político no espaço histórico que vai do século VI ao XVI.

Num primeiro momento, os espelhos funcionam como um mecanismo do exame de si na tentativa de se criam efeitos de eco no outro. É o que o Rei deve irradiar por virtude e por graça numa tentativa de se fazer ver, no povo que conduz, aquilo que se constitui como benignidade e valoração de seu trabalho e de sua imagem, no sentido de ser – ele mesmo – o exemplo inato de qualidades superiores. Não é apenas o Nero narcísico, mas um líder cuja meditação não lhe faz mais enxergar apenas sua perfeição, como na antiguidade, mas o conduz na tentativa de saber o que ele é para entender o que deve fazer.

Trata-se, não mais de ligar o homem político alocado na figura do príncipe à sua inerente perfeição, mas dar-lhe os meios de enxergar e corrigir suas imperfeições; não mais o encaminhar, assim como afirma o próprio Senellart (2006, p. 53), à volúpia pela contemplação de sua própria imagem, mas “à beatitude celeste por uma meditação catártica”. É nesse cenário de redefinição de saberes com vistas à condução da política sob o crivo

da manutenção do poder político que a própria política encara, agora a partir de um novo viés de saber, o batimento entre a objetividade e subjetividade, fabricação de imagem e trabalho de si.

Catarse, aqui, se aproximaria de sua denotação gramsciniana nos *Cadernos do Cárcere*¹⁴, não pelo efeito de purificação de um movimento consciente do sujeito que possibilita, mas pelo efeito de problematização da constituição política do homem que ela oportuniza. Desse modo, a política enquanto catarse permitiria enxergar “o momento da articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e determinismo, entre particularidade e universalidade” (COUTINHO, 2011, p. 115).

A referência à proposta gramsciniana de catarse, nesse momento, é oportuna porque evoca a relação poder-saber, que nesse contexto, é trabalhada para a manutenção do poder e para a fabricação de uma imagem positiva do príncipe. Assim, as determinações de Gramsci recordam, dentre outras, “a relação entre governantes e governados, coerção e consenso, econômico-corporativo e ético-político, sociedade política e sociedade civil” (COUTINHO, 2011, p. 125), pois asseguram que o político em ato é um criador que não cria do nada, de um lugar vazio, mas toma como ponto de partida numa “realidade efetiva”, aquela mesma que constitui o mundo das coisas mistas de Maquiavel.

14. Faz-se referência aqui aos ensaios sobre Gramsci na obra de Nelson Carlos Coutinho (COUTINHO, 2011) na qual o autor investiga as principais contribuições de Gramsci para a filosofia da práxis política em seus *Cadernos do Cárcere*.

É importante destacar aqui que é a partir dessa nova “realidade efetiva” das coisas que se pode pensar uma nova trama de produção de subjetividades, isto é, um novo processo de fabricação dos sujeitos mediante as relações de dominação. Tal processo é oportunizado lá mesmo onde prevalece uma razão de Estado que clama por novos saberes e novas relações capazes de acentuar o princípio do poder soberano. Tem-se aqui um Estado alicerçado na teoria do direito que impunha um ideal de soberania, mas que foi tocado pela necessidade de considerar a população não mais na continuidade de uma obediência cega, mas no prumo da disciplinarização dos corpos por mecanismos que faziam aflorar a potência de suas capacidades produtivas.

Esse é o espaço ocupado pela sociedade disciplinar que presenciou o atravessamento de uma nova ordem de saber: um saber que impunha a necessidade de se considerar a população em sua positividade e em sua generalidade e segundo os processos de conjunto. Tais processos passam a exigir do soberano um olhar atento aos fatores que demandam produção e força econômica, tais como: os fluxos de moeda que vão irrigar o território, as exportações, as importações, enfim, todos os fatores que vão dizer respeito não mais apenas ao comportamento imediato de uma população, à sua fecundidade ou, ainda à sua vontade de reprodução, mas vão se situar além, distantes dela. Assim, segundo Foucault:

Em todo caso, e por todos esses fatores distantes, pelo jogo desses fatores que vai efetivamente ser possível agir

sobre a população. Portanto uma técnica totalmente diferente que se esboça, como vocês veem: não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder (FOUCAULT, 2008a, p. 94).

Assim, os espelhos atiram no homem o olhar sobre si mesmo não apenas pelo alcance de um reflexo opaco, mas pelo olhar do exame de si que inscreve o próprio sujeito – o príncipe – no trajeto da necessidade de governar o outro. O projeto de idealidade de um soberano que está à frente como modelo exemplar de contemplação requer, além de exercícios de temperança e adestramento de si, a observância e continência à doutrina da purificação imposta pelo manual Conforme Senellart (2006, p. 53):

O espelho adquire assim a função de um manual familiar do qual convém servir-se todo dia, tendo em vista conduzir-se (*quid agere, quid cavere*) e modificar-se (*quid esse*). Ele não se inscreve numa relação narcísica consigo mesmo, mas numa prática ascética. Remete aquele que governa os outros à necessidade de governar-se a si mesmo para conformar-se, não à excelência de sua natureza, como o Nero do *De clementia*, mas a eminência de seu ofício.

Essa observância que o líder agora precisa prestar ao *speculum* traz à tona a teologia que penetra na intimidade da ação política. O resgate da memória leva novamente ao texto do *Deuteronomio* (17, 16-20) no qual é apresentada a pedagogia de preceitos servis à ordem de Javé – “Quando subir ao trono, ele mandará escrever num livro, para seu próprio uso, uma cópia desta lei ditada pelos sacerdotes levitas. Ela ficará sempre com ele, que a lerá todos os dias de sua vida” – na perspectiva de garantir a presença do rei justo na condução da unidade do povo sob a evidência dos efeitos de justificação de poder pela idealização de um líder exemplar – “Assim, ele prolongará os dias de seu reinado, junto com seus filhos, no meio de Israel”.

Esse pilar de sustentação teológica dos espelhos põe em movimento a imagem do líder como aquele que é sábio e regulador dos instintos sociais – para não dizer atento às especulações do povo no que diz respeito ao exemplo de justiça e administração da vida coletiva – mas, traz à tona a idealização de um sujeito uno e capaz de gerir a história e fomentar o culto a uma criação coletiva. Não se trata apenas de um projeto audacioso para a construção de autoridade e autenticidade de um governo, mas de reforçar o poder na sua exaustiva materialidade, garantindo a justificação e manutenção de sua centralidade, já que um “Estado centralizado precisa de um símbolo de centralidade” (BURKE, 2009, p. 23).

Vale ressaltar ainda o deslocamento do projeto dos Espelhos do Príncipe durante a Idade Média. Antes do século XII a ação do líder se voltava para o governo de homens que constituía o

povo de Deus, mas com a formação das monarquias territoriais o alvo passa a ser não mais o corpo de súditos, aquela massa de contornos definidos, mas o corpo político de um reino, com seu vasto leque de aspirações políticas, jurídicas e administrativas.

Em contrapartida, deve-se considerar que, a partir do século XVI, a simetria de visão imposta pelo espelho passa a alcançar não mais e unicamente a figura refletida da exemplaridade de um líder, mas também o espaço físico no qual o soberano se encontra. É, portanto, nesse contexto que emerge a questão do território que, a partir de então, vai inscrever “a face do príncipe dentro de coordenadas espaciais com as quais ela forma um todo” (SENELLART, 2006, p. 56).

Nesse momento, o exercício do poder soberano deve considerar o espaço geográfico organizado, o território como domínio concreto, o qual deve ser trabalho não apenas pelo brilho de uma exemplaridade virtuosa, mas pela positividade do funcionamento do Estado. Nesse contexto, tem-se o Estado que surge exigindo atenção à questão econômica do espaço e à organização da administração pública. A inscrição dos espelhos nessa nova dimensão da questão política “mostra, com efeito, como a arte de governar se deslocou, em um século, da prudência hábil do príncipe para a ciência, por mais rudimentar que esta ainda seja, das condições gerais de vida dos Estados” (SENELLART, 2006, p. 61).

Além disso, nesse movimento em que o príncipe começa a vislumbrar um trincamento de sua imagem, como um arquétipo a ser contemplado, nutre-se uma vontade de verdade que procura

recolocá-lo numa posição de destaque segundo um novo regime de poder-saber, devolvendo-o as rédeas do comando que agora se encontra deslocado para o conjunto da maquinaria de um Estado. Esse novo posicionamento do líder traz à tona a questão da constituição da comunidade política e a do papel do indivíduo na proposta de um corpo social, já que implica a sustentação de uma soberania real pondo em conflito o pertencimento – do representante de todos – a uma coletividade e a continuidade de uma continência que precisa ser prestada – pelo povo.

Um ponto nodal da inscrição da problemática dos espelhos no bojo da operacionalização das artes de governar: inscrevendo-se num espaço que vive o vigor das práticas disciplinares, a tônica dos espelhos impõe um trabalho de si porque eles funcionavam também como um mecanismo, como tecnologia de poder que, ao corroborar o funcionamento da sociedade disciplinar, denuncia como se efetiva a fabricação dos sujeitos nesse momento. Os espelhos do príncipe, mais do que qualquer coisa, se atrelam a um trabalho com a subjetividade, denunciando, em alta voz, a operação e o deslocamento de poder e de saber que marcam os sujeitos.

Situando essa discussão no bojo da produção da imagem de Obama, é possível trazer, a partir das figuras a seguir, que as posições-sujeito que lhe são reservadas ilustram a problemática dos espelhos do príncipe, pois situam sua subjetividade numa posição ao mesmo tempo de reafirmação e de ruptura.

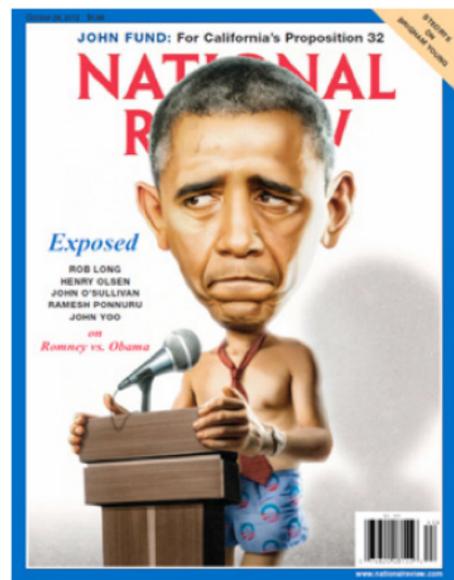
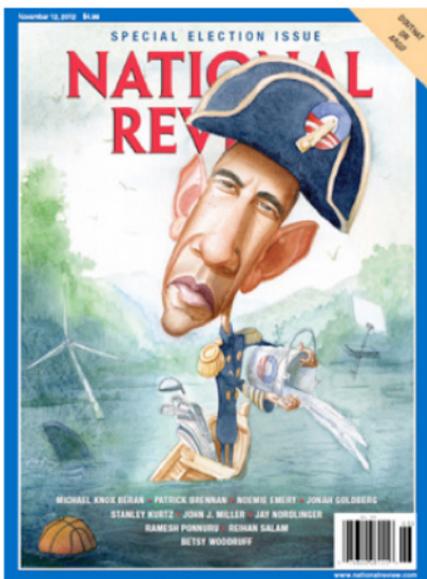
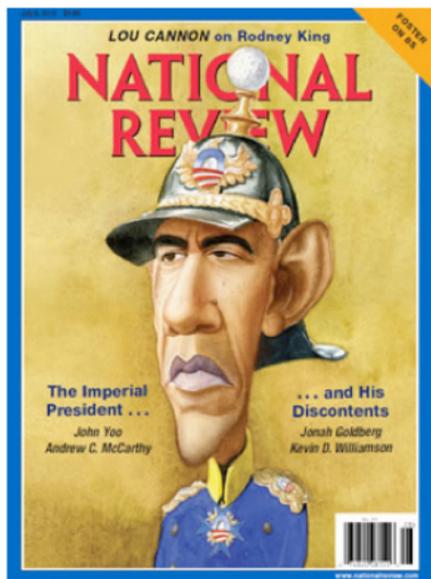


Figura 7 (acima, à esquerda)
National Review – 9/7/2012
 Fonte: www.nationalreview.com

Figura 8 (acima, à direita)
National Review – 12/11/2012
 Fonte: www.nationalreview.com

Figura 9 (ao lado)
National Review – 29/10/2012
 Fonte: www.nationalreview.com

No trajeto de deslocamento de sua imagem, pode-se notar a afirmação da posição de comandante imperial, símbolo da autoridade e centralidade de um governo liderado por um só. Considerando a Figura 7, tem-se que a imagem de Obama é inscrita no primeiro momento dos espelhos haja vista que somente importa, nessas condições históricas, o vislumbre da figura do príncipe que se apresenta como uma totalidade que deve ser contemplada. O efeito de memória que pode ser mobilizada a partir dos indícios das vestimentas, do rosto sério e do *boton* de sua campanha¹⁵ em 2008, inscreve a imagem de Obama como o “presidente imperial”, cuja marca de governo seria a centralidade da América como berço regulador da política e da economia mundial.

Na Figura 8, são os limites de seu corpo, mediante a inscrição num espaço territorial, também delimitado, que se evidencia. Nesse segundo momento, Obama ainda permanece ocupando a posição de chefe-maior, mas agora inscrito num cenário que apresenta as condições de vida do Estado, trazendo à tona a questão da constituição da comunidade política. Os efeitos de sentido que podem ser observados a partir dessa segunda figura

15. Em formato circular, o *boton* traz uma borda superior azul de contorno branco e listras vermelhas intercaladas por segmentos brancos, abaixo do centro. Durante a campanha presidencial de 2008, muitos afirmavam que o símbolo fazia uma alusão à inicial do nome de Obama pela questão da mudança representada no C de *Change* (“mudança” em inglês). Outros enxergavam, ainda, a configuração de um *sol* a partir do delineamento do fundo branco da imagem, que representariam uma nova vida, o novo mundo. A organização das listras brancas e vermelhas, mais abaixo da figura, foram associadas às possíveis políticas de um governo democrata de incentivo à produção agropecuária. Cf. Santos (2012).

fazem reluzir uma subjetividade marcada pela presença do outro. Aqui, não se trata mais do “homem-Estado”, isto é, da idealização de um sujeito capaz de constituir e representar, ele mesmo, a totalidade de um governo na esteira da herança divina ou da naturalidade de sua virtude, mas sim do “príncipe-administrador”.

Na Figura 8, portanto, a posição de Obama é a do príncipe que decide, que legisla, que administra as aspirações políticas e econômicas de um reino, tais como, os efeitos das catástrofes naturais, as condições de vida da população e o bem-estar social. Isso porque sua posição-sujeito não é mais trazida num efeito de generalidade ou de totalização, mas inscrita no caos que em que se encontra o governo. Os contornos de seu corpo são marcados na presença de um espaço heterogêneo e disperso, o qual exige a intervenção de um líder para organização da vida coletiva da população pela adoção de políticas de promoção da vida.

Na Figura 9, tem-se o sujeito discursivo submetido ao exame de si, ainda ocupando a posição de presidente, mas despido das posições que lhe foram reservadas no espaço de visibilidade pública. A figura que traz Obama num pedestal, sem as roupas formais tipicamente usadas pelo presidente e como se estivesse conduzindo ou prestes a conduzir uma fala pública, produz um efeito de intimidade. A permanência da gravata, do relógio e da roupa íntima, bem como do posicionamento de seu corpo diante do microfone, denuncia o “trabalho de desnudamento” do sujeito, isto é, uma vez submetido a minúcia de uma visibilidade, a subjetividade do democrata é “exposta”, sob o efeito de uma

realidade ou de uma constatação: aquele que ocupou discursiva e midiaticamente as mais variadas posições-sujeito é agora trazido na intimidade de sua vida de homem comum.

A leitura de tais efeitos, permite observar ainda a tentativa da mídia de produzir um trajeto de imagem que oscila entre positividade e negatividade. Deve-se mencionar ainda que todas as três figuras são fruto de um trabalho de edição, de montagem, de escolha, que procura adestrar o olhar, isto é, educar a visão para determinar efeitos de sentido. As materialidades constituem-se não como fotos, mas como caricaturas que, atravessadas pelo efeito de humor, retratam a vulgaridade de um personagem, acentuando os lugares ocupados pelo sujeito discursivo e retomando na disposição de um rosto e de um corpo espaços de memória e de discursividade.

Percorrendo o trajeto dos detalhes e a regularidade dos indícios nas figuras acima, nota-se que o *boton* usado na campanha presidencial de 2008 pelos democratas é trazido como uma marca que justifica o deslocamento da imagem de Obama, oscilando de comandante imperial ao homem comum “despido” em público. Na Figura 7, o *boton* que a partir de 2008 traduziu e acompanhou o enunciado da mudança – o *Change: we can believe in* – aparece como um brasão agregado à roupa do presidente e situado bem acima de seu peito. Já na Figura 8, ele aparece no balde usado por Obama para esvaziar “seu barco” que afunda no meio do caos, isto é, na inundação que preenche todo o cenário

no qual ele tenta sobreviver – cenário este no qual o sujeito-presidente não é mais o todo, mas, apenas, uma parte dele.

Por fim, na Figura 9, o mesmo *boton* aparece apenas como uma marca, pregada na roupa íntima usada por Obama. Trata-se de observar, na aparição de um detalhe, o trabalho com a repetição e com a regularidade que, no espaço da discursividade, denuncia uma operação com o sentido, enxertando-o com múltiplos efeitos e explorando-o na sua produtividade histórica ao considerar sua condição de possibilidade no espaço de uma memória. É, portanto, ao evidenciar o processo de fabricação de sujeito nesse momento histórico que o gênero espelho reflete sua maior contribuição.

Trata-se de se buscar o que Foucault defende – em sua aula de 21 de janeiro de 1976 no curso *Em defesa da sociedade* – como aquela que deve constituir a tarefa primeira quando do trabalho de investigação da soberania e de suas formas de exercício: “a fabricação dos sujeitos muito mais do que a gênese do soberano: aí está o tema geral” (FOUCAULT, 2005c, p. 52). Essa nova projeção do príncipe no espelho que agora denota não apenas sua autoimagem para contemplação a partir do exame de si mesmo, mas, sobretudo, o espaço que o inscreve como parte e não como o todo, fez “reluzir o reflexo da relação do príncipe com a substância mesma de seu poder”. E, desse modo, permitiu enxergar as incursões à ética, à moral e à justiça para se justificar a permanência e o funcionamento do supremo poder no espaço social das microlutas cotidianas.

A ênfase à questão dos espelhos permite enxergar a repetibilidade do vasto leque de vontades de verdade que priorizam a legalidade do governo de um só, sob a máscara da justificação social da superioridade do homem político no agrupamento da grande massa. É como afirma Bobbio (2012, p. 88):

A recorrente consideração segundo a qual o supremo poder, que é o poder político, deva também ter uma justificação ética [...], deu lugar à vária formulação de princípios de legitimidade, isto é, dos vários modos com os quais se procurou dar, a quem detém o poder, uma razão de comandar, e a quem suporta o poder, uma razão de obedecer.

É dessa forma que a imagem do espelho desempenha um papel decisivo no que diz respeito à representação dos deveres do líder, pois expõe as vísceras de um saber legitimador e resgata a tônica de um apetite de poder histórico que mirou o espaço social como lugar de batalhas sinuosas. A questão dos espelhos traz consequências relevantes para o problema da questão política e irradia efeitos que vão desde a centralidade de um poder de governar nas mãos de um só, até a justificação de práticas de gestão alicerçadas na historicidade da relação política x ciência x arte.

No primeiro grupo de efeitos está a dominação e seus mecanismos de controle que, ao impor força e domínio, miram, pela legitimidade que reclamam, a obediência absoluta ao governo justo e tocam no terreno da administração e da condução do viver feliz. E no segundo, estão as obrigações da ação principesca

numa relação do líder supremo consigo mesmo, sob a tentativa de atribuir-se a soberania divina pelo julgo do homem sábio que governa os outros porque sabe combater a razão de seus desejos, cuja arte de governar aporta-se na justiça, na ética e na moral.

Mais do que o nascimento do Estado de direito, governo justo ou o governo da lei – cujo fundamento, conforme afirmara Bobbio (2012, p. 96), seria o “Estado com suas instituições sendo exercidos no âmbito de leis preestabelecidas” – os espelhos do príncipe e o batimento de poder-saber que mobilizaram entre os séculos VI e XVII, oportunizam uma incursão à justificação da centralidade de poder que se edificou sob a aparência da política. E, desse modo, permite enxergar práticas trabalhadas para a produção imagens públicas alicerçadas no terreno da herança histórica, da representação divina e da carência coletiva, e que produziram efeitos de positividade, particularidade e exemplaridade.

Além de tocar na questão da visibilidade e do eco da expressão de “um hipotético homem da Providência” (LEFORT 2003, p. 15), a recorrência a essa série de práticas, permite escavar, além do empreendimento de um poder sobre a vida, um trabalho sobre a conduta dos sujeitos e sobre as relações que eles travam no âmbito social. E, dessa forma, denuncia a historicidade da institucionalização do poder na esfera da política e de sua manifestação, o que torna necessário considerar os múltiplos espaços da vida social bem como o caráter produtivo e relacional de suas forças. É assim, por exemplo, que a proposta de uma sociedade da dominação, que se pauta na teoria do direito, é reforçada pelo

princípio de uma sociedade disciplinar, alicerçada na operação de uma regulamentação panóptica.

Esse direito da soberania, importante ressaltar, é justamente o direito de fazer morrer ou deixar viver, um direito que, a partir do século XIX, vai ser atualizado, mais do que substituído, pelo direito de fazer viver e de deixar morrer e ainda sob a justificativa de ser *Em defesa da sociedade*, assim como evidencia Foucault na sua aula de 17 de março de 1976 de seu curso no *Collège de France*. Não se trata de negar que o lugar do poder é aquele onde é colocado pela política – sobretudo no mundo contemporâneo – mas de ultrapassar sua natureza de limite e proibição e lançar em um terreno movediço as relações subjetivas onde ele, o próprio poder, funciona.

Dessa forma, deve-se considerar o funcionamento do poder segundo uma multiplicidade arrojada de forças que movimentam não apenas efeitos de dominação, conquista e posse, mas de resistência, de conflito e de batimentos de saber (CANDIOTTO, 2010). Nesse contexto, entra em jogo a construção de uma história não mais sufocada por teorias de soberania política, mas ligada à complexidade de uma população, pois:

As relações de poder consistem num campo de ações de múltiplas possibilidades, porém de uma mesma natureza: desde agir sobre uma população, agir sobre as ações de outrem (governo dos outros) até agir sobre a própria conduta (governo de si mesmo). A macropolítica torna-se indissociável da micropolítica (CANDIOTTO, 2010, p. 37).

É no tear das amarras de um poder que se propõe a quebrar as linhas limítrofes de sua própria regionalização, que se levanta a necessidade de observar as lacunas e os espaços que esse poder imprime no ideal de unidade do Estado. É mister considerar a potência de um poder vivo que se lança sobre a vida e que possui em suas estratégias um alcance tão multifacetado quanto fluído. O leque de saber que atravessa e valida as práticas de governo, desde a antiguidade clássica à era medieval, oportunizou regimes de verdade voltados à manutenção de uma ordem servil e à preservação da força política sob o comando de um só, negligenciando, com isso, a natureza do poder como potência relacional, como força sempre em trânsito.

Assim, no contexto de investigação da política é preciso considerar que esse poder se dirige à vida, por isso, interessa mais e, sobretudo, entender sua operacionalização em redes de saber, os efeitos de seu funcionamento na condução da vida e, principalmente, entender que esse poder faz a unidade tradicional do Estado se deslocar para a pluralidade e heterogeneidade das forças que o constituem. Entra em cena, então, a população, o território e a economia como mecanismos que encerram na constituição da comunidade política as batalhas ligadas à condução da vida e à procriação das formas de dominação e controle sobre o outro. Sob a égide da governamentalidade, a biopolítica acena para a liquidez de uma modernidade em curso.

BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E REGULAÇÃO DA VIDA

A subjetividade não é concebida a partir de uma teoria prévia e universal do sujeito, não é relacionada com uma experiência originária ou fundadora, não é relacionada com uma antropologia que tenha um valor universal. A subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade.

Michel Foucault
Subjetividade e Verdade (2016, p. 13)

Pastoral das almas x governo dos homens: o prelúdio do governo

Ao tratar da questão do biopoder e da biopolítica, no trabalho de situar a governamentalidade como noção que se levanta no bojo das relações de poder, Foucault adentra o campo do governo e/ou das artes de governar pela porta do poder pastoral. E assim, evidencia a pastoral das almas como o prelúdio para os deslocamentos e desbloqueio das artes de governar a partir do século XVIII. Segundo ele, o pastorado está alicerçado em três

princípios fundamentais, a saber, sua relação com a salvação, sua relação com a lei e sua relação com a verdade.

A questão do pastorado é bem oportuna porque permite problematizar as matrizes políticas no ocidente, “uma, grega, caracterizada pela invenção da ‘democracia’, pela fundação da ‘política’ [...] e outra, pastoral, ligada aos valores, à ética, à cultura cristã, centradas em práticas de individualização”. Matrizes essas que fundamentam a relação totalização x individualização e tocam no plano da condução da vida pela esteira de uma arte de comando, logo política, já que nessa relação se tem “uma tecnologia de poder que quer dar conta do todo, e outra, que busca dar conta de cada um: o todo e cada um – totalização + individualização – a marca do Estado moderno, esta nova forma de pastorado” (PRADO FILHO, 2006, p. 31-32).

O recobrimento cristão da problemática do pastorado serve como ponto de partida para se chegar à efetividade de uma prática de condução de vidas, logo, um terreno onde o poder funciona permitindo o estabelecimento de relações sinuosas cujo foco é o governo político dos homens. O pastorado é então uma prática política, pois mantém o corpo social numa relação de obediência, de ensino e de trabalho de si pelo ideal de purificação. E essa relação se dá em função da salvação, na questão da obediência a uma lei e, ainda, sob o olhar vigilante da verdade:

O pastorado está relacionado com a salvação, pois tem por objetivo essencial, fundamental conduzir os indivíduos

os ou, em todo caso, permitir que os indivíduos avancem e progridam no caminho da salvação. Verdade para os indivíduos, verdade também para a comunidade. Portanto, ele guia os indivíduos e a comunidade pela vereda da salvação. Em segundo lugar, o pastorado está relacionado com a lei, já que, precisamente para que os indivíduos e as comunidades possam alcançar sua salvação deve zelar por que eles se submetam efetivamente ao que é ordem, mandamento, vontade de Deus. Enfim, em terceiro lugar o pastorado está relacionado com a verdade, já que no Cristianismo, como em todas as religiões de escritura, só se pode alcançar a salvação e submeter-se a lei com a condição de aceitar, de crer, de professar certa verdade. Relação com a salvação, relação com a lei, relação com a verdade. O pastor guia para a salvação, prescreve a lei, ensina a verdade (FOUCAULT, 2008a, p. 221).

O princípio pedagógico da tríade salvação, lei e verdade embora justifique a ação de um poder que se tange para a política, isto é, voltado para a condução de uma determinada coletividade sob o crivo do “fazer bem”, não é suficientemente alcançado se se toma, segundo Foucault, o pastorado apenas até aqui. É preciso, então, enxergar o que lhe há de específico e o mantém na gênese mesma da atividade política. É preciso chegar ao que o faz pertinente diante do tema da população como objeto da prática política. Se considerado apenas nessa tríade relacional, o poder pastoral não teria nada de diferente, nada de específico, nada de singular, porque, afinal de contas,

[...] guiar, prescrever, ensinar, salvar, exortar, educar, estabelecer o objetivo comum, formular a lei geral, fixar nos espíritos, propor-lhes ou impor-lhes opiniões verdadeiras e retas, é o que faz qualquer poder, e a definição que seria dada assim do pastorado não seria em absoluto distante, seria exatamente do mesmo tipo (FOUCAULT, 2008a, p. 221-222).

Nessa tentativa de se problematizar a natureza política do pastorado no que ele tem de relação e de envolvimento na tomada do poder sobre a vida, e ainda, no que ele tem de específico em relação às demais tecnologias, mecanismos e dispositivos, deve-se observar quatro princípios básicos que lhe foram acrescentados pela proximidade com o cristianismo. Tais princípios foram sistematizados por Foucault na aula de 22 de fevereiro de 1978 ainda na oportunidade do curso *Segurança, Território e População*, a saber, princípio da responsabilidade analítica, princípio da transferência exaustiva e instantânea, princípio da inversão do sacrifício e o princípio da correspondência alternada e estão, todos eles ligados ao lado “paradoxalmente distributivo do pastorado cristão” (FOUCAULT, 2008a p. 224).

Segundo o autor, essa dimensão paradoxalmente distributiva do pastorado é o que marca a sua especificidade como uma forma de poder e, sobretudo, o que delinea sua inserção na ordem da condução de vidas e no trabalho de direção de consciência. É que o pastor deve ser senhor de todos, de todo o rebanho e deve preocupar-se com as suas unidades e, do mesmo modo, deve preo-

cupar-se com cada uma em especial. Assim como na metáfora da romã¹⁶, o pastor deve aceitar, se preciso, para salvar o todo, para zelar pela integridade e trabalhar em prol do grupo, sacrificar a ovelha desgarrada¹⁷ de forma que esta não venha comprometer e/ou colocar em risco a coletividade das demais.

Mas, paradoxalmente, a salvação de uma deve mobilizar todo o grupo. É preciso, então, trazer de volta, as ovelhas errantes, integrá-las ao grupo, fazê-las seguir a mesma ordem e comungar do mesmo princípio de vigilância. Ao tratar dessa natureza paradoxal e distributiva do pastorado para ilustrar a essência da salvação, o trabalho com a pastoral das almas, Foucault apresenta a dualidade em que se encontra o pastor, esclarecendo que ele deve se voltar para o grupo, mas também, deve ser capaz de resgatar a ovelha perdida, desgarrada. Nas palavras foucaultianas:

A ovelha que escandaliza, a ovelha cuja corrupção ameaça corromper todo o rebanho deve ser abandonada, deve ser, eventualmente, excluída, expulsa, e etc., mas, por outro lado, – está aí o paradoxo –, a salvação de uma só ovelha deve causar tanta preocupação no pastor quanto a de

16. Foucault destaca, nessa mesma parte da aula, a metáfora da romã mostrando que as partes, os grãos eram tão importantes quanto o todo. Com isso, o autor esclarecer que o pastor “com toda a sua sagacidade e seu engenho [...] deve correr para não perder nenhuma das ovelhas que lhe são confiadas. “Todos, quer dizer salvar todos, quer dizer salvar o todo e cada um””. Cf. (FOUCAULT, 2008a, p. 223).

17. Numa referência à perseguição ao terrorismo e os esforços para captura e aniquilamento de ovelhas desgarradas como Saddam Hussein e Osama Bin Laden e mais, contemporaneamente, o ex-técnico da CIA Edward Snowden.

todo o rebanho, não há ovelha pela qual ele não deva, suspendendo todas as suas outras tarefas e ocupações, abandonar o rebanho e tentar trazê-la de volta (FOUCAULT, 2008a p. 224).

Desse modo, trazer à tona aqueles princípios e problematizá-los evidenciando com se dá a relação – de proteção, de intervenção, de busca, de controle, de vigilância, de ensino, de segregação, de diálogo, de sentir-se com os outros, de unidade, de representação, de exemplaridade, entre o pastor – o líder, o soberano, o rei – e suas ovelhas – a massa súdita, os indivíduos, a população – permite a compilação de valores morais e éticos comuns a um determinado povo ou coletividade. E mais do que isso, permite entender que o pastorado, na sua dimensão cristã, vai nortear a prática de direção da vida, um trabalho de direção de consciência e instaurar, portanto, “uma relação de obediência individual, exaustiva, total e permanente” (FOUCAULT, 2008a, p. 242).

E é a partir desse ponto que se pode observar o prelúdio de um biopoder, vivo e objetivo, cuja fertilidade toca no espaço macro da população, ultrapassando as bordas do campo religioso pela retomada de uma economia da vida. No que tange ao princípio da responsabilidade analítica, o pastor deve prestar contas do rebanho, de todas as ovelhas – e de cada uma delas, em especial – numa espécie de avaliação do caráter de benfazejo de seu poder de condutor, de guia. Toma lugar aqui uma distribuição de natureza numérica e individual, mas também, e, sobretudo, qua-

litativa e factual, pois será preciso relatar o que aconteceu – de bom e de mau – a cada uma das peças do rebanho.

Essa responsabilidade analítica põe o pastor em posição de exame. Ele será examinado no que o seu trabalho de pastor trouxe de positivo e de negativo para as ovelhas. O pastor precisará dar contas dos atos de cada membro e assim será confeccionado o seu retrato de crédito ou de descrédito no comando de uma população, pois o que fica em relevo agora é a sua capacidade de bem conduzir a ordem comum: trazer de volta as ovelhas que se dissiparam e reintegrá-las à ordem vigente.

Quanto ao princípio da transferência exaustiva e instantânea, o pastor deve se reconhecer no bem e o no mal que cada ovelha pode ter enfrentado ao permanecer sob seu pastorado. É como assinala Foucault, trazendo as considerações de São Jerônimo na Carta 58, o líder deve fazer da salvação dos outros o benefício de sua própria alma. Trata-se do sentir-se com os outros, de se incluir como parte do todo e experimentar tudo de positivo e de negativo que se sucedeu para as unidades – e cada uma delas em especial – de seu rebanho. E isso seria um reflexo mesmo de sua prática política à frente da coletividade.

Ele – o pastor – como líder do grupo também é uma unidade, e deve viver na realidade de seu comando as experiências de suas ovelhas, no sentido de provar do sabor real das amarras da vida cotidiana. Trata-se, conforme aponta Miller & Rose (1995), de se retomar uma prática de avaliação sobre sua própria ação de governante, de líder no sentido de não apenas reconhecer e suprir

as lacunas de uma administração defeituosa, mas, sobretudo, de forçar o aparecimento de uma vontade de verdade que enxerta a questão do governo com um otimismo para o futuro.

O pastor analisa suas falhas na perspectiva da correção e, desse modo, a vida do rebanho, o seu bem-estar social, passa a ter um caráter programável, calculável, passível de previsão. Vê-se aqui o resgate de um ponto central da atividade política – cuja pertinência assinala o nosso objeto de investigação – o líder político, o símbolo da representatividade coletiva – O Obama americano – deve demonstrar ao mesmo tempo, ter qualidades superiores ao grupo, qualidades que o fazem ocupar a posição de pastor, mas, ao mesmo tempo, deve evidenciar sua qualidade de igual, de semelhante. Deve, assim, provar que, por ser capaz de sentir com os outros, de comungar dos mesmos perigos, pode alcançar a essência de um chefe de Estado sob o crivo da positividade e da concordância da comunidade – neste caso, mundial – em torno de sua atividade de bom pastor.

Um bom pastor que, ao reunir e praticar os princípios que regem e garantem a integridade do grupo de semelhantes, é também capaz de interferir na ordem comum por se fazer atento às ameaças externas e ser – ele mesmo – o que, com uma sensibilidade singular e capacidades superiores, protege e decide os rumos da vida de todos e de cada um. É nesse jogo que se observa o trabalho com a imagem do líder – neste caso, Barack Obama – ao mesmo tempo sob o signo de bom pastor e de super-herói

e, ainda, na esteira de uma virtude cujo efeito de naturalidade é trabalhado estrategicamente.

Portanto, nota-se que esse princípio de transferência exaustiva e instantânea se apresenta como se constituindo, ou até mesmo, reclamando um certo modo de sujeição do pastor para com as ovelhas num jogo de reconhecimento e fortalecimento de uma regra ética, uma certa fidelidade conjugal, uma manobra ligada ao efeito de pertencimento, de conformidade com um determinado grupo. Nesse ínterim, assinala Foucault (2008a, p. 225):

O pastor deverá experimentar tudo o que acontece de bom, no exato momento em que esse bem ocorre com uma ovelha, como seu próprio bem. O mal que sucede a ovelha ou que ocorre através da ovelha ou por causa dela, o pastor deverá considerá-lo também como acontecendo com ele próprio ou que ele mesmo faz. Ele tem, portanto, de se rejubilar com um júbilo próprio e pessoal com o bem da ovelha, desolar-se ou arrepender-se ele próprio pelo que se deve a sua ovelha.

Já no que diz respeito ao princípio da inversão do sacrifício, é o valor de uma solidariedade pastoral, de um sacrifício alternado, invertido mais precisamente, do pastor que se põe à prova para salvar o seu rebanho. Não mais apenas sentir e enxergar em cada unidade, em cada ovelha, todo o mal e todo o bem que pode lhe custar a própria salvação ou a evidência de seu pecado venial enquanto pastor, mas de ser capaz de oferecer-se como recom-

pensa pela gratidão denotada na preservação e na manutenção da unidade e bem-estar do seu rebanho.

Trata-se de uma “inversão de valores”, onde o ideal de representatividade é tão vivo quanto o desejo de preservação do todo. É o estar à frente, mas como aquele que se oferece ao sacrifício para salvar aos demais, uma espécie de inversão sacrificial do pastorado que “faz que o pastor tenha de aceitar o perigo de morrer para salvar a alma dos outros. E é precisamente quando houver aceitado morrer pelos outros que o pastor terá sido salvo” (FOUCAULT, 2008a, p. 227).

Dessa proposta, pode-se trazer à tona a decisão democrata de indicar Obama a um segundo pleito eleitoral, numa espécie de oferecimento de si para salvar os outros, num efeito de que uma vez se submetendo à apreciação de um público sedento de verdades, o candidato-presidente estaria oferecendo-se ao sacrifício do julgo, da medição e da apreciação de sua própria capacidade de gerir os projetos nacionais e de permanecer na Casa Branca.

Por fim, o princípio da correspondência alternada, ligando-se a questão da exemplaridade e da insistência do combate ao que é prejudicial ao grupo. Segundo o autor, não haveria mérito – e dessa forma, garantia para uma salvação fundamental – em conduzir ovelhas, um rebanho cujas unidades já se portam como essencialmente meritórias. Isto é, sendo seus subordinados indóceis, o líder na posição de representatividade pastoral, política, na insistência agressiva de recuperar seu rebanho e estabelecer uma ordem de convívio efetivo – a harmonia no rebanho, a dire-

ção da consciência e a assunção de uma postura lícita diante de Deus – é que poderia fundir a salvação de sua própria alma.

Aqui o pastor precisa ser puro e limpo e a exemplaridade de sua virtude deve ser atrelada à sua proximidade com a ética e com a identificação com seu rebanho. Em contrapartida, sua perfeição não pode ceder à inércia de uma vaidade, de uma titularidade que o ponha em posição de exterioridade, de elevação em relação ao grupo. É como questiona o próprio autor: mas, se o pastor não apresenta fraquezas, se ele é limpo e impoluto demais, “será que dessa perfeição ele não vai tirar coisas assim como o orgulho? Será que a elevação que ele conceberá de sua própria perfeição não vai constituir [...] um precipício em que ele cairá aos olhos de Deus?” (FOUCAULT, 2008a, p. 228).

Logo, é positivo que o pastor tenha imperfeições e que essas imperfeições não sejam obscurecidas como pano de fundo de sua permanência do espaço público, mas sejam reconhecidas como possibilidade e também como limitação do pastor. Ao tratar desses princípios, em sua *Segurança, Território e População*, Foucault se põe não somente na borda da historicização de um poder, o poder que se arrolou na história sobre a vida de uma massa populacional, mas mobiliza as filiações, as redes, as séries e os mecanismos que funcionaram para o exercício dessa forma de poder que marcou, em períodos históricos determinados, a supremacia de uma determinada conjuntura de domínio político.

Além disso, no bojo destes mecanismos de poder, Foucault (2008a) toca no tecido da fabricação de sujeitos, pois é do terre-

no da pastoral das almas que se erguem os processos de objetivação e de subjetivação. Nesse sentido, a figura do pastor e das ovelhas são posições de sujeito que foram fabricadas, e a partir disso, objetivadas e subjetivadas num contexto de supremacia religiosa e segundo regimes de verdade alicerçados na arte de conduzir almas e dirigir consciências.

O trabalho de direção de condutas pelo marco da consciência dirigida é certamente uns dos pontos nodais que Foucault traz à tona quando da sistematização de tais princípios – esse é também o que fundamenta a atenção dada a tais princípios em face do objeto dessa investigação – pois o que está em evidência é a dimensão política que se mantém impregnada na relação pastor x ovelha x rebanho. O pastorado, então, concerne à vida política dos indivíduos e desde a antiguidade clássica se constitui como tecnologia de poder que atravessa as relações sociais e, pelo par totalização x individualização, abarca todo o corpo social, revestindo as práticas de governo, as artes de governar no decorrer da história.

A tríade pastor x ovelha x rebanho herda do manuseio hebraico um revestimento que impede sua aproximação com a natureza mesma do poder político. Assim, os regimes de saber e os jogos de verdade que inscreveram o poder pastoral na esteira da política, estiveram por muito tempo num entrecruzamento, não de fusão ou de continuidade, mas num espaço de tensão que suscitaram não apenas apoios, mas, principalmente, interferências e conflitos (PRADO FILHO, 2006).

O que se deve destacar aqui é que o poder pastoral se propõe ocupar-se das almas à medida que “a condução dessas almas implica uma intervenção permanente e contínua na conduta cotidiana dos sujeitos, na gestão das suas vidas, dos seus bens, das riquezas, das coisas, objetivando dar conta do todo e de cada um, do indivíduo e da coletividade” (PRADO FILHO, 2006, p. 35). E esse seria, segundo Foucault, umas das centralidades que asseguram ao pastorado o lugar especial na proposta das tecnologias de poder no Ocidente.

É a partir do século XVI que “regime” e “economia das almas” se renovam em função da proximidade com a noção de “condução”, e desembocam nas “artes de governar”. E nesse entremeio, o pastorado encontra a prática política numa relação de tensão, de proximidades e distanciamentos. Nesse momento, “o vigor das práticas pastorais como tais está declinando, mas está acontecendo uma passagem de elementos do pastorado para a prática propriamente política: da condução das almas ao governo dos vivos” (PRADO FILHO, 2006, p. 40).

É importante ressaltar aqui o jogo e o deslocamento semântico que a própria palavra “economia” vive a partir de sua inserção no terreno do pastorado. Na cultura greco-romana o termo estaria ligado à questão da gestão da família – com destaque para o modelo de gestão, de governo da mulher, dos filhos, riquezas e bens, escravos etc. – no pastorado, ele estará ligado à coletividade de homens. Na prática pastoral, “economia” está ligada à gestão de todos e de cada um sob o crivo da totalidade da vida e

da salvação e não mais com foco no trabalho da prosperidade e das riquezas familiares.

Assim, segundo Foucault o pastorado tem um papel decisivo na história das tecnologias de poder do Ocidente pois, na sua conjuntura cristã, vai nortear a estratégia do governo político dos homens num imperativo de vida e segundo uma relação complexa, elaborada, recíproca e de extrema tenuidade (FOUCAULT, 2008a). Relação esta construída com os fios do poder na ótica da governamentalização do Estado e que se liga a uma economia dos méritos e deméritos de pastor, ovelha e rebanho. Nesses termos, o pastorado apresenta-se como prelúdio do que, mais tarde, Foucault apresenta como *Governamentalidade*. Segundo o autor:

Parece-me que o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí, portanto que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia a governamentalidade também pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta (FOUCAULT, 2008a, p. 243).

Contudo, é importante destacar ainda que a soberania não desaparece de imediato no momento em que nasce uma nova arte de governar. O que acontece é que ela, a soberania e os seus princípios legitimadores são tornados mais agudos, mais íngremes e sutis diante da entrada da preocupação com a vida no cerne da questão política. Assim, é importante trazer que a soberania “não é de forma alguma eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governar, uma arte de governar que agora transpôs o limiar de uma ciência política. O problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tomado mais agudo do que nunca” (FOUCAULT, 2008a, p. 142).

Dois pontos que vão nortear a questão da soberania a partir, sobretudo do século XVI. O primeiro deles é o surgimento de uma racionalidade política que põe em relevo a questão da defesa e manutenção do território, trazendo uma nova forma de se pensar o governo e as artes de governar, uma forma não mais aportada na questão das virtudes tradicionais e/ou na habilidade humana de um líder totalizador, mas uma nova lógica, uma nova racionalidade política voltada ao governo político dos homens. O segundo ponto diz respeito ao surgimento da população como foco, como problema político. Agora, o que vai preencher as filigranas da ordem política é o governo dos homens que constitui uma massa, conjunto populacional.

A população entra na ordem do saber e do poder e o Estado deve estar atento às demandas e aos perigos a que ela está sujeita. Desse modo, não se trata mais da aplicação coercitiva de leis

formuladas por um Estado de justiça e, nem somente, da obediência cega a um Estado administrativo, mas de se olhar para um corpo vivo que se move, que se desloca, que resiste, e que permanece no entremeio da morte com a vida.

Um ponto central que acentua esse alargamento das fronteiras de um território, bem como a transposição da atividade política para vida cotidiana dos sujeitos, é a contribuição dada pelos grandes processos políticos e sociais de subversão em fins do século XV – as revoltas pastorais – e início do século XVI – os movimentos, que Foucault chamou de insurreição de condutas. Na oportunidade do curso *Segurança, Território e População*, na aula do dia 8 de março de 1978, o autor evidencia as consequências desses processos caracterizando-os como espaços, momentos que nortearam a passagem da pastoral das almas ao governo político dos homens.

Estariam, portanto, incluídos nesse conjunto de revoltas, momentos de crise ou ainda espaços de redefinição de saber, a Reforma Protestante e a Contra-Reforma, a Revolução Inglesa do século XVII, a Revolução Francesa, a Revolução Russa de 1917. Esses acontecimentos denotam espaços revolucionários importantes, pois oportunizaram a mobilidade de resistências, de conflitos, de revoltas, de práticas ligadas à dominação e ao controle, mas não sinalizam, segundo Foucault, para o desaparecimento do pastorado – ou transferência – mesmo que maciça ou global – das funções pastorais para o Estado. Segundo ele, o que se dá é uma intensificação de práticas ligadas à assistência, ao controle e

o contorno da vida dos indivíduos numa dimensão que ultrapassa os limites espirituais, uma vez que:

Nunca o pastorado havia sido tão intervencionista, nunca havia tido tamanha influência sobre a vida material, sobre a vida cotidiana, sobre a vida temporal dos indivíduos: é a assunção, pelo pastorado, de toda uma série de questões, de problemas referentes à vida material, a higiene, a educação das crianças. Portanto, intensificação do pastorado religioso em suas dimensões espirituais e em suas extensões temporais (FOUCAULT, 2008a, p. 308).

O expoente da prática política – e, portanto, da fabricação de sujeitos no terreno das relações de domínio, de soberania, condução e gestão da vida – incide agora sobre o problema de como se conduzir na cena pública, de como trabalhar a si mesmo e aos outros, que regime de verdade seguir no sentido de assegurar a si mesmo o efeito de representatividade coletiva. É nesse norte que, ao se debruçar sobre a governamentalidade como arte do governo, Santos (2010) traz algumas considerações que dizem respeito ao rei que reina e ao rei que governa. Em sua investigação, o autor defende que ao invés de uma cisão entre o monarca e sua soberania há uma continuidade da pastoral das almas às artes de governar, pois:

No decurso temporal que vai do século XVI até meados do século XVIII, é possível constatar a passagem de uma arte de governar baseada nas virtudes tradicionais e na

habilidade humana para outra, absolutamente racional, cujos princípios e domínios são próprios do Estado. Pouco a pouco, durante estes séculos, foi tomando forma uma nova lógica de racionalidade governamental e uma nova prática política. Essa nova matriz de racionalidade política não tem como objetivo primário a defesa e a manutenção de um território (como em Maquiavel), nem mesmo o aumento do poder soberano ou das forças do Estado (como no Mercantilismo e no Cameralismo), mas sim o governo dos homens enquanto conjunto populacional. Em suma, o Estado deve conjugar esforços no sentido de cuidar de sua população, promovendo a felicidade dos homens através do oferecimento de condições de trabalho, de produção, de consumo, de vida ou de morte. Distanciando-se da simples aplicação coercitiva de um corpo de leis sobre a população o Estado foi, paulatinamente, tornando-se positivo e presente na vida cotidiana dos homens (SANTOS, 2010, p. 127).

Na historicização de tecnologias de poder que passam a se debruçar sobre a vida, é importante destacar dois polos centrais: “um que forma-se primeiro [...] em torno da questão das disciplinas e toma o corpo dos indivíduos como alvo [...], centrado no corpo espécie, caracterizando-se como biopolítica reguladora das populações” (PRADO FILHO, 2006, p. 46). O primeiro deles se desenvolve a partir do século XVII, já o segundo a partir do século XVIII.

O século XVII vem se marcar pelo aparecimento das disciplinas que se dirigem ao corpo. É o momento no qual novos arranjos

de poder-saber e uma nova orientação de mercado vão surgir e marcar um processo de visibilidade que põe em evidência não ainda o sujeito em si, mas o seu corpo à luz da docilização e à luz da produção fabril. Esse processo de visibilidade é acentuado pela lógica capitalista que incide sobre o indivíduo como objeto de valor.

Portanto, agora em cena, o capitalismo requer uma força produtiva, adestrada e passível ao enquadramento segundo índices numéricos e conforme uma racionalidade assegurada por micropoderes. São as grades da sociedade disciplinar – assim como apresentou Foucault (2010a) em *Vigiar e Punir*, especialmente em *Disciplina e Prisão* – que brilham a luz de mecanismos de poder – o que Foucault chamou de mecanismos disciplinares – e que alcançam muito além das paredes de uma instituição ou dos limites de um aparelho de Estado.

Portanto, o papel do capitalismo no cenário do tratamento e da operacionalização das redes e mecanismos de poder-saber, papel esse que se arrola sob práticas bem definidas como no Mercantilismo e Cameralismo, quando aproximado do problema da soberania, permite enxergar o batimento histórico e os jogos de verdade que engendraram a passagem do eixo soberania x obediência para dominação x sujeição.

Mas esse ainda não seria o espaço do desaparecimento, mas da tônica da soberania. Ela passa a funcionar com base num cálculo de poder, a partir de uma nova economia que não se volta mais para a conquista, manutenção ou equilíbrio de uma territorialidade, mas para a emergência de uma preocupação que incide

em maximizar as forças de um corpo social, no intuito de torná-lo, dócil, produtivo, e isso só vai funcionar a partir de mecanismos disciplinares de dominação.

Nas vias que retomam a política do pastorado, o trabalho de governo da vida pública – envolvendo aqui não apenas a constituição de uma figura do pastor, soberano, líder, governante, mas o corpo que é objeto desse governo, a massa que se põe sob o domínio de um soberano na esteira da representação política – enfrenta, no encontro com as transformações político-culturais e econômicas, ocorridas a partir do final do século XVI e início do século XVII, novos arranjos de poder e novas tramas de saber que vão reservar uma evidência luminosa aos processos de regulamentação, controle e normalização do indivíduo.

É nesse sentido que Gadelha (2009), lendo Foucault em sua *Biopolítica, governamentalidade e educação*, toca nessa questão ao discorrer sobre o que está em jogo nas genealogias e caracteriza as sociedades disciplinares como espaços inéditos que vão contornar a lógica do poder e da vida a partir de então, uma vez que elas, segundo o autor, estão:

Organizadas e estrategizadas segundo funcionamentos outros, formas de regulação e controle extremamente singulares, procedimentos de regulamentação e normalização nunca dantes encontrados em quaisquer formações históricas anteriores. Sociedades, além disso, que instauram relações, novas e diferentes políticas de subjetivação. Assim, da família à escola, desta ao quartel, dos hospitais aos reformatórios de “menores”, das fábricas aos manicô-

mios, mas também dos saberes das disciplinas clínicas às práticas de aplicação do Direito, dos saberes da epidemiologia aos procedimentos que orientam a administração pública, dos saberes das ciências humanas às práticas que se incumbem da educação e da formação para o trabalho (GADELHA, 2009, p. 37).

Não é que o poder seja algo suscetível de ser apoderado, manuseado como uma propriedade natural, mas é algo intrínseco a uma multiplicidade de engrenagens, a uma série de relações que se instituem como relações de força e essas, por sua vez, revestem todo o tecido social. Aqui – e numa relação arriscada – os senhores Zanobi Buondelmonti, Cosimo Rucellai, bem como o magnífico Lourenço de Médicis, objetos da saudação maquiaveliana, seriam perturbados por essa nova ordem que imporia à realidade efetivas das coisas o cuidado de si, mas no espaço da alteridade, da consideração do outro. Isso porque, no plano disciplinar, as sociedades são espaços em que:

O exercício da dominação já não podia ser pensado em termos homogêneos, macrossociais, e como se dando apenas referido ao Estado, entendido como instância transcendente ao corpo social, senão mediante a ação de múltiplos micropoderes (do policial, do padre, do professor, do médico-psiquiatra, do supervisor, etc.), os quais investem uns sobre os outros, apoiam-se uns nos outros, estendem-se uns aos outros, perfazendo, portanto, uma *microfísica do poder* (GADELHA, 2009, p. 37).

Uma outra característica do poder soberano que evidencia sua proximidade com a questão da pastoral das almas e o marca como o espaço importante no processo de estatização do biológico, é o direito de vida e de morte. Disso trata Foucault tanto *Em defesa da sociedade* na aula de 17 de março de 1976 como no volume 1 da sua *História da sexualidade: a vontade de saber* quando fala do direito de morte e poder sobre a vida. Na oportunidade da aula e acerca desta questão do poder da soberania, Foucault relaciona o ideal de homem-corpo com o de homem-espécie, problematizando as condições históricas que favoreceram o surgimento de um poder sobre a vida, isto é, o aparecimento e a operacionalização do biopoder.

Segundo o teórico – e conforme já dito anteriormente – não se trata de uma relação de subversão de dogmas e/ou paradigmas históricos, e nem da linearidade de uma transformação de regimes de poder, mas de uma articulação sinuosa entre disciplina e regulamentação, tensão essa que vem assegurar à norma uma centralidade e uma utilizabilidade singular no terreno da condução da vida. Foucault, então, começa ressaltando a natureza paradoxal desse direito de morte e desse poder sobre a vida. “Ora, o direito de vida e de morte é um direito que é estranho, estranho já no nível teórico: com efeito, o que é ter direito de vida e de morte?” (FOUCAULT, 2005c, p. 286).

Seria, conforme apontado pelo próprio autor, o poder do soberano de fazer morrer e deixar viver. A morte aqui estaria circunscrita no plano político e não mais ligada aos fenômenos de

escala natural como os acidentes naturais, por exemplo. A morte e a vida estariam agora na ordem do poder político e centrados na vontade de um soberano inclinar, para um ou para outro segmento, uma massa de súditos, já que “é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem direito, eventualmente, de estar morto.

Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana” (FOUCAULT, 2005c, p. 286). O soberano só tem direito sobre a vida porque tem o poder de matar. É importante trazer que Foucault enxerga um deslocamento desse direito de vida e de morte, de sua versão antiga e absoluta para uma versão moderna.

Desse modo, em sua *História da sexualidade: a vontade de saber*, o autor esclarece que no princípio tal direito estaria garantido pelo gládio e ligado a técnicas e procedimentos de poder exclusivos, “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida”, que culminava com “o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2010a, p. 148). Esse mesmo poder vai adquirir – e esse é o objeto do deslocamento – a partir das transformações vividas no ocidente, uma nova roupagem e vai funcionar segundo novos mecanismos que contornam o problema da vida pelo viés de uma gestão de regulamentação, de norma, de governo.

Assim, a operacionalização desse poder sobre a vida vai se efetivar segundo um novo regime de saber, exercendo,

[...] funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar, ou pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano de se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la (FOUCAULT, 2010a, p.148-149).

E esse seria um dos pilares do biopoder que, por sua vez, oportunizaria uma biopolítica, principalmente porque o princípio que assegurava poder matar para poder viver, isto é, o poder de expor à morte, entra na ordem do governo político dos homens e torna-se princípio de estratégia entre Estados. Essa “tecnologia que gira em torno dos processos vitais que incidem sobre o ser humano como espécie, é nomeada por Foucault de biopoder” (CANDIOTTO, 2011, p. 82), uma vez que diz respeito à multiplicidade de uma massa viva de indivíduos que passam a ser afetados por processos de conjunto.

A questão não se estende mais, e unicamente, no paralelo da relação soberano x súdito, mas na multiplicidade suscitada pelo encontro de um governo com uma população. E ainda, nesse entremeio, as raízes vivas do poder pastoral desenham um entrecruzamento de poder e de vigilância, de acompanhamento fino da vida de todos e de cada um, uma vez que:

A velha potência de morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; exploração, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Abre-se, assim, a era de um “bio-poder” (FOUCAULT, 2010a, p.152).

Desse modo, a relação pastoral das almas x governo político dos homens vai desembocar na ofensiva de um Estado individualizante que tem como mira principal uma população viva e cada vez mais dispersa, um corpo social que se mostra a novas temporalidades e a novos regimes de utilizabilidade, valorização e gestão distributiva. Uma biopolítica que se aproxima da modernidade pelo trabalho com a população e pela instauração de uma nova racionalidade governamental, mas que, sobretudo não pode ser dissociado do conceito de biopotência.

Há que se acrescentar aqui, e em consonância com todo esse deslocamento de um poder essencialmente cosmo-teológico para um poder racionalizado, a questão da constituição dos sujeitos, o processo pelo qual as relações de força contribuiram, nesse cenário de revestimentos, de confrontos, conflitos, tensões, descontinuidades e aproximações, para a fabricação dos sujeitos. Assim,

é importante considerar que a ocupação das posições de pastor, de soberano, de governo, assim como a posição de ovelha, de súdito e de indivíduo/sujeito estiveram, nesse momento de deslocamento, atrelados às verdades, ao saber e à própria corrente de poder responsáveis pelas rupturas desde o século XVI.

Nesse entrecruzamento de práticas de poder-saber, estava se constituindo o cenário perfeito para uma atualidade da política, um recorte de real que fará reluzir, pela emergência de um biopoder, o cuidado da vida e os dispositivos de segurança (CANDIOTTO, 2011). E a partir disso, pode-se pensar a prática política – e, principalmente a forma como ela foi operacionalizada por sujeitos que ocuparam, e ocupam, o espaço de visibilidade pública em diferentes momentos da história – segundo uma nova ordem, um novo modo de olhar o público e o privado. Trata-se da constituição de um espaço de biopoder, essa forma de poder que põe em choque os conceitos de política e de vida, numa relação de objetividade a partir da qual um está diretamente relacionado ao outro: “um cenário no qual tecnologias de poder não podem ser consideradas para além das questões relacionadas à regulamentação da vida” (KOOPMAN, 2014, p. 95).

Torna-se necessário, enxergá-la a partir de um feixe diferente de dispositivos e tecnologias que permitem enxergar a vida cotidiana no bojo da questão da constituição dos sujeitos, da fabricação dos modos de subjetivação, enfim, da vida pública de todos e de cada um. “Foi a partir de então que a família deixou de constituir o modelo ideal do bom governo, como no período medieval,

para se transformar na instância e alvo do bom governo da população” (DUARTE, 2011, p. 59).

É nesse sentido que se pode trabalhar a constituição da subjetividade dos gestores na contemporaneidade, alertando, com efeito, para a ocupação da cena política por sujeitos que se investem de uma preocupação com a grande massa, por sujeitos que reclamam para si um espaço de representatividade política, de liderança do outro, de condução da vida alheia. Esse é o espaço onde agora toma lugar uma biopolítica, uma política da vida ligada à governamentalização do Estado que, por sua vez, se constitui como uma biopotência.

Assim como notou Nogueira-Ramírez (2011) ao estudar *A governamentalidade nos cursos do professor Foucault*, trata-se de um deslocamento bem acentuado – mas nem por isso contínuo ou linear, mas de tensão, de rupturas, de descontinuidade – que deixa cada vez mais entrelaçados os campos da política e da ética, especialmente, por estabelecer um jogo incessante entre relações de poder, governamentalidade, governo de si e dos outros, numa trama que reclama constituição de sujeito e práticas de si (NOGUEIRA-RAMÍREZ, 2011).

Portanto, o olhar sobre a governamentalidade foucaultiana ratifica sua inscrição sobre as técnicas de governo de hoje e alcança a tônica do desbloqueio das artes de governar. Esse olhar permite enxergar, ainda, o trabalho com a questão da gestão das vidas e condução do outro pela justificação da atividade política, pela legitimidade de uma ação de conduzir, de decidir a sorte dos outros.

O que importa agora é o que questiona o próprio Foucault: “por que estudar esse domínio definitivamente inconsistente, brumoso, recoberto por uma noção tão problemática e artificial como governamentalidade?” (FOUCAULT, 2008a, p. 156). É a partir desse problema que se parte agora: a governamentalidade e a questão de seus dispositivos de seguridade frente ao desafio da regulação da vida.

Governamentalidade: a promoção da vida como problema político

A investigação acerca da governamentalidade foucaultiana exige pensar a constituição do Estado numa mediana que, ao mesmo tempo, põe em relação a emergência de uma política que age sobre o biológico e o surgimento de novas tecnologias de poder e novos dispositivos de saber que asseguram o refinamento de práticas de controle, de segregação e enquadramento de indivíduos no espaço social.

Disso, tem-se que é o poder, o personagem que continua em cena mesmo que agora obedecendo a novos regimes de verdade, agindo como força progenitora das relações entre quem governa e quem é governado. E é nesse contexto que o princípio de um Estado governamentalizado, ligado à estatização do biológico – e não só isso – com foco no prolongamento de uma vida, ou na cessação dela, entra na ordem tirânica de um espaço onde tudo parece governável. Tem-se, assim, o conceito de Governamen-

talidade, assim como proposto por Foucault que o apresenta a partir de três nortes principais:

1 – O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2 – A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência desse tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2007b, p. 291-292).

Foucault defende que é a partir desse processo de governamentalização do Estado e de suas forças que se dá o movimento de uma atividade política que se volta para a questão da vida, isto é, o processo pelo qual se dá a assunção da vida pelo poder, aquilo mesmo que marca a mobilidade de uma biopolítica, assim como o próprio autor traz *Em defesa da sociedade*, na aula de 17 de março 1976. A efervescência dessa biopolítica deve ser considerada a partir de momentos de interferência específicos que marcam todo o processo de constituição de um corpo biológica-

mente exposto à regulamentação, uma vez que o trajeto da governamentalidade pretende “passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 157).

Antes, é preciso notar que a força individualizante que a sociedade disciplinar imprimiu sobre os corpos segue agora, não apenas o trajeto da fabricação de um corpo útil ao trabalho fabril ou da docilização da alma na sombra de uma instituição eclesiástica, mas o trabalho de regulamentação, pelo vigor de uma norma, de uma multiplicidade de sujeitos. Desse modo, “na regulação da população o biopoder se torna eminentemente uma técnica política que funciona a partir das diferentes instâncias estatais e institucionais encarregadas da gestão da vida” (CANDIOTTO, 2011, p. 83).

Sedimentando sua especificidade – ou a particularidade que lhe convém – nos espaços, nas lacunas não preenchidas pelo regime disciplinar, a biopolítica encontrará um contexto produtivo para o seu funcionamento e, portanto, para o exercício de operações íngremes com a população nas vias de uma governamentalidade. A biopolítica toca, então, a questão do governo intervindo na realidade mesma de sua ação.

A princípio, deve-se considerar essa nova racionalidade política e de poder no momento em que a velha potência de morte é recoberta pelo trabalho de se fazer viver já que o direito de morte “em que se simbolizava no poder do soberano é, agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão

calculista da vida”. É o que se tem como o primeiro princípio de intervenção da biopolítica com destaque para os seus “primeiros alvos de controle”: a atenção aos processos de conjunto como a natalidade, doenças e morbidade (FOUCAULT, 2005c, p. 290).

Ao representar uma preocupação em torno dos indicadores de fecundidade, longevidade, taxas de óbitos essa intervenção abre espaço para uma medição estatística que se estende também ao plano demográfico. Os limites do território passam a ter, a partir de então, sua inscrição ligada, também, ao levantamento estatístico de vida da população que o ocupa. A biopolítica, e mais especificamente a operacionalização da governamentalidade passa a demandar, conforme evidencia Gadelha (2009), o uso de mecanismos funcionais muito diferentes daqueles utilizados nas disciplinas uma vez que, a partir de então, na vida cotidiana, as coisas, as relações, os avanços e retrocessos, tudo se mostra passível de uma medição, de um enquadramento estatístico.

Trata-se da emergência, já no século XVIII, da população que sinaliza para o desbloqueio das artes de governar ao ligar-se ao aparecimento da estatística como saber de Estado. Assim, segundo Augusto (2011, p. 21), essa emergência:

Permitiu colocar a economia como um problema não mais restrito ao interior da família, ao estabelecer que a população possuía uma lógica e uma regularidade próprias que podem ser medidas, anotadas, modificadas e reguladas. A partir de então, a família passou de modelo das artes de governo a instrumento destas como via de acesso aos pro-

blemas da população. Se o surgimento da população como objeto de governo possibilita a governamentalização do Estado, será a capacidade do Estado em produzir um saber sobre essa população, por meio de cálculos e medições estatísticas, que permitirá sua atuação sobre ela tendo como instrumento específico a polícia, utilizada como técnica de governo que realiza o esplendor do Estado.

É como apresenta Foucault: a chegada e a permanência da governamentalidade como tecnologia de poder que incide sobre a vida, imprime um novo olhar para atividade política. Tudo passa a se mostrar em torno da justificativa de ser *Em defesa da sociedade*, já que nos mecanismos implantados, vão ser executadas, com prioridade, previsões, estimativas estatísticas, medições globais, não no sentido de se modificar um fenômeno em particular – ou um indivíduo – mas, sobretudo, de intervir na dimensão mesma das determinações de tais fenômenos, acontecimentos, tocando, essencialmente no que eles têm de global (FOUCAULT, 2008a).

E isso, certamente, vai constituir uma ordem econômica que, por sua vez, vai exigir um conhecimento mais íntimo do corpo social: suas mazelas, sua diminuição, os fenômenos ligados às endemias, enfim, as causas de antecipação de uma morte ou os fenômenos de prolongamento da vida. Entretanto, essas possíveis baixas não estarão, ainda, na mão do tratamento, nas vias de um combate agressivo a fim de se preservar a espécie, mas serão tratadas como forças que agem sobre a vida, que a enfraquece,

que representa sua viabilidade, já que elas, segundo Foucault, representam:

[...] subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto aos tratamentos que podem custar. Em suma, a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – é a epidemia – mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece (FOUCAULT, 2005c, p. 291).

Na novidade que essa preocupação representa, se levanta, concomitantemente, todo um aparato de saber que vai incidir diretamente sobre essas taxas, esses índices, essas forças, agindo numa perspectiva pedagógica e suscitando relações de ensino, de instrução. Trata-se do aparecimento de uma medicina cuja função primeira será a higiene pública, o cuidado médico da vida a partir de múltiplos instrumentos e organismos de coordenação, tratamento, centralização do conhecimento e normalização do saber. Tudo isso porque é preciso conhecer o que impede a virilidade de uma vida no jogo da economia, da produção e do desenvolvimento.

A atenção a outro grupo de fenômenos que representam a queda da produção em função da neutralização da vida marca um segundo domínio de intervenção da biopolítica. De um lado, o grupo de fenômenos de ordem universal e de outro, o daqueles

de natureza acidental. Estão inclusos aqui a velhice, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas que cessam a força produtiva do corpo e o põe à margem do circuito da validade econômica. São, assim, fenômenos capazes de atrofiar a utilizabilidade – para usar um termo do próprio Foucault – do corpo, da massa – diante da demanda do mercado, diante das exigências da produção.

Em contrapartida, em função desse segundo grupo de forças que circunscreve e pode limitar a produtividade do corpo, acontece também todo um empreendimento de saber que se levanta no sentido de agir e permitir a continuidade da vida e de sua força. Aqui, a biopolítica vai introduzir instituições de assistência, de natureza sutil, mecanismos de saber muito bem elaborados, porém não menos ligados à preocupação com a vida. Trata-se de “mecanismos racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade” (FOUCAULT, 2005, p. 291). Esses fenômenos – conforme se discute mais adiante – recebem grande tônica com o auge do processo de industrialização no século XIX, estendendo suas raízes para o mundo de mercado, a lógica da competição e o exercício da liberdade.

Um outro domínio onde a biopolítica vai intervir diz respeito à relação entre população e meio de existência, isto é, o meio – natural ou artificial – onde a população vive, age, se movimenta. Ao primeiro deles estariam relacionados os problemas que dizem respeito a efeitos da natureza física, ou seja, a questão geográfica, climática, hidrográfica. “Os problemas, por exemplo, dos pânta-

nos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante a primeira metade do século XIX” (FOUCAULT, 2008a, p. 292).

Ao segundo, seria o problema das cidades como o espaço de proliferação de doenças, doenças essas que repercutem na população, que vai se constituir na preocupação central do Estado. Os chamados efeitos do meio, como, por exemplo, o aumento populacional, a organização e a disposição da malha viária, quer em função dessa explosão demográfica, quer em função do crescimento do fluxo de mercadorias e bens, precariedades sanitárias e a consequente concentração de miasmas e aparecimento de doenças.

Disso, se levantam duas questões importantes: a primeira delas diz respeito ao nascimento de uma prática de medicalização da vida. A segunda está atrelada ao deslocamento – e principalmente o seu recobrimento – da simbólica do sangue pelo dispositivo da sexualidade. É nesse jogo de atenção à vida segundo a assunção do poder pelo sexo que a governamentalidade se marca como tecnologia de poder sobre a população e inaugura uma inversão de séries, um princípio invertido que acentua a lógica do governo segundo uma nova economia de poder.

Portanto, a série corpo-organismo-disciplina-instituições desemboca numa nova corrente que parte da população, enxerta a questão do biológico e dos processos ligados à vida e encontra, por fim, o campo da regulamentação. Trata-se da série população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores. É isso que marca a especificidade da governamentalidade. Trata-se não mais de se olhar para uma população e um território como

realidades independentes que demandavam processos e forças típicas, mas de se voltar para a questão de como o governo é possível, considerando a política de promoção e cuidado com a vida (MILLER & ROSE, 1995).

Primeiro ponto: pensar uma prática de medicalização da vida é pensar em todo o aparato de conhecimento científico que surge a partir do século XVIII e, principalmente, forçado pela ampliação do saber a partir das inovações tecnológicas e industriais no século XIX. É, ainda, considerar o funcionamento pontual de uma medicina social que se levanta como principal ferramenta para se olhar questões macrossociais como: o urbanismo e suas implicações apontando para a necessidade de se racionalizar e regulamentar as condições de vida nos grandes centros; a adoção de políticas médico-sanitárias que, ao contrário da gestão da lepra, por exemplo, exigia um procedimento minucioso de esquadramento e de análise de cada um dos indivíduos; tudo isso sob a justificativa do controle, organização e registro – das epidemias – bem como a organização de práticas intervencionistas de organização e combate – através, por exemplo, de campanhas de vacinação pública (GADELHA, 2009).

Segundo ponto: o dispositivo da sexualidade, a colocação do sexo em discurso (FOUCAULT, 2010a) corroborada pela entrada da população no cerne da operacionalização do poder e do governo, no liame de uma estatização de índices, da marcação numérica de taxas, da incisão maciça de indicadores de bem-estar social. O sexo, aqui, ultrapassa os muros de uma espiritualidade cristã

bem como de uma economia moral dos prazeres individuais no momento mesmo onde se dá uma poderosa incitação do poder que, por sua vez, impõe e evidencia uma obstinação real para se fazer falar e ouvir sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2008a).

Nesse sentido, é possível afirmar que mais do que reprimir sua aparição, coibir sua permanência ou limitar sua realidade, a sociedade ocidental, ao longo desses últimos três séculos não fez mais do que afirmar a presença do sexo no contínuo da sociedade, e isso se deu segundo um forte efeito de visibilidade. Desse modo, o sexo se constitui como um objeto de “interesse público”. Isso vai significar que “fazer falar dele e fazê-lo falar assumem uma conotação que extrapola preocupações meramente espirituais e/ou morais”, isto é, a questão não se estende mais ao plano da censura, da condenação ou ainda, forçosamente, da tolerância.

Agora enquanto dispositivo, a sexualidade passa a envolver, a partir de então, “sua análise, contabilidade, classificação, especificação, com base em pesquisas quantitativas, o que sugere que ele”, o sexo, “passa a ser objeto de uma racionalização, a um só tempo, política, econômica e científica” (GADELHA, 2009, p. 29). Essa nova tendência incessante que mostra o sexo em público deve ser mantida na aproximação com a questão da emergência da população como objeto de preocupação política e econômica – o que marca a operação da governamentalidade. Nas palavras foucaultianas, quando da oportunidade da *História da sexualidade: a vontade de saber*:

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre lícito e ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 2010b, p. 30-31).

Por isso, a velha simbólica do sangue conhece o momento máximo do deslocamento do fazer morrer, deixar viver – típica da era da soberania – para o deixar morrer, fazer viver, de um Estado de governo onde a população torna-se ao mesmo tempo objeto e sujeito de desejo, de necessidade (FOUCAULT, 2008a). A trama não se desenha pela mera substituição do sangue pelo sexo, mas por um deslocamento “de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade”. Esse é, importante evidenciar, o momento da tônica da questão das subjetividades, o espaço onde o processo de constituição dos sujeitos e o imbricamento de relações de poder cada vez mais pulverizadas tomam lugar e se erguem rumo à liquidez de um mundo cada vez mais disperso, cada vez mais aflito.

É o momento das liberdades, o aflorar de uma cultura de si, que ocasionam fissuras profundas no quadro jurídico tradicional do poder e abrem terreno para operacionalização maciça de um

Estado que governa ancorado em princípios de regulamentação e promoção da vida. Isso porque, como já dito, “a população é tratada como um corpo vivo, um corpo-espécie, sobre o qual o Estado [...] assume, como sua, a responsabilidade de governar para promover a vida” (VEIGA-NETO & LOPES, 2007, p. 955).

Falar dessa questão de regulamentação da população segundo dispositivos de segurança e mecanismos específicos de saber, oportuniza enxergar que ela se dá segundo práticas que filiam o sujeito/indivíduo a grupos, raças, extratos e classes sociais, minorias, categorias de trabalhadores, enfim, a grupos que partilham efeitos de governo e de liderança. É importante considerar que tudo isso retoma a questão da adoção de políticas intervencionistas – uma das características da biopolítica – que se dizem, que se justificam por serem de natureza “social”, “política”.

Tem-se, nesta perspectiva, a questão da representatividade política, de um governo que reclama legitimidade e incumbem-se da responsabilidade de conduzir vidas, de gerir condutas, de instaurar projetos que assegurem o bem-estar social de uma coletividade particular, em um determinado momento histórico. Vale ressaltar ainda que esse ideal de representatividade política baseada no cuidado da vida e na condução dela, esse projeto de bem-estar social, é a marca de uma nova racionalidade governamental que se levanta e é mobilizada principalmente por estar atrelada à problemática das relações de mercado.

Assim sendo, em *Nascimento da biopolítica*, Foucault traz à tona a questão da economia de mercado, o surgimento das rela-

ções de mercado como um momento crucial para o desenvolvimento das artes de governar. Segundo o filósofo, esse novo espaço se constitui como um lugar de formação de verdade e não mais como um mero domínio de uma jurisdição – e irradia a segunda metade do século XVIII, o século XIX e chega ao século XX –representando o aparecimento de uma nova racionalidade governamental. Governamental porque essa nova lógica de mercado vai desembocar e nortear a constituição, o funcionamento e a legitimidade de todo um governo, isto é, de uma prática de gestão ligada à figura de um Estado e voltada às questões centrais de uma certa coletividade.

Disso, tem-se que o Estado é estendido a uma escala internacional, e nesse movimento de extensão de bordas de poder político é possível enxergar práticas que incitam a liberdade, tocando no que lhe há de mais peculiar e considerando a nova roupagem que ela adquire a partir do século XVIII: sua inscrição no quadro das tecnologias de poder. A liberdade se levanta, então, como uma tecnologia de poder, como o pano de fundo para a instauração e funcionamento de dispositivos de segurança, pois, lá mesmo no ponto em que se constitui como força de movimento, como vetor que pressupõe circulação, a liberdade efetua e apoia-se numa tentativa de regulação da vida sob a proposta de assegurar a liberdade de cada um.

“A agonística entre liberdade e poder não é uma questão simples. A liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto da resistência dele” (BRANCO, 2011b, p. 154). E isso é o

que a inscreve como sustentáculo da biopolítica: a liberdade de todos e de cada um, mas no cinismo de uma regulação disfarçada, uma vez que, conforme traz Foucault no final da aula do dia 18 de janeiro de 1978 de sua *Segurança, Território e População*, já não se diz mais respeito às franquias e aos privilégios vinculados a uma pessoa, mas,

[...] a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. E é essa liberdade de circulação, no sentido lato do termo, é essa faculdade de circulação que devemos entender, penso eu, pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 64).

O problema das cidades não diz respeito mais – e unicamente – à gestão de aspectos internos, mas demanda todo um câmbio de poder que ultrapassa os limites de uma jurisdição territorial. Nota-se, então, a primazia do fenômeno da globalização que enxerta essa nova racionalidade governamental pelo fortalecimento de uma noção de mundo como aldeia mundial, global, unida pelos laços das trocas comerciais – bens, mercadorias e serviços.

E isso se dá num contexto de estabelecimento de acordos internacionais, de movimento monetário combinado, de parcerias entre fronteiras, de institucionalização de pactos comerciais, bem como de seus mecanismos fiscalizadores, regulamentadores e, dentre eles, o preço como mecanismo natural. “Mecanismos

naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas” (FOUCAULT, 2008b, p. 45). No curso *Nascimento da biopolítica*, na aula do dia 17 de janeiro de 1979, o filósofo abarca essa questão, esclarecendo, em outras palavras, que:

Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funciona com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formação teórica, na medida em que [...] indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de sua própria prática governamental (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

Disso se tem a constituição – conforme sistematizado nas análises – de um sujeito político – o líder ou o eleitor – que passa a ser subjetivado, marcado nas novas tramas de saber/poder, trabalhado segundo a lógica da produção da imagem pública e

trazido à tona – cena de visibilidade – por acontecimentos inéditos e inesperados. Assim, numa relação com o objeto dessa investigação, é a partir de todo aparato instituído pela biopolítica e por uma razão de Estado alicerçada na regulamentação, na população como problema político que se pode problematizar essas contribuições no plano da sociedade de agora, principalmente quando se trata de momentos de crise ou recessão econômico-financeira – o que garantiu, por exemplo, a discursivização do sujeito Obama no trajeto da crise mundial como o messiânico esperado por todos.

É nesse contexto, portanto, que a governamentalidade foucaultiana torna-se exponencial. Ao incidir sobre a questão da constituição do sujeito político e como esse deve se portar – e o que deve defender – diante da dispersão dessa multiplicidade, ou seja, a tônica do processo/modo de subjetivação, ela denuncia a primazia de um biopoder que se levanta sobre a vida atravessando-a e, ao mesmo tempo, marcando e deslocando, num movimento sem volta, os espaços do público e do privado. É importante frisar, então, que não sendo mais concebido como o soberano, o guardião de um território, cujo domínio se assegura pela justificação de uma lei íngreme ou ainda pela obediência a um princípio de hereditariedade teológica, religiosa, o político é essencialmente um sujeito.

Ele é essencialmente um sujeito imbricado em insidiosas relações de poder que o faz entrar numa ordem de desconforto, de confrontos e rupturas. É um sujeito, portanto, que se presta a

uma nova forma de elaboração do trabalho ético. Um trabalho ético que se efetua “sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme uma regra dada, mas também para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta” (FOUCAULT, 2010c, p.35).

Para estar à frente de uma comunidade como líder, esse sujeito tem que enxergar a virilidade de uma massa global, uma multiplicidade de sujeitos, que por sua vez, precisa ser contornada segundo um princípio de regulamentação, de cuidado, de gestão, de administração da vida. Tem-se, assim, uma espécie de guerra contínua que se trava e procura se justificar não mais em nome de um rei ou soberano, mas em nome da existência de todos, em nome da sobrevivência dos corpos ou de uma raça (FOUCAULT, 2010a).

Esse representante, sujeito politicamente constituído, precisa agora adotar, ou pelo menos ser a motivação, isto é, o motor de um projeto de governo que trabalhe estratégias mais elaboradas, sutis, mais justificadas – e que pareçam legítimas – para ter a adesão do povo e assim ocupar a posição de príncipe da atualidade. Esse é ainda o espaço de onde se levanta um poder político, uma força que se efetiva, que se exerce através de dispositivos de sexualidade e que, além disso, se manifesta no encontro com os veículos produtores de verdades e de dizibilidades da contemporaneidade – a mídia, conforme se discutiu anteriormente – numa relação incessante, perigosa e majoritariamente violenta.

É importante evidenciar que essa mobilidade e esse trabalho com o poder por um sujeito que se constitui como agente político

– seja ele o representante maior de um grupo ou a unidade que legitima sua ação – não se efetiva por meio de operações de posse ou segundo a vontade de entidades consentidoras. Isso porque, conforme esclarece o próprio Foucault na aula de 14 de janeiro de 1976 na oportunidade do curso *Em defesa da sociedade*, ao se ligar a cadeias e ao funcionar como algo que circula, desprendendo-se de qualquer tentativa de regionalização, de manuseio consciente e individualizante, o poder mobiliza uma concepção de sujeito que é posição e não mais como entidade psicológica.

Os sujeitos, portanto, não têm a força para consentir a aplicação do poder, eles – os sujeitos – são antes o efeito dele – do poder, já que esse jamais “está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou bem. O poder funciona [...]. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles” (FOUCAULT, 2005c, p. 35). E, por conseguinte, é nesse meandro que se ergue, pela força de uma sociedade que nos últimos tempos se porta como sociedade midiaticizada, o império da imagem. Um império que se edifica no encontro entre uma subjetividade – constituída segundo inéditos modos de subjetivação – uma cultura, um trabalho de si e a espetacularização, à moda da visibilidade, de um rosto e de um corpo de vento.

Uma vez inserido nessa nova ordem, o sujeito político passa ser trabalhado e deve seguir a primazia de uma imagem pública que, por sua vez, deve mover, trazer para cena de visibilidade um espelho de valores indispensáveis, e intrinsecamente relaciona-

do à positividade, como elemento essencialmente constitutivo de um projeto de bom governo.

Agora, torna-se importante se mobilizar e contornar os efeitos de convencimento e adesão a uma proposta comum de representatividade política do corpo social, proposta essa que versa sobre as manobras de um trabalho de condução da vida alheia, sob o crivo da gestão e da administração pública, isto é para todos e para cada um em especial. Um feixe de estratégias que acentuem os processos de conjunto e oportunistem o funcionamento dos dispositivos de segurança, como reza a tecnologia da governamentalidade foucaultiana.

Por outro lado, pensar a governamentalidade no plano da gestão política é também pensar na atualidade de uma noção de “bem-comum”, sobretudo porque essa prática política também se desloca e se estende para o plano da vida da população e, adentra a questão da intimidade de cada um dos sujeitos, afetando, sobremaneira, não só a constituição, mas a própria legitimidade de um projeto de ação política, de intervenção social.

O trabalho de promoção desse bem – que diz respeito a todos e a cada um – agora extrapola a proposta dos juristas, pois não se trata mais de dispor as coisas – os homens e a realidade – a fim de conduzi-las por um princípio de unidade lógica. Trata-se, agora, de relacioná-las segundo uma microfísica do poder que põe em xeque as muitas variáveis do governo, isto é, que evidencia a multiplicidade de coisas a governar.

Essa nova forma de enxergar a atividade política e, mais especificamente esse ideal de “bem-comum”, traz questões norteadoras para a instauração de um Estado de governo que ultrapassa o terreno da soberania. Nas palavras foucaultianas:

O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, e mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar, etc. portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas. E essa palavra dispor é importante, na medida em que, para a soberania, o que permitia atingir a finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam indissociavelmente ligadas (FOUCAULT, 2007b, p. 284).

Essa atualidade do que se constitui, o que representa o “bem comum” traz à tona a problematização das artes de governar e das práticas de governmentação porque permite se perguntar, quando se volta, na contemporaneidade, para a relação entre quem governa e quem é governado: Quem tem esse poder de ter esse governo nas mãos? Uma questão que se levanta no lugar mesmo da ruptura, assinalada por Foucault, quanto à finalidade do governo na disposição e gestão das coisas “governáveis” de um espaço onde impera a lei de obediência para a dispersão de

processos que inscrevem o “bom governo” no campo minado de táticas e estratégias, uma vez que:

Ao contrário, no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar o máximo de leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. Isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas (FOUCAULT, 2007b p. 284).

Por fim, pensar essa questão do governo na contemporaneidade, considerando a inserção e a operacionalização de uma nova racionalidade de Estado bem como a ação de mecanismos reguladores e regulamentadores da população, mecanismos esses que incidem sobre o biológico – incitando-o segundo uma lógica do visível – é pensar no governo da e na desordem – já que a população é dispersa, difícil de ser administrada porque o fluxo de problemas é grande – que se constrói a imagem de político correto, competente, necessário.

E, a partir disso, pode-se mencionar os efeitos das lutas e das batalhas travadas no campo da verdade, da ética e do dizer à luz da política. Na verdade, as relações de poder “em prática nos

tempos de biopolítica se fazem tanto sobre as populações como sobre os indivíduos e as lutas políticas se fazem seja em escala macropolítica, seja em escala micropolítica”, o que põe num plano de grande evidência os nexos entre subjetividade e política (BRANCO, 2011a, p. 12).

Na contemporaneidade, é o caos que assegura às artes de governar, isto é, ao governo político dos homens, a extensão e profundidade de sua justificativa social. É a desordem – e a dispersão caótica que sucinta – que permite a continuidade ou a descontinuidade, as intrigas partidárias, a briga pelo outro, a violação das intimidades do eu no espaço do aplauso de todos, a quebra do sigilo de uma subjetividade. São essas as questões que, sob a égide discursiva, são sistematizadas nas análises a seguir.

A AMÉRICA SOU EU

O DESLIZE DE SENTIDOS E A MOBILIDADE DE IMAGENS NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira [...]. Ele não é em si mesmo uma violência que poderia, às vezes se esconder, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduzirem. É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Michel Foucault
O sujeito e o poder (2010, p. 288)

Change we can believe in:
efeitos de verdade na positivação de imagem política

A inscrição do evento eleitoral de sucessão presidencial na América no espaço de discussão midiática oportunizou a elaboração e a circulação de uma espessa malha de dizeres. Isso, espe-

cialmente, porque o pleito político alcançou uma larga difusão em rede e não apenas pela transmissão em canais de TV. Em 2008, a corrida para ocupar o cargo central na Casa Branca, tanto pelos democratas como pelos republicanos, esteve alicerçada em mecanismos de gerenciamento de falas, de posturas, de comportamentos e, sobretudo, de imagens públicas.

As dizibilidades sobre a campanha evidenciaram os efeitos de uma polícia discursiva em torno da produção da notícia. Essa, por sua vez, foi objeto de montagem, seleção, edição, interdição, associação, silenciamentos e deslocamentos segundo criteriosos jogos de verdade ligados à ilusão de controle do dizer e de seus efeitos. Nesse cenário, artigos, *boton* de campanhas, entrevistas, placas e faixas, e ainda, análises de especialistas, foram recortados e explorados em editoriais, matérias jornalísticas, investigações autônomas, publicados em seções com chamadas sedutoras e oportunistas.

Em função disso, o olhar para o espaço de dispersão, de retomadas e diálogos que essas materialidades mobilizam exige pensar em trajetos de leitura que se efetivem pela mobilidade do discurso, a partir de suas condições de possibilidade e considerando, ainda, suas redes de filiação, sua inscrição institucional e, principalmente, seus efeitos geradores de relações de poder-saber. É assim que se parte para a leitura dos artigos *Obama quer ocupar o lugar de Lincoln, diz estudioso*¹⁸ e *Eleição desencadeia*

18. Artigo 1 do jornal Folha de São Paulo, codificado como ATF1 quando da apresentação de excertos nesse respectivo recorte de análise.

*uma onda de esperança no mundo*¹⁹ publicados, respectivamente, nos jornais Folha de São Paulo e *The New York Times*.

A operação de controle e o trabalho de produção de verdades em torno desses artigos evidenciam o feixe de estratégias de saber que inscreveram o evento da campanha presidencial americana na ordem do acontecimento discursivo – e ainda – alocando-o nas luzes do espetáculo de imagens pela midiatização violenta desse importante momento da história política. Nesse entremeio, ao personagem político Barack Obama é reservada uma posição inédita de visibilidade e necessidade coletiva, o que permitiu edificar sua imagem de profeta pela positivização de si.

Esse candidato foi discursivizado a partir de determinados regimes de verdade e incessantes movimentos de memórias que convocaram o sujeito cotidiano – e não só os americanos – a participar, pela adesão e pelo voto, da construção de uma nova ordem entre as palavras e as coisas, isto é, da reorganização do mundo sob o prisma da felicidade e do lugar melhor. E nesse trabalho, a mídia se tornou a medida de todas as coisas (SILVERSTONE, 2005).

○ profeta dos novos tempos: memórias em jogo

Inicialmente, é importante considerar o espaço de produção e as condições de possibilidade que permitiram a vinda à cena do sujeito Obama como o profeta dos novos tempos, especialmente,

19. Artigo 1 do jornal *The New York Times*, codificado como ATNY1 quando da apresentação de excertos nesse respectivo recorte de análise.

no que diz respeito à vontade de verdade que atravessa o dizer tanto em *Obama quer ocupar o lugar de Lincoln, diz estudioso* como em *Eleição desencadeia uma onda de esperança no mundo*. Tais produções foram oportunizadas na esfera do jornalismo mediado que – na óptica da modernidade líquida e na vinculação institucional que mobiliza – trabalha o efeito de revelação do real pela ilusão de imparcialidade de suas formas.

Assim, é importante considerar que nesse escopo, a mídia reserva para si a tarefa de intervir com o trabalho cujo efeito maior é o de revelação de um real, como um poder onipresente e autônomo a que nada escapa e a que tudo diz respeito, já que “mitificado como um dos pilares da democracia, o jornalismo pode tanto realizar a função de fiscalizar o poder quanto a de integrar classes e formar a identidade do Estado-nação” (SANDANO, 2006, p. 66). Desse modo, nas respectivas materialidades, a verdade é conduzida na esteira da necessidade de se dizer e de se fazer ver o que há de inédito e de singular na eleição de um presidente americano negro.

A própria chamada do artigo da Folha de São Paulo já permite trazer à tona a principal e tão crível questão foucaultiana – por que esse dizer e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2005a) – já que ali Obama é comparado – com efeito de certa singularidade e proximidade – ao presidente Abraham Lincoln, considerado como um dos maiores ícones da política moderna para o mundo – *E por que a Lincoln e não a outro em seu lugar?*

É importante trazer que, na atualidade, Lincoln é discutido como um dos mais influentes inspiradores da democracia moderna e a quem se atribui o célebre discurso que apresentou e definiu o conceito democrático de governo do povo, pelo povo e para o povo, o qual alcançou repercussão mundial. Ao 16º presidente norte-americano é reservado um lugar de líder que transformou os rumos da história com a questão da liberdade: Lincoln decretou a emancipação e não só organizou programas de educação aos ex-escravos, mas sugeriu que a eles fosse concedido, de imediato, o direito do voto (GUELZO, 2010). Portanto, sua posição-sujeito de representante de minorias, de pioneiro da mudança e de profeta que milita em prol do bem-estar da ordem coletiva é, na materialidade do artigo, discursivizada a partir dos trajetos e indícios que dialogam com o Obama dos dias de hoje.

Sob o mesmo regime de verdade, o artigo do jornal *The New York Times* também apresenta uma chamada que já se constitui como um acontecimento, isto é, já pressupõe uma interpretação e um trajeto de leitura – aquele da esperança, da necessidade coletiva por Obama que se apresenta como o único capaz de reorganizar o mundo – e não outro em seu lugar. Ela incita um cerceamento proposital, subjetivo porque possui miras determinadas – A eleição presidencial americana é inscrita no espaço da mudança, da transformação, não só dos Estados Unidos como também do mundo; a corrida de sucessão se apresentava como o momento de decisão, de realinhamento econômico, cultural e

político já que todo o planeta estava imerso nessa “onda da esperança” ligada à eleição.

Na matéria jornalística, as chamadas de abertura – as manchetes – se pretendem produzir determinados efeitos de sentido pelo adestramento do olhar e pela insistência de oferecer uma verdade, que embora recortada, se volta para a fabricação da história ainda que pelo crivo da subjetividade. Em ambos os artigos se observam, de início, operações estratégicas com o dizer, pondo em oposição efeitos de verdadeiro e falso, de necessidade e realidade, de novo e histórico, de positividade e negação.

Tudo se dá em torno do e/ou pelo trabalho com “vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas”, uma vez que “apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção” (GREGOLIN, 2007a, p. 104).

Em ambos os artigos, a evidência à imagem do democrata Barack Obama é incisiva e se volta para os espaços de visibilidade. Visibilidade essa que funciona pelo apagamento do adversário, haja vista que seu opositor republicano John McCain sequer é citado ou referenciado nas falas dos especialistas, nas análises de peritos e até mesmo na condução do comentário pelo grupo editorial dos respectivos jornais. Nesse sentido, tem-se a continuidade do trabalho midiático – assim como se efetivou durante a campanha eleitoral – em atribuir a Obama efeitos de evidência e de destaque ao mesmo tempo em que silencia a figura de seu opositor republicano.

Em *Obama quer ocupar o lugar de Lincoln*, diz estudioso, por exemplo, os jogos discursivos do comentário expõem o funcionamento não só desse, mas de outros mecanismos de controle do discurso e sistemas de rarefação: a interdição, pela recorrência a determinados temas, especialmente aqueles que se tornaram exponenciais na campanha de Obama, como o racismo, a sexualidade e a segurança, por exemplo; a segregação da palavra, pelo o que pode e deve ser dito nas condições de possibilidade da entrevista: as perguntas exigem respostas diretas e pontuais em relação a cada comparação ou associação entre Obama e Lincoln; a referência de autoria que atribui objetividade à posição legitimada do especialista o qual, ao responder às indagações, mobiliza uma vontade de verdade em seu dizer, produzindo efeitos de cientificidade, de credibilidade já que fala do lugar de pesquisador, isto é, de um discurso autorizado, legítimo.

Nesse artigo, tem-se o fluxo de perguntas – do representante da Folha – e de respostas do especialista/pesquisador convidado – Henry Louis Gates Júnior²⁰ – que ocupa, na respectiva cena, a posição do saber institucional e, portanto, do discurso legítimo e autorizado para estabelecer a associação entre Obama e Lincoln. Nessa discussão, é importante apresentar que tal estudioso é, na atualidade, considerado um dos nomes afro-americanos mais influentes.

20. Henry Louis Gates Júnior é professor na Universidade de Harvard e diretor do Hutchins Center for African & African American Research. É considerado como um dos nomes mais influentes no jornalismo, na crítica cultural, na literatura e na produção cinematografia americana. Cf. Hutchins Center for African & African American Research. Disponível em: <<http://aaas.fas.harvard.edu>>.

Debruçado sobre a questão racial, esse pesquisador tem destaque internacional nos estudos sobre a identidade e a inscrição política dos afro-americanos, ocupando uma posição de referência no campo da crítica cultural, do jornalismo e da cinematografia. Das perguntas da Folha:

ATF1₁ – Afinal, Lincoln era racista?

ATF1₂ – O sr. diz que cada geração encontra o seu Lincoln. Quem é o Lincoln para a nova geração de afro-americanos?

ATF1₃ – O que o Lincoln pensaria de Obama na presidência?

ATF1₄ – Na pesquisa sobre o Lincoln, o sr. diz que lida com vários lados do ex-presidente: “Lincoln, o grande emancipador”, “Lincoln o supremacista branco”, “Lincoln, o gay”, “Lincoln, o oportunista”, “Lincoln, o herói de Fidel Castro”. No final o sr. acaba dizendo que ele é “Lincoln o desconhecido”. Qual deles mais o surpreendeu?

ATF1₅ – O sr. compara a história de EUA pós-racial com a eleição de Obama?

ATF1₆ – Há outro presidente cuja comparação com Obama seria mais apropriada?

ATF1₇ – Mas ele prefere ser comparado ao Lincoln, não?

ATF1₈ – Lincoln foi assassinado. O sr. não teme que Obama corre o risco de ter o mesmo fim?

Estrategicamente, as perguntas lançadas incidem sobre o acontecimento da sucessão presidencial e, exponencialmente, tocam nos temas que fundamentam a proposta de Obama para o

governo, os mesmos que atravessaram todo o período de disputa política e apresentaram o democrata ao mundo, na campanha de 2008, como o novo messias, esperado por todos. A saber: o favoritismo de um candidato negro – e o que isso representaria para a história dos Estados Unidos – a questão da segurança nacional e, sobretudo, o efeito que o respectivo candidato produz aos olhos do mundo face ao cenário de crise econômica internacional e a instabilidade financeira do planeta, as polêmicas intervenções militares no Oriente Médio e a instauração da paz.

A regularidade discursiva que apresenta Obama sob o crivo da positividade de sua imagem de salvador-herói pode ainda ser observada pela exploração do *slogan* da campanha – *Change: we can believe in*²¹ – enunciado central que o fez triunfar pelo signo da mudança – exatamente o valor ao qual o mundo aspirava naquele momento em que o planeta era assombrado pelo fantasma de uma crise econômico-financeira internacional. A mudança, transvestida na necessidade gritante de uma intervenção monetária e de uma liderança norte-americana, constituía, portanto, o terreno da disputa política na América em 2008.

Essa evidência à posição-sujeito reservada a Obama ressalta a fabricação de uma imagem de pastor, aquele responsável pela condução da vida segundo a operacionalização de mecanismos determinados. A comunidade internacional exigia o realinhamento das relações comerciais e o novo presidente tinha a tarefa maior de promover a vida, pela reorganização das condições

21. Numa tradução livre *Mudança: nós podemos acreditar*.

sociais e econômicas, isto é, fazer viver pela adoção de políticas garantidoras de desenvolvimento e sustentabilidade. Por outro lado, o favoritismo de Obama recebia ainda forte interferência da questão racial. A eleição de um presidente negro representaria para os Estados Unidos o efeito de um olhar mais humanitário para as relações entre classes, raças e nações. Isso teria um forte impacto dentro das camadas sociais consideradas marginalizadas e/ou excluídas interna e externamente, como por exemplo, os negros, os hispânicos e latinos.

Nesse aspecto, Obama tinha sua subjetividade inscrita no mesmo trajeto de positividade daqueles que se apresentam como os grandes nomes da história como, por exemplo: Martin Luther King – um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e no mundo – e Nelson Mandela, líder sul-africano que lutou contra o *apartheid*²² e se tornou símbolo do multietnicismo global. Tais líderes, ao se engajarem na luta contra a segregação racial, tiveram suas imagens positivizadas pela atenção dada à questão da opressão, da discriminação, da perseguição, da preocupação com outro.

Além disso, o nome de Obama também representava um processo de renovação: uma transformação na forma de conduzir a política, nos moldes do que acontecera na candidatura de John

22. Regime de segregação racial que foi adotado pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, de 1948 a 1994, no qual os direitos da grande maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado por uma minoria branca. Cf. A (longa) história da desigualdade na África do Sul (PEREIRA, 2010).

Fitzgerald Kennedy, em 1961, e uma resposta à agressividade dos dois mandatos consecutivos do presidente George Walker Bush, marcados pelo rompimento com os direitos humanos e pela tensão com a política de assistência internacional das Organizações das Nações Unidas – ONU.

Dessa forma, Obama representava para o mundo o atendimento à necessidade de um “líder de todos”, visto ter sido considerado – pela visibilidade de uma imagem que irradiou efeitos de positividade e religiosidade – o messias, por se mostrar capaz de comportar e lidar com questões e anseios diferentes: liderança internacional, ousadia política, iniciativa e sensibilidade econômica. Desse modo, prestes a se tornar o primeiro presidente negro do país, o democrata teve sua imagem política inscrita na discursivização midiática pelo viés do heroísmo, da religiosidade e da salvação.

De modo oportuno, o sujeito Obama poderia ocupar, ao mesmo tempo, a posição de super-herói já que, por possuir o poder e a capacidade necessários, resolveria e atenderia as necessidades de todos – dos americanos e da comunidade internacional – e de profeta, haja vista se constituir, pelo efeito de religiosidade que atravessou sua campanha, como o “enviado dos céus” para o mundo. Assim, só um representante divino seria capaz de governar no caos e enxergar “a luz” do desenvolvimento. Esses são efeitos de sentido que podem ser problematizados a partir dos trechos iniciais de ambos os artigos:

ATF1₉ – Henry Louis Gates Jr. defende **que cada ocupante da Casa Branca vê o Abraham Lincoln que mais convém**, ignorando os outros aspectos mais polêmicos daquele que é considerado por diversos historiadores e apontado em pesquisas populares como o mais importante presidente dos EUA.

ATF1₁₀ – **Para Barack Obama, o atual é reconciliador, o salvador da união** – e seu racismo é ignorado. É o que pensa o diretor do importante centro de estudos negros da Universidade Harvard, de 58 anos [...]. **“Obama está muito claramente se colocando nesse lugar que Lincoln ocupava”, [...].**

ATNY1₁ – Das linhas de frente do Iraque aos pontos mais elegantes como o *Harry's Bar* em Paris, a eleição de Barack Obama abriu uma comporta de esperança que **o novo líder americano resgatará promessas de mudança, reescreverá o roteiro político** e, possivelmente, tão importante como qualquer outra coisa, **conduzirá uma liderança** que apagará a amargura dos anos de Bush.

ATNY1₂ – Se pela juventude de Obama, sua raça, sua mensagem ou seus modelos, alguns **líderes europeus abandonaram as formalidades diplomáticas para competir na extravagância de seus elogios**, enquanto outros fora dos Estados Unidos – **fascinados por uma eleição que havia sido acompanhada minuciosamente por todo o planeta** – **procuraram alcançar as comparações mais cabíveis.**

A partir desses trechos pode-se mencionar que a posição-sujeito reservada à Obama não seria apenas a do novo presidente

da maior potência do globo, mas, além disso, seria a do Lincoln – e não qualquer um – aquele que é “conciliador, o salvador da união” e que a todos pode oferecer um lugar melhor. Quem afirma não é qualquer um e nem de um lugar qualquer, mas sim Henry Louis Gates Júnior, apresentado como “o diretor do importante centro de estudos negros da Universidade Harvard, de 58 anos, que acaba de lançar o documentário ‘*Looking for Lincoln*’ (À Procura de Lincoln)”. Aqui a interdição e a segregação da palavra contornam e determinam o que pode e deve ser dito, trazido à tona, nesse momento e a partir desse suporte em relação ao candidato democrata.

Por conseguinte, é possível observar que a discursivização do pleito e alocação da imagem de Obama, segundo as posições-sujeito que lhe são reservadas, se dá no signo do fascínio do mundo por aquele que se apresenta como o profeta dos novos tempos. Isso porque o democrata não estaria apenas “se colocando – muito claramente – nesse lugar que Lincoln ocupava”, mas, sobretudo, estaria envolvido num trabalho de si, alicerçado em vontades de verdade que perpassam o discurso midiático e o subjetivam como o único capaz de reestabelecer a ordem mundial e reinstaurar o equilíbrio do planeta.

Nesse cenário, a imagem de Obama é alicerçada em efeitos de uma virtude tradicional de líder: ele comportaria as qualidades do “bom governante”, aquele que herdara do berço o caráter de benfazejo, a temperança do governo justo.

Tais vontades de verdade são aquelas que produzem, no acontecimento da eleição, efeitos de ineditismo da campanha de um candidato negro, efeitos de necessidade coletiva, de religiosidade que põem em evidência a singularidade de uma capacidade – daquele sujeito – de representar a todos e exercer com “poderes incomuns” o projeto de reorganização da ordem sócio-econômico-financeira. A partir desse feixe de dizibilidades, a fabricação do sujeito discursivo irradia as qualidades de um “príncipe virtuoso”. Trata-se daquele que pode disciplinar pelo exemplo porque mantém-se, a si mesmo, sob o exame de um espelho panóptico.

Nesse trajeto discursivo de fabricação de imagem pública, Obama ocuparia uma posição-sujeito que diz respeito à vontade da comunidade global ao mesmo tempo em que se iguala aos líderes discursivizados como os grandes nomes da história política norte-americana. O trabalho se dá com vontades de verdade que, ao procurarem “alcançar as comparações mais cabíveis” ao sujeito Obama, ligam-se ao trabalho de justificação de sua proposta de governo, trazendo-a à tona sob o efeito de legitimidade e transformação.

Isso porque, nesse espaço de discursividade, a proposta democrata é apresentada como sendo capaz de “reescrever o roteiro político”, não só pela “juventude, raça, modelos e mensagem” de um líder que se tornara símbolo das expectativas da comunidade internacional, mas porque inscrita num movimento de retomada de memórias cujo resgate incide sobre a positividade de uma imagem política.

Por isso, a partir da própria materialidade da língua, é possível ler os efeitos de que sua eleição havia sido “acompanhada minuciosamente por todo o planeta”, isto é, “das linhas de frente do Iraque aos pontos mais elegantes” de Paris. O mundo – e não somente os americanos – esperava, portanto, não apenas mais um presidente-produto do ritual eletivo da democracia norte-americana, mas um novo líder universal capaz de resgatar “promessas de mudanças”, de assegurar uma novidade na política.

A emergência desse herói estava ligada a um desejo comum capaz de fazer os representantes europeus “abandonarem as formalidades diplomáticas para competir na extravagância de seus elogios” procurando, incessantemente, comparar aquele sujeito aos grandes líderes da história – não a qualquer um, mas aqueles que tiveram suas imagens associadas à luta pelo bem-estar do outro, à atenção humana na condução da vida comum e segurança da defesa, do desenvolvimento e do progresso.

O trabalho de profetização política em torno do então candidato Obama se efetivou por uma política da verdade cujos efeitos o convocavam em público – a partir dos regimes de discursividade que focalizavam as mazelas do mundo naquele momento, pela evidência e pelo espetáculo em torno da dramaticidade de um cenário de caos e de desordem – a assumir determinadas posições-sujeito sob a justificativa de uma necessidade coletiva como se o mundo, se constituindo como um mesmo “rebanho de ovelhas”, exigisse o comando de um “pastor” unificador, poderoso e de representação divina.

Nesse ínterim, a operação de positividade da imagem pública do candidato democrata esteve atrelada, atravessada por rigorosas estratégias e manobras táticas em torno do dizer, do sentido e de seus efeitos, conforme se observa nas afirmações de Costa (2009) no texto *À espera do messias*.

Mas observa-se que o tom geral das reportagens e análises vazou para o campo quase espiritual da esperança: a julgar pelas expectativas externalizadas pela imprensa Obama chega ao poder como um messias negro. Ele ingressa na Casa Branca [...] em um cenário de otimismo quase surreal, dadas as circunstâncias em que os Estados Unidos estão mergulhados [...] Barack Obama assume coberto pela mídia com um manto sagrado, e é nessa mistificação que mora o perigo. (COSTA, 2009, p.1).

A partir da quarta pergunta da Folha ao estudioso Henry Louis Gates Júnior, ao referenciar as muitas posições-sujeito ocupadas por Lincoln – “Lincoln, o grande emancipador”, “Lincoln o supremacista branco”, “Lincoln, o gay”, “Lincoln, o oportunista”, “Lincoln, o herói de Fidel Castro” [...] “Lincoln o desconhecido” – e considerando aqui a imersão do controle discursivo na esfera jornalística – é possível se trazer que Obama estaria “muito claramente se colocando nesse lugar” porque lhe é oportuno e cabível.

Portanto, dentre os efeitos de sentido possíveis, pode-se afirmar que a posição-sujeito de emancipador lhe seria reservada em função da aclamação do mundo que exigia uma liderança firme do principal gestor da economia mundial frente ao cenário de

instabilidade e de crise, mas também diante da luta de classes, etnias, grupos, minorias pelo viés do respeito à autonomia e ao direito de liberdade do outro.

No mesmo trajeto, e conforme se observa em ATF1, Obama ocuparia a posição de supremacista branco pela recusa da inscrição da questão da raça como o símbolo maior de sua campanha – “É um homem brilhante não quer ser apenas o primeiro presidente negro. Quer ser um ícone, como Lincoln” – tentando conciliar os interesses de negros e brancos sob a égide de um propósito maior, aquele que tange à unificação nacional e à reinserção da América na liderança do desenvolvimento e dos rumos da história e da política no mundo.

Concomitantemente, o “desconhecido” senador de Illinois – que, a partir do convite para discursar na Convenção Democrata de 2004, adquiriu crescente visibilidade na mídia, tornando-se o principal nome à candidatura presidencial, após vencer as primárias do partido em 2008 – se marcaria, num espaço de oportunismo, haja vista o cenário de caos instaurado pela crise financeira naquele ano, como um herói, até mesmo para Fidel Castro. Isso porque, uma vez eleito, o democrata engendraria, além do enfrentamento de questões exponenciais como a causa *gay* e a institucionalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, as principais medidas para contenção da recessão econômica que assolava os países.

Nesse percurso de subjetividade, Obama se marcaria não apenas como o super-herói, mas como o bom pastor já que, como

posição-sujeito, pode ocupar o lugar daquele que guia a comunidade, neste caso, a internacional, pelo caminho da salvação e pela vereda da verdade. Ele se lança ao bem-estar do rebanho, atento às demandas internas e externas, produzindo efeitos imágéticos de um líder que se preocupa com todos – o conjunto das ovelhas – e com cada um – a unidade – em particular.

No entanto, ao se observar o porquê dessas posições-sujeito e não outras em seu lugar, é possível observar os efeitos de cerceamento discursivo em torno do dizer pela operação da interdição, da segregação da palavra e da vontade de verdade, fazendo com que sejam essas – e não outras – as posições que produzem os efeitos de herança das características que fizeram Lincoln “ser considerado o melhor presidente americano”. Além disso, são essas as que, em função das condições históricas que inscrevem a singularidade do acontecimento da sucessão presidencial, podem ser retomadas numa relação de diálogo, como se num efeito da volta do mesmo – Lincoln – no novo – Barack Obama, o que justificaria a opção de se aderir a imagem daquele em detrimento daquelas reservadas aos presidentes John Kennedy e Franklin Roosevelt.

ATF₁₁ – Há outro presidente cuja comparação com Obama seria mais apropriada?

ATF₁₂ – Sim, John Kennedy e Franklin Roosevelt. Roosevelt teve de enfrentar uma grande crise econômica, e estamos na maior recessão desde os anos 30. E ele teve de fazer as pessoas acreditarem no futuro e no sistema. E Kennedy se tornou presidente depois de oito anos de muito

tédio e aborrecimento vindos dos anos Eisenhower, e ele inspirou uma geração inteira de jovens a ser mais comprometidos com a política e o governo.

ATF₁₃ – **Mas ele prefere ser comparado ao Lincoln, não?**

ATF₁₄ – **Claro, porque Lincoln é considerado o melhor presidente americano, e Obama quer ser o segundo melhor presidente americano** (risos). Ele é muito ambicioso, e eu admiro isso. É um homem brilhante, não quer ser apenas o primeiro presidente negro. Quer ser um ícone, como Lincoln.

O sujeito Obama recebia, então, a convocação para assumir múltiplas posições discursivas já que sua vinda representava para todos – os negros, os *gays*, a classe política, os empresários, os investidores, os imigrantes ilegais, os que perderam os empregos em função da crise, os americanos, europeus, latinos, asiáticos, africanos, hispânicos etc. – a força e a liderança de um novo Lincoln, ainda que “desconhecido”, talvez por ser, ao mesmo tempo, todos e nem um deles, em especial.

Tais posições-sujeito, oportunizadas em função das próprias condições de possibilidade do dizer naquele momento de construção da história, foram reforçadas e trazidas à visibilidade pública num jogo estratégico de evidência, assim como se pode observar nas seguintes capas e manchetes:

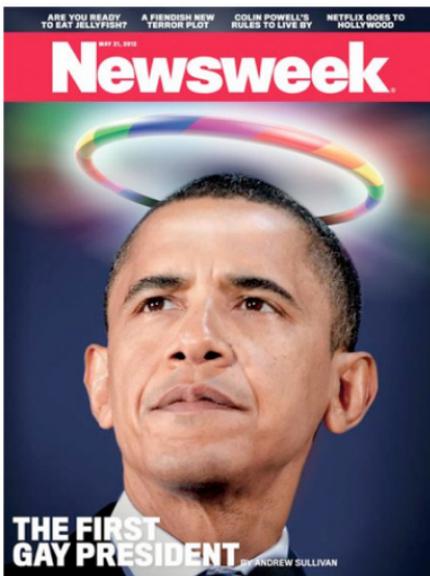


Figura 10 – Revista *Época*
10/11/2008

Fonte: <http://editoraglobo.com>

Figura 11 – Revista *Newsweek*
21/05/2012

Fonte: <http://www.iol.pt/multimedia>

Figura 12 – Revista *Time*
03/10/2008

Fonte: <https://s3.amazonaws.com>

Figura 13 – Manchetes da Folha de São Paulo

VITÓRIA DE OBAMA ANUNCIA CHEGADA DE UM “NOVO MUNDO” DIZ IMPRENSA
ELEITO EM VOTAÇÃO HISTÓRICA, OBAMA AGORA TERÁ DE ENFRENTAR A CRISE
OBAMA É O PRIMEIRO NEGRO DOS ESTADOS UNIDOS
VITÓRIA DE OBAMA É CONVITE AO SONHO, DIZ “EL PAIS”
COMO BARACK OBAMA DESAFIOU A HISTÓRIA
QUAL A VERDADEIRA COR DE OBAMA?
OBAMA ASSUME CASA BRANCA SOB GRANDE EXPECTATIVA

Fonte: <http://www.folha.uol.com.br>

A partir das Figuras, pode-se mencionar que a campanha de sucessão não tratou apenas de um pleito eleitoral entre presidencializáveis, mas da abertura de uma nova era – “A era Obama” – possível pela “vitória histórica” daquele capaz de conduzir “os sonhos de uma nação” e representar “a esperança global” diante de um cenário crítico que desafiava a liderança do novo líder. Na Figura 10, Obama aparece apenas com metade do rosto – o lado direito somente – capturado no momento exato em que uma lágrima desce criando um traço de emoção.

Na capa, o democrata com um olhar ao longe – uma regularidade da fotogenia eleitoral – tem seu “ouvido” voltado para um espaço “escuro” onde se tem os dizeres “A era Obama” onde “Obama” aparece em letras de fonte larga e com preenchimento total em branco, num efeito como se o presidente eleito estivesse a escutar uma voz alheia que diz: “A vitória histórica, os sonhos de uma nação, a esperança global – e o cenário crítico que desafia o futuro presidente dos Estados Unidos”.

Esse herói seria, ao mesmo tempo, o detentor de poderes incomuns ao grupo que o faz oscilar entre “o mito e a realidade” e o profeta de novos tempos cuja sensibilidade é desse mundo. Na capa da revista *Época*, ele é subjetivado como sendo desse mundo – um homem do cotidiano – que como o seu semelhante é capaz de sentir – os problemas, as angústias, o anseio pela mudança – e de chorar – quando das conquistas, das batalhas e dos desafios – porque seu sentimento é natural assim como a lágrima que, sob um o feito da naturalidade de sua ocorrência, é capturada em seu rosto na plenitude de um presente histórico. Essa lágrima denuncia o pertencimento, o traço humano daquele mesmo sujeito que foi divinizado.

Seguindo os indícios imagéticos da materialidade da Figura 10, conforme propõe Courtine (2011), pode-se ler o efeito de uma emoção “sentida na pele” pelo feito heroico da ascensão “ao trono” na Casa Branca. Uma emoção captada na naturalidade do percurso de uma lágrima no rosto que acena para a grandiosidade de uma conquista do homem comum que saiu do povo, embora profetizado como o messias divino. Portanto, o super-herói que chora, que é capaz de sentir com os outros – com o cidadão comum – numa comunhão de sensibilidade e de valores humanos.

Entretanto, ao associar a materialidade da imagem de capa e a tessitura linguística das afirmações na Figura 10, podem-se perceber os sinais, as marcas de um deslize de sentido que, por sua vez, aponta para uma descontinuidade, uma ruptura entre o visível e o dizível na construção de uma ordem do olhar. A lá-

grima, cujo percurso é delineado a partir do canto do olho, e não de outro lugar, é o indício de uma comoção, de um pranto. Ela é captada na seriedade de um rosto, na introspecção de um olhar, evidenciando os sinais não de uma felicidade a ser festejada, mas a contenção de um grito de vitória.

A lágrima é, ao mesmo tempo, a manifestação de sensibilidade pelo desfecho – que mobilizou “os sonhos de uma nação” e a “esperança global” – e o abalo, o choque pela observação – o olhar ao longe do sujeito – do “cenário crítico” que em 2008, constituía o grande desafio do “futuro presidente dos Estados Unidos”.

Já na Figura 11, o rosto do democrata é apresentado a partir da expressão *The first gay president* num efeito que pode estar sinalizando, a partir das muitas discussões e análises feitas a partir de então, tanto para o *primeiro presidente gay* como para o *primeiro gay presidente*. A cabeça de Obama aparece, na capa, sendo circuncidada por uma *auréola* ou *halo* num feixe de cores que retomam a historicidade do arco-íris como bandeira de identificação da comunidade *gay*. A auréola ou halo mobiliza, na relação com o já dito, um traço de memória que resgata o cristianismo pela referência ao esplendor das imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos.

Pode-se ler que o arco metalizado acima da cabeça do presidente produz efeitos de uma santidade que reluz sua imagem de profeta de novos tempos, mas, agora, sob o crivo da atenção às questões centrais da causa *gay* nos Estados Unidos, como por exemplo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a anuência

da própria presidência à institucionalidade dessa relação. Entretanto, ao mesmo tempo em que – pelos traços e indícios de uma imagem que se remete ao domínio religioso – é retomada uma memória de santificação daquele que se mostra como “o cordeiro dos *gays*”, a regularidade imagética rompe com o cristianismo e afasta Obama dos valores centrais da igreja.

Trata-se da emergência de uma descontinuidade que evidencia a ilusão de controle do dizer, pois a cada manobra de silenciamento está atrelada uma determinada ordem do olhar, um trabalho de fazer ver. Segundo Foucault (2006a, p. 49):

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consciência de si.

Na capa da revista *Time* é o marco racial o que vem à tona no espaço do visível e do enunciável. A questão da cor de Obama – que aparece na capa com o rosto em metade branco e em metade preto – e os efeitos de identificação ou recusa que isso gerou no mundo por ser ele o primeiro presidencial negro na América – e principalmente lá, uma nação marcada pela historicidade da segregação racial que atravessou séculos e marcou a cultura perpassando as relações sociais até hoje. O branco e o preto que dividem o rosto de Obama exatamente ao meio são contornados

por um vermelho, também incidente na imagem. Os dizeres são alocados nesse jogo de cores e discursivizam não só o fator *raça* – e as consequências – para o povo americano e para o mundo – mas trazem tal questão, ainda, no bojo da crise econômica.

Ainda quanto a Figura 12 e perseguindo a historicidade do sentido, pode-se ler a retomada do maniqueísmo²³ pelo efeito da dualidade entre o bem – o branco – e o mal – o preto. A respectiva capa é apresentada nesse jogo entre preto e branco que potencializa não só a questão racial, mas, sobretudo, essa disposição conflitante entre a claridade e escuridão, entre o efeito de positividade – o branco límpido – e de negatividade – o espaço de incertezas e dificuldades – a obscuridade do preto. Assim, nota-se que o lado branco da face de Obama está no preto e o seu lado preto, está no branco.

Além do sorriso incógnito do sujeito, há os “chifres” – um branco e um preto – na cabeça do democrata que também podem ser lidos no espaço de um efeito que apresenta um sujeito dividido entre a emoção do acontecimento e a consciência do que esperar do futuro; o sujeito imerso no espaço do conhecido e do desconhecido.

Numa associação com o cenário de crise que fomentou o espaço de visibilidade pública – e determinou a escolha da comuni-

23. Maniqueísmo é doutrina religiosa sincrética e dualista fundada e pregada por Maniqueu, na Pérsia, no século III da era cristã. Sua principal característica é a concepção dualista do mundo dividido entre o *Bom*, ou Deus, e *Mau*, ou o Diabo. A matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom. Com a popularização do termo, maniqueísta passou a ser um adjetivo para toda doutrina fundada nos dois princípios opostos do Bem e do Mal. Cf. Maniqueísmo. Disponível em: <<http://www.cacp.org.br/maniqueismo.htm>>.

dade internacional por Obama, em detrimento do silenciamento total de seu opositor John McCain – a materialidade linguística na capa expõe: Por que as pessoas votam da forma que o fazem? – Por que a economia está triunfando na campanha? – Como os preocupados eleitores brancos estão se voltando para Obama – Por que o caráter estrangeiro de Obama se tornou o novo cartão racial? – Como os eleitores negros se sentirão se Obama perder – Os eleitores estão mais atentos ao grande governo – A crise do crédito se torna global.

A convocação dos eleitores de diferentes grupos, camadas e extratos da sociedade americana e internacional pela “cor do voto” na campanha de 2008, mobilizou dizibilidades que apontavam para os efeitos de unidade e esperança global – assim como se pode observar no diálogo com as manchetes da Folha de São Paulo – mas, sobretudo, para a novidade de um homem capaz de unificar o mundo porque ele – e apenas ele – poderia fazê-lo num jogo de intervenções que a todos agradava e a todos dizia respeito. São esses os efeitos que dialogam com o artigo de Lígia Braslauskas, quando questiona: Qual a verdadeira cor de Obama?

Figura 14 – Qual a verdadeira cor de Obama?



Fonte: <http://www.folha.uol.com.br>

Em seu texto, ao trazer uma figura na qual a cabeça de Obama é apresentada como se num trabalho de *patchwork* de cores que representam diferentes grupos e/ou segmentos sociais – conforme se observa acima – Lígia Braslauskas problematiza as muitas cores de Obama ao explorar os efeitos de unidade, salvação e esperança global mobilizados na chegada do profeta de novos tempos. Segundo a autora, “Negros choraram com anúncio de que o negro – (ops!) ou seria mulato ou afro-descendente ou quase branco” e que após a eleição o que se viu foi um questionamento

em massa de “vários grupos sociais enaltecendo ou não o fato de ele ser negro”. Nessas passagens, é importante considerar ainda o efeito de ironia na exclamação “(ops!)”, que evidencia não apenas uma retomada da questão racial mas uma retificação de sua centralidade nas discussões ligadas a aceitação de Obama no cenário norte-americano.

Portanto, se “negros foram às lágrimas por verem na vitória do senador de Illinois o encerramento de uma história pesada de racismo nos EUA, brancos igualmente ficaram felizes por verem nele a chance de mudança”. Ainda segundo a autora:

Todo mundo gosta do Obama. Os EUA elegeram Obama, o Brasil elegeria Obama. Até a famosa associação racista *Ku Klux Klan* deu um jeito de aceitar Obama, classificando-o como “metade branco”. Isso é feio? Não, ao contrário, é ótimo ver que grupos radicais estão maquiando suas próprias ideias retrógradas para justificar sua aposta na mudança. **Obama pode ser da cor que as pessoas quiserem, contanto que esse homem que agora aparece como a grande esperança do “bolso do mundo”** realmente consiga lidar com as questões que herdará de George W. Bush e suas gastanças em ações militares que não levaram a nada. (BRASLAUSKAS, 2008, p. 1, negrito nosso).

Há aqui, na condução do dizer jornalístico, uma correlação de força que instaura percursos de poder na cena do espetáculo político. Isso porque as dizibilidades que discursivizaram o pleito eleitoral nos Estados Unidos se materializam na esteira do

discurso verdadeiro e autorizado. O leitor é então submetido à verdade a partir de uma pedagogia do olhar que procurar adestrá-lo para a leitura de determinados efeitos e não outros em seu lugar. É assim, por exemplo, que o efeito de aceitação, de preferência por Obama é explorado com a afirmação de que “até a *Klu Klux Klan*” – a mais famosa organização de luta pela supremacia branca nos Estados Unidos – deu um jeito de aceitá-lo.

A referência, no viés de uma “aceitação” pelo respectivo grupo, põe a raça como um dos expoentes que permitem o espetáculo da imagem de um candidato negro num cenário – a América – onde a cor da pele é o capital que fomenta as dizibilidades no bojo do acontecimento discursivo. Nas palavras do pastor da *Klu Klux Klan*:

O presidente americano eleito é apenas “metade negro”. “Obama se tornou o primeiro presidente mulato dos Estados Unidos. Eu sei que vocês estão ouvindo que ele é o primeiro presidente negro, mas isso não é verdade”, afirmou Thomas Robb, em uma mensagem no site do grupo. “Ele não cresceu num ambiente negro, ele cresceu com sua mãe [uma americana branca], porque seu pai [um queniano negro] fez o que é muito comum entre os homens negros (...) os abandonou”, completou (MUNIZ, 2008, p. 1).

A referência à seita *Klu Klux Klan*²⁴ reativa a discussão de que Obama preencheria os anseios de todos os grupos que, por sua vez, viam nele a preservação de seus projetos. Trata-se de uma organização racista secreta cujos membros era, na sua maioria, soldados que haviam combatido na Guerra Civil Americana pelos estados do sul. Por outro lado, a questão da raça também é, a partir de tal referência, trazida à tona visto que se retoma aqui a tão historicizada relação entre brancos e negros ao longo dos séculos na América.

Conforme apresentado em *Qual a verdadeira cor de Obama?* O democrata ocupara uma posição capaz de suscitar até o apoio daquela que se marcou como a maior e mais cruel seita de combate à seguridade dos direitos dos negros americanos. E isso estabelece um diálogo direto com aquilo que se apresenta em *Obama quer ocupar o lugar de Lincoln, diz estudioso*.

No respectivo artigo da Folha, a imagem política de Obama é objetivamente associada à de Lincoln e aqui é importante trazer que esse presidente fora considerado um dos membros mais fomentadores da *Klu Klux Klan*. Uma relação que, ao mesmo tempo, estabelece um efeito de paradoxo e de comunhão. De um lado, a imagem de Obama estaria ligada ao líder cujo projeto de governo representaria até a contemplação dos ideais da respecti-

24. A *Klu Klux Klan* era uma organização racista secreta que tinha como principal objetivo resistir à política imposta pelos estados americanos do norte após a Guerra Civil e intimidar os negros (e seus defensores) com atos de crueldade e de violência a fim de garantir a supremacia branca no país. Cf. *Klu Klux Klan: a history of racism and violence* (Southern Poverty and Law Center, 2011).

va organização secreta e, de outro, sua subjetividade é conduzida pela veia apaziguadora dos conflitos raciais que fundamentaram seu possível projeto de reconciliação entre os muitos grupos americanos e entre a América e o mundo.

A leitura dessa relação permite enxergar, portanto, efeitos de uma associação assombrada entre a imagem de Lincoln e a de Obama. O primeiro, “que deu a sua vida pela defesa do direito dos negros [...], começou a vida como um racista”, e o segundo, que é negro, rejeitaria a marca da raça na sua eleição, tentando construir uma imagem política para além do ativismo na questão racial. E nesse jogo de imagens, a subjetividade Obama foi trazida midiática e discursivamente nessa relação de cortes e emendas, distanciamentos e proximidades, conforme se observa nas respostas à segunda e terceira perguntas no artigo da Folha:

ATF₁₅ – [...] o Lincoln que a gente vê com maior frequência é o reconciliador, o salvador da união. Obama está muito claramente se colocando nesse lugar. [...] todo mundo ignorava o fato de que ele tinha essa posição infeliz em relação aos negros antes de virar presidente em 1860.

ATF₁₆ – **Se a estátua de Mármore do Lincoln em Washington o trouxesse de volta à vida no último dia 20 de janeiro, acho que ele teria um infarto e morreria de novo.** Ele não poderia nem sonhar com um negro na presidência, mal aceitava a ideia de um negro votando [...].

ATF₁₇ – [...] **Ele certamente não poderia imaginar um negro chegaria à Casa Branca.** Mas também acredito que, assim que ele tivesse a oportunidade de conhecer Barack Obama, **perceberia que os dois têm muitas coisas em comum [...].**

O acontecimento discursivo é, dessa forma, edificado, produzido a partir das possibilidades e impossibilidades enunciativas que ele conduz, uma vez que todo trabalho de evidência pressupõe silenciamentos, a visibilidade, faz par com a mais completa invisibilidade (GOMES, 2004). Disso tem-se que a evidência da imagem de Obama é operada ali mesmo onde se dá o apagamento de seu opositor John McCain, o qual a mídia menciona não sob o dizer do grande feito, mas apenas como um candidato comum sem respaldo político internacional.

A estratégica opção midiática por Obama, apresentando-o ao mundo com dizeres afirmativos que reforçavam seus poderes sobrenaturais de resolver tudo e salvar a todos, deve ser considerada longe da neutralidade e transparência da língua e de seus efeitos de sentido. Isso não significa apenas questionar se haveria outra forma de se conduzirem os dizeres sobre o favoritismo de um candidato negro e de oposição num país marcado pela segregação racial ao longo da história ou de discutir a possibilidade de esse sujeito ocupar a posição de presidente da maior potência do planeta.

Trata-se de se observar as tramas, as redes de filiação, os recortes, as interdições, as operações insidiosas que inscreveram o acontecimento – e seus personagens – em determinada con-

juntura histórica e, ainda, a partir de determinados trajetos de leitura, e não outros em seu lugar. Desse modo, enquanto os republicanos John McCain e Mitt Romney são subjetivados a partir de dizibilidades que produzem efeitos de normalidade, isto é, de políticos comuns, o democrata Barack Obama é trazido como o centro das especulações internacionais, dos julgamentos de especialistas, num espaço de evidência maior.

É importante detalhar que a inscrição da questão racial na discursivização da eleição, representaria para os Estados Unidos, sob o crivo da mudança, a renovação do sonho americano num efeito de que a ascensão de Obama à Casa Branca sinalizaria o fim real da Guerra Civil – Período de 1861 a 1865 em que o país esteve polarizado pela guerra entre os estados do Norte e os do Sul em função do regime de escravidão.

Enquanto a eleição sinaliza mudanças na superfície das relações raciais, o forte racismo estrutural ainda persiste nos Estados Unidos. A segregação racial em todas as grandes cidades permanece em níveis quase tão altos quanto os dos anos 60. A riqueza familiar de brancos é nove vezes maior que a dos negros. Na terra natal de Obama, o estado de Illinois, a maioria das vítimas de HIV-Aids é negra. Três em cada dez crianças negras e latinas vivem na pobreza – o triplo do índice de crianças brancas (PURDY, 2009, p. 2).

Dessa forma, a operação midiática incide, ao produzir um espetáculo da imagem de um negro, candidato ao cargo eletivo

mais importante do país, sobre os efeitos de novidade e de possibilidade de transformação. O favoritismo de Obama é trabalhado pela óptica da legitimidade de uma luta histórica em torno da questão da raça e dos direitos civis das minorias, sobretudo étnicas, não só no contexto interno, mas extensivamente à comunidade internacional.

Numa retomada do que foi discutido anteriormente em *O discurso na mídia: a virtualidade da história e do espetáculo*, é importante mencionar que, na tarefa de acontecimentalizar e produzir o espetáculo, a mídia se volta para o que permite a repetibilidade de enunciados, o resgate de memórias, a pirotecnia de dizeres, os efeitos de paráfrase, as séries de associações, as incisões interdiscursivas, os deslocamentos e as movências de sentido. A mídia opera sobre o que constitui o imaginário social e o que oportuniza explorar a virtualização de um real, a ficionalização da vida cotidiana no espaço da fabricação e da ocupação de posições-sujeito a partir do que constitui o enunciável e o visível.

No caso da eleição americana, as condições de possibilidade de um candidato negro assumir a presidência em Washington no momento em que o mundo clamava por uma resposta àquela que pode ter sido uma das maiores crises da história, oferece espaço à mídia para produzir dizibilidades e imagens ligadas à religiosidade, ao ineditismo de heróis fabricados e à felicidade coletiva pelo trabalho de salvação das almas. Nos artigos, a resposta de Henry Louis Gates Júnior à segunda pergunta da Folha, e ainda o recorte das falas do roteirista argentino Alejandro Saks e do cientista

político de Istambul Ersin Kalaycioglu, produzem esses efeitos, conforme se observa em:

ATF_{1,8} – Todo presidente, desde que Lincoln foi assassinado, se referiu a ele por um ou outro motivo, **mas nenhum deles fez isso de maneira tão explícita quanto Barack Obama [...]**. Mas o Lincoln com o qual eu cresci era o grande emancipador, o rei-filósofo, a gente achava que ele era Jesus, Platão e Aristóteles em uma pessoa só. [...].

ATNY_{1,3} – “Há o sentimento de que **pela primeira vez desde Kennedy, a América tem um tipo diferente de líder**”, disse Alejandro Saks, um roteirista argentino em Buenos Aires. Ou, assim como colocou Ersin Kalaycioglu, um professor de ciência política em Istambul, “**Os Estados Unidos precisam de uma renovação radical e ele é o único que pode fazê-la**”.

Portanto, a economia constituía, naquele momento, o centro da preocupação do mundo e que, pelo voto ou pela adesão às propostas democratas, os Estados-nação passaram a ler o espetáculo político em torno de Obama como uma promessa de renovação. Isso, devido às operações do comitê democrata – e também da mídia internacional – em fabricar discursivamente sua imagem pelo viés do imaginário alocando, por um lado, a questão tão historicizada do sonho americano, e por outro, o mítico aparecimento de um messias de responsabilidades divinas. Trata-se de uma operação em torno de uma memória que permite resgatar,

da tradição cristã, a questão do messias esperado e toda a religiosidade que oportuniza os efeitos de salvação, divindade, profecia e intervenção.

Nesse trabalho da mídia, as relações de poder-saber instauraram, pelo cerceamento discursivo, trajetórias de leitura e regularidades de efeitos de sentido que acenaram para Obama – e somente ele – como o único capaz de ocupar, aos olhos do mundo, os respectivos lugares na cena de visibilidade pública. Disso tem-se que o democrata Barack Obama representou, em função da evidência positiva de sua imagem política e de sua subjetivação no bojo das tranquiças midiáticas, a esperança global de transformação do mundo em um “lugar melhor”.

Recorrendo aos artigos para perceber esses efeitos de sentido, é possível observar, na materialidade de *Eleição desencadeia uma onda de esperança no mundo*, toda uma operação que justapõe recortes de falas – de posições-sujeito discursivizadas como lugares de legitimidade por remeterem a autoridades diplomáticas e a representantes políticos do mundo – e a respectiva identificação do sujeito que ocupa a posição autor em cada uma das afirmações:

ATNY1⁴ – Talvez **um dos elogios mais agudos** tenha vindo de **Nelson Mandela, ex presidente da África do Sul**, que disse numa carta a Obama: “Sua vitória demonstrou que ninguém mais em nenhum lugar do mundo não deve mais se atrever a não sonhar com o desejo de mudança do mundo num lugar melhor”.

ATNY₅ – **O presidente francês Nicolas Sarkozy**, disse algo parecido. **“Sua eleição levanta na França, na Europa e em qualquer outro lugar no mundo, uma imensa esperança”**, disse ele numa mensagem que chamou a vitória de Obama de **“brilhante”** e sua campanha de **“excepcional”**. **A chanceler alemã Ângela Merkel intitulou a vitória de “histórica”** e convidou Obama a retornar a Berlim, onde ele havia realizado um grande comício na campanha.

ATNY₆ – **O presidente Afegão, Karzai**, disse que a eleição tinha mostrado a superação das diferenças do povo americano **“de raça e de cor branca elegendo o presidente”** e desse modo ajudando a trazer. **“os mesmos valores para o resto mundo cedo ou mais tarde”**

ATNY₇ – **Para muitos na África** – e no Quênia em particular, terra natal dos pais e dos avós paternos de Obama – a eleição evocou um aprofundamento do orgulho. Assim como **afirmou o presidente Mwai Kibaki** numa mensagem a Obama: **“Sua vitória não é apenas uma inspiração para milhões de pessoas no mundo, ela tem um efeito especial para nós aqui do Quênia”**.

ATNY₈ – **“Nós manifestamos a esperança de que a pobreza e o subdesenvolvimento na África, que permanecem como um desafio da humanidade, continuarão, de fato a receber uma grande atenção no foco da nova administração”**, **disse Kgalema Motlanthe, presidente sul africano.**

ATNY₉ – Numa declaração, **as 27 nações da união europeia disseram** que viam, na eleição de Obama, **“a promessa do fortalecimento do relacionamento transatlântico”**, além dos grandes negócios inclusos.

ATNY₁₀ – **No Parlamento em Londres na quarta, membros dos três maiores partidos britânicos esbanjaram elogio a Obama. O Primeiro Ministro Gordon Brown** disse que Obama tinha feito “uma campanha inspiradora, energizando a política com valores progressistas e sua visão de futuro”.

De um lado, observa-se que, na produção do efeito de comunhão e aprovação coletiva pela proposta de governo democrata, a inscrição discursiva das falas e das referências não trata de quaisquer posições-sujeito, mas daquelas discursivizadas como posições de legitimidade histórica, de autoridade política, aquelas que ocupam espaços de visibilidade internacional. Os elogios e comentários de esperança não são, por sua vez, mobilizados de qualquer lugar discursivo, mas sim daqueles que reverberam posições-sujeito reservadas *aos grandes líderes da história* – Nelson Mandela, o ministro Hossain Bhabha, o presidente francês Nicolas Sarkozy, a chanceler alemã Ângela Merkel, o presidente Afegão, Karzai, o presidente sul africano Kgalema Motlanthe, as 27 nações da união europeia, o presidente do Quênia Mwai Kibaki e, ainda, o primeiro ministro inglês Gordon Brown e membros dos três maiores partidos britânicos que não apenas avaliam mas “esbanjam” elogios.

Por outro lado, e ainda no trajeto de fabricação de uma imagem positiva do “líder virtuoso” e numa operação que procura produzir um efeito de necessidade e comunhão de todos – e não apenas das autoridades e dos “pastores” dos grandes rebanhos

– a mídia mobiliza, na via do controle discursivo, a estratégia de também relacionar as falas e/ou comentários de sujeitos que ocupam a posição de “indivíduos comuns”, da vida cotidiana, conforme se observa a seguir:

ATNY₁₁ – “É bom se sentir bem com os Estados Unidos novamente”, disse **Armando Díaz, 24, um contador em Caracas, Venezuela, onde o lojista Enrique Cisneros**, resumiu dizendo que: **“há poucas horas, o mundo se sentiu como um lugar diferente”**.

ATNY₁₂ – “Sua eleição pode ser uma lição para os ditadores do Oriente Médio”, disse **Badr-al-sadat Mofidi, o vice-editor do jornal diário Kargozaran**.

ATNY₁₃ – De fato, para muitos que tinham assistido a campanha de longe, havia um sentimento de que a eleição não era apenas uma questão interna da América, mas alguma coisa que tocava as pessoas ao redor do mundo, independentemente de suas origens. **“Eu quero que Obama ganhe com 99 por cento, assim como Saddam Hussein”**, disse Hanin Abu Ayash, que trabalha numa emissora de televisão em **Dubai** [...].

ATNY₁₄ – Em Berlim, Anna Lemme, uma arquiteta de 29 anos, disse que ela geralmente não tem pressa para ver as primeiras notícias do dia. “Mas essa manhã a primeira coisa que fiz foi ligar o rádio às 5 horas”, disse ela.

Trata-se da estratégia de se trazer à visibilidade a aprovação do “indivíduo comum” ao projeto democrata de mudança, numa tentativa de se produzir um efeito de que todos – e não apenas

aqueles que ocupam posições de legitimidade – concordam com o lugar reservado a subjetividade de Obama como o messias esperado por todos. Dessa forma, a discursividade no corpo do texto jornalístico é trabalhada na perspectiva de justificação de seu título – Eleição desencadeia uma onda de esperança no mundo – já que o efeito de sentido mobilizado é aquele de que “todos” aprovam a intervenção política democrata e esperam pela mudança com Obama na presidência.

No entanto, essa discursividade é explorada num jogo de evidência e silenciamento, haja vista esse “todos” ser apenas um recorte trazido à visibilidade sob o efeito de totalidade em virtude do apagamento de um outro “todos” que pode se constituir como resistência. Além disso, pode-se notar que as posições mobilizadas como aquelas ocupadas por sujeitos cotidianos, isto é, aqueles que não estão diretamente relacionados à atividade política – o contador venezuelano Armando Díaz, Badr-al-sadat Mofidi o vice editor do jornal diário Kargozaran, a arquiteta de Berlim Anna Lemme, Hanin Abu Ayash, que trabalha numa emissora de televisão em Dubai – estão voltadas para contextos específicos e não qualquer um.

Trata-se, por exemplo, da referência à Venezuela do presidente Hugo Chávez – nação que tão advogadamente mantém uma relação de antagonismo e de tensão com os Estados Unidos, assim como ao Irã, de Mahmoud Ahmadinejad, pela retomada ao jornal Kargozaran e a Índia, países que estabeleceram ao longo do tempo ásperas relações internacionais em torno das questões diplomá-

ticas e nucleares. Além desses, há ainda a referência à Alemanha e aos Emirados Árabes, que também evidencia lugares sociais de tensão e de rispidez no que tange aos negócios e à diplomacia.

Além disso, é importante considerar que as vontades de verdade que atravessam os espaços das posições-sujeito de legitimidade e autoridade dos líderes internacionais, exploram desde um tom humanista – pela referência a Mandela e aos demais líderes africanos, no espaço da ajuda humanitária e assistência à fome e à miséria naqueles países – passando por um mais evasivo e geral – dos lugares ocupados por Sarkozy e Ângela Merkel – até chegar num tom político-economicista da União Europeia e Inglaterra.

Conforme apresentado no artigo do jornal *The New York Times*, “os momentos finais da eleição foram cobertos por detalhes obsessivos bem longe da América”. Na Austrália, por exemplo, “estações de rádio interromperam suas apresentações para transmitir o discurso de agradecimento de Obama”; já em Berlin, “jornais imprimiram edições especiais” e assim, “para muitos que tinham assistido a campanha de longe, havia um sentimento de que a eleição não era apenas uma questão interna da América, mas alguma coisa que tocava as pessoas ao redor do mundo, independentemente de suas origens”.

Nesse trajeto de adestramento do olhar, isto é, da educação da visão pela determinação do que se constitui como o visível, a mídia produz o efeito de uma comunhão universal da esperança, discursivizando que o planeta parou para comentar a ascensão de Obama como o novo messias.

Diante disso, pode-se mencionar que, na campanha de 2008, as condições de possibilidade do acontecimento incidem sobre a questão da necessidade coletiva, ao oportunizar jogos discursivos em torno da subjetivação de Obama, trabalhando-a segundo uma regularização do dizer. Essa operação incide sobre o enunciado da mudança, possibilitando-o ser esse, e nenhum outro, o que atravessa o acontecimento, uma vez que, “se pensarmos discursivamente, todo acontecimento abre uma nova série de regularização, portanto, produz uma nova série de filiação de sentidos na memória” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 178).

A mídia, e mais especificamente o jornalismo mediado, trabalhou com estratégias discursivas que evidenciaram a ansiedade da comunidade internacional por aquele que passou a ocupar a posição não apenas de líder nacional, mas de pastor de um rebanho muito maior.

OBAMA FOR AMERICA

VISIBILIDADE E DESCOMPASSOS IMAGÉTICOS

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas.

Michel Foucault.

O corpo utópico, as heterotopias (2013, p. 19)

O empreendimento de análise das materialidades anunciadas segue o trajeto das práticas discursivas ali mesmo no espaço de suas condições de possibilidade. Desse modo, importa ler as manobras impostas ao sentido atentando para o caráter de fuga de seus efeitos e para o funcionamento astucioso de mecanismos de controle do discurso. Estes, por sua vez, ligada à atividade política no cerne do acontecimento espetacular e da produção de subjetividade.

Mais do que evidenciar os jogos de agenciamento do sentido e mobilizar a visibilidade de um espetáculo de vontades de verdade, essa proposta se inscreve no espaço de virtualização das

relações de poder atentando para a midiaticização da disputa eleitoral no cerne da questão da novidade da política. Interessa aqui perceber, na arena da linguagem, o imbricamento entre política e mídia e seus efeitos para a instauração de projetos de governo de si e do outro à luz de práticas que se voltam para o adestramento do olhar e para o controle do dizer.

É a partir disso que se volta para os regimes de discursividade midiática que são mobilizados tanto em *Discurso de esperança de Obama vira pragmatismo após 4 anos* como em *Obama apresenta argumentos para um segundo mandato: caminho 'difícil' para um 'lugar melhor'*. Materialidades essas que foram oportunizadas na e pela operação de saber trabalhada pela mídia quando da discursivização do acontecimento da eleição presidencial nos Estados Unidos, em 2008 e 2012.

Dessa leitura que considera os regimes de dizibilidade na interface da mídia e da política, parte-se para a questão da mobilidade do sentido, e de seus efeitos, ao atentar para a operação de mecanismos de controle e sistemas de rarefação do discurso. O que importa aqui é entender a operação de saber e de poder que tais mecanismos e sistemas mobilizam para adestrar o olhar e para produzir o espetáculo ao mesmo tempo em que fabricam imagens e inscrevem o político na cena de visibilidade pública. Trata-se, ainda, de se perceberem as condições de possibilidade de uma Nova História a partir das operações de saber e de poder que incidem sobre o documento, transformando-o em monumento.

Imagens fabricadas na ordem do adestramento do olhar: o político em cena

De início, as respectivas chamadas de abertura dos artigos já são apresentadas como preenchidas por uma vontade de verdade insidiosa que, dentre os efeitos de sentido possíveis, evidencia aquele que procura instaurar um percurso de leitura ligado à tarefa de ratificar a oscilação da imagem pública do então sujeito em cena: o presidente Barack Obama. Dessa forma, em ATF2, a materialidade verbal “Discurso de esperança” e “vira pragmatismo” associado ao efeito de cronologia de um tempo passado com “após 4 anos”, incentiva um efeito de uma validade temporal vencida, e retoma, na extensão do efeito que produz, enunciados outros, como por exemplo, *Change: we can believe in* que marcou a identidade da campanha presidencial de Obama no pleito de 2008.

No mesmo trajeto, em ATNY2 os trechos “apresenta argumentos para um segundo mandato” e “caminho ‘difícil’ para um ‘lugar melhor’, onde “difícil” e “lugar melhor” aparecem com o recurso tipográfico das aspas, mobilizam efeitos que incidem, desta vez, sobre a transição do enunciado da mudança para o *Forward*²⁵ símbolo da campanha de 2012. Ao serem trabalhadas no sentido de se instaurar um caminho de leitura e um adestramento do olhar para o acontecimento, tais manchetes evidenciam o

25. Em tradução livre: “Adiante”.

funcionamento de uma polícia discursiva de miras, pois ao mesmo tempo que provam a operação de determinados mecanismos de controle do discurso, elas evidenciam as marcas de um trabalho de subjetivação, isto é, de fabricação de sujeitos.

Desse modo, é importante frisar que a notícia, aqui em forma de artigo, já refrata um trabalho de interpretação bem anterior e “no espaço temático de uma rubrica” pressupõe escolhas propositas determinadas que constituem o acontecimento. Desenvolvida sob diferentes formas textuais, “a notícia é objeto de um tratamento discursivo” porque **é ali montada, selecionada, fabricada obedecendo ao regime do que pode e deve ser dito em determinadas** circunstâncias de enunciação (CHARAUDEAU 2006, p. 152). A tarefa do analista é, então, de tentar descrever e, assim, interpretar as articulações possíveis entre os enunciados atentando para “seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição em um arquivo” (GREGOLIN, 2007a, p. 114).

A partir disso, é possível perceber, na continuidade dos artigos, um rigoroso jogo de saber provocando retomadas de memória e a materialidade de relações de poder. É assim que se perceberem, por exemplo, as marcas da discursivização do acontecimento da eleição presidencial americana de 2008 e 2012, bem como da espetacularização de seus efeitos – de singularidade, de alinhamento histórico, de singular – que apontam para a oscilação do regime de dizibilidade acerca de um personagem

profético cuja “boa nova” foi anunciada num projeto agora posto em suspenso, conforme se observa nas passagens:

ATF₂₁ – **Já não há romaria**, e, num fim de semana frio de outubro, poucos observam o lugar onde Obama viveu de 2005 (sua posse no Senado) a 2009 (a posse na Casa Branca) com a mulher, Michelle, e as filhas, Malia e Sasha. Passados quatro anos, a casa se misturou à paisagem local.

ATF₂₂ – Em certo grau, **o mesmo ocorreu com seu proprietário. Quatro anos após a histórica eleição** que fez dele o primeiro presidente negro dos EUA, sob a promessa de unificar o país, **Obama**, 51, parece dissolvendo no meio político e, portanto, **mais mortal**.

ATF₂₃ – **Do senador que encheu o país de esperança em 2008 pouco sobrou**. Seus simpatizantes são menos apaixonados, e o **próprio democrata abandonou o tom messiânico em favor do pragmatismo**. Os discursos ainda são afiados, mas pouco lembram a grandiosidade daquele da convenção democrata que o lançou ao Senado, em 2004. **“Sim, nós podemos” tornou-se só “Adiante”**.

Aqui a legitimidade de um plano de governo que se justificou num primeiro momento – pleito de 2008 – como necessidade histórica é trazida à tona pelo efeito da “desesperança”. Mas do que ilustrar o sentimento de descrédito na capacidade de bom pastor de Obama em liderar o rebanho rumo à salvação pela verdade e pela “lei”, a materialidade linguística nessas passagens

corroborar o efeito de que suas propostas estiveram alicerçadas em técnicas de governamentalidade e em estreito diálogo com as bases do pastorado cristão, assim como defendera Foucault em sua *Segurança, Território e População*.

O efeito de religiosidade em “Já não há romaria” que inscreve o lugar “onde Obama viveu de 2005 (sua posse no Senado) a 2009 (a posse na Casa Branca) com a mulher, Michelle, e as filhas, Malia e Sasha” na trilha de visitação, assim como os lugares sagrados ou marcos históricos símbolos de grandes realizações e feitos, trabalha, pela negativa, a transformação de um sujeito que não é mais o profeta enviado para salvar o mundo. “Passados quatro anos, a casa se misturou à paisagem local” já que agora “dissolvido no meio político e, portanto, mais mortal” Obama passa a ser discursivizado, apresentado às massas, como o sujeito igual, porque agora humano, e não mais o herói de capacidades superiores inatas. Sua imagem não é mais a de um Deus – aquele que se apresentara ao mundo em 2008 como o salvador, digno de veneração, de devoção no ritmo das peregrinações religiosas.

A escolha sintática por “romaria” ainda que pela negatividade de sua não mais existência quando se trata do lugar onde viveu Obama, adentra o olhar para o efeito de religiosidade e de peregrinação. É importante reforçar que “romaria” oportuniza resgatar, pela mobilidade de memórias, outras que constituem o imaginário social, a questão da devoção e do agradecimento pelo alcance de graças.

O termo remete à vida religiosa, sobretudo de vertente católica – e não outra (islâmica, hinduísta, budista etc.) em seu lugar – dizendo respeito à viagem ou visitação de um grupo de pessoas a lugares considerados santos, com o objetivo de pedir ou agradecer as benesses específicas que são um Deus – neste caso Obama em 2008 – pode, em troca, conceder aos seus fiéis – os eleitores americanos, as minorias, a comunidade internacional.

A evidência de um estratagema midiático em torno do trabalho de si realocando o sujeito Obama no cerne da visibilidade pública, mas sob os efeitos do sentir com os outros   ainda explorado no artigo pela apresenta o da imagem do próprio personagem ao abraçar um cidadão/eleitor comum. Tem-se, então, uma foto – e não uma caricatura, um desenho – que capta, na naturalidade do contato entre os corpos, a figura dos dois abraçados, com olhar para baixo numa posi o que denota efeitos de tristeza e de prejuízo recíproco.

A legenda da foto esclarece, ainda, que “Barack Obama abraça desabrigada pela passagem do furacão Sandy Brigantine, no Estado de Nova Jersey”. Trata-se, então, não de um mero cumprimento entre duas pessoas numa situa o de vida cotidiana, mas da demonstra o de sensibilidade daquele que ocupa a posi o de presidente dos Estados Unidos da América para com uma desabrigada, alguém afetado diretamente pela passagem do furacão.

O efeito de sensibilidade também pode ser lido a partir da constru o da própria foto uma vez que não sendo ela objeto de montagem, mas apenas de sele o, apresenta o presidente co-

mungando “pessoalmente” – isto é, após se deslocar de sua residência oficial em Washington – e no gesto de uma abraço, a dor e as perdas sofridas por aquela pessoa.

Figura 15: Obama Presidente



Fonte: www.nytimes.com

Obama, o homem comum sujeito às dores e sensível aos sentimentos mundanos, é apresentado então sob o prisma da totalização x individualização, uma vez que como líder, o bom pastor precisa se preocupar com todos (o rebanho) e com cada um (ovelha), em especial. A foto inscreve a evidência do sujeito na ordem do olhar, colocando-o em posição de exame, mas ao mesmo tempo em que o apresenta como um homem comum, também assinala sua superioridade: É ele que abraça e não o que é abra-

cado; é ele quem protege e não quem é protegido, é ele, na sua “divindade” que escuta o choro e súplicas do outro, do mundo, e não ao contrário.

Assim, na esteira do atravessamento do discurso religioso, pode-se observar que Obama é quem consola e não quem é consolado, ele se apresenta como o pastor que “abriga” a ovelha quando da impotência quanto ao que fazer. Ao ocupar a posição do líder supremo – o príncipe de todos – pela sensibilidade incomum do homem virtuoso, o sujeito é discursivizado como o Deus presente que acompanha todos e cada um.

Isso porque, num efeito de onipresença e onisciência – é possível afirmar, a partir do regime de discursividade na respectiva materialidade, que ele pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo – tanto em seu gabinete em Washington como nas ruas de Nova Jersey – se mostrando igualmente ciente das necessidades de todos – quer seja no cotidiano da vida comum “sentindo com os outros” a tragédia causada pelo furacão Sandy, quer seja em reuniões fechadas na Casa Branca, atendendo aos anseios diplomáticos, políticos, econômicos de empresários, de lideranças políticas etc.

A figura apresentada no artigo com o título “Obama Presidente”, em letras maiúsculas, é alvo de uma operação de cerceamento discursivo que aponta, ainda, para as bases do pastorado como prática política voltada para o problema da população. Um cerceamento do dizer sinalizando para a materialização de estratégias que incidem sobre a questão do controle.

Dessa forma, o sentir com os outros, no sentido de se partilhar e compreender a dor e o sofrimento alheios, põe, conforme já dito anteriormente, o líder político no escopo de um exame panóptico. Ele é, por um lado, posto à prova, levado a produzir em suas práticas cotidianas efeitos de compaixão, humanidade, purificação e salvação pela verdade. E, por outro, é a representação de um poder que se pretende benfazejo especialmente quando se trata da tarefa de conduzir vidas e dirigir consciências.

Constituindo-se como uns dos principais pilares de um poder sobre a vida – o biopoder – o pastorado encontra na veia cristã o espaço para produzir sujeitos, isto é, para produzir subjetividades. Isso porque, segundo os estudos foucaultianos, no seio das práticas de governmentação é sempre o sujeito o alvo central; a população, embora em diferentes vieses, sempre esteve inscrita como objeto primeiro do desejo de governar. Foucault (2008a, p. 164) traz então que “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades”.

Desse modo – e retomando-se a leitura das passagens acima, é importante trazer o efeito de polarização na armação discursiva da mídia que opõe “um tom messiânico” em função de um “pragmatismo” e isso, ainda, sob o crivo de uma possível “opção consciente” do sujeito Obama. Assim, na leitura dos possíveis efeitos de sentido mobilizados no trecho ATF_{2,3}, fora ele “o próprio de-

mocrata” quem “abandonou” o respectivo tom de profetizador empregado na campanha de 2008.

Portanto, tendo sobrado pouco do “senador que encheu o país de esperança”, não há mais espaço para investir na máscara sedutora de um herói fabricado na política, mas de se trabalhar a sedução da coletividade pelo que esse mesmo herói, paradoxalmente, tem de humano, de homem comum, sensível aos problemas de seu semelhante.

De tal polarização resulta a transição do enunciado da mudança para o de continuidade, assegurada na redefinição de promessas pelo apelo à questão do tempo. Por isso, o “Sim, nós podemos” do primeiro mandato dá lugar a um “Adiante” em 2012, no sentido de se propor um “projeto de um mandato longo para renascimento num tempo obcecado por expectativas de curto prazo”²⁶.

A questão do tempo é, portanto, crucial, para o efeito de religiosidade e para a materialização de uma prática alicerçada nos princípios do pastorado. O tempo como expoente na apresentação de Obama, como candidato a reeleição, é trabalhado de forma estratégica no esforço de se resgatar uma memória bíblica que, por sua vez, mexe com o imaginário da “terra prometida” no seio das dificuldades inerentes ao seu alcance, assim como se observa em:

¹Ora, o Senhor disse a Abrão: Sai-te da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. ²**E far-te-ei uma grande nação**, e abençoar-te-

26. Conforme se apresenta em ATNY2.

-ei e engrandecerei o teu nome; e tu serás uma bênção. (GÊNESIS 12: 1 – 3, negrito nosso).

¹A fé é o fundamento da esperança, é uma certeza a respeito do que não se vê. ²Foi ela que fez a glória dos nossos, antepassados. ³Pela fé reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus e que as coisas visíveis se originaram do invisível. [...]. ⁶Ora, sem fé é impossível agradar a Deus, pois para se chegar a ele é necessário que se creia primeiro que ele existe e que recompensa os que o procuram. [...]. ⁸Foi pela fé que Abraão, obedecendo ao apelo divino, partiu para uma terra que devia receber em herança. E partiu não sabendo para onde ia. ⁹Foi pela fé que ele habitou na terra prometida, como em terra estrangeira, habitando aí em tendas com Isaac e Jacó, co-herdeiros da mesma promessa. ¹⁰Porque tinha a esperança fixa na cidade assentada sobre os fundamentos (eternos), cujo arquiteto e construtor é Deus. [...]. ¹¹Dizendo isto, declaravam que buscavam uma pátria. (HEBREUS 11: 1–14, negrito nosso).

Com base nisso, o sonho da “terra prometida”, da “Canaã americana”, seria possível pela fé – na efetividade do voto – que asseguraria a continuidade de um projeto político democrata assentado na esperança de que “o melhor está por vir”²⁷. Essa, por sua vez, só poderia ser alcançada depois de uma longa jornada – de provações constantes e de persistência pela fé – que levaria

27. Assim como apresenta o artigo Barack Obama: ‘the best is yet to come’ publicado no jornal londrino The Guardian no dia seguinte a reeleição de Obama.

à salvação pela verdade das promessas de um “Todo-Poderoso”.

Entretanto, ao percorrer o efeito de religiosidade é necessário considerar que o líder que guiou o povo de Deus pelo deserto, após a saída do Egito, não entrou na terra prometida: ele apenas apontou e mostrou o caminho. Obama estaria inscrito nesse lugar discursivo de guia; ele se constitui como o “Moisés” que assume o comando do “povo de Deus”, mostrando os caminhos e as provações a que todos estavam sujeitos para serem “dignos” dessa terra de prosperidade, libertação e felicidade.

Esse é um dos efeitos que podem ser mobilizados quando da apresentação da própria chamada do artigo que defende ser necessário um “caminho ‘difícil’ para um ‘lugar melhor’” ou, ainda, na própria materialidade do dizer trazida sob o efeito de uma afirmação do presidente – “Ele acrescentou: ‘Mas saiba disso, América: Nossos problemas serão solucionados. Nossos desafios serão vencidos. O caminho que nós oferecemos pode ser difícil, mas ele leva a um lugar melhor. E eu estou pedindo para vocês escolherem o futuro’”.

A partir dessa afirmação, a operação discursiva da mídia convoca o sujeito a ocupar uma posição de pastor, isto é, daquele que professa a boa-nova ao rebanho defendendo ser necessário um momento de provações para se alcançar o tempo de bonança. Trata-se da recorrência, no discurso cristão, de uma ideia socrática, retomando a questão da salvação pelo efeito de certeza de um “tempo de abundância” que é vindouro e no qual o povo precisa acreditar.

Portanto, a promessa do “lugar melhor” – aquele da estabilidade financeira, do equilíbrio econômico e da harmonia das relações exteriores a que tanto aspirava o mundo – seria cumprida, alcançada pela “graça divina” – materializada na intercessão do líder maior – mas antes disso era necessário viver as provações de um tempo de caos e de dificuldades – a crise financeira, a recessão econômica. Esse jogo de dizibilidade é estrategicamente transcrito e acoplado ao corpo do artigo num jogo incisivo de retomada de memória e de atualização enunciativa – assim como percebido por Pêcheux (2008) – atrelando a historicização da “palavra sagrada” ao mundo da política.

É possível afirmar, então, que os enunciados midiáticos sendo trabalhados no escopo do acontecimento são preenchidos por operações táticas que põe em cena mecanismos de controle do discurso sob a égide de práticas de governo e de técnicas de biopolítica. Assim, é necessário observar as condições de possibilidade do dizer e do sentido no contexto de discursivização política e de espetacularização de imagem pública. Nesse cenário, a Obama é reservada uma posição de pastor – mas não de qualquer um – de líder político – mas não de qualquer nação – que se lança à apreciação das massas, atrelando suas propostas aos ideais de unificação, purificação e salvação.

Tudo acontece sob a justificação de uma democracia forte que se importa com a vida e com a administração das almas. A atenção à vida da população é, portanto, o que atravessa e constitui prática do pastorado, já que:

O poder do pastor é um poder que não se exerce sobre um território, é um poder que, por definição, se exerce sobre um rebanho, mais exatamente sobre o rebanho em seu deslocamento, no movimento que o faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento (FOUCAULT, 2008a, p. 168).

O efeito de religiosidade no discurso midiático aponta para a questão da direção das consciências por que inscreve o sujeito comum – simpatizantes ou indecisos – no espaço onde o olhar divino, isto é, a vigilância de um “Todo-Poderoso” é onipresente e onisciente. Assim, numa retomada da discursividade bíblica, nada lhe escapa, nada lhe é estranho, “nada há encoberto que não haja de ser descoberto; nem oculto, que não haja de ser sabido. Porquanto tudo o que em trevas dissestes, à luz será ouvido; e o que falastes ao ouvido no gabinete, sobre os telhados será apregoado”, sobretudo, quando do momento em que se tem “de prestar contas de seus feitos” (LUCAS 12:1-3).

Em sequência, o tecido linguístico nos artigos – na interdição do que pode ser dito, na segregação do que deve ser silenciado, na vontade de verdade que deve predominar – expõe um projeto de operacionalização de uma biopolítica ancorada em procedimentos de governamentalidade. Tais procedimentos se filiam a regimes de dizibilidades positivas que trazem a subjetividade de Obama a partir da questão da responsabilidade com o outro, isso porque, segundo Foucault (2008a, p. 222), “Se o chefe deixa seu rebanho se desgarrar ou se o magistrado não dirige bem a cidade,

ele perde a cidade, ou o pastor perde o rebanho, mas eles se perdem juntos. Eles se salvam com eles, eles se perdem com eles”. Tem-se então a imagem pública do democrata sendo fabricada a partir de um feixe de saber que o põe como “consciente de si e dos seus próprios erros”, conforme se observa nos seguintes trechos:

ATNY₂₁ – O Presidente **Obama aceitou a indicação** democrata para um segundo mandato na terça a noite, **apresentando um poderoso argumento** de que ele tinha resgatado a economia de um desastre [...].

ATNY₂₂ – **Descrevendo a si mesmo como “consciente de suas próprias falhas”**, Obama concebeu **as contínuas dificuldades do país enquanto defendendo suas conquistas e clamando por mais tempo para cumprir sua agenda**. Ele expôs um **projeto de um mandato longo** para renascimento num tempo obcecado por **expectativas de curto prazo**.

ATNY₂₃ – **“Eu não vou mentir** que o caminho que estou oferecendo é rápido ou fácil; eu nunca o faria” Disse Obama para um público de 20.000 líderes partidários e ativistas. “Vocês não me elegeram para dizer o que vocês queriam ouvir. **Vocês me elegeram para lhes falar a verdade**. E a verdade é que levará mais do que alguns poucos anos para nós vencermos desafios que se acumularam durante décadas”.

Em suma, a relação poder-saber funciona aqui no vínculo com os princípios legitimadores do pastorado, pois, a todo o instante, há a recorrência à questão da gestão das vidas com a justificati-

va da assunção da felicidade e com a promessa do lugar melhor. Trata-se de relações de poder porque, nesse espaço de discussão de propostas políticas e de acontecimentalização da história, são produzidos efeitos de verdade, de uma verdade que se pretende a única, além do trabalho de convocação do sujeito para ocupar posições na cena de visibilidade, seja de pastor, de rebanho ou de ovelha.

O poder pastoral funciona como um dispositivo que reforça imagens positivas do chefe ao mesmo tempo em que pressupõe a administração de uma visibilidade de si, e disso, nota-se sua importância para a fundamentação da atividade política contemporânea, sobretudo em tempos de comunicação de massa. Tudo se dá no e pelo discurso a partir do qual funcionam os efeitos de interdição e de segregação que determinam o que pode e deve ser enunciado, trazido à tona. Isso, não só na perspectiva do saber institucional – do jornalismo mediado – mas considerando as circunstâncias discursivas que perpassam o acontecimento.

Portanto, pela retomada dos princípios da transferência exaustiva e instantânea, da responsabilidade analítica, da inversão do sacrifício e o da correspondência alternada – e ainda considerando a materialidade linguística nos trechos de ATNY2 – é preciso mostrar que se é “consciente de suas próprias falhas”, que se aceita a indicação e a preferência do grupo por seu nome – “O Presidente Obama aceitou a indicação democrata para um segundo mandato”. É preciso dizer ainda o que de bom e de mal aconteceu ao rebanho durante o período que esse esteve sob a

tutela do pastor – “Obama concebeu as contínuas dificuldades do país enquanto defendendo suas conquistas e clamando por mais tempo para cumprir sua agenda”.

Em ATNY2, o efeito de avaliação que é trazido quando se apresenta e se destaca “a consciência” de Obama ao avaliar e reconhecer “suas falhas” incide diretamente sobre a questão da governamentalidade, já que a política de análise e avaliação denuncia o caráter programático do governo da população. Segundo Miller & Rose (1995), o governo dos outros está sempre associado à política de avaliação, isto é, mecanismos e estratégias que exigem repensar o alcance e a efetividade de programas de governo, decifrar simplificações, interpretar erros de cálculo, analisar erros de estratégias econômicas e, por fim projetar medidas de contenção e de reforma.

No texto *Governing Economic Life*, tais autores caracterizam essa com uma estratégia de governamentalidade de caráter programático. Isso porque ela funciona não apenas como necessária para a reorganização de metas de intervenção político-econômica que tendem, por sua vez, implementar medidas ou “reformular realidades”, mas especialmente porque mobilizam um “otimismo eterno”, uma máxima de que sempre há uma forma mais efetiva e melhor de se governar a população. O bem-estar da população seria assim um fator sempre passível de ser programável, transcrito em cálculos e interpretado em tabelas de indicadores sociais e, nesse sentido, o saber estatístico recebe um papel fundamental: a vida do rebanho passa a ser conduzida na esteira do que os números indicam.

Portanto, “a identificação da falha é um elemento central na governamentalidade” já que implica não apenas na análise e na aplicação de programas de promoção da vida – tais como: continuidade do crescimento econômico, produtividade, controle da inflação, aumento da oferta de emprego etc. – mas, principalmente no trabalho de um saber que põe a vida no cenário do previsível e do mensurável (MILLER & ROSE, 1995, p. 149).

Ainda no que tange aos trechos de ANTY2, é importante se fazer a leitura dos efeitos de sentido ligados à questão do tempo. Em tais passagens, a temporalidade é trazida como uma condição que justifica a continuidade de um mandato democrata na América e, ainda, no escopo da religiosidade, ao convocar efeitos de salvação.

Retomando a materialidade linguística é possível se observar que o tempo é trabalhado como indicador da prosperidade. Com a justificativa de que o caminho da salvação não é simples e nem fácil, as dificuldades do presente preludiam a prosperidade do futuro – “Ele expôs um projeto de um mandato longo para renascimento num tempo obcecado por expectativas de curto prazo”.

Pode-se problematizar, a partir dessa passagem, a questão do deslize do sentido, uma vez que ao se tentar produzir um efeito de inscrição humana daquele que outrora fora apresentado como o messias, tem-se o atravessamento do discurso religioso. Desse modo, “o caminho difícil para um lugar melhor” mobiliza a memória discursiva da “porta estreita que conduz ao paraíso”, criando um efeito de comunhão e de identificação com os pressupostos do cristianismo.

No mesmo trajeto, é possível se observar o jogo com a estratégia do sentir com os outros no trabalho de condução de consciências pelo exemplo – “Eu não vou mentir que o caminho que estou oferecendo é rápido ou fácil; eu nunca o faria”, disse Obama [...] ‘Vocês não me elegeram para dizer o que vocês queriam ouvir. Vocês me elegeram para lhes falar a verdade”.

Nesse percurso de leitura, se retoma a verdade como uma produção, isto é, a prodigiosa maquinaria que veicula e é atravessada por efeitos de poder e de saber. Ela seria, conforme Foucault (2005), a norma, o discurso verdadeiro que se pretende único porque se constitui no espaço de uma legitimidade, de uma autoridade. Trata-se de observar a efetividade dos jogos de imagem que asseguram ao sujeito discursivo uma subjetividade inscrita na ilusão de controle do dizer.

Tenta-se produzir a imagem política de Obama a partir de um novo regime de discursividade: menos homem da providência, ele é agora mais o representante fruto da escolha popular, isto é, aquele que tem de zelar pelo bem de todos porque tem a “virtude” necessária para estabelecer um governo de justiça, paz e felicidade.

A evidência do efeito de oscilação entre o messias divino e a desesperança global, entre o herói-salvador e o vendedor de sonhos é mobilizada pela voz da mídia que agencia o sentido e inscreve a imagem do sujeito democrata numa trama de reafirmações sutis, mas, principalmente, de tensão na credibilidade de suas ações e propostas. É o que pode ser trazido a partir dos seguintes trechos tanto de ATF2 – *Discurso de esperança de Obama vira*

pragmatismo após 4 anos, como de ATNY2 – Obama apresenta argumentos para um segundo mandato: caminho ‘difícil’ para um ‘lugar melhor’, com o trabalho que tentar adestrar o olhar do leitor, fazendo-o ver o deslocamento entre dos “discursos afiados” de antes e a, agora, “pouca lembrança da grandiosidade”, a oscilação entre “os suspiros” de 2008 e “os muxoxos” de 2012, entre o “Obama que conquistou o imaginário com sua história familiar” e o Obama “que pouco fala de sua trajetória pessoal”.

ATF2₄ – **Embora a história ainda faça dele um produto notável** da democracia americana, o instituto Gallup **o põe como o mais polarizador dos presidentes do Pós-Guerra** (ao lado de George W. Bush), **dado o vácuo que separa sua aprovação na base e na oposição.**

ATF2₅ – **Os discursos** ainda são afiados, mas **pouco lembram a grandiosidade daquele da convenção democrata** que o lançou ao Senado, em 2004 [...]. O que mudou foi o tom. **Dos suspiros passou-se aos muxoxos** ante a **descoberta de que os problemas eram maiores que a habilidade política** do presidente.

ATF2₆ – **O Obama que conquistou o imaginário com sua história familiar hoje pouco fala de sua trajetória pessoal [...].** A mãe [...] e o pai [...], **ambos mortos, raramente aparecem nos discursos.** Mesmo os quatro anos em que viveu na Indonésia na infância, com a mãe e o padrasto, ou a adolescência no Havaí, com os avós, merecem pouco espaço.

ATNY2₄ – **Quatro anos depois que fogos de artifício consagraram sua campanha “livro de histó-**

rias” para torná-lo o primeiro presidente negro, **Obama subiu ao palco na terça como um político que tinha descido à terra** e que estava em combate na luta de sua vida contra o candidato republicando, Mitt Romney.

ATNY₂₅ – O *mantra* da reforma tinha se tornado agora uma defesa rigorosa de seu atual mandato. **Os letreiros da “Mudança”** que mexeu com o público em 2008 **tinham sido substituídos por cartazes** dizendo **“Adiante”**. A palavra **“Promessa”**, que **ele usou 32 vezes no seu discurso de agradecimento em 2008, veio apenas 7 vezes na noite de terça-feira**.

Nessas passagens, a tensão entre os enunciados “Sim, nós podemos” de 2008 e o “Adiante” de 2012 é alcançada pelo efeito de superficialidade e do mesmo. Aquele que apelou para a questão da mudança teria se tornado símbolo de incapacidade, de fracasso de gestão. E tudo isso teria sido trazido pela “descoberta de que os problemas eram maiores que a habilidade política do presidente” – o mesmo presidente que explorava a campanha política não mais pelo apelo da transformação global ou pelo realinhamento histórico, mas sob o efeito de uma batalha particular: “Obama subiu ao palco na terça como um político que tinha descido à terra e que estava em combate na luta de sua vida contra o candidato republicando, Mitt Romney” (ATNY₂₄).

Por outro lado, a apresentação da reincidência no uso da palavra “Promessa” – “A palavra “Promessa”, que ele usou 32 vezes no seu discurso de agradecimento em 2008, veio apenas 7 vezes na noite de terça-feira” é mais um indício de um trabalho vol-

tado para a discursivização de uma imagem pública que, agora trincada, é inscrita num regime de negatividade, desconfiança e demérito: Obama seria, então, o típico candidato de promessas feitas e não cumpridas.

Tal efeito pode ainda ser observado quando da caracterização da campanha de 2008 como “campanha ‘livro de histórias”” e quando se menciona que já não há mais recorrência à história pessoal do presidente – tão imperativa e importante na campanha de 2008 – como representação de um líder de sucesso – “O Obama que conquistou o imaginário com sua história familiar hoje pouco fala de sua trajetória pessoal [...]. Mesmo os quatro anos em que viveu na Indonésia na infância [...] ou a adolescência no Havaí [...] merecem pouco espaço”.

Em adição, em ATNY₂, o efeito de comparação entre os “letrados da ‘mudança’, de 2008, e os “cartazes”, de 2012, indica um caminho de deslocamento que fora motivado pelo crescimento do descrédito, da desconfiança na figura do presidente. Assim, enquanto a recorrência aos letrados produz efeitos de grandiosidade, “os cartazes” são trazidos sob a égide de uma minimização, timidez e contenção. Tão oscilação pode ser problematizada, ainda, quando do efeito de ironia na polarização entre “fogos de artifício” e “descido à terra”, no trecho ATNY₂.

Em função dessa mediação de si sob o efeito de negatividade e do questionamento, o comitê democrata entra na ordem do dizer institucional e, apelando para os efeitos de identificação do grupo e mediante estratégias de justificação e comprovação, pu-

blica fotos pessoais da vida do presidente e documentos oficiais que são trazidos à visibilidade como indícios comprobatórios de seu pertencimento natural ao rebanho americano. O grande homem da providência que “desceu à terra” agora é posto à prova, reduzido ao critério mais humano da vida hodierna: a comprovação oficial de seu nascimento pela expedição de um instrumento institucional – sua certidão de nascimento, por exemplo.

Figura 16: Foto Isto É



VÍNCULO - A antropóloga Ann Dunham, nos anos 1960, com o filho Barack Obama, que foi criado nos Estados Unidos e na Indonésia

Fonte: <http://www.istoe.com.br/reportagens>

Figura 17: Obama *Birth Certificate*

STATE OF HAWAII		CERTIFICATE OF LIVE BIRTH		DEPARTMENT OF HEALTH	
		FILE NUMBER 151		61 10641	
1a. Child's First Name (Type or print)		1b. Middle Name		1c. Last Name	
BARACK		HUSSEIN		OBAMA, II	
2. Sex	3. This Birth	4. If Twin or Triplet, Was Child Born		5a. Month	5b. Day
Male	Single <input checked="" type="checkbox"/> Twin <input type="checkbox"/> Triplet <input type="checkbox"/>	1st <input type="checkbox"/> 2nd <input type="checkbox"/> 3rd <input type="checkbox"/>		August	4
				Year	1961
6a. Place of Birth: City, Town or Rural Location					6b. Island
Honolulu					Oahu
7a. Name of Hospital or Institution (If not in hospital or institution, give street address)				7b. Is Place of Birth Inside City or Town Limits?	
Kapiolani Maternity & Gynecological Hospital				If no, give Judicial District	
Yes <input checked="" type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/>					
7c. Usual Residence of Mother: City, Town or Rural Location		7d. Island		7e. County and State or Foreign Country	
Honolulu		Oahu		Honolulu, Hawaii	
7f. Street Address				7g. Is Residence Inside City or Town Limits?	
6085 Kalaniana'ole Highway				If no, give Judicial District	
Yes <input checked="" type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/>					
7h. Mother's Mailing Address				7i. Is Residence on a Farm or Plantation?	
				Yes <input type="checkbox"/> No <input checked="" type="checkbox"/>	
8. Full Name of Father		9. Race of Father		10. Kind of Business or Industry	
BARACK HUSSEIN OBAMA		African		University	
11a. Age of Father	11b. Birthplace (State, town or foreign country)	11c. Usual Occupation		11d. Date Last Worked	
25	Kenya, East Africa	Student			
12. Full Maiden Name of Mother		13. Race of Mother		14. Date Last Worked	
STANLEY ANN DUNHAM		Caucasian			
15. Age of Mother	16. Birthplace (State, town or foreign country)	17. Type of Occupation Outside Home During Pregnancy		18. Date Last Worked	
18	Wichita, Kansas	None			

RAÍZES – Para calar a oposição, que questiona sua naturalidade, o presidente divulgou certidão que comprova o nascimento no Havai

Fonte: <http://www.istoe.com.br/reportagens>

Dessa forma, desde o início, Obama teria sido cercado por dúvidas sobre sua própria nacionalidade o que, *a priori*, inviabilizaria sua eleição, dizendo respeito a “inconsistências sobre seu passado e suspeitas de ligações com a causa negra radical e com o Islã. Seu desprezo pelos valores americanos que jurou proteger – gaguejando – em seu juramento de posse em 20 de janeiro de 2009 é sintomático” (SIAS, 2012, p.1). A figura 16 apresenta Obama, ainda criança, nos braços de sua mãe – a antropóloga Ann Dunham – numa demonstração de uma infância comum. Com o título de “Vínculo”, a foto, e não um desenho, uma caricatura ou uma pintura, capta os dois sob o efeito da naturalidade do espaço

e do tempo, remontando ao arquivo particular de uma família – nos momentos de lazer, felicidade e descontração – como qualquer outra, americana.

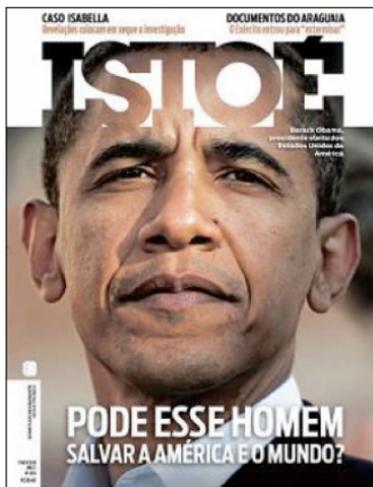
A Figura 17, por sua vez, tendo como título “Raíces”, diz respeito à certidão de nascimento do presidente americano que traz em destaque amarelo seu nome completo além da indicação do lugar – cidade e estado – de nascimento. A legenda que segue a figura esclarece os motivos eleitoreiros de sua publicação – “Para calar a oposição, que questiona sua naturalidade, o presidente divulgou certidão que comprova o nascimento no Havaí”, o que evidencia os efeitos negativos à campanha democrata da polêmica acusação de que o presidente não seria sequer americano – e por isso não poder disputar o pleito eleitoral e nem, obviamente, ocupar o cargo na Casa Branca.

No plano da produção do sentido, é possível mencionar que a opção midiática pela palavra “Raíces” produz efeitos de uma de filiação “natural” do pastor ao rebanho num viés de controle discursivo que evidencia a posição do sujeito como aquele que pertence, na intimidade de um “vínculo de sangue”, ao grupo que pretende guiar. Nesse trajeto de leitura a individualidade – o líder – representa a totalização – o conjunto das unidades – porque é, ao mesmo tempo, uma parte dela. Além disso, essa verdade institucionalizada que certifica sua nacionalidade produz o efeito de uma constituição de si, assegurando ao próprio sujeito um espaço de reivindicação de um lugar de filiação histórico-cultural que marca, de modo evidente e inquestionável, a ligação do pastor ao rebanho.

Nessa relação, ao certificar suas raízes de “um americano genuíno”, o sujeito ocupa uma posição de reafirmação de sua capacidade de liderança, já que, como parte do todo, ele herdaria os valores historicizados, e mobilizados pela própria mídia, como típicos daquele grupo, sendo eles: a luta pela transformação da ordem social, a crença na mudança e o pioneirismo na condução dos negócios internacionais.

Nesse trabalho com o sentido, o dizer atualizado apela para uma memória discursiva que lhe é, ao mesmo tempo, constitutiva e referência, totalidade e vizinhança. É a regularidade o princípio que põe em relação – de força e de tensão, de diálogo e de luta – os dizeres de ontem e os de agora, conforme se observa a partir das seguintes capas de revista:

Figura 18: Revista Isto É 12/11/2008



Fonte: <http://www.istoe.com.br/capa>

Figura 19: Revista Veja 14/11/2012



Fonte: veja.abril.com.br/acervodigital

Inicialmente, deve-se considerar que tais materialidades embora evidenciem uma regularidade do dizer acerca do acontecimento, não representam um mesmo lugar discursivo, pois se fundamentam em formações discursivas diferentes. Tratando do acontecimento em temporalidades também diferentes, as respectivas capas retomam o momento da escolha pelo candidato democrata em 2008 e sua reeleição em 2012, sendo que em ambas o que se mobiliza discursivamente é o desfecho do processo eleitoral, e não mais as dizibilidades de campanha, aquelas ligadas à política de adesão cujo objetivo é a obtenção do voto.

Importa trazer aqui que as revistas *Veja* e *Isto É* se inscrevem em diferentes lugares sociais e, portanto, discursivizam o acontecimento a partir de condições históricas e políticas determinadas, mas garantem, no mesmo trajeto do sentido, efeitos de visibilidade ao sujeito discursivo, subjetivando-o no espaço de dúvidas e desafios a serem vencidos. Esse efeito pode ser mobilizado na capa da revista *Isto É* pela indagação “Pode esse homem salvar a América e o mundo?”.

Ao mesmo tempo em que o sujeito discursivo é apresentado pela possibilidade de salvar não só a América, mas também o mundo, ele é submetido a um roteiro de dúvida: pela escolha sintática da palavra “pode”, a imagem de Obama é ligada tanto à capacidade desse homem da providência, quanto ao espaço da promessa política, a qual é a “mentira contada” com o fim de vencer o eleitor e angariar o voto.

Na Figura 18, o título da revista é estrategicamente posicionado sobre a cabeça de Obama numa fusão gráfica na qual o espaço das letras é preenchido com o plano da cabeça do candidato. Assim, a expressão “Isto É” estaria em posição de resumo – de tudo o que até então havia sido apresentado acerca do personagem político – ligando ao desfecho de um esclarecimento ou a um direcionamento, com a pergunta, em outros termos, “Isto é: ele pode ou não pode salvar o mundo e a América?”. As letras da palavra “Isto É”, são vazadas e unidas à cabeça de Obama numa espécie de fusão que pode denotar efeitos de uma neutralidade, de imparcialidade e, ainda, de uma revelação pelo trabalho midiático: “Isto é Obama.

A partir dessa regularidade discursiva, é também possível perceber na figura 19 que não se trata mais do “grande homem da providência” que agruparia em si todo o poder necessário para reorganizar a vida internacional no que tange à economia, aos acordos de paz, às decisões de políticas externas, ao consumo e ao equilíbrio financeiro. Embora ainda no mesmo trajeto da fotogenia eleitoral – que exhibe apenas parte do busto do presidente, num sorriso fechado e com sua mão erguida como se na saudação ao público pelo desfecho da vitória – a regularidade do sentido inscreve o sujeito no espaço de visibilidade e evidência midiática, mas como um personagem político comum que, pelo cargo que aspira ocupar, será responsável por decisões que importam a todos.

Dessa forma, o cerceamento discursivo que se efetiva nas respectivas materialidades traz que não se trata mais da discursi-

vização de uma subjetividade no escopo do “mito ou realidade”, mas do apelo à democracia como força motora das mudanças esperadas. O lugar ocupado pelo “herói poderoso” é agora reservado à democracia, pois sendo ela o que permitiu a reeleição do presidente, é a força que engendrará, a partir de então, as transformações globais. Nesse espaço, o sujeito discursivo não ocupa mais o lugar de uma “divindade”, daquele que seria o único capaz de reorganizar a vida global. Ele é subjetivado como um produto da democracia e não como o promotor dela.

Por outro lado, na Figura 19, a palavra “Obama”, em branco e em letras maiúsculas e de contornos largos, contrasta com o amarelo da respectiva afirmação como num jogo de referência à questão da paz – que atravessou o seu primeiro mandato com o reconhecimento e premiação do Nobel – e ao alerta que entoa as dificuldades e obstáculos a serem vencidos “adiante”, conforme expresso no slogan *Forward* da campanha em 2012 – a questão do monitoramento pela NSA, a luta contra o terrorismo, a instabilidade econômica, a geração de empregos, a consolidação do programa federal de seguro da saúde, dentre outras.

Nesse jogo sincrético entre imagem e verbo é produzido um efeito de balizamento entre as realizações já consolidadas e o alerta pelos desafios que se apresentam à sequência do mandato democrata. A mídia opera nesse entremeio como a luz que “nos vem de fora a formar as imagens na retina” (GOMES, 2003, p. 76) e, estrategicamente inserida na ordem do poder e do saber,

se ancora numa postura disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível.

Diante disso, pode-se afirmar que, na contemporaneidade, a visibilidade torna-se objeto de desejo e, uma vez inscrita na ordem do discurso, ela incide num cuidadoso trabalho de fabricação de sujeitos, produzindo efeitos de controle e de espetacularização. Nas palavras de Gomes (2003, p. 77):

É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valores, como *vigilantes*. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem a todo momento os conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluíram. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar, enquanto mostra ela controla pelo próprio mostrar. (Itálico do autor).

Ainda no que diz respeito ao deslocamento de imagem política, é nas Figuras 20 e 21 que o efeito de oscilação recebe um tratamento mais direto. Na seguinte capa da Veja, a subjetividade de Obama está cerceada pela negatividade da desesperança e pela falha de seu plano de governo. Ao sujeito democrata é agora assegurada uma posição não de mártir, mas de martírio, não mais do profeta da mudança e sim do político rendido à autoafirmação de fracasso.

Figura 20: Revista Veja 3/11/2012



Fonte: veja.abril.com.br/acervodigital

Figura 21: Imagem de São Sebastião



Fonte: www.diocesesojoao.org.br

Na Figura 20, Obama ocupa todo o espaço da capa com seu corpo à mostra – e não mais só apenas o busto, a cabeça ou o rosto – de mãos atadas para trás, olhando para cima e numa posição de condenação, crucificação, esclarecida, por sua vez, pela afirmação: “A vacilação do presidente Obama e de seus adversários na atual crise econômica faz um mal aos Estados Unidos que nem seus inimigos externos foram capazes de causar”. Considerando a materialidade discursiva e ainda os lugares de memória que resgatam os dizeres numa atualidade do discurso, é possível mencionar a estratégia de se elevar o prejuízo americano, pela escolha do democrata em 2008, a níveis catastróficos.

Isso porque ao afirmar a causalidade de “um mal” que nem os “inimigos externos foram capazes de causar”, essa produção discursiva, na inscrição dos “inimigos externos”, retoma os ataques do 11 de setembro de 2011 e ação de Osama bin Laden, a tensão e as guerras no Oriente Médio com destaque para o Irã, o Afeganistão e o Iraque, os entraves na política externa, a polarização com a Rússia e mais atualmente a crise no sistema de segurança nacional pelo vazamento de informações sobre o trabalho da NSA.

O funcionamento discursivo que apresenta “o martírio americano” no índice imagético da historicizada imagem de São Sebastião²⁸ denuncia o fervor de uma vontade de verdade que se tenta crível e ligada à ilusão de controle do dizer. A empreitada de controle do sentido é, portanto, falha, equívoca porque o sentido está sempre em escapatória, deslizando e produzindo efeitos. Ele, o sentido, é sempre possível de ser outro, mas nunca qualquer um, a leitura pode seguir diferentes trajetos e produzir diferentes efeitos de sentido, mas nunca na linearidade de uma única interpretação.

Desse modo, na Figura 20, a relação entre a produção imagética e a materialidade linguística acentua o deslize dos efeitos de sentido em torno da subjetividade de Obama. Na capa, o presidente é, ao mesmo tempo, mártir e martírio. Por um lado, na

28. São Sebastião (256-288) nasceu na França, mas viveu na Itália. Sua história está ligada à defesa dos necessitados e à convenção de soldados para o cristianismo. Sob o crivo da perseverança na fé e da preocupação com o outro, São Sebastião é historicizado pela igreja como um exemplo de coragem ante os obstáculos da vida e fidelidade mesmo diante das contrariedades e perseguições. Cf. *Catacombe di San Sebastiano*. Disponível em: <www.catacombe.org/sansebastiano.html>.

imagem disposta do corpo flechado, Obama ocupa, pela historicidade do dizer e pela atualidade de uma memória, a posição daquele que serviu de exemplo, sendo penalizado com a própria vida por lutar e defender os ideais de um grupo. Por outro, ao se observarem os dizeres que trazem a afirmação de sua vacilação enquanto presidente e o mal que causou aos americanos com o seu mandato, a posição sujeito que lhe é reservada desliza para a de martírio, assegurando a sua imagem política o lugar de fracasso, de perda e de ineficiência administrativa.

A partir desses efeitos de sentido, pode-se afirmar que o mesmo São Sebastião que se constitui como martírio por ser à representação pessoal do fracasso, dos erros e da incapacidade de gestão é o mesmo que é mártir, que lutou e defendeu os ideais de fraternidade, caridade e cuidado com o próximo, sacrificando a própria vida para servir ao outro pelo exemplo.

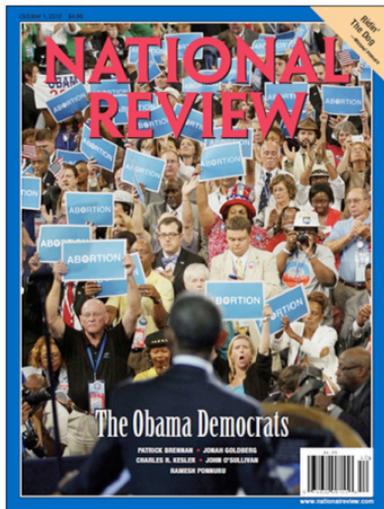
Percorrendo o trajeto de memória na disposição da Figura 20, pode-se observar que a imagem de Obama é inscrita num jogo discursivo que estrategicamente retoma os conceitos de fé e política, associando-os a questão da gestão pública e ao cuidado com a vida da população. Isso porque:

O que nos chama a atenção na história de São Sebastião é o zelo pelo testemunho concreto da caridade cristã. Ele fazia tudo para ajudar os irmãos na fé, procurando revelar o Deus verdadeiro aos soldados e aos prisioneiros. Seu martírio está intimamente ligado à defesa do bem comum, a defesa de uma justiça social. A vida do jovem mártir não

está pautada na segregação e sectarismo, mas sim, na igualdade e na fraternidade. Sebastião olha para o exemplo de Cristo e vê Nele, um projeto de vida que tem uma referência transcendente, mas também emanante. No martírio de São Sebastião, vemos claramente a fé e a política caminhar lado a lado (WALMYR JÚNIOR, 2013, p.1).

Perseguindo o regime de verdade que atravessa a produção das dizibilidades que subjetivam Obama no momento de sua reeleição, é possível se problematizar, ainda, a seguinte capa da revista *National Review* que veio à tona durante o período eleitoral de 2012, causando um acirrado fervor de discussões e comentários de especialistas em virtude do trabalho de edição e montagem que lhe foi atribuído:

Figura 22: *National Review* 1/10/2012



Fonte: www.nationalreview.com

Figura 23: *National Review*
Foto Original



Fonte: www.nationalreview.com

Na capa que pressupõe Revisão Nacional – onde *National Review* está em vermelho e em letras maiúsculas – o democrata é visualizado de costas como se estivesse de frente para um grupo de eleitores, inclusive vestidos nas cores do próprio partido democrata, os quais clamam pela interrupção de sua possível continuidade. Assim como escrito nos cartazes que se apresentam em quase todo o espaço da materialidade, a figura do presidente é trazida à cena enfrentando os gritos de “Abortar”.

A capa da revista *National Review* teria sido publicada, mas a partir da edição dos cartazes que apresentavam o letreiro “Adiante” que passaram a conter a expressão “Abortar”, numa estratégia de representar o então cenário de instabilidade política e de desapontamento que Obama enfrentara na corrida por sua reeleição. O efeito de que haveria uma manifestação da sociedade americana clamando pela não continuidade de Obama na Casa Branca dialoga então com aquele em que o sujeito tinha se tornado um martírio para todos.

Nesse sentido, o grito pela continuidade na exposição dos cartazes “Adiante”, numa espécie de “Revisão Nacional”, é inscrito num trajeto de negatividade e direcionado à interrupção pela edição da foto original. O regime de dizibilidade que atravessa a produção dessas materialidades funciona no bojo de estratégias discursivas inclinadas para o trabalho de adestramento do olhar. A espetacularização da imagem de Obama é operada, portanto, no espaço de uma regularidade enunciativa que procura circunscrever sua subjetividade em determinados trajetos de sentido – aque-

les que operam com os efeitos da oscilação não só de sua imagem, mas também das posições discursivas que lhe foram reservadas.

Assim, é considerando o trajeto indiciário oportunizado pelas imagens que se torna possível mobilizar o diálogo que tais materialidades estabelecem com o imaginário social, num jogo incessante de silenciamentos e evidência, de apagamentos e visibilidade. Isto porque, segundo Courtine (2011, p. 161) analisar imagens “consiste assim em identificar seus indícios, porque as representações perdem seu sentido fora dessa genealogia dos traços que as atravessam e as constituem”. É essa articulação que permite ao leitor do discurso observar as séries, os regimes, as cadeias e os programas de sentido instaurados pelas imagens-enunciados.

O tecido verbal torna-se incisivo na leitura das imagens-enunciado. Tudo funciona numa articulação cuidadosa entre o dizível e o visível a partir da qual se devem considerar os efeitos que as imagens produzem no cerne de sua fabricação e circulação na mídia: é preciso “questionar sua multiplicação *ad infinitum* para compreender o efeito de evidência e transparência por elas produzidos, para questionar essa sua apresentação já naturalizada como uma visibilidade sem avesso, como se fossem imagens sem olhar” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 168). A incidência do olhar para a regularidade de sentido nessas imagens-enunciado convoca o leitor não apenas a assumir posições na dispersão do discurso, mas o inscreve em determinados trajetos de leitura, nesse caso, filiados ao espetáculo de saber na ordem do olhar e do enunciável.

Em suma, é a partir de tais trajetos que a imagem do então presidente americano é discursivizada e, portanto, trabalhada pela mídia no cerne da questão ética. Tem-se aqui, a efetividade de modos e processos de subjetivação que obrigam o sujeito a voltar-se sobre si mesmo numa espécie de assepsia do dizer, do visível e do enunciável. Com efeito, é preciso considerar e questionar o efeito de naturalidade e transparência com que essa tríade é operada em tempos de midiatização e virtualidade das coisas. O equívoco e as falhas exigem um olhar astuto e sensível à superficialidade do real: um “olhar atento, tenso, à espreita, vigiando as imagens não visíveis, porém possíveis, porque já historicamente realizadas”, um olhar atento à tirania das imagens do invisível (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 181).

Muito Oba-Oba: o barulho de imagens trincadas

Como a questão do biopoder não está dissociada de biopolítica e, sobretudo, de biopotência, é válido mencionar que o pleito eleitoral americano de 2012 manteve a economia como expoente máximo das discussões. Isso não mais no trajeto da crise financeira mundial e sim no escopo da geração de empregos, na captação de investimentos externos e, principalmente, na questão da liderança política para a retomada do crescimento econômico. Tais pontos acenderam a discussão em torno da necessidade de reorganização do padrão de vida americano no que tange à distribuição de renda e ao plano de seguridade da saúde.

Assim, o acontecimento político se inscreveu no espaço de vontades de verdade ligadas à dúvida quanto à continuidade ou não de uma liderança democrata nos Estados Unidos. Em função disso, a operacionalização midiática pôs em cena um feixe de estratégias discursivas que, por um lado, convocou o abandono da questão da mudança pela incidência da fé e da esperança, e por outro, discursivizou a reeleição como o momento do futuro. Passa a predominar, então no espaço de discussão de propostas eleitorais e de programas de governo dos respectivos candidatos a referência aos mecanismos de governamentalidade e às ações de uma biopolítica, o que evidencia os efeitos de preocupação com a população, isto é, a questão da gestão da vida da coletividade.

Nesse sentido, os artigos mobilizam dizeres que tangem para a questão do fazer viver e deixar morrer, pois ao mesmo tempo em que perseguem a discussão acerca das propostas para a manutenção da vida – com os planos dos candidatos para a segurança social, a atenção à saúde, a geração de empregos e a melhoria das condições sociais e econômicas, o incentivo ao consumo – também evidenciam o efeito de controle, de triagem, de balizamento, de obediência a uma ordem, com efeitos que oscilam do pertencimento ao grupo ao desligamento dele, como resposta a uma resistência.

Nos artigos, tais efeitos podem ser observados, inicialmente, em ATF1 – já nas primeiras perguntas da Folha a Henry Louis Gates Jr, cujas respostas resgatam, na analogia entre Obama e Lincoln, a referência a Declaração de Emancipação dos Escravos,

a Guerra de Secessão e a concessão do direito ao voto – isto é, a permissão para participar da vida política do país – aos “200 mil guerreiros negros”:

ATF₁₂ – Mas ele precisava das tropas e incluiu uma cláusula na Declaração que permitia que os negros combatessem na guerra. Já haviam combatido na Revolução Americana [...]. Lincoln os incluiu na Guerra Civil e depois disso sempre se referia a eles como “meus 200 mil guerreiros negros”.

ATF₁₃ – Ele disse que queria dar aos seus 200 mil guerreiros negros o direito ao voto, e ele se referiu a ele como “negros muito inteligentes”.

ATF₁₄ – **Quando fez campanha para dar o direito ao voto aos 200 mil que lutaram na Guerra, existiam mais de dois milhões de negros no país, e a esses, ele não deu o voto.** E qualquer homem branco podia votar nessa época, não precisava ser inteligente nem soldado nem coisa nenhuma.

Importante ressaltar que tal concessão ficou restrita apenas ao grupo de negros que lutaram na guerra, isto é, apenas os 200 mil negros “inteligentes”, como assim foram intitulados por Lincoln por demonstrarem aptidão em manusear armas, executar as estratégias de guerra, ao combater. Uma vez mobilizada, essa memória do governo de Lincoln não só focaliza a questão da raça na eleição de Obama, mas, sobretudo, evidencia a política de controle da vida, quer seja pelo “consentimento” do governo em

deixar morrer, quer seja pelas técnicas que imputam a decisão de fazer viver.

Do mesmo modo, a questão da preocupação com a vida da população pode ser observada em ATF2, no decorrer das afirmações sobre a defasagem do capital político de Obama, acentuando, de um lado, as estratégias políticas, isto é, os mecanismos de governamentalidade que em seu mandato foram adotados para a promoção da vida – o fazer viver – e, de outro, aqueles que se voltaram para o controle ou a cessação dela.

ATF2₇ – O retrato composto é de um sujeito conciliador, ensimesmado, calmo, seguro e às vezes até frio, mas cativante. **A capacidade de unir lados opostos**, contudo, não sobreviveu a um ambiente político radicalizado pela crise.

ATF2₈ – Críticos colocam parte da culpa em **Obama, que gastou seu capital político ao priorizar a reforma do sistema de saúde** quando tinha maioria nas duas Casas do Congresso.

ATF2₉ – **Além da reforma da saúde, resgatou a indústria automotiva americana da falência; promulgou uma lei que garante equiparação salarial às mulheres; devolveu à agência ambiental americana seu poder regulador** e reabriu o diálogo do país com o mundo.

ATF2₁₀ – **Encerrou a impopular Guerra do Iraque e colocou a Guerra do Afeganistão na fase final.**

É possível observar nessas passagens a evidência, segundo uma estratégia de apresentação e de listagem, da vida como preocupação de um governo, como objeto de um mandato político. Nesses trechos, a materialidade verbal incide sobre o trabalho da gestão democrata em promover as condições necessárias para não deixar morrer, isto é, para se fazer viver todo um rebanho que constitui e institui a subjetividade – em seus efeitos de benevolência e messianismo – de um líder virtuoso.

A Obama, se reserva uma posição-sujeito ligada ao conceito de união, uma vez que ele possui(u) a capacidade de unir lados opostos num cenário social cada vez mais inclinado a divisão²⁹. Aqui se pode trazer não só a questão racial, mas também a relação de classes, a disparidade entre os interesses de democratas e republicanos, empresários, progressistas e conservadores.

Além disso, a discursividade inscrita nos trechos evidencia a questão da preocupação com a vida, recolocando-a para além dos limites de uma escala social, pois mobiliza não somente os efeitos de manutenção, mas, sobretudo, de proteção, revigoração e sustentabilidade, conforme se observa nas passagens acima, pela prioridade ao sistema de saúde – em detrimento de outro setor, pela equiparação dos salários das mulheres, pela reestruturação da agência ambiental e pela sinalização de fim dos combates no Oriente Médio. Trata-se da intervenção de uma biopolítica que

29. Cf. *Era uma vez na América: política e cultura nos Estados Unidos*. Disponível em: <www.eraumaveznaamerica.blogspot>.

faz com que a atenção do governo seja preenchida pelas coisas, pelos processos da vida cotidiana.

Importa, portanto, promover a vida e, nesse contexto, torna-se questão central, especialmente na campanha presidencial de 2012, a discussão sobre armas, alterações climáticas, direitos de minorias, lei de imigração e defesa dos programas sociais. Estratégias de biopolítica que se atrelam à vida, alocando suas questões na ordem de um saber e de um poder que se voltam para o governo dos outros.

Trata-se de formas e mecanismos de exercício de poder sobre a vida que constitui a governamentalidade. Isso porque, segundo Foucault (2009), tem-se nesse cenário a convergência, para gestão e o governo dos outros, de cálculos, análises, reflexões, instituições, procedimentos que abrigam a população no cerne da questão política, perpassando-a e inscrevendo-a em tramas de saber e de poder. Tal cenário exige uma nova disposição de governo, haja vista que este:

[...] não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2007b, p. 293).

Nesse espaço, assim como se observa tanto nos artigos da Folha de São Paulo como naqueles do *The New York Times*, a materialidade discursiva vai recorrer aos efeitos de preocupação com a vida do outro, mas na óptica do controle. As estratégias para a promoção da vida são, ao mesmo tempo, instrumentos e táticas de governo que incidem sobre a questão do adestramento, da disciplina, da obediência a uma determinada ordem de poder.

É possível mencionar que as marcas discursivas nos referidos artigos apresentam discursos eleitorais que se portam sob a questão das condições de vida na América, mas sob o crivo de que a escolha do próximo presidente “fará viver” – se adotar políticas compatíveis, se fizer funcionar mecanismos institucionais de amparo à saúde, por um lado – ou “deixará morrer” – se não zelar pela vida alheia com um programa de governo objetivo e em estreito diálogo com as necessidades mais urgentes da população, por outro.

Entretanto, é importante considerar a proposta foucaultiana de que a leitura dos discursos exige perseguir o trajeto dos enunciados, observar todos os interstícios que os separam, medindo as distâncias que reinam entre eles, mas, ao mesmo tempo, apreendê-los em suas relações e na estreiteza e singularidade de seu acontecimento. Diante disso, pela retomada de uma memória e pela discursividade que perpassa as materialidades em análise, é possível observar as marcas de uma vontade de verdade que incide sobre a questão do poder de matar, isto é, de decidir sobre a vida e a morte.

Tais efeitos de sentido podem ser mobilizados – tanto em ATF2 como em ATNY2 – quando se apresenta que Barack Obama esteve na posição de decidir sobre a manutenção dos conflitos militares no Oriente Médio, sobre a morte de Osama bin Laden e, ainda, sobre o envio de tropas e a disposição de um novo plano de guerra para combater os rebeldes do estado islâmico na Síria, conforme se observa nos seguintes trechos:

ATF2₁₁ – Mas **expandiu o uso dos aviões não tripulados que despejam bombas na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, com um índice de mortes civis crescente**; não fechou a prisão de Guantánamo; não conseguiu avançar nas negociações para garantir que o Irã não produza uma bomba nuclear; **e não promoveu a reforma imigratória.**

ATNY1₁₅ – “Nossa demanda é não ter baixas civis no Afeganistão. **A luta contra o terrorismo não pode ser vencida com o bombardeio de nossas aldeias**”, disse o presidente Hamid Karzai, se referindo à série de ataques aéreos que têm causado mortes civis.

ATNY2₆ – Apresentando Obama na noite de terça-feira, estava o vice presidente Joseph R. Biden Jr., **que ofereceu um testemunho da liderança do presidente em todas as questões que vão da economia à operação que matou Osama bin Laden.** “Bravura vive no coração de Obama”, disse ele. “**Esse homem tem coragem na alma, compaixão no coração e aço na coluna**”.

ATNY2₇ – “**Perguntem a Osama bin Laden se ele está melhor agora do que a quatro anos atrás**”, disse o

senador de Massachussets John Kerry, voltando-se para uma das linhas de crítica dos republicanos ao **presidente num argumento para sua reeleição**.

ATNY₂₈ – O presidente apareceu para entoar **mais emoção no final de seu discurso quando ele falou dos veteranos feridos que de alguma forma tentavam andar, correr ou guiar uma bicicleta usando próteses de pernas**. Ele disse que não sabia se eles votariam nele, mas acrescentou que **eles, mais do que ninguém, deram a ele a esperança de que as dificuldades podem ser superadas**.

Nota-se, a partir de tais passagens, os efeitos de centralidade da decisão sobre a vida e a morte, o que conseqüentemente produz um deslocamento da imagem de Obama como líder virtuoso que faz viver. Assim, aquele mesmo líder que, cumprindo promessa de campanha política de melhorar as condições de vida do cidadão americano, priorizou a reforma do sistema de saúde – gastando e pondo à prova, para tanto, todo seu capital político – é o mesmo que opta pelo não fechamento de prisões, que elabora planos de guerra e ordena atividades militares voltadas a execução de pessoas como, por exemplo, o bombardeio de aldeias no Oriente Médio, a morte de Osama bin Laden. E ainda é o mesmo que incita a produção e o “uso dos aviões não tripulados que despejam bombas na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, com um índice de mortes civis crescente”.

Desse modo, a produção discursiva em torno da imagem de Obama produz efeitos de uma subjetividade deslocada entre

regimes ao mesmo tempo de positividade e de negatividade: os argumentos mais fortes para sua reeleição oscilam entre estratégias de fazer viver – reestruturação do sistema de saúde, equiparação de salários, ampliação da assistência social – e de deixar morrer/fazer morrer – “Perguntem a Osama bin Laden se ele está melhor agora do que a quatro anos atrás”, disse o senador [...] num argumento para sua reeleição.”.

Nesse entremeio, o sujeito discursivo tem sua imagem atrelada a uma estratégia de biopolítica cujos mecanismos estão ligados a um princípio de intervenção: é preciso intervir pela vida e pela morte sobre a justificação de se promover a ordem interna e a proteção do rebanho, assim como nas materialidades abaixo:

Figura 24: Manchete TWSJ

THE WALL STREET JOURNAL
 DOW JONES THURSDAY, SEPTEMBER 11, 2011 • VOL. CXXIX, NO. 41 W.S.J. \$4.00

Obama Vows to 'Destroy' Militants
 U.S. to Expand Strikes into Syria, Arm Rebels and Build Coalition in Quest to Roll Back Islamic State

What's New

Remembering 9/11, as the World's Focus Turns to a New Threat

President Gambles Delay Was Worth It

Fonte: <http://online.wsj.com>

Figura 25: Manchete TWP

The Washington Post
 WASHINGTON, SEPTEMBER 11, 2011

Obama outlines Islamic State fight
 "America will lead a broad coalition to roll back this terrorist threat. Our objective is clear: We will degrade, and ultimately destroy, ISIL."

The next gay rights frontier: The South

N. Korea sells itself as vacation destination

President who set out to end wars tries to justify a new one

Fonte: www.washingtonpost.com

A posição-sujeito discursivamente reservada a Obama, pela historicidade que acompanha a postura de liderança, atitudes e políticas americanas em seus efeitos de protecionismo, exige não apenas a afirmação de uma ação ou plano de intervenção, mas, sobretudo, o detalhamento das técnicas e estratégias a serem executadas. Assim, não basta dispor as forças para se combater aquilo que se apresenta danoso ao grupo – conforme se declara na manchete “Obama promete destruir militantes” no *The Wall Street Journal* – é preciso tornar público, e em detalhes, o conjunto de táticas que serão utilizadas para o aniquilamento da resistência, conforme se evidencia em “Obama esboça a operação de combate ao Estado Islâmico”, na manchete de *The Washington Post*.

No bojo dessas relações, tem-se, portanto, a efetividade de um poder que se apresenta como benfazejo, uma vez que:

O poder vai se caracterizar, tanto quanto por seu bem fazer, por sua onipresença, pela riqueza e por todo o fulgor dos símbolos de que se cerca. O poder vai se definir por sua capacidade de triunfar sobre os inimigos, de derrotá-los, de reduzi-los à escravidão. O poder se definirá também pela possibilidade de conquistar e por todo o conjunto dos territórios, riquezas, etc. que terá acumulado. O bem-fazer é apenas uma das características em todo esse feixe pelo qual o poder é definido. (FOUCAULT, 2008a, p. 169).

Importante observar ainda que em ambas as materialidades, as manchetes mobilizam efeitos de um trabalho de fazer/deixar morrer, isto é, de cessação da vida e são trazidas no mesmo es-

paço em que são feitas afirmações que evidenciam os efeitos de contradição na proposta de governo democrata, pondo em destaque a oscilação de uma subjetividade e conseqüentemente de uma imagem política.

Na Figura 24, por exemplo, a manchete, disposta em letras grandes e em realce de negrito, estabelece uma relação de contrariedade com a afirmação, situada mais abaixo e também em destaque em relação ao corpo do texto, que retoma a homenagem às vítimas do atentado de 11 de setembro de 2001 e a preparação para um novo conflito militar, com os dizeres: “Recordando o 11 de setembro, enquanto o foco do mundo se volta para uma nova ameaça”.

Do mesmo modo, na Figura 25, a apresentação da operação contra os militantes islâmicos é mobilizada no mesmo espaço do dizer que evidencia as propostas de encerramento dos conflitos armados, quando se afirma que “O presidente que tentou acabar com as guerras tenta justificar uma nova”. Tem-se aqui, sob a égide de uma justificação social, isto é, sob o efeito de uma necessidade urgente, um trabalho de intervenção que se volta para a vida.

Se antes se defendia o fim dos massacres pela justificativa da preocupação com a paz e com a harmonia – o Obama messiânico, capaz de atender aos anseios de todos e de cada um em especial – agora se tenta justificar a opção pela morte, sob o fundamento de se combater a resistência em função do “bem-comum” da coletividade – O Obama que tem em suas mãos o direito de punir com a morte já que ela se constitui como o castigo para os delitos e transgressões.

Nota-se, nesse ínterim, a efetividade de políticas intervencio-

nistas que se constituem como uma operação de biopolítica, já que é esse o espaço no qual funcionam mecanismos de poder, isto é, de biopoder, e a uma rigorosa vontade de potência. Trata-se de operações de poder que convocam o sujeito discursivo a ocupar posições no espaço de visibilidade pública e no seio de um espetáculo de imagens.

Por conseguinte, ao se retomarem os trechos de ATNY2, é possível observar, a partir do recorte da fala do vice-presidente americano Joseph R. Biden que define o democrata como o “homem que tem coragem na alma, compaixão no coração e aço na coluna”, a pulverização e o trânsito de vontades de verdade que se voltam para o trabalho de se reservar a Obama determinadas posições-sujeito, e não outras em seu lugar.

No espaço de uma memória e no jogo de discursividade que ela oportuniza, pode-se discutir como esse enunciado verbal é mobilizado em outras materialidades, perpassando-as e estabelecendo com elas relações de diálogo, ao mesmo tempo em que as inscreve no espaço do acontecimento, pela produção de efeitos de comunhão, de retomada:

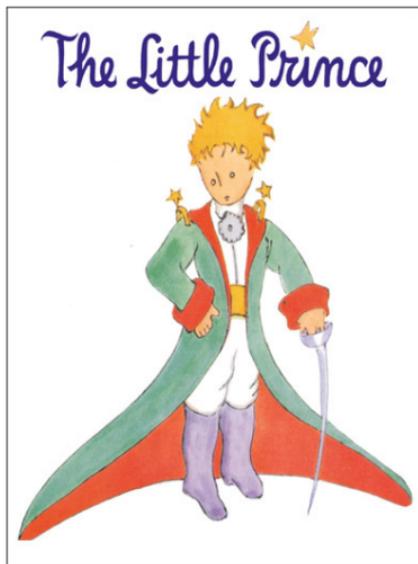


Figura 26 (acima, à esquerda): Revista *Newsweek* 9/11/2012

Fonte: <http://www.newsweek.com>

Figura 27 (acima): O Pequeno Príncipe

Fonte: www.littleprinceopera.com

Figura 28 (ao lado): Retrato O Rei Sol

Fonte: www.louis-xiv.de.com

A primeira materialidade apresenta Obama em vestimentas historicizadas como sendo da realeza e/ou de natureza militar, usadas no passado por imperadores, reis e monarcas, líderes que comandavam lutas armadas, conquista de territórios e que permaneceram à frente como representante maior, ou como referência de um Estado de Governo. A materialidade mostra Obama ocupando a posição de chefe-maior, estabelecendo uma relação de diálogo com os efeitos de sentido mobilizados pela materialidade verbal – “A conquista de Obama: um general de sorte ou um mestre do jogo?” – que retoma o cenário das revoluções e das grandes conquistas que aconteceram no período que se estende da alta a baixa Idade Média.

Na respectiva capa, a manta – de punhos, lapela, ombros e abotoamento em detalhes dourados – e a espada ocupam o mesmo corpo que o terno preto com o realce da gravata vermelha. Enquanto as origens do primeiro remontam às cortes francesas e ao uso, no passado, pelas realezas europeias e/ou “generais de sorte”, o segundo não só remete a formalidade no mundo dos negócios, mas também resgata a memória dos casinos americanos, como peça comumente usada pelos “mestres do jogo”.

No espaço das condições de possibilidade do dizer que caracteriza Obama como o “homem de bravura”, de “coragem na alma” e que tem “compaixão no coração”, e ao se voltar para os indícios e o rastro de detalhes que as imagens instigam, é possível observar a relação com as figuras 27 e 28. O movimento de memória que se oportuniza a partir da figura 26 toca na questão

da temporalidade, produzindo efeitos de aproximação e distanciamento, de diálogo e de ruptura. Isso porque, de um lado, se retoma a historicidade da obra *O Pequeno Príncipe*, na qual o pequeno herói com sua sensibilidade, candura e percepção cria laços entre as pessoas, decifra os segredos do céu, diminuindo as distâncias e fazendo o mundo parecer menor e melhor.

Há, nesse entremeio, o trabalho com uma subjetividade positiva: aquela que engendra efeitos de gratidão, de otimismo e de simplicidade, assim como exposto na obra de Antoine de Saint-Exupéry³⁰. Essa relação corrobora, por exemplo, a justificativa apresentada pelos democratas para a reeleição de Obama pela defesa de que é necessário mais tempo para se alcançar um estado de plenitude na América e de que o caminho para tanto não é fácil, embora seja totalmente possível, conforme anuncia o título de *ATNY2 – Obama apresenta argumentos para um segundo mandato: caminho ‘difícil’ para um ‘lugar melhor’*.

Em outras passagens do artigo, todas as afirmações levantadas pelo então candidato democrata ensejam efeitos de “se acreditar no outro”, da “esperança que é comum”, da necessidade de se observarem os detalhes e “as pequenas coisas” – e aqui estariam inclusas as conquistas parciais do primeiro mandato como

30. *O Pequeno Príncipe*, publicado em 1943 nos Estados Unidos, é considerado o terceiro livro mais vendido do mundo, com cerca de 134 milhões de livros vendidos, 8 milhões só no Brasil, foi traduzido em mais de 220 línguas e dialetos. O personagem da obra é considerado um dos mais famosos de todos os tempos, empolgando crianças e adultos com ensinamentos sobre a vida e sobre a natureza humana. Cf. *Le Petit Prince*. Disponível em: <www.opequenoprincipe.com>.

sinalização do início de um processo de grandes mudanças de natureza positiva, o qual responderia aos anseios dos americanos fazendo jus à confiança depositada nele em 2008.

Nessas passagens, os jornais se assumem e se apresentam como prestadores de serviço ao público. Assumem sua lei de responsabilidade social e deixam explícitas a “voz de Obama”, ao transcrevem recortes do discurso citado desse sujeito.

ATNY2₉ – Ele acrescentou: “Mas saiba disso, América: Nossos problemas serão solucionados. Nossos desafios serão vencidos. **O caminho que nós oferecemos poder ser difícil, mas, ele leva a um lugar melhor.** E eu estou pedindo para vocês escolherem o futuro”.

ATNY2₁₀ – Mas acrescentou: “Eu não estou tão esperançoso em relação à América, não porque eu acho que tenho todas as respostas, não porque eu conheço a magnitude de nossos desafios. Eu estou esperançoso por causa de vocês”.

ATNY2₁₁ – A voz dele ficou trêmula. “Se vocês dividem essa fé comigo, se vocês compartilham comigo essa esperança, eu peço o voto de vocês essa noite”, disse ele.

Ainda no trajeto do deslize do sentido, é possível observar, a partir da figura 26, que a Obama é reservada uma posição-sujeito de monarca, de imperador, isto é, aquele que governa em absoluto, sem nenhuma limitação imposta pela legislação ou constituição. As relações de memória possibilitam a associação do trabalho de subjetivação de Obama com a imagem do *Rei Sol*, como assim ficou intitulado Luís XIV, da França.

Este monarca, consagrado como um dos mais diretos representantes da teoria do poder absoluto, esteve à frente da política francesa como líder supremo de 1643 a 1715, assumindo a posição de rei e gerindo a coletividade francesa como representante de Deus na Terra. O Rei Sol, consagrado politicamente por estabelecer uma monarquia de origem divina, tem sua historicidade atrelada à ousadia de confiar na sua inteligência superior – a tudo e a todos – e por reger os seus atos, num rigoroso trabalho de si, pelo amor à glória.

Desse modo, considerando a inscrição do acontecimento discursivo em determinadas condições históricas de produção, é possível afirmar, a partir da Figura 26, que a imagem do democrata está atrelada a efeitos de absolutismo, isto é, a condução de um corpo político em regime de obediência a uma representação divina na terra. Tais relações podem ser feitas pela discursividade que as imagens e os artigos mobilizam quando do resgate da memória e quando da produção de efeitos de sentido que subjetivam Obama no espaço do controle do dizer.

Assim sendo, a imagem política do presidente americano é objeto de um trabalho com estratégias discursivas cujos efeitos deslizam, já que o sentido está sempre em fuga, nunca podendo ser controlado embora se constitua como objeto de controle.

No cerne da relação que as materialidades – capas, fotografia e artigos – estabelecem entre si, os mecanismos de polícia discursiva – a vontade de verdade, a interdição, a segregação da palavra – engendram um percurso de imagens trincadas de Barack Obama. Isso porque, as posições-sujeitos ali reservadas oscilam entre regimes

de positividade e de negatividade, isto é, sua subjetividade está, por um lado, associada a valores de otimismo, perseverança, guia para o bem, cuidado com a vida, e por outro, aos efeitos de absolutismo, individualismo, ineficiência, perigo e uso da força bruta.

No mesmo espaço em que sua imagem, e os dizeres que constituem sua subjetivação, não podem ser associados a qualquer um, ela se atrela a outras específicas que apresentam uma historicidade ligada a efeitos de afirmação e de dúvida: o sujeito discursivo pode ocupar tanto a posição de um “pequeno príncipe” – que é um monarca sublime, humano, um líder virtuoso, terno e de candura divina – como de um “Luís XIV” – que se constitui como o soberano, dominador e absoluto. Entretanto, em ambas as posições, Obama apresenta uma imagem perpassada por efeitos de uma *Éclat* ligada a estratégias de fazer ver e de fazer sentir no escopo da cena midiática. Portanto, embora ocupando a posição de sonhador – assim como faz o personagem de Antoine de Saint-Exupéry – Obama é subjetivado como o homem forte, príncipe de um grande império merecendo, por isso, continuar, mesmo que demore a realizar tudo o que pretende.

Tem-se, assim, um espetáculo de imagens trincadas, pois sua visibilidade incide sobre uma subjetividade por sua vez inscrita em regimes antagônicos do dizer: as afirmações dos avanços e conquistas alcançadas com o governo democrata duelam com os efeitos de desesperança e de incredulidade na sua continuidade. Isso se dá num cenário de midiaticização e enunciabilidade pela relação entre discurso e poder a partir da qual se quebra uma ati-

vidade sintética do sujeito, fazendo-o emergir como posição a ser ocupada discursivamente. Assim, ao se voltar para o trabalho da mídia em discursivizar os momentos da campanha presidencial americana, nota-se a historicidade que se atrela às suas estratégias discursivas no trabalho de produzir subjetividade.

É preciso mobilizar o discurso em sua própria condição de acontecimento, atentando para o jogo de relações possíveis num campo de memória e mobilizando os enunciados não só a partir das situações que os provocam, mas também das consequências que eles incitam, já que segundo Foucault (2005a, p. 28):

É preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no jogo da instância próprio a cada um.

É nessa perspectiva que se propõe enxergar a relação de sentido entre as materialidades que são objetos de operação midiática na subjetivação de Barack Obama. Observando as movências do sentido e o trabalho empreendido na tentativa de controle de seus efeitos, é possível observar os jogos de verdade e o ritmo das estratégias de poder-saber que se marcam ali mesmo no espaço de dispersão e de descontinuidade discursiva.

O sujeito é trazido à visibilidade pública não como refém de uma identidade psicológica una, mas como uma posição dispersa na possibilidade do dizer. A inscrição discursiva de sua subjetividade mobiliza efeitos de verdade e de legitimidade, mas a partir de diferentes regimes de discursividade: se antes sob o signo da esperança do mundo, agora no escopo da rendição à afirmação de fracasso.

Por fim, pode-se mencionar que no espaço de mobilidade da imagem política de Obama, a mídia operou com um renovado feixe de estratégias discursivas, discursivizando o acontecimento político-eleitoral na América como o espaço de discussão dos valores nacionais e, ainda, no cerne das expectativas mundiais no tocante à gestão econômica e à liderança nas decisões de ordem militar e comercial. Observando o regime de dizibilidade que atravessou a corrida presidencial em 2012, pode-se afirmar que o candidato democrata permaneceu recebendo forte efeito de evidência, no entanto, tendo sua subjetividade trabalhada no bojo da biopolítica e das estratégias de governamentalidade.

A vida esteve assim, no palco do espetáculo político, recebendo da operação midiática um efeito de “bem comum” pela discussão em torno das propostas de gestão do outro. Nessas condições, as manobras discursivas e o trabalho da mídia em produzir verdades mostram porque, em torno do acontecimento discursivo da política americana, os enunciados não poderiam ser outros e porque a imagem de Obama está inscrita em determinados trajetos de poder-saber e não em outros, porque ela é trabalhada na oscilação entre o enunciado da mudança e do fracasso, da esperança e do medo.

PARA EFEITOS DE FIM

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

[...] por um lado, o enunciado é um gesto, de outro, liga-se a uma memória; tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro.

Michel Foucault
A Arqueologia do Saber (1986, p. 32)

Olhar para a discursividade deve considerar, no espaço da irrupção de acontecimentos, o trânsito de verdades que se efetiva pela mobilidade do poder e do saber. A partir dessas relações, é possível se observar as operações em torno do discurso e do sentido, as quais inscrevem a história em regimes renovados do *dizer*, do *fazer ver* e do *fazer sentir*. Não se trata de perseguir o eco de dizeres que se sedimentam em fissuras da história, mas de oportunizar um trabalho que tange para a produção de subjetividade e para a inscrição de acontecimentos no escopo do espetáculo de imagem.

É nessa perspectiva que se retoma o percurso dessa obra. A empreitada, alicerçada na essencialidade das questões discursivas, se efetiva na interface da mídia e da política, procurando contribuir com a discussão em torno da produção de sujeitos, da

discursivização de imagens públicas e, sobretudo, com a análise das dizibilidades que retomam a memória. Ao se voltar para a operação midiática em torno do sentido, a investigação se atrela à discursivização do evento histórico, observando os jogos e as táticas mobilizadas para erguer o documento em monumento, no espaço da midiatização e da virtualidade.

A discussão em torno das categorias do discurso oportunizou enxergar o imbricamento entre os processos de midiatização e enunciabilidade na esteira da comunicação de massa. Isso permitiu ler as operações e estratégias da mídia em seus atravessamentos, pela materialidade de seus jogos de memória e pela efetividade de suas práticas no cerne da revelação de um recorte de real e da intervenção na ordem social coletiva. O olhar partiu para a constituição da mídia como um espaço de poder que objetiva e subjetiva, agindo criteriosamente para ocupar as fendas do dizer na tensão da relação entre o enunciável e o visível. Além disso, foi possível observar a ilusão de controle do sentido e a tentativa de se orientar seus efeitos a partir de estratégias de visibilidade e de silenciamento.

Desse modo, não só se percorreu o trajeto de subjetivação e de deslocamento da imagem política do presidente Barack Obama, mas se provocou a análise acerca do trabalho da polícia discursiva pela ação de mecanismos de controle do discurso, ao se observar, a operação tanto de intensificação como de silenciamento do visível e do legível. Os jogos de verdade e as estratégias discursivas mobilizados para subjetivar Obama, inscreveram, no percurso de memória da questão da necessidade coletiva pela intervenção de

um líder “virtuoso”, posições-sujeito ligadas à historicidade da condução da vida pública, as quais foram trabalhadas no seio de uma oscilação entre efeitos de positivização e negatividade. Tudo isso no escopo de uma religiosidade, que polarizou ordem e caos, e com o propósito de uma justificativa social para se promover o bem e dar sustentabilidade à vida.

O percurso de leitura propôs, portanto, a inscrição da mídia e da política no cenário do discurso: observou-se como a mídia trouxe à visibilidade pública o evento histórico do processo de sucessão presidencial americano de 2008 e de 2012, inscrevendo-o em determinados regimes de discursividade de forma a ocupar a atenção do mundo para aquele que se apresentou como um dos momentos decisivos dos rumos do planeta. No que tange à atividade política, foi a questão de sua novidade que se problematizou quando de sua configuração no cerne da produção de imagens e da espetacularização. À política se atribui um lugar de atravessamentos, sobretudo, no que tange à mídia e a operação de se intervir na ordem social.

Longe de um paralelismo entre midiaticização política e politização midiática, o que se tem é um entrelaçamento onde as descontinuidades se afloram a todo instante. Não se pode decidir o que é de um ou o que é do outro, isto é, o que se constitui como sendo de cada um dos polos dessa relação. A mídia encontra a política no espaço do acontecimento e é preenchida por ela no trabalho conflituoso de se fabricar verdades e de se produzir recortes de um real. No seio dessa relação, o sujeito é chamado à

existência, pois é a partir desses lugares – de tensão, de rupturas, de diálogos – que o poder-saber funciona produzindo subjetividade (PÊCHEUX, 1997a).

Na incursão teórica que perpassa a construção dessa produção, a discussão se deu pelas categorias que permitem refletir sobre os trajetos de uma historicidade política considerada a partir de suas redes de filiação, de seus deslocamentos, de suas falhas, enfim, considerando as fissuras de sua emergência em determinadas condições de produção. O diálogo que se propôs entre os capítulos se volta para a operação da mídia em produzir uma imagem política deslocada: a ilusão de controle do dizer nos enunciados midiáticos produz efeitos de positividade e negatização em torno das posições-sujeito ocupadas discursivamente por Obama.

No primeiro momento, a reflexão sobre o discurso como dispersão, sobre o sujeito como posição e sobre os mecanismos de controle do discurso possibilitou pensar as materialidades midiáticas como produções que mobilizam determinados efeitos de sentido e não outros em seu lugar. Assim, a atenção esteve voltada para a constituição de tais materialidades como fabricação inscrita na ordem do discurso e submetida a efetividade de uma polícia discursiva – aquela que reserva à Obama determinados lugares e posições discursivas, tratando o acontecimento na prosperidade de sua irrupção. O discurso se apresenta assim como o que põe em jogo uma atualidade e uma memória; “é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória” que o próprio acontecimento produz (PÊCHEUX, 2008, p. 17).

No segundo, tais questões foram trazidas na possibilidade de se observar o trabalho da mídia em produzir o espetáculo, isto é, trazer à cena de visibilidade pública estratégias de subjetivação ligadas a efeitos de legitimidade e autorização. Nesse momento, foi feita a discussão sobre o poder na dinamicidade de sua ocorrência, bem como sobre a manifestação de saber em movimentos táticos para produção de efeitos de verdade. Problematizou-se aqui como a mídia opera para discursivizar o evento histórico transformando-o em acontecimento, ao mesmo tempo em que se tenta adestrar o olhar para determinados detalhes, trajetos, indícios e não outros.

Essa discussão evidenciou a questão do deslize do sentido, apontando que a visibilidade é também efeito de silenciamento, isto é, ao mesmo tempo em que trabalha o fazer ver a mídia silencia. A operação midiática mobiliza, assim, uma pedagogia do olhar: o “trazer à visibilidade é [...] mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar” (GOMES, 2003, p. 75). Desse modo, ao trabalhar a subjetividade de Obama no espaço do espetáculo político, a operação midiática opera com o apagamento de seus opositores – em 2008, o senador John McCain e, em 2012, o republicano Mitt Romney – assim como todo o conjunto de dizeres, redes de filiações, memórias que poderiam fazer reluzir, a partir de um determinado regime de positividade, suas imagens políticas em detrimento daquela do presidente.

No terceiro, a discussão sobre a historicidade das práticas de gestão e sobre os regimes de verdade que atravessaram a ativida-

de política ao longo do tempo, permitem enxergar os resquícios e marcas que permanecem na política nos dias de hoje. A retomada contribuiu para a discussão sobre a governamentalidade e os efeitos de biopolítica que perpassam a produção dos enunciados midiáticos na contemporaneidade.

Ainda nesse momento, foi possível observar que a história das práticas de gestão permanece atravessada por efeitos de se fazer ver e de se fazer sentir, exigindo uma operação cuidadosa com as dizibilidades que constituem e reportam uma imagem de si. A política contemporânea se inscreve nesse trajeto pois resgata, na descontinuidade do espetáculo político de hoje, as marcas de uma religiosidade, de uma liderança cujo fim tange à condução do “rebanho” para o bem comum.

Em tempos de mídia e no escopo da irrupção de acontecimentos discursivos, tal incisão, exige modos de subjetivação que atribuam ao sujeito lugares de positividade e de representação coletiva, e ainda, ligados a efeitos de necessidade de todos por *um só*. É nesse sentido que se observou – a partir da regularidade do dizer e das condições históricas que imputam o acontecimento – a subjetividade de Obama sendo trabalhada, no pleito eleitoral de 2008, no encontro de mito e realidade, isto é, sob os efeitos de messianismo, profecia, divindade: ele se constituiu, nesse momento, como o líder virtuoso de capacidades superiores – mas de sentimentos humanos – capaz de resolver tudo e agradar a todos.

Em contrapartida, é no espaço da dispersão do discurso que se pode observar, agora a partir da eleição presidencial de 2012,

a subjetivação do democrata sendo operada num percurso que filia sua imagem aos efeitos de fracasso e de desesperança. E isso, ainda, no bojo da governamentalidade e da biopolítica que inscrevem a vida da população como problema político.

Nas análises, a regularidade dos efeitos de sentido provoca uma leitura da discursivização da eleição presidencial com foco nas posições que o sujeito discursivo é chamado a ocupar. Nessas condições, são trazidas materialidades midiáticas trabalhadas a partir de vontades de verdade de se fazer ver e sob o signo da legitimidade e autorização. Vê-se que a mídia mobilizou, em 2008, um “discurso-verdadeiro” – porque legítimo e autorizado – para produzir efeitos de positividade, heroísmo, religiosidade e salvação. Entretanto, em 2012, o regime de verdade que atravessou a discursividade midiática produziu efeitos de uma negação da esperança, de falha administrativa e até de dúvida quanto a legalidade do pleito em função deste ter sido disputado – e vencido – por um possível candidato de nacionalidade estrangeira.

Desse modo, ao se explorar as possibilidades do sentido durante as análises tem-se que no último pleito eleitoral a mídia subjetivou o presidente num trajeto de deslocamento de imagem, haja vista essa ter sido mobilizada segundo efeitos de fracasso, martírio, decepção. A imagem de Obama é então trincada. O messias enviado por Deus, o super-homem – que fez jus as produções hollywoodianas – torna-se o cidadão americano no atrevimento de ocupar o cargo mais importante na Casa Branca. Assim, se em 2008 as palavras “mito” e “realidade” encenavam

uma trajetória de positividade – de sonho, de certeza, de um desejo que tem nome, cor, partido e endereço – em 2012 elas carregaram o peso embaraçoso de uma realidade que não pode ser alcançada: o mito é “mito” do qual a “realidade” lhe é contrária.

Nessa operação, a mídia atina para um trabalho discursivo estratégico, mobilizando verdades, convocando a história, atravessando a atividade política e produzindo subjetividade no cerne do acontecimento. Não se trata, com isso, de se destacar um caráter malfazejo da instância midiática ao recortar o real e oferecê-lo sob o signo da negatividade, mas de acentuar como a produção discursiva não poderia ser outra, ou seja, como, em função das respectivas condições de produção, foram retomados e produzidos tais enunciados e não outros em seu lugar.

Assim sendo, em 2008, face às condições de possibilidade do discurso – a crise econômica, o caos na relação cambial, as exigências do mercado externo, as necessidades de reformas nacionais – imperavam sobre a questão da mudança, da esperança, da religiosidade que pretendia a ação de um messias politicamente equilibrado para promover a transformação, enquanto que, em 2012, a produção discursiva é enxertada como os efeitos de novos acontecimentos que se irromperam desde a segunda metade de 2009.

Dessa forma, o percurso arqueogenalógico aqui traçado assinalou, no discurso midiático, uma produção enunciativa voltada à ilusão do controle do dizer. Além disso, evidenciou as tramas e as relações entre poder e saber pelo viés dos efeitos de sentido e no trabalho tático de se fabricar subjetividades. Assim, é possível

afirmar que os enunciados *Change: we can believe in*, *Obama for America* e *Forward* foram mobilizados sob rigorosas estratégias discursivas que, ao incidirem sobre a história da política contemporânea, desenham uma incursão de memória e de discursividade e oportunizam efeitos de novidade e de espetacularização.

É, em suma, a partir disso que se tem a inscrição do acontecimento de sucessão presidencial nos Estados Unidos na cena de visibilidade pública, sob o crivo da dependência global, da convocação planetária e da felicidade comungada e no desfecho de uma eleição construída não só de votos, mas de valores. A discussão aqui empreendida, não se pretende completa, mas exige o diálogo com outras tantas leituras do acontecimento uma vez que aqui há espaços, lacunas e interfaces que precisam ser aprofundadas, discutidas, problematizadas. A proposta é a de se lançar, pelo afunilamento teórico-metodológico, um olhar para a dispersão do discurso que convoque ao mesmo tempo a regularidade e a singularidade do sentido e de seus efeitos.

Ainda no plano das contribuições, também se convoca a questão do ensino – com especial destaque para o processo de ensino-aprendizagem de línguas – pelo viés da discussão em torno da manifestação linguística e do trabalho com o sentido. Isso porque, ao propor um olhar mais profundo para o que constitui o dizer e as verdades nesse momento de atualidade midiática e virtual, a pesquisa oferece espaço para se pensar as fendas e as lacunas de práticas institucionais de saber, bem como para se observar a constituição de um sujeito de hoje. Além disso, a dis-

cussão teórica e o percurso metodológico aqui seguidos mostram a efervescência, nos tempos de hoje, de práticas de poder que exigem não só a reflexão, mas, sobretudo, uma tomada de posição quanto a si e quanto ao outro.

Disso, tem-se que a questão do ensino-aprendizagem é inscrita num cenário de redefinição de subjetividade, de instabilidade social e política, onde as identidades transitam num espaço de virtualidade cada vez mais irregular e escorregadio. Ao se problematizar acerca do discurso, de seus mecanismos controle, da questão do poder, do alcance e do papel de um saber institucionalizado e legítimo, pretende-se contribuir com a discussão em torno do papel da escola e da universidade na contemporaneidade, sobretudo, no que diz respeito às práticas de governamentalidade e de produção de sujeitos.

Por fim, a Análise do Discurso de tradição francesa se apresenta como possibilidade desse diálogo haja vista que ela se porta para a produtividade da língua na interface da história, da política e da mídia. No cerne da pesquisa linguística, os estudos do discurso oferecem, assim, a possibilidade de se investigar o trajeto que a verdade desenha a partir de seus jogos e efeitos, mas, com especial atenção à sua produção e circulação na vida social e, sobretudo, a partir de sua filiação ao poder e ao saber.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gilda Maria Alves dos. Sociedade do espetáculo e comunicação governamental. COELHO, Cláudio Novaes Pinto. CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e sociedade do espetáculo** (Orgs.). São Paulo: Paulus, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARZE, Reginaldo Ustrariz. **Fidel Castro**: uma sutil pinclada de sua vida. São Paulo: Brasbol, 2008.

AUGUSTO, Acácio. Política e Polícia. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BAKER, Peter. Obama wins a clear victory but balance of power is unchained in Washington. **The New York Times**. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em: 7 novembro de 2012.

BARBOSA, Pedro Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BRAGA, Amanda. Sobre a mutação dos discursos: verbo, corpo e imagem. In: LUCENA, Ivone Tavares de. OLIVEIRA, Maria Angélica de. LUCENA, Josete Marinho de. (Orgs.). **Entre a sociedade, o sujeito e a cultura**: palavras multicolores. João Pessoa: UFPB, 2012.

BRANCO, Guilherme Castelo. Os nexos entre subjetividade e política. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011a.

_____. Agonística e palavra: as potências da liberdade. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011b.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALMES, Jackie. Obama's Deficit Dilemma. **The New York Times**. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em 2 janeiro 2014.

CANDIOTTO, César. Cuidado da vida e dispositivos de segurança: a atualidade da biopolítica. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, Valdir José de. A publicidade e a primazia da mercadoria na cultura do espetáculo. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto. CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e sociedade do espetáculo** (Orgs.). São Paulo: Paulus, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. V. 1. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Luciana. Discurso de esperança de Obama vira pragmatismo após 4 anos. **Folha de São Paulo**. 6 junho 2012. Mundo. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/mundo>. Acesso em 06/06/2012.

COSTA, Luciano Martins. À espera do messias: Obama presidente. **Jornal Observatório da Imprensa**. Ano 18 – nº 797. 2009. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 01/01/2013.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice. CURCINO, Luzmara. PIOVEZANI, Carlos. (Orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Francisco Alves e Afonso Monteiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEUTERONÔMIO. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulus, 1990. p. 193 – 238.

DREYFUS, Hubert Lederer. RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, André. Foucault e governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. Iju: Unijuí, 2002.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. O marketing da responsabilidade social e a transformação das “questões sociais” em espetáculo. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto. CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e sociedade do espetáculo** (Orgs.). São Paulo: Paulus, 2006.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

_____. De sujeito a Subjetividade na Análise do discurso. In: SARGENTINI, Vanice. GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. SANTOS, João Bôscio Cabral dos. (Org.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007a.

_____. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007b.

_____. Análise do discurso, herança e filiações: uma questão mal resolvida. In: SARGENTINI, Vanice. GREGOLIN, Maria do Rosário. (Orgs.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Na companhia de Foucault: multiplicar acontecimentos. In: Dossiê Michel Foucault. **Revista Educação e Realidade**. v. 29, n. 1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006a.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. Retornar à História. In: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005c.

_____. Foucault estuda a razão de Estado. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. A governamentalidade. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010c.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. **Microfísica do poder**: Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O homem está morto?** Arts et Loisirs, no 38, 15-21, junho de 1966, pp. 8-9. Entrevista concedida a Claude Bonnefoy. Disponível em: <www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/hommemort>. Acesso em: 10/10/2013.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer. RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

_____. **Segurança, Território e População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

GADELHA, Silvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GÊNESIS. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulus, 1990. p. 301 – 362.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discernir, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. SANTOS, João Bôscio Cabral dos. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: EntreMeios, 2004b.

_____. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso:** diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2007a.

_____. **Tempos Brasileiros:** percurso da Análise do Discurso nos desvãos da História do Brasil. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. SANTOS, João Bôsko Cabral dos. (Orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil.** São Carlos: Claraluz, 2007b.

_____. Análise do Discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice. CURCINO, Luzmara. PIOVEZANI, Carlos. (Orgs.). **Discurso, semiologia e história.** São Carlos/SP: Claraluz, 2011.

GUELZO, Allen Carl. **Lincoln.** Trad. Alexandre Boide. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **Memória individual e memória histórica.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEBREUS. Português. In: **Bíblia Sagrada.** Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulus, 1990. p. 301 – 362.

INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007.

KOOPMAN, Colin. Michel Foucault's Critical Empiricism Today: Concepts and Analytics in the Critique of Biopower and Infopower. In: FAUBION, James D. (Org.). **Foucault Now:** Current Perspectives in Foucault Studies. Malden/MA: Polity Press, 2014.

KRIEGER, Renate. Com imagem arranhada, Obama visita Berlim pela 1ª vez como presidente. **Folha de São Paulo.** 18 junho 2013. Mundo. Disponível em; <www1.folha.uol.com.br/mundo>. Acesso em 18 junho 2013.

LAZZARATO, Maurizio. Enunciação e Política: uma leitura paralela da democracia – Foucault e Rancière. In: BRANCO, Guilherme Castelo;

VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LEFORT, Claude. A primeira figura da práxis: uma interpretação de Antonio Gramsci. In: QUIRINO, Célia Galvão. SADEK, Maria Tereza. **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Documento e monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LONARDONI, Marines. O discurso de ascensão, auge e queda de Antonio Palocci, na ótica das capas de *Veja*. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

LUCAS. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulus, 1990. p. 301 – 362.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso - Re(ler) Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: a questão de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**. v.9, n.2, pp.226-241, Jul/Dez 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 10/10/2013.

MCGREAL, Chris. Barack Obama: ‘the best is yet to come’. **The Guardian**. Disponível em: <theguardian.com>. Acesso em: 7 novembro 2012.

MIOTELLO, Valdemir. Nosso objeto é texto e texto é sujeito. Questões

a respeito do objeto e o método do estudo da língua. In: SARGENTINI, Vanice. GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

MILANEZ, Nilton; SOUZA, Victor Pereira. O sujeito e o olhar: entornos audiovisuais-discursivos do sobrenatural na telenovela brasileira. In: LUCENA, Ivone Tavares de; OLIVEIRA, Maria Angélica de; LUCENA, Josete Marinho de. (Orgs.). **Entre a sociedade, o sujeito e a cultura: palavras multicolores**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2012.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. Governing Economic Life. In: SMART, Barry. (Org.). **Michel Foucault: Critical Assessments**. V. 3. New York: Routledge, 1995.

MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e midiaticização. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MUNIZ, Diógenes. Após vitória de Obama, Klu Klux Klan diz que presidente eleito é “só metade negro”. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo>>. Acesso em: 12/05/2014.

MYERS, Steven Lee; BUMILLER, Elisabeth. Obama calls world ‘safer’ after Pakistan raid. **The New York Times**. 2 maio 2011. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em: 12/05/2012.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência**. 2013. 288f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Práticas discursivas de subjetivação: dispositivos de análise. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos.

(Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

NOGUEIRA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. A governamentalidade nos cursos do professor Foucault. In: BRANCO, Guilherme Castelo. VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

OBAMA, Barack. **How this happened**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gennaryo@yahoo.com.br> em 7 novembro 2012.

OLIVEIRA, Maria Regina Momesso de. Weblogs: a exposição de subjetividades adolescentes. In: SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA. (Orgs.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADDET, F. HALH, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Maria-ni et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni. P. Orlandi. Campinas: EDUNICAMP, 1997b.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al.] **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, Analúcia Danielvicz. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. **Revista Mal-estar na cultura**. Departamento de Difusão Cultural – PROEXT/UFRGS. Pós-Graduação em Filosofia – IFCH/

UFRGS. Nov. 2010. Disponível em: <www.malestarnacultura.ufrgs.br>. Acesso em 08/05/2014.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político**. São Paulo: UNESP, 2009.

PINHO, Luiz Celso. As tramas do discurso. In: BRANCO, Guilherme Castelo. NEVES, Luiz Felipe Baêta. (Orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência**. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

POLIN, Raymond. O indivíduo e o Estado. In: QUIRINO, Célia Galvão. SADEK, Maria Tereza. **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. O mecanismo social no Estado civil. In: QUIRINO, Célia Galvão. SADEK, Maria Tereza. **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PORTOCARRERO, Vera. A vida e a experiência da ordem. In: BRANCO, Guilherme Castelo. NEVES, Luiz Felipe Baêta. (Orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência**. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

PRADO FILHO, Kleber. **Michel Foucault: uma história da governamentalidade**. Rio de Janeiro: Insular/Achiame, 2006.

PURDY, Sean. Lincoln, Obama e o racismo nos EUA. **Revista História Viva**. Ed. 63. Janeiro 2009. Disponível em: <www2.uol.com.br/historiaviva/artigos>. Acesso em: 12/05/2014.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário

Gregolin; Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.
REVISTA ÉPOCA. **Por que o mundo quer Obama**. 3 Novembro 2008. Disponível em: <<http://editoraglobo.adobe.globo.com>>. Acesso em 10/08/2012.

_____. **A era Obama**. 10 novembro 2008. Disponível em: <<http://editoraglobo.adobe.globo.com>>. Acesso em 10/08/2012.

_____. **O mito e a realidade**. Ed. 557. 19 janeiro 2009. Disponível em: <editoraglobo.adobe.globo.com>. Acesso em 10/10/2013.

REVISTA ISTO É. **Pode esse homem mudar o mundo?** 12 novembro 2008. Disponível em: <www.istoe.com.br/capa>. Acesso em: 15/11/2012.

_____. **Obama, Ufa!** 14 Novembro 2012. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br/capa>>. Acesso em: 15/11/2012.

REVISTA NATIONAL REVIEW. **The Obama Democrats**. 1 janeiro 2012. Disponível em: <www.nationalreview.com>. Acesso em: 2/2/2012.

REVISTA NEWSWEEK. **The first gay president**. 21 maio 2009. Disponível em: <<http://mag.newsweek.com>>. Acesso em 23/05/2010.

_____. **How to Fix the World**. Edição Especial. Janeiro 2009. Disponível em: <www.mag.newsweek.com>. Acesso em 10/10/2013.

REVISTA VEJA. **Edição Especial**. 12 novembro 2008. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 15/11/2008.

_____. **Obama: fim do império ou começo de mais um século americano?** 19 janeiro 2009. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 25/01/2009.

_____. **O martírio americano**. 3 novembro 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em: 25/11/2012.

_____. **Obama: a força da democracia na sua reeleição e nas transformações globais**. 14 novembro 2012. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em: 25/11/2012.

SIAS, Rodrigo. Obama e os valores americanos. **Inteligência Estratégia**. 2012. Disponível em: <www.csie-esg.blogspot.com.br>. Acesso em: 10/01/2014.

SAISI, Kátia. Estética e política, mas um espetáculo de consumo na sociedade midiática. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto. CASTRO, Valdir José de. **Comunicação e sociedade do espetáculo** (Orgs.). São Paulo: Paulus, 2006.

SANDANO, Carlos. A informação – mercadoria do jornalismo e as novas formas de trocas culturais na sociedade globalizada. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (Orgs.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

SANTALLA, Lúcia. Subjetividade e identidade no ciberespaço. In: SANTALLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Antonio Genário Pinheiro dos. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana na ordem nas lentes da mídia**. Brasília: Kiron, 2012.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira. A figura de Trasímaco no livro I da República de Platão. **Akrópolis Umuarama**, v. 17, n. 1, p. 21-27, jan/mar. 2009.

SANTOS, Rone Eleandro dos. **Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault**. Dissertação, 2010. 242 f. (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

SAMUEL. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Versão Pastoral Cristã. Trad. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulus, 1990. p. 301 – 362.

SAMUELSON, Darren. Obama wins Nobel Prize in part for confronting 'great climatic challenges'. **The New York Times**. Julho 2009. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em: 12/05/2012.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a História. In: GASPARG, Nádea Regina; MILANEZ, Nilton. (Org.). **A (des) ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Contribuições da semiologia histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

SAUSURRE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar**: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Trad. Paulo Neves. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

SILVA, Mariza Vieira da. Delimitações, inversões, deslocamentos: sujeito e história. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007.

SILVA, Francisco Paulo da. Mídia e produção de sentidos: das traquinices que povoam o enunciado. In: OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. ALVES, Maria da Penha Casado. SILVA; Marluce Pereira. (Orgs.). **Linguagem e práticas sociais**: ensaios e pesquisas. Natal: EDUFRN, 2008.

SILVERSTONE, Roger. **Porque estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. **Klu Klux Klan**: a history of racism and violence, 2011. Disponível em: <www.splcenter.org>. Acesso em 23/09/2014.

TENREIRO, Carlos Alberto. Tecendo o discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007.

TIBURI, Marcia. Imagem como capital. **Revista Cult**. Ed. 172. Setem-

bro 2009. Disponível em: <www.revistacult.uol.com.br>. Acesso em: 15 novembro 2012.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947 – 963, out. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 janeiro 2012.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. As imagens do invisível. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos. (Org.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.

WALMYR JÚNIOR. São Sebastião, rogai por nós. **Jornal do Brasil**. Caderno Juventude de fé. Disponível em: <www.jb.com.br> acesso em 17/02/2014.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WESTEN, Drew. What happened to Obama? **The New York Times**. Disponível em: <www.nytimes.com>. Acesso em: 6 de agosto 2011.



Antonio Genário Pinheiro dos Santos

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba com estágio-sanduíche na *University of Georgia* e em colaboração com o *Latin American and Caribbean Studies Institute/LACSI*. Pós-doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco. Realiza estudos sobre mídia, discurso, parresia e modos de subjetivação na política. Graduado em Letras, Especialista em Língua Inglesa e Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, é membro do *Grupo de Pesquisa do Discurso da UERN – GRED*. É professor adjunto do Departamento de Letras do CERES/UFRN e líder da *Base de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Inglesa e Análise do Discurso de tradição francesa. Autor de *O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana nas lentes da mídia* e organizador de *Análise do Discurso: das práticas discursivas a mobilidades dos dizeres*.

PODER, DISCURSO E MÍDIA

Subjetivação e enunciabilidade
no acontecimento político-discursivo
norte-americano

Antonio Genário Pinheiro dos Santos

